FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 ★ Nº 34.326 SEGUNDA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2023 R$ 6,00

Cantora espanhola Rosalía se apresenta no último dia do Lollapalooza Bruno Santos/Folhapress

Novo Mais Médicos deve reduzir déficit; desistência é desafio

Versão remodelada do programa prevê incentivos aos que ficarem por mais tempo e que atuem em regiões distantes

Alvo de embates políticos e escanteado nos últimos anos, o Mais Médicos volta a ganhar impulso com novos editais esperados para os próximos meses e apostas em incentivos financeiros para atrair profissionais.

Para especialistas e gestores ouvidos pela **Folha**, a medida atenua o "apagão" de vagas, mas deve persistir a dificuldade de manter os médicos em áreas mais distantes ou vulneráveis.

A versão remodelada prevê mais 15 mil vagas, das quais 5.000 em abril, financiadas pelo Ministério da Saúde, e 10 mil até o fim do ano, com verba dos municípios.

Para estimular a adesão, o governo aposta em pagamento de incentivos a profissionais que ficarem por mais de três anos, aos que atuarem em regiões mais pobres e aos formados com auxílio do Fies (financiamento estudantil).

Hoje, o programa tem 8.366 vagas preenchidas — menos de metade das 18.240 previstas nos últimos anos.

Segundo dados obtidos pela **Folha** via Lei de Acesso à Informação, o tempo médio de permanência é de 1 ano e 8 meses para médicos com registro no Brasil e de 2 anos e 7 meses para brasileiros formados no exterior. Caso ambos não preencham as vagas, estrangeiros poderão ocupá-las. **Saúde B1**

BNDES quer reverter foco no agro dos anos Bolsonaro

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) pretende rever a prioridade dada ao agronegócio em detrimento da indústria sob Jair Bolsonaro (PL). Em 2022, a instituição desembolsou mais recursos para a agropecuária pelo quinto ano seguido — foram 22%, ante 19,6% para o setor industrial.

A nova direção descarta, porém, voltar ao padrão visto no segundo governo Lula (PT) e na gestão de Dilma Rousseff (PT). À época, o banco foi turbinado com crédito subsidiado a grandes empresas, o que gerou críticas de economistas.

Procurados, membros do BNDES sob Bolsonaro não responderam. **Mercado A14**

ENTREVISTA DA 2ª

Flávio Gomes

É preciso ver quilombos como amplo caso agrário

QUILOMBOS DO BRASIL

"A questão agrária é um tema do Brasil, concorda? Por que o quilombo não seria um tema do país?", afirma o historiador Flávio Gomes. O professor da UFRJ pontua que a temática quilombola é muitas vezes tratada como um caso inerente à população negra, embora devesse ser vista como uma ampla questão agrária e um assunto de todos os brasileiros. **Cotidiano A26**

Eduardo Knapp - 24.abr.13/Folhapress

Juca Chaves, em foto de 2013; ele estava internado com problemas cardíacos

Ilustrada C1 e C2

Com Rosalía, sem Drake

Último dia do Lollapalooza tem xingamentos a rapper, que cancelou show; cantora espanhola vira principal atração do fechamento do festival, que também teve Paralamas.

Ilustrada C3

Morre Juca Chaves, o menestrel maldito que desafiou a ditadura, aos 84

Esporte B5

Presidente do Santos contesta críticas e reconhece maus resultados

Governo estuda zerar entrada no Minha Casa

O governo Lula (PT) estuda ampliar subsídios do Minha Casa, Minha Vida e, assim, conseguir zerar a entrada na compra de uma unidade na faixa 1 — que atende à população de mais baixa renda. O valor desse aporte inicial, que costuma ser de ao menos 20% do imóvel, é visto como barreira. **Mercado A16**

Assinatura de acordos com a China será adiada

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, afirmou que a assinatura dos acordos entre Brasil e China será postergada até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva viajar ao país asiático, o que poderá ocorrer em maio ou depois. A validação dos termos estava prevista para amanhã. **Mercado A13**

Lula acumula desgaste por fala sobre Moro

Política A4

David Wiswell

Explicando o colapso bancário

Quando o SVB foi levantar fundos para reequilibrar sua liquidez, seus clientes o abandonaram em grande número, fazendo o banco desabar. Isso quer dizer que minha estratégia de guardar dinheiro na gaveta de cuecas me teria convertido numa das melhores cabeças financeiras no Vale do Silício. **Mundo A12**

Macri diz que não será candidato na Argentina

O ex-presidente argentino Mauricio Macri (2015-2019) anunciou ontem que não concorrerá às eleições deste ano, em outubro. A decisão amplia as incertezas sobre a disputa. **A12**

Gabriel Cabral/Folhapress

PESSOAS EM VULNERABILIDADE QUEREM DEIXAR SÃO PAULO

Ramon Nascimento Passinho, 43, na rodoviária do Tietê, no dia em que embarcou de volta para Salvador (BA); programa da Prefeitura de São Paulo triplicou número de emissões de passagens aos que querem regressar à cidade de origem **Cotidiano B3**

Evangélicos antiesquerda esperam Jair Bolsonaro

Comportamento de Jair Bolsonaro (PL) nos primeiros meses fora do cargo desanima parte dos evangélicos, mas discurso antipetista e apoio a ex-presidente seguem fortes. **A6**

EDITORIAIS A2

Pressões da máquina

Sobre reajuste salarial concedido ao funcionalismo.

Intenções e resultados

Acerca de saldo da PEC das Domésticas após dez anos.

ATMOSFERA

São Paulo hoje

24° 20°

0h 6h 12h 18h 24h

Amanhã	Quarta	Quinta
19° 25°	20° 28°	19° 29°

ISSN 1414-5723

9 771414 572025 34326

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

João Montanaro

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Pressões da máquina

Após ajuste forçado de Bolsonaro, Lula enfrentará demandas dos servidores com o caixa vazio

O reajuste salarial de 9% para os servidores federais deve pacificar por ora as relações entre o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e as corporações. Entretanto é provável que esta administração petista vá ter mais dificuldade que as anteriores nessa seara.

A medida tem custo estimado em R$ 11,2 bilhões neste ano —e certamente haveria usos mais eficazes do ponto de vista social para tal montante. Mas não chega a ser uma benesse exagerada, uma vez que os últimos aumentos ocorreram em 2019, e o IPCA acumulou 21,7% nos últimos três anos.

O problema para a análise é a falta de parâmetros relativos à remuneração e à quantidade necessária de funcionários na máquina federal. Há décadas o gasto da União com pessoal varia de acordo com as inclinações e condições políticas do governo de turno e as disponibilidades de dinheiro no caixa.

Assim, momentos de bonança na arrecadação —ou de fragilidade presidencial— resultam em reajustes generosos e generalizados, além de mais contratações. Depois, quando os cofres se esvaziam, os salários ficam congelados e os concursos públicos escasseiam.

Em 2009, no segundo mandato de Lula, a despesa com o funcionalismo atingiu 4,6% do Produto Interno Bruto, o maior patamar da série histórica do Tesouro Nacional iniciada em 1997.

Após um ajuste forçado e precário no governo Jair Bolsonaro (PL), o desembolso caiu ao nível historicamente baixo de 3,4% do PIB —e tenha-se em mente que a diferença de 1,2 ponto percentual ante o pico equivale, em valores atuais, a mais de R$ 120 bilhões.

Tanto na expansão como na retração faltaram critérios e objetivos claros, de modo que não se sabe ao certo qual é a necessidade de cada órgão e qual o padrão remuneratório de cada categoria.

Pode-se afirmar, de todo modo, que os servidores federais figuram entre os trabalhadores mais bem pagos do país, além de contarem com o privilégio da estabilidade no emprego, que deveria se limitar às carreiras típicas de Estado.

A margem para elevação de salários nos próximos anos será estreita, dado que o governo Lula precisa reequilibrar o Orçamento se quiser que os juros do Banco Central caiam e a economia possa retomar a trajetória de crescimento.

É quase impossível, infelizmente, que a administração petista enfrente o corporativismo estatal e se empenhe numa reforma administrativa mais ambiciosa. Seria necessário rever vencimentos iniciais, hoje muito próximos dos valores pagos no final da carreira, e o alcance da estabilidade.

Resta esperar que a prudência orçamentária se sobreponha às pressões que virão do funcionalismo.

Intenções e resultados

Após dez anos, PEC das Domésticas não produz efeito esperado, revelando que lei não é panaceia

Além do samba e do futebol, o Brasil possui outro patrimônio cultural: a obsessão por leis. Temos direitos e interditos que regem os aspectos mais banais da vida cotidiana.

O que à primeira vista parece louvável pode gerar distorções, como excesso de burocracia e aumento de gastos sem que se produzam os efeitos desejados.

Um exemplo é a PEC das Domésticas. Aprovada em 2013, a medida buscou garantir direitos trabalhistas como FGTS, seguro-desemprego, regime de 44 horas semanais, hora de almoço e auxílio-doença.

Contudo, após dez anos, a lei não aumentou a formalização, em parte porque elevou-se o custo das contratações —reação adversa que havia sido apontada por economistas quando a lei foi proposta.

Para fugir dos encargos trabalhistas, quem necessita de serviço doméstico passou a contratar diaristas, que não são submetidas à PEC. Em casos mais graves, patrões burlam as regras. A dificuldade de fiscalização, ignorada durante a formulação da norma, incentiva ações ilegais.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de cada 4 profissionais dedicados a afazeres domésticos, 3 atuam sem carteira assinada.

Em 2015, 1,8 milhão de trabalhadores do setor eram formalizados e 4 milhões não tinham carteira assinada. Já em 2023, são 1,5 milhão e 4,4 milhões, respectivamente.

A queda tem relação com o fraco desempenho da economia durante o período, causado pela recessão encerrada em 2016 e a pandemia de Covid-19. Menos produtividade, mais desemprego e informalidade no mercado de trabalho.

Mas deve-se notar que, excetuando leve alta na formalidade em 2016 (2,1 milhões), desde 2018 o número de trabalhadores com carteira assinada se mantém menor, e o de informais é maior do que no ano de publicação da PEC.

O trabalho doméstico é característico de países pobres ou emergentes, pois trata-se de mão de obra barata. Assim que a capacitação profissional da população cresce, há menos trabalhadores disponíveis para esse tipo de serviço, e os salários sobem.

Para especialistas, a melhor forma de lidar com a informalidade é incrementar a formação técnica em outras áreas, além de uma política econômica que aumente a produtividade e a geração de renda, que sempre tem impacto positivo sobre a empregabilidade.

Corpos em disputa

Lygia Maria

A associação mundial de atletismo proibiu mulheres trans em competições internacionais. O impedimento vale para aquelas que passaram pela puberdade masculina.

Há quem considere a medida transfóbica, mas tal acusação manifesta negacionismo científico. A World Athletics afirmou que, segundo especialistas, a transição após a puberdade coloca as mulheres trans em vantagem e que isso é injusto.

De fato, é. Durante a puberdade e a adolescência, meninos recebem uma enxurrada de testosterona, hormônio sexual que impacta o desenvolvimento do sistema ósseo, cardíaco, pulmonar, muscular etc.

A militância identitária adora falar sobre "corpos", mas, pelo visto, trata-se de um corpo abstrato, metafísico até, uma ideia de corpo desconectada da realidade material.

Mas não adianta negar que a testosterona funciona como um doping natural em algumas atividades. Homens são, geralmente, maiores, têm mais fôlego e força. Já mulheres têm mais flexibilidade, por exemplo.

Assim, homens e mulheres são diferentes —espantoso que expressar tal platitude, atualmente, possa render acusações de machismo ou transfobia. O que não implica hierarquia em sentido lato ("homens são melhores que mulheres"), mas em stricto sim, principalmente no aspecto físico (a rede no vôlei é mais alta no masculino porque homens tem maior propulsão no salto).

Pessoas trans devem ser, claro, respeitadas e ter direitos garantidos, mas, em relação ao esporte, é preciso buscar alternativas para que outras minorias não sejam prejudicadas.

No último século, mulheres lutaram para conquistar reconhecimento na ciência, nas artes, nos esportes, e muito dessa luta se deu por termos sido historicamente tratadas como seres inferiores por causa justamente dos nossos corpos.

Não faz sentido, agora, permitir que garotas que passaram a vida treinando para chegar ao topo do pódio vejam seu sonho frustrado por um mecanismo sobre o qual elas não têm controle algum: a natureza.

Ignorância e crueldade juntas

Ana Cristina Rosa

– Peço desculpas por ligar para isso, mas gostaria de sugerir que você escreva sobre a perda de perspectiva das pessoas. O que está acontecendo é desumano, disse o jornalista Jorge Duarte.

– Nada a desculpar. Pode falar.

Em tom de desabafo, ele apresentou seu ponto de vista sobre o quanto a sociedade brasileira tem se valido de "rótulos formais" para mascarar situações gravíssimas. E como a ignorância a respeito de fatos históricos pode ser danosa à democracia.

Lembrei do livro da nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, "O perigo de uma história única", onde ela destaca que contar histórias envolve poder, ou seja, habilidade para fazer com que a sua versão seja a definitiva.

Talvez isso seja o que tornou hábito no Brasil a responsabilização da vítima. Por aqui, não é de hoje que a história vem sendo contada sob a perspectiva do agressor. E, quando o preconceito interage com várias formas de discriminação chamadas por nomes pomposos (capacitismo, etarismo, injúria racial), a desumanidade toma o lugar da empatia e da solidariedade.

Convive-se diuturnamente com o racismo a ponto de uma criança branca perguntar a outra, negra, na escola, em SP: "Quer ser meu escravo"? Ainda assim, muitos têm a pachorra de dizer que racismo no país é "mimimi" de preto.

Chegou-se ao cúmulo de humilhar uma mulher por ingressar na universidade aos 40 anos! Quem é estuprado está sujeito a ouvir o comentário: "com aquela roupa, queria o quê?".

País afora, olha-se com "estranhamento" para pessoas que não se identificam como cisgênero, e mata-se outras tantas pelo "pecado" de serem mulheres.

Os brasileiros precisam lembrar que a nobreza da alma e a nobreza de ação não podem andar separadas. Desculpas esfarrapadas do tipo "fui mal interpretado", "não dá para falar mais nada", "você é muito sensível", "não fui nesse contexto" não podem ser aceitas para maquiar violações de direitos ou desqualificar quem se insurge contra elas.

O poder eunuco e inócuo

Ruy Castro

Sim, ainda é a sexta economia do mundo, mas até quando? Os analistas indicam que o Reino Unido, com um crescimento pífio de 0,5% ao ano desde 2010, pode dar o lugar à Polônia. A idéia de que um trabalhador polonês terá renda maior que a de um inglês é espantosa para quem como eu, em meados dos anos 1950, ainda podia sentir o peso financeiro, político e cultural do Império Britânico. Era como se metade do mundo fosse sua colônia.

Quando se falava em literatura, os grandes nomes vivos eram de lá: Somerset Maugham, E.M. Forster, Aldous Huxley, Graham Greene, Daphne du Maurier. Agatha Christie era uma coqueluche mundial. P.G. Wodehouse, criador dos imortais Bertie e Jeeves, outra. E o pastoso A. J. Cronin, também. Mortos recentes e ainda presentes eram Virginia Woolf, George Orwell e Bernard Shaw. E as grandes escritoras logo estariam se impondo: Nancy Mitford, Muriel Spark, Doris Lessing.

Por causa do teatro e do cinema, todos sabiam de Noël Coward, Laurence Olivier, Alec Guiness, Rex Harrison, Dirk Bogarde. Diretores como Carol Reed, David Lean, Alexander Mackendrick e a dupla Michael Powell-Emeric Pressburger eram grandes favoritos dos críticos. E astros que julgávamos americanos eram ingleses: Chaplin, Hitchcock, Cary Grant, Bob Hope, Deborah Kerr, Elizabeth Taylor.

Na verdade, depois de Shakespeare, Sherlock Holmes e o Médico e o Monstro, os britânicos não tinham de produzir muito de novo para continuar mandando na cultura. Dizia-se até que, um dia, só haveria cinco monarcas no mundo: os reis do baralho e o da Inglaterra. A profecia se cumpriu.

Mas, com a Segunda Guerra e sem as colônias, a Inglaterra e sua rainha se tornaram sinônimos de um poder eunuco e inócuo. Nos anos 1960, exceto pelos Beatles, James Bond e a minissaia, o Reino Unido ficou desimportante. E, agora, com o Brexit, pode cair já em 2030 para a segunda divisão.

Tiranias imaginárias

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escreve às segundas

Macron tem sido acusado de aprovar a reforma da Previdência à margem do Parlamento recorrendo a um dispositivo tirânico. A despeito da diferença de regime, os objetivos que levaram a França a introduzir tal dispositivo —artigo 49.3 da Constituição— são similares aos que levaram o Brasil a fazer o mesmo em 1988, quando foram adotadas as medidas provisórias.

Ele faz parte das inovações que "racionalizaram" o parlamentarismo francês, para roubar o título do clássico de John Huber sobre o tema. A Constituição francesa de 1958 foi a resposta de De Gaulle à ingovernabilidade da 4ª República, na qual a duração média dos gabinetes no período foi de seis meses —foram 24 gabinetes distintos sob 16 primeiros-ministros. E isso quando o país enfrentava a crise da Argélia.

O artigo 49.3 autoriza o recurso à aprovação da reforma sem o voto parlamentar em matéria de finanças e Previdência, mas o governo fica automaticamente vulnerável a uma moção de confiança: a rejeição implica dissolução do Parlamento e consequente convocação de eleições gerais (aconteceu com Pompidou, em 1962). Em outros assuntos, o governo só pode fazê-lo uma vez por ano. Em termos estratégicos há uma inversão do ônus político envolvido: não é o governo que tem que construir maioria para aprová-los, mas a oposição, para derrotá-lo. Já foi utilizado 100 vezes, 28 das quais sob um primeiro ministro socialista.

Como mostrou Huber, a inversão teve enorme impacto sobre a capacidade do Executivo de aprovar a sua agenda, e pôs fim a instabilidade ministerial. A reforma introduziu também um sistema semi-presidencial, pelo qual o presidente é diretamente eleito, alavancando sua legitimidade. O espírito da reforma vai na mesma direção do voto construtivo de desconfiança da Constituição alemã de 1949, e adotada pela Espanha: uma maioria parlamentar só pode derrubar um gabinete se simultaneamente apresentar uma alternativa.

Entre nós o diagnóstico de que era preciso fortalecer institucionalmente o poder Executivo no país foi feito com argúcia por Afonso Arinos e Hermes Lima na mesma época, e pela Comissão Especial de Juristas para a reforma constitucional (1956). Ela incluía a proposta, inspirada na Constituição italiana (os provvedimenti provvisori), de decretos com força de lei a serem referendados pelo Congresso (MPs) e de exclusividade de iniciativa de lei em matéria orçamentária e administrativa, criando uma assimetria Executivo-Legislativo. Essas medidas constam da Constituição de 1988, aprovada 32 anos depois.

As MPs criam um estado de coisas, cujos custos de reversão ao status quo ex ante passam a ser arcados pelo Legislativo. Como na França.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Marketing do cigarro eletrônico avança nas redes sociais

Prática ilegal exige sistema de monitoramento para rastreamento digital

Pesquisa conduzida pelo Ministério da Saúde e IBGE em 2008 aponta que 80% dos fumantes brasileiros começaram a fumar antes dos 19 anos de idade e 20% com menos de 15 anos. No Brasil, restrições à publicidade de tabaco são previstas em lei desde 1996 e foram aperfeiçoadas pela lei 12.546/2011. O regramento determina que a propaganda comercial de qualquer produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, é proibida. Mesmo com as restrições legais, a indústria do tabaco continua investindo e encontrando brechas para atrair novos consumidores, especialmente crianças e adolescentes.

Entre as táticas adotadas para atingir esse objetivo estão: apresentação de marcas de cigarro em filmes e seriados; patrocínio de eventos; ações promocionais em mídias sociais; e criação de novos produtos, como os cigarros eletrônicos, que, em sua maioria, contêm nicotina. Quase 20% dos jovens adultos (18 a 24 anos) no Brasil já experimentaram cigarros eletrônicos, de acordo com estudo publicado recentemente no Jornal Brasileiro de Pneumologia, usando como base os dados do Covitel 2022. Esse cenário se dá mesmo com a proibição da comercialização, importação e propaganda de quaisquer dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs).

O marketing do cigarro eletrônico é predominante em plataformas de mídia social — pesquisas realizadas em países de alta renda confirmam isso. Como o ambiente digital é dinâmico, existe a necessidade de ter acesso a dados em tempo real para que seja possível rastrear as práticas da indústria.

Se quisermos atender a essa demanda, precisamos de um sistema de monitoramento de mídia digital, que rastreie o marketing online de tabaco. Há experiências internacionais exitosas nesse sentido, como o Movimento de Denúncia e Fiscalização do Tabaco (Term, na sigla em inglês), liderado pela organização global de saúde pública Vital Strategies e que atua em três países até o momento: Índia, Indonésia e México. As evidências geradas por ele são compartilhadas regularmente com as partes interessadas em cada país, incluindo ministérios da saúde, oficiais de controle do tabagismo, acadêmicos e jornalistas.

Uma análise comparativa da publicidade de cigarros eletrônicos foi feita usando dados coletados nos três países monitorados pelo Term. O estudo concluiu que o marketing online de cigarros eletrônicos está presente em todos os países estudados, mas com questões específicas em cada um, de acordo com a regulação local. Apesar das particularidades, algo em comum foi a presença de muitos anunciantes e marcas diferentes, o que demanda maior esforço de fiscalização. A maior parte das postagens trazia mensagens sobre sabores, cores e especificações técnicas que fazem os produtos parecerem mais atrativos. A análise foi publicada na revista Frontiers in Public Health.

> [...]
> Algo comum [em estudo realizado em três países] foi a presença de muitos anunciantes e marcas diferentes, o que demanda maior esforço de fiscalização. A maior parte das postagens trazia mensagens sobre sabores, cores e especificações técnicas que fazem os produtos parecerem mais atrativos

A Política Nacional Brasileira de Controle do Tabaco prevê uma série de medidas de prevenção à iniciação ao tabagismo e vem colhendo resultados positivos ao longo dos anos. No entanto, é necessário que o Brasil acompanhe as inovações da indústria e tenha estratégias contínuas de vigilância no ambiente digital para monitoramento e prevenção dessas novas formas de incentivo ao consumo de nicotina.

É fundamental que as partes interessadas no controle do tabaco no Brasil, de governos a pesquisadores, passando pela sociedade civil e as próprias plataformas digitais, considerem métodos como o Term para monitorar informações sobre o marketing do tabaco e o comportamento da indústria.

Aliás, as plataformas podem ser aliadas fundamentais para incrementar os esforços de monitoramento que podem subsidiar iniciativas de fiscalização e aprimorar a regulação. Elas estão melhor posicionadas do que qualquer outro ator para monitorar e coibir brechas encontradas pela indústria, garantindo que a saúde de brasileiras e brasileiros, em especial dos jovens, seja preservada.

Felipe Neto, comunicador e influenciador digital; **Pedro de Paula**, diretor-executivo da Vital Strategies no Brasil; **Caio Machado**, diretor-executivo do Instituto Vero; **Tainá Costa**, gerente sênior de Comunicação de Programas da Vital Strategies; e **Victor Vicente**, head de conteúdo do Instituto Vero

O necessário poder investigatório do Ministério Público

Trata-se de questão jurídica simples: inquérito policial não é único instrumento

Mário Luiz Sarrubbo e Arthur Pinto de Lemos Junior
Procurador-geral de Justiça do estado de São Paulo
Secretário especial de Políticas Criminais do Ministério Público de São Paulo

O poder investigatório do Ministério Público é inquestionável nos países mais desenvolvidos. No Brasil, porém, voltará a ser objeto de julgamento no Supremo Tribunal Federal. O assunto já foi julgado diversas vezes. Não se pode esquecer que, em 2013, houve o arquivamento da PEC 37, que pretendia alterar a Constituição para definir a competência exclusiva para a investigação criminal pela Polícia Federal e pela Polícia Civil.

A questão jurídica é bastante simples. O inquérito policial não é o único instrumento de investigação. Assim já decidiu o plenário do STF, pois a Constituição não estabelece o monopólio da função de investigação. Por sua vez, o Código de Processo Penal admite que autoridades administrativas possam exercer função investigatória desde que essa atribuição esteja prevista em lei. O CPP também prevê a possibilidade de a ação penal ser iniciada sem fundamento no inquérito policial e com base em peças de informações.

De outro lado, a Constituição conferiu ao Ministério Público atribuições das mais importantes, como a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, assim como a promoção privativa da ação penal. Para tanto, definiu meios para atingir esses objetivos.

Sem qualquer desprezo à atuação da polícia judiciária, a investigação do Ministério Público é caracterizada pela transparência, com atos instrutórios filmados e, regra geral, públicos. A matéria é regulamentada pela resolução 181 de 2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, que privilegia o respeito aos direitos fundamentais do investigado, com pleno acesso por parte do defensor, além de delimitar prazo para o término da investigação.

> [...]
> O Estado democrático de Direito clama por um reforço na vertente social da política criminal, voltada à reparação do dano, ao acolhimento e à proteção da vítima, bem como no âmbito das pequenas e médias criminalidades e ao fortalecimento da Justiça consensual que desafogue as varas criminais

Com tais diretrizes a nortear o Ministério Público, os resultados auferidos em São Paulo incomodam aqueles que não frequentam usualmente o banco dos réus. Nos últimos dois anos, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) apresentou significativos índices de produtividade, como prisão de 1.558 pessoas (113 envolvidas em crimes contra a administração pública), apreensão de 38.072 toneladas de drogas e condenação de 101 réus por lavagem de dinheiro, além de constrição judicial de 22.410 imóveis produtos de ilícitos e identificação de R$ 19 bilhões auferidos em esquemas de sonegação fiscal ou fraude estruturada.

A relevância do poder investigatório do Ministério Público é incontestе. O Estado democrático de Direito clama por um reforço na vertente social da política criminal, voltada à reparação do dano, ao acolhimento e à proteção da vítima, bem como no âmbito das pequenas e médias criminalidades e ao fortalecimento da Justiça consensual que desafogue as varas criminais. Na órbita complexa do crime organizado, clama-se pela investigação conjunta para que se possa alcançar a recuperação de bens e punir os responsáveis nas esferas cível, penal e administrativa. Quem tem essa vocação e pode atender a esses anseios é o Ministério Público.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

O humorista e músico Juca Chaves, durante evento em São Paulo; ele morreu aos 84 anos neste sábado (25) Bruno Poletti - 10.jun.14/Folhapress

Despedida

"Morre Juca Chaves, o menestrel maldito que desafiou a ditadura, aos 84" (Ilustrada, 26/3). Juca, sua genialidade nunca será superada. Anime os céus.
José Roberto Ferreira (Brasília, DF)

*

Juca Chaves, ídolo icônico de várias gerações! Bendito seja o "Menestrel Maldito" que tanto nos inspirou!
Abdalla Achcar (São Paulo, SP)

*

Hoje em dia talvez não fizesse sucesso. As novas gerações não entenderiam suas sátiras.
Celia Moura (São Bernardo do Campo, SP)

*

Uma das maiores lembranças de infância que tenho do meu pai é dele repetindo o bordão "ajude o Juquinha a botar gasolina azul no seu Jaguar". Eu nem sabia o que era gasolina azul nem Jaguar, mas sempre achei muita graça. Hoje que sei acho mais ainda.
Gley Riviery (Parnamirim, RN)

Repercussão

"Lula acumula desgaste por fala sobre Moro e recalcula planos após cancelar viagem à China" (Política, 26/3). A obsessão do PCC pela morte física do Moro é semelhante àqueles que tentaram a sua "morte jurídica" e pelo mesmo motivo: o combate ao crime organizado nos palácios e nas prisões.
Samuel Gueiros Jr (Santarém, PA)

*

Bolsonaro perdeu as eleições pela boca: falou besteiras demais. Lula deveria ter isso como exemplo. Medir as declarações antes de falar a jornalistas.
Maria José dos Santos (Rio de Janeiro, RJ)

*

Conselho para Lula: esqueça Moro, nunca mais pronuncie o nome dele e foque no que é mais importante, ou seja, unir e reconstruir o Brasil.
Ana Maria Marques (Jundiaí, SP)

*

A extrema direita perdeu força, e agora tentará usar as armas que tem para prejudicar Lula. Nunca poderemos esquecer como Moro agiu com os demais pares, e que, como senador e antigo membro do Judiciário, ainda exerce influência.
Maria Fernandes (Brasília, DF)

Sem entrosamento

"Seleção brasileira perde do Marrocos e indica caminho longo de renovação" (Esporte, 25/3). Ridículo, não vi nada. Menino Ney se livrou das críticas.
Aparecida Alves (São Bernardo do Campo, SP)

*

Sequer brasileiros são! Mercenários sem alma. Talvez nem por culpa deles próprios, mas são peões do jogo de xadrez mercadológico em que estão inseridos!
Julio Cesar Cruz da Silva (Florianópolis, SC)

*

O futebol brasileiro já não encanta. Por sorte vamos estar sempre em Copas porque a América do Sul virou mercado de jogadores.
Adenor Dias (Cotia, SP)

Declaração

"Ministro de Lula tenta desqualificar jornalista da CNN em entrevista" (Política, 25/3). Que feio, hein ministro? Tentar desqualificar a excelsa jornalista Raquel Landim? Muito feio!
Maria Liege de Sousa Leite (Brasília, DF)

*

Em uníssono, agora os petistas passam o pano para a postura arrogante/soberba do ministro Paulo Pimenta, que não conseguiu justificar sua posição estapafúrdia.
Juscelino Pereira Neto (Maringá, PR)

*

Jornalista dando carteirada com "atestado" da USP não vale. Além disso, falta competência da imprensa para interpretar a fala do Lula.
José Duarte (Londrina, PR)

*

O machista errou feio. Na sua posição, pior ainda. Se não respeita uma jornalista, como pode ter responsabilidade e decência para tratar com qualquer caso que envolva mulheres se não as respeita?
Leonilda Pereira Simões (São Paulo, SP)

Saúde laboral

"Servidores do Ministério Público relatam assédio sistemático de chefes, mostra pesquisa" (Mercado, 25/3). Faz-se necessário criar mecanismos de avaliação permanente para os que ocupam função de mando sejam avaliados.
João B de Souza (São Paulo, SP)

*

Ocorre esta barbaridade no MP que é o fiscal da lei, imaginem o que ocorre principalmente no Executivo.
Marcos Antônio (Manaus, AM)

*

Aprendi em minha longa carreira profissional: chefias que assediam empregados e subordinados são despreparadas, incompetentes e inseguras. Não são respeitadas, mas, temidas. Falta competência.
Neli de Faria (São Paulo, SP)

Incentivo

"Novo Mais Médicos deve diminuir déficit, mas mantém desafio de fixar profissionais" (Saúde, 26/3). É tão fácil atrair médicos para lugares remotos. A regra é simples e vale para quaisquer profissões: é só pagar bem.
Luiz Lima (São Paulo, SP)

*

Enquanto acreditarem que o problema é apenas salário, não sairão do lugar. Medicina não se faz apenas com médicos, é preciso estrutura, além de outros profissionais que atuam ao lado dos médicos.
Silvio Reggi (São Paulo, SP)

Áreas de preservação

"Ministério Público investiga construção de prédios de luxo em Balneário Camboriú" (Painel S.A.). Esse lugar é todo equivocado sob o ponto de vista da boa arquitetura e urbanismo. Quem aplaude entende lhufas sobre o assunto.
Cintia Alves (Carapicuíba, SP)

*

Essa prática temerária e criminosa está de alguma forma acontecendo em todo o país. Invadem áreas, forjam um documento inicial de compra e vendem rapidamente a outrem.
Daniel Bertelli (Goiânia, GO)

política

PAINEL | *Fábio Zanini*

painel@grupofolha.com.br

Novos tempos

Após três meses do novo governo, o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Kassio Nunes liberou um processo de uma das principais pautas bolsonaristas: a política armamentista. As ações estão presas em seu gabinete por um pedido de vista desde 2021. Embora a ação liberada não seja a mais importante, entidades da sociedade civil interpretaram o gesto como uma mudança de postura do ministro e uma sinalização de que as outras devem ser liberadas em breve também.

SALDÃO A ação cujo julgamento pode ser retomado desde sexta-feira (24), a ADPF 774, questiona uma resolução do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia que zerava a alíquota de importação para revólveres e pistolas. Antes, ela era de 20%. Ao todo, são 12 processos aguardando análise do STF.

COBERTOR CURTO O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve sinalizar ajuda aos municípios que ainda possuem regimes próprios de Previdência durante a Marcha dos Prefeitos, que começa nesta segunda-feira (27) e vai até quinta.

O QUE TEM PRA HOJE A ideia era anunciar aportes para redução de déficits nos sistemas municipais, mas nem a modelagem jurídica, nem o impacto financeiro ficaram prontos a tempo do evento. Dessa maneira, o anúncio deve se restringir à intenção de priorizar a pauta.

ROTEIRO Novo secretário de Comunicação da Câmara dos Deputados, Jilmar Tatto (PT-SP) pretende criar um "painel da democracia" no prédio, com referências à invasão bolsonarista em 8 de janeiro. A ideia é incluir o tema nas visitas guiadas à Câmara, que Tatto pretende retomar, após a paralisação forçada pela pandemia.

ESPELHO Outra prioridade do secretário é contratar uma pesquisa para aferir a imagem dos deputados federais e da própria instituição junto à população. Além disso, ele pretende levar o sinal digital de emissoras legislativas para 3.000 municípios, um acréscimo com relação aos 1.600 de hoje.

QUEM MANDA Em reunião na segunda-feira (20) com a Executiva do PT na cidade de São Paulo, o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL) ouviu de apoiadores da legenda que o aval que ele recebeu de Lula para ser o representante das duas siglas na disputa pela prefeitura da capital não bastará para que seja abraçado pela militância municipal.

PORTA EM PORTA Para isso, disseram os petistas, Boulos precisará percorrer os diretórios zonais do PT em SP, conversar com militantes, fazer reuniões com as bases da legenda. O parlamentar se comprometeu a fazer esse périplo.

INCOERÊNCIA A deputada Tabata Amaral (PSB-SP) ingressou com ação civil pública e acionou o Procon contra a Sabesp pedindo que a companhia de saneamento seja proibida de cobrar tarifas de esgoto de quem mora em casas sem ligação à rede coletora na capital.

SEM SERVIÇO Na ação, a parlamentar diz que em visita à favela do Vietnã, no Jabaquara, na zona sul de São Paulo, testemunhou que a comunidade vive com esgoto a céu aberto e mesmo assim recebe cobrança de tarifas da Sabesp, o que, defende ela, é abusivo e ilegal.

OUTRO LADO O ex-deputado Eduardo Cunha diz que não há irregularidade no uso de carro alugado pela cota parlamentar da filha, Danielle Cunha (União-RJ). "Qualquer deputado usa o veículo e outras coisas com a família. Deste jeito a minha filha não vai poder morar com o marido no apartamento funcional, pois ele em tese não faz parte do mandato".

com Guilherme Seto e Juliana Braga

Cláudio

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 942,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.618,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
341.327 exemplares (fevereiro de 2023)

Lula durante cerimônia no Planalto Adriano Machado-21.mar.23/Reuters

Lula se desgasta com fala sobre Moro e recalcula planos sem visita à China

Governo esperava que a atenção sobre declarações do presidente seria substituída por repercussão positiva de agenda em Pequim

Mateus Vargas

BRASÍLIA O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) acumula desgastes nos últimos dias com acusações sem provas feitas pelo presidente de que a ação da Polícia Federal para proteger o senador Sergio Moro (União Brasil-PR) teria sido uma armação.

O Planalto ainda recalcula planos após cancelamento da ida de Lula à China.

Havia expectativa no governo de que a atenção sobre as declarações do presidente seria substituída pela repercussão das agendas como a reunião bilateral com o líder chinês, Xi Jinping, além de visitas a fábricas e encontros com empresários.

As reações às falas de Lula passaram a dominar a agenda do Planalto a partir de terça (21), quando o petista afirmou, em entrevista ao site Brasil 247, que, quando estava preso em Curitiba, dizia a visitantes que ficaria bem apenas se conseguisse "foder esse Moro".

No dia seguinte, a PF deflagrou a operação Sequaz para prender integrantes da facção criminosa PCC que planejavam realizar ataques contra autoridades. Um dos alvos era justamente o senador e ex-juiz da Lava Jato.

Integrantes do governo se dividiram sobre a operação.

Na avaliação de alguns aliados do Planalto, a fala de Lula fortaleceu Moro e recolocou o senador na posição de antagonista do mandatário.

Parte da gestão Lula chegou a tentar apontar a ação da PF como prova de que o órgão tem independência no governo atual, inclusive para proteger um dos principais opositores do presidente.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino (PSB), disse na quarta-feira (22) que havia "mau-caratismo" por parte de políticos que tentavam associar a fala de Lula na véspera com a ação da polícia.

"Investigação essa que é tão séria que foi feita em defesa da vida e da integridade de um senador de oposição ao nosso governo. Não se pode pegar isoladamente uma declaração de ontem, ontem literalmente, e vincular a uma investigação que tem meses", declarou o ministro na ocasião.

A tentativa de a ação da PF se tornar uma agenda positiva do governo perdeu força quando o próprio presidente Lula decidiu dobrar a aposta na briga com Moro. "Quero ser cauteloso, vou descobrir o que aconteceu. É visível que é uma armação do Moro", disse o presidente na quinta-feira (23).

Moro rebateu o presidente e cobrou "decência" de Lula.

A juíza Gabriela Hardt, responsável por assinar os mandados de prisão, tirou o sigilo do processo logo após a fala do presidente, a pedido da PF, levando à divulgação de mais detalhes da investigação policial.

Já o ministro-chefe da Secom (Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República), Paulo Pimenta (PT), fez críticas à juíza e sugeriu que não havia pedido da PF para retirar o sigilo.

"Uma juíza retirar o sigilo de um inquérito sensível e perigoso que ainda está em curso, sem combinar com a PF que está no comando da investigação ajuda no que? Tudo isso para ajudar a narrativa de um amigo? Vocês acham normal? Não se indignam?", escreveu ele na sexta (24), no Twitter.

O vice-presidente Geraldo Alckmin também adotou tom diferente de Lula e elogiou a ação da PF. Em vídeo, ele classificou o planejamento do PCC como "graves planos contra a democracia brasileira".

"Parabéns ao Ministério Público de São Paulo, ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal por esse importante trabalho. E parabéns aos profissionais da segurança pública, policiais e agentes penitenciários de todo o Brasil, que dedicam as suas vidas a tornar o nosso país seguro", disse Alckmin.

Neste fim de semana, Moro associou PT e PCC ao questionar endereço de email citado na investigação e reacendeu um bate-boca.

"Gostaria de entender por que um dos criminosos do PCC, investigado no plano de sequestro e assassinato, utilizava como endereço de email lulalivre1063?", escreveu em rede social no sábado (25).

"Essas afirmações de ligação do PT com o PCC não passam de canalhice. Não há indício, prova, nada; só canalhice mesmo. Lembro que não há imunidade parlamentar para proteger canalhice", rebateu Dino, sem citar o senador.

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, chamou Moro de falso. "Sergio Moro vive da mentira desde o tempo em que foi juiz parcial e prendeu Lula sob acusação falsa, em conluio com Dallagnol, abrindo caminho para seu futuro, ex e atual chefe: Jair Bolsonaro", publicou.

> **"Investigação essa que é tão séria que foi feita em defesa da vida e da integridade de um senador de oposição ao nosso governo. Não se pode pegar isoladamente uma declaração de ontem [terça-feira], ontem literalmente, e vincular a uma investigação que tem meses"**
>
> **Flávio Dino**
> Ministro da Justiça do governo Lula

Lula cancelou a viagem à China por apresentar um quadro de pneumonia. A confirmação ocorreu no sábado, após uma avaliação médica. O Planalto ainda não divulgou a nova agenda de Lula para esta semana.

De acordo com a Presidência, o adiamento já foi comunicado para as autoridades chinesas com a reiteração do desejo de marcar a visita em nova data.

Havia expectativa de Lula se apresentar como facilitador de um diálogo pela paz na Guerra da Ucrânia durante o encontro com Xi Jinping, que estava previsto para o dia 28.

O petista ainda assinaria uma série de acordos, como de cooperação e intercâmbio em tecnologias de semicondutores, 5G, 6G e as próximas gerações de redes móveis, inteligência artificial e células fotovoltaicas (para geração de energia solar).

Lula iniciou tratamento com antibióticos após passar por exames no Hospital Sírio-Libanês em Brasília, na quinta-feira (23), quando foi apontado um quadro de broncopneumonia bacteriana e viral por influenza A.

O presidente já havia transferido para o domingo (26) o embarque para a China, originalmente marcado para a manhã de sábado. O novo comunicado do Planalto fala em adiamento até a melhora do quadro de saúde, sem previsão de nova data para a viagem.

"Após reavaliação no dia de hoje [sábado] e, apesar da melhora clínica, o serviço médico da Presidência da República recomenda o adiamento da viagem para China até que se encerre o ciclo de transmissão viral", diz a nota.

O médico Roberto Kalil, que acompanha a saúde de Lula, afirmou à **Folha** neste sábado que não houve agravamento e que o adiamento da viagem ocorreu por uma questão de coerência.

"Ele está tomando antibiótico na veia. Uma coisa é ficar aqui e tomar antibiótico, outra coisa é pegar um voo de 30 horas", disse Kalil.

"O presidente está muito bem, está evoluindo bem. Mas a equipe médica da Presidência, a doutora Ana [Helena Germoglio] junto comigo, sugeriu, e o presidente e a [primeira-dama] Janja decidiram [adiar]."

O médico lembra, inclusive, que a influenza pode ser transmitida a outras pessoas. Kalil estima que Lula possa voltar a trabalhar já nesta semana, mas que uma viagem para a China poderia ocorrer somente daqui a aproximadamente dez dias.

Evangélicos querem distância da esquerda e esperam Bolsonaro voltar

Ainda que permaneça certo desânimo com ex-presidente, discurso antipetista alvoraça púlpitos

SÉRIES FOLHA
O FUTURO DO BOLSONARISMO

Anna Virginia Balloussier

SÃO PAULO Após uma ruidosa participação na campanha eleitoral, em que até mentiu sobre uma intimação do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que nunca existiu, o pastor André Valadão baixou o tom por um tempo. O entusiasmo por Jair Bolsonaro (PL) desbotou em suas redes sociais.

Valadão chegou a se dizer decepcionado com a letargia do aliado após a derrota para Lula (PT), semanas antes da viagem para os EUA que Bolsonaro fez no epílogo do seu mandato, e da qual ainda não retornou.

Em fevereiro, um seguidor quis saber no Instagram: "O senhor batizaria o Lula?". Líder na Igreja Batista da Lagoinha, baseado na mesma Flórida onde por ora reside o ex-presidente, ele respondeu que sim. "Mas deixa uns 30 segundos ali debaixo d'água para dar uma limpada com força, né?"

Ambígua o bastante para mesclar apologia de violência e proposta evangelizadora, a reação ressuscitou algo nas entranhas do bolsonarismo. A quem se perguntava se o triunfo lulista marcaria a volta de uma velha disposição fisiológica no segmento, o chiste mostrou que não é bem assim. O persistente mau humor nas igrejas com a esquerda pode sinalizar um ponto de não retorno nessa relação.

Ainda que permaneça certo desânimo com o que é visto como apatia de Bolsonaro nesses primeiros meses fora do cargo, o discurso antipetista ainda alvoraça púlpitos.

Silas Malafaia foi um dos que foi a público criticar o amigo. Mas a mão que apedreja também afaga.

"Sou aliado, não alienado. Não tenho Bolsonaro como ídolo. Sei que ele tem defeitos, que tem erros, mas põe na balança o que ele fez nos quatro anos de governo. Ele tem muito mais crédito."

E o ex-mandatário conseguiu uma façanha, diz o líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo. "É uma coisa rara: o cara é derrotado e continua com maioria absoluta no segmento."

Malafaia, assim como Valadão, costuma se posicionar com mais belicosidade do que outros colegas, é verdade. Como também é fato que alguns líderes ensaiaram uma trégua. O bispo Edir Macedo, por exemplo, logo depois da eleição falou em perdoar Lula, eleito "por vontade de Deus". As pancadas que o jornal da sua igreja, o Folha Universal, vinha dando na esquerda também murcharam.

Mas "espaços viáveis de conciliação" estão fora do horizonte, afirma o sociólogo Ricardo Mariano, que pesquisa a ascensão evangélica. "A aliança com Bolsonaro robusteceu a radicalização política de grande parte das lideranças, e isso intensificou a oposição ao PT."

Bolsonaro participa de culto em Goiânia Alan Santos-28.ago.21/PR

“ As disputas morais ganharam relevo nas últimas duas décadas. Em resposta a movimentos feministas e LGBTQIA+, a reivindicações por igualdade de gênero e à aprovação, pelo STF, da união civil de pessoas de mesmo sexo e do aborto de anencéfalos, atores evangélicos radicalizaram seu ativismo político

Ricardo Mariano
sociólogo

Esse elemento é novo. Nas gestões anteriores do PT, a vocalização dessas críticas arrefecia assim que os governos eram eleitos

Ana Carolina Evangelista
diretora-executiva do Instituto de Estudos da Religião

Para a cientista política Ana Carolina Evangelista, diretora-executiva do Instituto de Estudos da Religião, pastores bolsonaristas podem até estar "mais calados sobre o apoio a um ex-presidente que saiu do país e nunca mais voltou", mas não silenciaram suas desaprovações a Lula.

"Esse elemento é novo. Nas gestões anteriores do PT, a vocalização dessas críticas arrefecia assim que os governos eram eleitos."

Bater em candidaturas tidas como progressistas não é nenhuma novidade. O próprio Lula apanhou um bocado no passado. A Universal de Edir Macedo o comparava ao diabo em 1989. Em 1994, colocou-o na capa de seu jornal e legendou: "Sem ordem e sem progresso".

Tão logo o petista chegou ao Palácio do Planalto, em 2003, vários líderes suspenderam a beligerância e abraçaram o PT, cortesia que se estendeu ao governo Dilma Rousseff. Entre os fatores que colaboraram para o desgaste dessa relação estavam a iminência da perda de poder, na medida em que o impeachment de Dilma se avizinhava, e também o avanço da agenda identitária.

É preciso considerar que o bolsonarismo se retroalimentou desse fenômeno relativamente novo, diz Mariano.

"As disputas morais ganharam relevo nas últimas duas décadas. Em resposta a movimentos feministas e LGBTQIA+, a reivindicações por igualdade de gênero e à aprovação, pelo STF, da união civil de pessoas de mesmo sexo e do aborto de anencéfalos, atores evangélicos radicalizaram seu ativismo político, sobretudo a partir do primeiro governo Dilma, em defesa da conformação do ordenamento jurídico a valores bíblicos."

Deram assim uma contribuição e tanto para a avalanche de manifestações de direita que jorrariam nos anos seguintes, segundo o sociólogo. Bolsonaro pegou carona nesse Zeitgeist em formação, como ao difundir a falsa tese do "kit gay".

Num primeiro momento, o retorno do lulismo pareceu desnortear a cúpula evangélica. Encontrar saídas honrosas para se aliar ao governante da vez costumava ser a praxe. Bússolas para o batalhão de pequenos e médios pastores país afora, líderes de envergadura nacional apostaram alto na reeleição de Bolsonaro. Ele perdeu, e eles se viram numa posição que lhes era pouco familiar: oposição.

Para Evangelista, o debate "é menos sobre como se mantém o bolsonarismo e mais sobre como, e se se mantém, o antiesquerdismo". Pastores, afinal, pautam a base, mas também são pautados por ela. Fica insustentável persistir no discurso do medo se lá na ponta os fiéis estão vendo melhoras reais no dia a dia.

"Que políticas deste governo também estão a serviço dessa população e melhoram concretamente suas condições de vida como trabalhadores, mães de família, jovens inseridos nas universidades e no mercado de trabalho? Independentemente de serem evangélicos."

“ Em futuras eleições, continuaremos sendo guiados pelos mesmos princípios que nos trouxeram até aqui, ou seja, mais à direita

bispo Eduardo Bravo
frente da Unigrejas, braço da Universal

Sou aliado, não alienado. Não tenho Bolsonaro como ídolo. Sei que ele tem defeitos, que tem erros, mas põe na balança o que ele fez nos quatro anos de governo. Ele tem muito mais crédito

pastor Silas Malafaia
Assembleia de Deus Vitória em Cristo

Chegamos então a um impasse. Ainda não há qualquer sinal à vista de que o PT vai conseguir reaver a parceria com as igrejas. Já Bolsonaro ainda é um farol, mas sua moral no segmento caiu no último trimestre.

A Casa Galileia, que monitora redes sociais evangélicas, notou essa retração, diz seu assessor de campanhas, o antropólogo Flávio Conrado.

Os acampamentos em frente a quartéis, que por fim desembocaram nos ataques golpistas de 8 de janeiro, afugentaram parcela dos crentes.

"Alguns já disseram ali 'perdemos' e vamos então orar pelo Lula, botar a viola no saco e lidar com a perda. A candidatura de Bolsonaro foi trabalhada como a luta do bem contra o mal, e a derrota causou grande frustração entre os fiéis."

A partida para os EUA, contudo, deixou um vácuo no conservadorismo, afirma Conrado. "Me parece ter uma rearrumação desse campo, esse refluxo. Ele vai continuar sendo a liderança da extrema direita?"

O deputado Otoni de Paula (MDB-RJ), que chegou a posar com petistas e dizer que a omissão do ex-presidente nos últimos tempos "beira a covardia", é um bom exemplo desse pêndulo entre pragmatismo político e óbice ideológico.

"Sem dúvida alguma", diz o membro da bancada evangélica, Bolsonaro ainda é o grande nome para 2026 nos templos. "Ele tem a capacidade da Fênix. Quando todos apostam que agora já era, ele consegue ressurgir. As críticas que ele sofreu, e inclusive fiz parte de algumas delas, não são fator de ruptura."

Retomar uma acomodação com progressistas lhe parece algo improvável, diz. "Antes você não tinha muito bem a compreensão entre direita e esquerda. Com a voz dissonante do bolsonarismo, passou-a se ter a real clareza do que é uma e do que é outra. Por isso acho muito difícil que o lulismo consiga fazer dentro da igreja o que Bolsonaro fez. Era necessário que o PT morresse e ressuscitasse com nova roupagem ideológica."

"Em futuras eleições, continuaremos sendo guiados pelos mesmos princípios que nos trouxeram até aqui, ou seja, mais à direita", afirma o bispo Eduardo Bravo, à frente da Unigrejas, braço da Universal.

Esse nome pode ser Bolsonaro, mas não necessariamente. "Para mim, pessoalmente, mito somente o Senhor Jesus."

Enquanto isso, o efeito rebote vem a mil. Daí o fortalecimento de pautas como o preconceito visto no deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), que usou uma peruca para zombar as trans no Dia da Mulher, e no reforço transfóbico do também evangélico senador Magno Malta (PL-ES). Em evento com Michelle Bolsonaro, ele disse que homens nunca terão útero, ataque patente à mulher trans.

Valadão, o pastor que sugeriu deixar Lula um tempinho sob a água para batizá-lo, embarcou na mesma onda. Postou uma montagem da "picanha trans", que "nasceu coxão duro, mas se sente picanha".

"Tá desse jeito", comentou. O futuro do bolsonarismo entre evangélicos está nas mãos de líderes como ele.

Exército e Aeronáutica também cobram desfiliação partidária

Mateus Vargas

BRASÍLIA O Exército e a Aeronáutica acompanharam a Marinha e orientaram seus militares a se desfiliarem de partidos políticos.

No começo de março, a Marinha deu 90 dias para que militares deixassem as legendas, como mostrou a **Folha**. A ordem foi repassada no mesmo dia em que a cúpula da corporação se encontrou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A informação de que Exército e a FAB (Força Aérea Brasileira) adotaram esse posicionamento foi noticiada pelo jornal O Globo e confirmada pela **Folha**.

Em nota, a FAB argumentou que a Constituição Federal já prevê que "o militar, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos".

A corporação disse orientar periodicamente seus militares "para que consultem a Justiça Eleitoral, para que não sejam surpreendidos por filiações às quais não tenham dado causa".

A Aeronáutica ainda disse respeitar escolhas pessoais de seus militares, "desde que em cumprimento às legislações vigentes".

O Exército afirmou, em nota, ter emitido uma determinação para que, "no mais curto prazo," os militares deixem os partidos políticos. "Pois tal situação contraria as normas vigentes e é passível de sanção disciplinar", disse ainda o Exército.

O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, entregou no último dia 14 ao Palácio do Planalto uma minuta de PEC (proposta de emenda à Constituição) para proibir que os militares da ativa assumam cargos políticos.

Nas regras atuais, se um militar quiser se candidatar a cargos no Legislativo ou Executivo, ele deve pedir afastamento da Força. Se não se eleger, o militar fica autorizado a voltar à ativa. É exatamente o retorno que a Defesa quer evitar com a PEC em gestação.

A Marinha foi a Força que mais criou dificuldades para Lula durante a transição de governo. O ex-comandante Almir Garnier evitou encontros com Múcio e faltou à passagem de comando para o novo chefe Marcos Sampaio Olsen — ação inédita desde a redemocratização.

As Forças Armadas ainda foram alvo de críticas durante o governo Jair Bolsonaro (PL) devido ao alinhamento de sua cúpula ao ex-presidente, por exemplo, ao alimentar teses golpistas contra as urnas eletrônicas.

Justiça Militar trabalha para mudar imagem

Estratégia busca mostrar que instituição é efetiva nas punições e evitar acusações de conivência com fardados

José Marques e Cézar Feitoza

BRASÍLIA Sob os holofotes após a gestão de Jair Bolsonaro (PL) e os ataques antidemocráticos de 8 de janeiro, a Justiça Militar passou a reforçar o discurso de que não é permissiva e que tem julgado e punido os integrantes das Forças Armadas que tenham cometido irregularidades.

A subida no tom vem acontecendo em meio ao início da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na Presidência da República e à troca no comando do STM (Superior Tribunal Militar) para o tenente-brigadeiro do ar Francisco Joseli Parente Camelo.

Além disso, as atribuições desse ramo do Judiciário têm sido discutidas em processos que tramitam no STF (Supremo Tribunal Federal) e que visam restringi-las.

O debate sobre a melhoria na divulgação dos trabalhos da Justiça Militar não é novo e já foi tratado em 2021 entre a corte e o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), mas acabou atropelado em meio à série de ameaças golpistas feitas por Bolsonaro e sem reação contrária das Forças Armadas.

Também havia intensa participação de militares, inclusive da ativa, em postos-chave do governo Bolsonaro.

Agora, um mantra repetido pela Justiça Militar é o de que não será tolerado que seus integrantes se manifestem de forma político-partidária ou que se posicionem de forma a ameaçar o Estado democrático de Direito.

A posição da Justiça Militar está em consonância com a do novo comandante do Exército, o general Tomás Paiva, que em teleconferência no início do mês com todos oficiais e sargentos da Força orientou que eles também não podem ter perfis em redes sociais com identificação de função militar e patente.

Em movimento semelhante, a Marinha enviou comunicado a seus oficiais definindo prazo de 90 dias para que os militares da ativa se desfiliem de partidos políticos, sob risco de punição.

A Constituição já proíbe que membros das Forças Armadas tenham filiação partidária, mas a fiscalização passa ao largo disso.

Exército e Aeronáutica tomaram medidas no mesmo sentido.

O Exército afirmou, em nota, ter emitido uma determinação para que "no mais curto prazo" os militares deixem os partidos políticos. A FAB (Força Aérea Brasileira) disse orientar periodicamente seus militares "para que consultem a Justiça Eleitoral, para que não sejam surpreendidos por filiações às quais não tenham dado causa".

O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, ainda articulou com os comandantes Tomás Paiva (Exército), Marcos Olsen (Marinha) e Marcelo Damasceno (Aeronáutica) uma minuta de PEC (proposta de emenda à Constituição) para impedir que militares permaneçam na ativa se disputarem eleições ou assumirem cargos de chefia no Executivo.

O texto está no Palácio do Planalto, que deve sugerir adequações e enviar a proposta ao Congresso Nacional em abril.

Embora a maioria dos inquéritos relacionados aos ataques golpistas às sedes dos três Poderes tenha ficado sob a responsabilidade do STF, por decisão do ministro Alexandre de Moraes, dois procedimentos continuam tramitando na Justiça Militar sobre o tema.

Ambos tratam de manifestações de militares sobre o assunto.

Um dos inquéritos é por suspeita de injúria de um oficial que criticou o Alto Comando do Exército por não ter dado um golpe contra Lula; outro trata de um integrante das Forças Armadas que elogiou o movimento golpista nas redes sociais.

Outras ações similares, que não tratam necessariamente dos ataques golpistas do dia 8 de janeiro, também passaram a ser divulgadas com mais destaque pela Justiça Militar.

É o caso da condenação de um major do 2º Batalhão de Engenharia de Construção de Teresina que queria se candidatar a deputado federal e apoiava abertamente Jair Bolsonaro.

Apesar de ter sido alertado, ele não parou de fazer as publicações e foi condenado em duas ações penais militares pelo crime de recusa de obediência a uma pena de dois anos de prisão.

A Justiça Militar também tem dado mais destaque às ações que impedem que integrantes das Forças Armadas sejam promovidos a oficiais devido a condenações prévias por crimes como, por exemplo, corrupção.

No Supremo, processos que tratam dos limites de atuação da Justiça Militar e de quais são as suas responsabilidades são colocados e retirados da pauta há anos.

Em 2023, após o 8 de janeiro, um deles avançou. O julgamento dizia respeito à possibilidade de a Justiça Militar analisar crimes que acontecem no chamado "exercício das atribuições subsidiárias das Forças Armadas", como em operações de GLO (Garantia da Lei e da Ordem).

Na ocasião, Ricardo Lewandowski, do STF, argumentou em seu voto que as regras criam um foro privilegiado para os militares que viola o princípio da isonomia e do devido processo legal. O julgamento, entretanto, foi suspenso.

Outro processo que aguarda decisão do Supremo, relatado pelo ministro Gilmar Mendes, questiona a possibilidade de civis serem julgados nos bancos da Justiça Militar em tempos de paz.

Na posse de Joseli como presidente do STM, a defesa dos trabalhos da Justiça Militar foi feita, inclusive, em discurso do procurador-geral da Justiça Militar, Antônio Duarte.

Estavam presentes Lula, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e a presidente do Supremo, Rosa Weber, além de ministros como Alexandre de Moraes.

"A presença neste ato solene de autoridades de expressão dos três Poderes e de outras relevantes instituições já indica que, para além do prestígio pessoal dos ora empossados, há também o inequívoco respeito à história deste multissecular braço da Justiça brasileira", disse Duarte.

"A Justiça Militar da União, integra, com muita dignidade e altivez, o nosso Poder Judiciário pátrio, sendo um de seus órgãos especializados."

"Portanto, não se assemelhando a qualquer corte marcial existente em outros países e jamais se constituindo em Justiça de exceção, como alguns, em claro propósito de apequenar sua importância, procuram disseminar, irresponsável e desrespeitosamente", disse o procurador-geral da Justiça Militar.

Pacheco, Lula e Rosa Weber e Aras na posse de Francisco Joseli Parente Camelo no STM Pedro Gontijo-16.mar.23/Senado Federal

> "Com o propósito de cumprir a legislação vigente, decorrido o prazo estipulado de 90 dias sem que haja a correspondente desfiliação, serão adotadas as medidas disciplinares cabíveis em decorrência do eventual descumprimento da norma constitucional
>
> **Comunicado da Marinha**

Comissão que fiscaliza Abin desperta interesse do Congresso após interferência política e 8/1

Thaísa Oliveira

BRASÍLIA Praticamente esquecida desde que foi criada, em 2013, a Comissão de Controle de Atividade de Inteligência (CCAI) ganhou a atenção do Congresso após os ataques de 8 de janeiro e o uso político da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) durante o governo de Jair Bolsonaro (PL).

No ano passado, a CCAI fez apenas uma reunião —em formato remoto e com pouco mais de nove minutos de duração.

O encontro foi convocado às pressas em novembro após os próprios servidores da Abin alertarem o Congresso que podiam perder recursos no Orçamento de 2023.

O cenário é parecido com o de anos anteriores. Em 2021, por exemplo, deputados federais e senadores fizeram só cinco reuniões —sendo a primeira delas para formalizar a instalação da comissão mista.

Neste ano, no entanto, parlamentares não escondem o interesse pelo grupo.

Está com a CCAI, por exemplo, um relatório sigiloso enviado pelo GSI (Gabinete de Segurança Institucional) com as informações de inteligência reunidas antes do ataque às sedes dos três Poderes.

"Agora nós percebemos que a atividade de inteligência é uma coisa muito séria para o Congresso não atuar. O que contribuiu para isso? O dia 8 de janeiro foi o fator mais decisivo", afirma o senador Esperidião Amin (PP-SC), que presidiu a CCAI em 2022 e solicitou as informações ao GSI.

"[Teve também] essa recente notícia do tal contrato que permite seguir [indivíduos] pelo celular. As pessoas ficaram assustadas com possíveis distorções do uso", completa, dizendo que também cresceu nos últimos anos o interesse do Parlamento por assuntos de defesa cibernética.

Autor da resolução que criou a CCAI uma década atrás, quando era presidente do Senado, o senador Renan Calheiros (MDB-AL), vice-presidente da comissão mista, pretende "concretizar o funcionamento" neste ano.

"Eu que fiz o regimento interno, que sei da necessidade do funcionamento dela para fazer o controle dos órgãos de inteligência, que passam de 40. Não é só a Abin. Ela tem que funcionar permanentemente como [funcionam as] comissões de controle das atividades de inteligência em todos os Parlamentos do mundo", diz.

Renan Calheiros afirma querer, além de ouvir o próximo diretor-geral da Abin, chamar outros ex-diretores da agência para "saber o que a Abin fez efetivamente nos últimos anos".

"Ela tem que ser uma agência de inteligência, e não de bisbilhotice, xeretice", completa o senador.

Em 2021, a Abin foi acusada de produzir relatórios para defender o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) no suposto esquema das "rachadinhas" na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Ainda sob Bolsonaro, comandada pelo atual deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ), amigo da então família presidencial, a Abin, de acordo com investigação da Polícia Federal, atuou para atrapalhar uma apuração contra Jair Renan, o filho 04 do ex-presidente.

A agência ainda foi acionada por Bolsonaro para tentar coletar informações que pudessem sustentar suas teorias conspiratórias sobre fraudes nas urnas eletrônicas.

Servidores que acompanham a comissão com poder para fiscalizar o órgão afirmam que a transferência da Abin do GSI para a Casa Civil também despertou atenção do Congresso, além do debate ocorrido no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A comissão é formada por 12 parlamentares: os líderes da maioria e da minoria das duas Casas, além de um nome indicado por cada um dos quatro, os presidentes das Comissões de Relações Exteriores da Câmara e do Senado e representantes eleitos pelo colegiado de cada uma dessas comissões.

Renan, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado e líder da maioria, terá ainda mais influência sobre a CCAI.

O Senado ainda não sabe como resolver a participação dupla do senador, mas deve sugerir que ele indique um dos vice-líderes da maioria.

Assim, o senador alagoano deve não só participar da comissão neste ano e presidi-la no próximo, como também apontar diretamente outros dois integrantes —tornando-o responsável por metade das vagas a que o Senado tem direito.

O senador afirma que essa "é uma coincidência que a vida reserva" e que não quer exercer voto duplo. Segundo ele, a Casa ainda vai encontrar a melhor solução regimental.

O presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara e da CCAI, deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP), já se reuniu com Renan e reforça que a comissão de inteligência vai andar neste ano.

"É uma comissão prevista no regimento. Eu não posso avaliar os motivos pelos quais ela não funcionou nos anos anteriores, mas eu posso garantir que ela vai funcionar. É uma comissão estratégica para o Congresso", afirma.

Até o momento, apenas outros três parlamentares estão definidos, além de Renan e Barbosa: o senador e ex-ministro de Bolsonaro Ciro Nogueira (PP-AL), por ser líder da minoria no Senado; o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), líder da minoria na Câmara; e o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), líder da maioria.

As atividades de inteligência também estão na mira da Comissão de Relações Exteriores do Senado.

Esperidião Amin pretende convidar para prestar informações o ex-diretor-adjunto da Abin Saulo Moura da Cunha, que estava à frente da agência em 8 de janeiro, quando apoiadores de Bolsonaro depredaram as sedes dos três Poderes.

Renan Calheiros, vice-presidente da comissão mista Jefferson Rudy-22.mar.23/Agência Senado

Política e violência

Facções usam estratégias típicas de movimentos sociais para contestar governos

Angela Alonso
Professora de sociologia da USP e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

Fogo em montanhas de lixo, carros virados, vitrines quebradas, barricadas. Sem contar pichações, saques e incêndios. O Le Monde resumiu a quinta como dia de cólera, que escorreu semana afora. A ignição foi a reforma da Previdência. Mas mobilizações similares vêm se sucedendo na terra de Macron, basta lembrar os coletes amarelos. O assunto era outro, o formato, o mesmo: um coquetel de violência e política. A mistura é frequente, a nomeação, variável. Os eventos franceses, nos quais correram soltos a tática black bloc e a repressão policial, foram classificados como protestos. Ninguém morreu. Se tivesse havido letalidades, mudaria o nome? Na França, a política violenta nem seria novidade, lá se inventou a guilhotina.

Aqui já se viu esse filme francês, estrelado por quebra-quebra black bloc e cacetada policial. Mas nem todas as ações coletivas reivindicativas que envolvem violência têm sido tratadas como o que sempre são: políticas.

O plano desbaratado do PCC é emblemático. O promotor Lincoln Gakiya, um dos alvos potenciais, admitiu serem "ataques a agentes públicos e sequestro de autoridades para forçar o governo", mas despolitizou: "infelizmente, estão fazendo uso político". Não apenas o uso da ação do PCC, mas ela própria foi carregada de política. Grupos em desvantagem na repartição de recursos e poder que se organizam e dirigem demandas a autoridades são uma definição de movimento social que casa com o vídeo da facção a propósito da situação carcerária no Rio Grande do Norte. Na cena, são três. Seus rostos cobertos, como em muitas manifestações antiglobalização, um deles porta máscara do Anonymous.

Exibem armas, como em filmagens de movimentos islâmicos. A simbologia é política. O planejamento minucioso de um possível assassinato evoca os atentados de movimentos como as Brigadas Vermelhas, o Ira, o Eta. Em todos, a fronteira entre ação criminal e política é esfumaçada.

As demandas também são políticas. A lista ecoou de um gravador. Nem rosto nem nomes, à maneira dos movimentos que negam liderança. A voz anônima falou por todos. Como é típico de movimentos, reclamou direitos, o dos presos -como as visitas íntimas e a liberação dos que já cumpriram pena. E, como os movimentos anticorrupção, denunciou práticas espúrias de autoridades.

A resposta foi igualmente política. Virou assunto no parlamento. O senador Randolfe se solidarizou com o colega ameaçado, mas lembrou a culpa no cartório do governo ao qual Moro serviu -o plano malogrado era de agosto.

O vice-presidente, didático, remontou ao livro do ex-juiz para apontar a situação contemporânea como resultado de inação deliberada de Bolsonaro. O ex-presidente respondeu, de seu retiro espiritual em Miami, equiparando o complô ao atentado que sofreu (e do qual acusou um partido) e ao assassinato de um prefeito petista.

Violência e política se entrelaçaram neste episódio, como no 8 de janeiro. Grandes organizações criminais, e não só o PCC, controlam territórios e populações, à maneira de pequenos estados. Agora avançam no uso de estratégias típicas de movimentos sociais para contestar governos.

Sua legitimidade para fazê-lo não depende apenas das armas que portam, mas das demandas que vocalizam, a de grupos sociais a que os políticos raramente ouvem. Se a política institucional não abrir logo seus ouvidos, pode acabar surda pelo ratatá das metralhadoras.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Camila Rocha, Angela Alonso | **TER. Joel Pinheiro da Fonseca** | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo | SÁB. Demétrio Magnoli

Ricardo Nunes durante reunião em São Paulo 5.jan.23-Divulgação/Governo do Estado de SP

O ex-ministro Ricardo Salles em seu escritório em SP Eduardo Knapp-12.ago.22/Folhapress

Nunes e Salles tentam espaço na direita e apoio do PL em SP

Na eleição de 2024, prefeito e ex-ministro querem alcançar além do bolsonarismo e falar sobre a capital paulista

Carolina Linhares

SÃO PAULO Em disputa pelo eleitorado de direita, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) e o deputado federal Ricardo Salles (PL) dependem dos apoios de Jair Bolsonaro (PL), de Tarcísio de Freitas (Republicanos) e do próprio PL para consolidar suas candidaturas à Prefeitura de São Paulo em 2024.

Na outra ponta, os concorrentes à esquerda são Guilherme Boulos (PSOL), que já tem um acerto com o PT, e Tabata Amaral (PSB), que também ensaia uma candidatura.

O PL está dividido no racha que marca a legenda do centrão desde a filiação do agora ex-presidente —o PL fisiológico vê vantagens (e cargos) em apoiar o prefeito, enquanto a ala "Bolsonaro acima de tudo" quer um candidato que siga sua cartilha, como o ex-ministro do Meio Ambiente.

O PL é o partido com a maior bancada da Câmara dos Deputados e da Assembleia, o que faz deputados paulistas —não só Salles, mas também Eduardo Bolsonaro (PL-SP)— mirarem uma candidatura própria na capital paulista.

Quem não gostaria de ter que fazer essa escolha é o governador Tarcísio, que desde a sua própria campanha busca furar a bolha dos ideológicos sem perder seu apoio entre os bolsonaristas. Ele tem se aproximado de Nunes, inclusive trabalhando em projetos conjuntos na cracolândia.

Uma solução de consenso seria, portanto, que um candidato ligado a Bolsonaro ocupasse a vice de Nunes, algo defendido por alguns políticos e vetado por Salles. Aliados afirmam que o deputado não aceitaria a cadeira de vice, mas retiraria sua candidatura caso outro bolsonarista ocupe esse lugar.

Porém, se o PL indicar um nome do centrão para a vice ou nem sequer ficar com essa vaga na coligação de Nunes, Salles cogita sair do partido e se candidatar por uma sigla nanica. O plano dependeria do aval de Bolsonaro.

Bolsonaristas dizem que, na pior hipótese, seria preferível perder marcando posição numa candidatura nanica do que perder após negociar o apoio do PL a Nunes.

Interlocutores do prefeito minimizam a concorrência com Salles —desde que Nunes mantenha o PL na coligação e o bolsonarista apoie o prefeito num eventual segundo turno. Já uma das vantagens de ter o apoio de Salles desde o primeiro turno seria evitar que ele, como concorrente, lance críticas à gestão do emedebista.

Bolsonaro tem sido aconselhado a apoiar um candidato viável em São Paulo, para evitar se associar a derrotas —o naufrágio em 2020 com Celso Russomanno (Republicanos) ficou de aprendizado.

Nesse sentido, Nunes larga na frente com o desenho de uma aliança numerosa, com recursos e tempo de TV, além de deter a máquina da prefeitura. Tudo isso pode não servir de nada, como lembram bolsonaristas, ao mencionarem o ex-governador Rodrigo Garcia (PSDB), derrotado em 2022.

Para entusiastas e adversários de Nunes, a sua viabilidade está atrelada ao sucesso da administração, que vem sendo criticada pelo descaso com a limpeza e com os moradores de rua. Não é a toa que a prefeitura vai ampliar de forma significativa o gasto com zeladoria, em busca de resultado em um ano e seis meses.

Nunes articula uma ampla aliança de centro-direita, com MDB, PSDB, PSD, Podemos, PP, União Brasil, Republicanos e PL —legendas representadas em um jantar oferecido pelo prefeito no fim do mês passado.

Da mesma forma, em relação ao seu discurso eleitoral, aliados de Nunes afirmam nos bastidores que ele deveria buscar o caminho do meio. Ou seja, se concentrar em temas da cidade, sem radicalizar, nacionalizar ou entrar na polarização entre esquerda e direita.

Essa foi a fórmula que reelegeu Bruno Covas (PSDB) em 2020, de quem Nunes foi vice e herdou a cadeira após a morte do tucano em maio de 2021. A coligação tinha 11 partidos, e Covas apresentou-se como um candidato de centro.

Naquela eleição, com Bolsonaro ao lado de Russomanno e a esquerda representada por Boulos, Covas ficou livre para se posicionar entre um e outro.

Embora a sua ligação umbilical com Bolsonaro não lhe permita reivindicar o centro, Salles também visa ampliar seu eleitorado para além do bolsonarismo raiz, o que é necessário para tornar-se competitivo.

Interlocutores do deputado avaliam que não há como ele se desvincular do ex-presidente e nem é essa sua intenção, pelo contrário, mas Salles também terá um discurso voltado para a cidade —denunciando supostos esquemas que atrapalham os serviços da população.

Os cálculos dos times de Nunes e Salles em relação a Bolsonaro levam em conta o cenário adverso para a direita na capital, onde Lula (PT) derrotou Bolsonaro por 53,5% a 46,5% e Fernando Haddad, candidato a governador, derrotou o eleito Tarcísio (54,4% a 45,5%).

Ainda assim, lembram políticos da direita, a cidade elegeu João Doria no primeiro turno em 2016 —no contexto do impeachment de Dilma Rousseff (PT). Portanto, na avaliação de estrategistas de ambos os Ricardos, a situação do governo Lula e o envolvimento do petista na campanha de Boulos pesará na eleição de 2024.

Nunes e Salles vêm fazendo seus movimentos em direção ao bolsonarismo, a começar pela escolha dos marqueteiros.

Duda Lima, que foi o responsável pela campanha de Bolsonaro em 2022 por indicação do PL, deve comandar a campanha do prefeito. E Salles contratou Pablo Nobel, que fez a campanha de Tarcísio.

Nos últimos dias, como mostrou o Painel, os dois postulantes se reuniram com bolsonaristas. Salles recebeu em sua casa deputados federais e estaduais da ala fiel a Bolsonaro do PL. O ex-ministro também acompanhou a posse dos deputados estaduais, posou para fotos e foi tratado como candidato pelos bolsonaristas.

Já Nunes se reuniu com Eduardo Bolsonaro e Osmar Terra (MDB-RS) na prefeitura. Segundo políticos próximos, a conversa entre o prefeito e o filho do ex-presidente selou uma primeira aproximação —trataram de assuntos da cidade e uma possível candidatura de Eduardo foi mencionada brevemente.

Salles não tem outra opção a não ser abraçar a pecha de bolsonarista, mas aliados de Nunes ponderam sobre as vantagens e desvantagens de ser o representante da direita ideológica na disputa da capital.

Por um lado, os votos dos apoiadores do ex-presidente são cruciais para a ida ao segundo turno, e há uma aposta de que a eleição não seja tão nacionalizada, ou seja, que temas tóxicos como golpismo e negacionismo sejam secundários.

No entanto, caso carregue o carimbo de bolsonarista, Nunes pode viver uma relação ambígua com o público do ex-presidente, como aconteceu com Russomanno, alvo de fogo amigo da direita na campanha.

Nem Nunes nem Russomanno são bolsonaristas raiz. É justamente para evitar esse incômodo visto em 2020 que o núcleo da direita ideológica defende a candidatura de Salles.

O prefeito é simpático ao ex-presidente, que fechou acordo de R$ 25 bilhões para extinguir a dívida da prefeitura com a União em troca da cessão do Campo de Marte —o que salvou o caixa do município.

Contudo, tem mantido uma distância protocolar. No segundo turno de 2022, por exemplo, Nunes declarou apoio explicitamente a Tarcísio, o que evitou fazer com Bolsonaro.

O ex-governador de SP João Doria em sua casa, na capital paulista Bruno Santos-3.nov.22/Folhapress

“Ele mesmo, João, pensava que não tinha sido eleito para agir politicamente, ou segundo as regras da política tradicional, e sim para mudá-las, ainda que para isso criasse inimigos. Era aquela forma de agir e pensar que levava o Brasil ao atraso —e, se fosse para melhorar, quem tinha de mudar era o sistema, e não ele

Thales Guaracy
autor

Biografia de Doria tem vida pessoal e pistas sobre sua derrocada política

Thales Guaracy entrevista aliados para contar trajetória meteórica do ex-governador

Carolina Linhares

SÃO PAULO No livro “João Doria – O Poder da Transformação”, biografia do ex-governador de São Paulo que será lançada pela editora Matrix nesta segunda-feira (27), o jornalista Thales Guaracy observa que o ex-tucano ganhou as prévias presidenciais do PSDB, em 2021, mas não levou a candidatura em 2022 —e que pouca gente, nem mesmo o próprio Doria, entendeu direito o que aconteceu.

Como todo personagem digno de um livro biográfico, João Doria carrega uma trajetória que desperta interesse, sobretudo pela meteórica ascensão na política, com uma vitória no primeiro turno em 2016 e, menos de seis anos depois, uma retirada melancólica da vida pública, sem realizar a pretensão da candidatura à Presidência da República.

Embora a biografia se dedique mais ao que deu certo na vida de Doria do que ao que não deu, o livro dá pistas sobre o que pode ter levado a esse desfecho e expõe bastidores das campanhas do ex-tucano e das disputas políticas nelas envolvidas.

Guaracy entrevista os políticos mais próximos de Doria, além de amigos e familiares. Raul, irmão do ex-governador, afirma ao escritor que Doria foi “excluído do sistema político”, como o pai deles, que foi cassado pela ditadura militar.

Já o ex-governador Rodrigo Garcia (PSDB), que foi vice de Doria, diverge de Raul ao dizer ao biógrafo que “João não foi tirado da disputa”, mas que houve má vontade do PSDB, o que fez ele analisar as dificuldades e desistir.

O jornalista aponta, por sua vez, que o movimento contra Doria no PSDB “era também em direção a [Jair] Bolsonaro”. A exemplo da bolsonarização do partido, ele cita o episódio em que Rodrigo estendeu tapete vermelho ao então presidente no Palácio dos Bandeirantes, durante o segundo turno da campanha.

No mesmo saguão, lembra o livro, em que Doria dava suas entrevistas à imprensa a respeito da pandemia e se opunha ao negacionismo de Bolsonaro. Esse embate, inclusive, é narrado em um capítulo específico. Da mesma forma em que expõe a oposição de Doria a Bolsonaro, Guaracy também ressalta o antagonismo entre o ex-governador e Lula (PT).

O autor atribui a alta rejeição de Doria entre o eleitorado, motivo que levou o PSDB a rifá-lo em 2022, à máquina de ataques do bolsonarismo —explicação já expressada por Doria e aliados. Já a parcela de culpa de Lula no naufrágio de Doria estava no esvaziamento da terceira via, já que o petista atraiu o apoio de tucanos históricos.

Em ordem cronológica, o livro detalha a vida dos pais de Doria para depois narrar a dele próprio, o que ajuda a entender como e por que João Doria, o pai, se tornou a principal referência do filho. Em 1964, o Doria pai, então deputado federal, teve que se exilar em Paris quando a ditadura militar se instalou no Brasil.

Nesse ponto, a biografia localiza no tempo o período de dificuldade financeira a que Doria sempre se refere, quando ele tinha entre 8 e 16 anos, e o pai estava no exílio. O livro se debruça sobre a carreira na publicidade de Doria pai e de Doria filho, e também conta sobre o período deste último na Embratur.

A obra, cujo prefácio foi escrito pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), narra a visão de Doria sobre suas conquistas, exaltando em tom laudatório a superação de dificuldades e as entregas no Governo de São Paulo, sobretudo a vacina contra a Covid.

É também o lado de Doria que aparece quando os embates internos do PSDB são narrados, ainda que alguma autocrítica seja pescada aqui e ali quando o autor afirma que Doria se indispôs e entrou em confronto com o “alto tucanato” e “a velha política do partido”.

Ele menciona, entre outras, disputas com Geraldo Alckmin (PSB) e Aécio Neves (PSDB) —sempre sob o olhar de Doria, que fica no papel de traído e injustiçado pelos seus pares.

Para Guaracy, Doria é “o líder que quer realizar, não importam os obstáculos”. O livro descreve uma obsessão do ex-tucano pelo perfeccionismo e pela pontualidade e narra que, na prefeitura, ele adotou “métodos de trabalho de empresas privadas”. Havia um prêmio de secretário do mês, e Doria presenteava com um relógio o escolhido.

Nesse sentido, a obra mostra que Doria, no mundo da política, foi um estranho no ninho e recorre aos chavões da antipolítica e da velha política para expor a tese de que o ex-governador, um “empreendedor que se lança à política”, encontrou dificuldades por não se curvar à política tradicional que ele rejeitava.

A saída de Doria da corrida eleitoral, segundo Guaracy, foi o jogo político cobrando seu preço. “Ele mesmo, João, pensava que não tinha sido eleito para agir politicamente, ou segundo as regras da política tradicional, e sim para mudá-las, ainda que para isso criasse inimigos. Era aquela forma de agir e pensar que levava o Brasil ao atraso —e, se fosse para melhorar, quem tinha de mudar era o sistema, e não ele”, escreve.

A biografia, porém, não é um registro lamentoso ou decadente, pelo contrário. Passa a mensagem de que, para Doria, valeu a pena enfrentar o sistema para entregar uma gestão mais eficiente. E que ele não guarda mágoas de seus algozes no PSDB.

Guaracy ainda deixa em aberto o futuro de Doria na vida pública —se ele vai voltar a ouvir “o canto da sereia” que o levou para as urnas.

Cronologia da trajetória de Doria

20.mar.16 João Doria é confirmado como o candidato do PSDB para disputar a prefeitura de São Paulo após a desistência de Andrea Matarazzo

2.out.16 Já no primeiro turno, Doria derrota o então prefeito Fernando Haddad (PT) com 53,29% dos votos válidos

18.mar.18 Com mais de 80% dos votos, Doria vence as prévias tucanas para disputar o governo do estado de São Paulo. Com isso, renuncia à prefeitura com menos de dois anos no cargo

28.out.18 Em vitória apertada contra Márcio França (PSB) no segundo turno, Doria é eleito governador do estado em campanha apoiada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), estratégia batizada pela própria campanha como Bolsodoria

27.nov.21 Doria vence o ex-governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, em prévias do PSDB para a disputa da Presidência

23.mai.22 Em baixa nas pesquisas e pressionado pelo próprio PSDB, Doria desiste da corrida presidencial

19.out.22 Doria anuncia sua desfiliação do PSDB após 22 anos. "Encerro minha trajetória partidária de cabeça erguida. Orgulhoso pela contribuição que pude dar a São Paulo e ao Brasil, graças à generosidade e à confiança de todos aqueles que optaram pelo meu nome em três prévias e duas eleições", escreveu em nota

9.dez.22 Anúncio publicado em jornais pelo PSDB exaltando o legado do partido no estado de São Paulo omite bandeiras de Doria quando era governador, como o pioneirismo na busca pela vacina contra a Covid-19, a despoluição do rio Pinheiros e a reforma do Museu do Ipiranga

João Doria - O Poder da Transformação
Autor: Thales Guaracy; Editora Matrix; Quanto: R$ 72 (320 págs); ebook: R$ 50
Lançamento: 27/3, às 18h, na Livraria da Travessa do Shopping Iguatemi (av. Brig. Faria Lima, 2.232)

mundo

Mulheres caminham em direção ao lago Montbel, parcialmente seco, na França Valentine Chapuis - 21.fev.23/AFP

Inverno quente deixa rastro de seca na Europa

Campo e cidade sentem impactos do aumento médio das temperaturas em meio ao agravamento da crise do clima

Michele Oliveira

MILÃO O inverno acabou nesta semana na Europa, mas deixou marcas negativas que já afetam a primavera. A combinação de temperaturas altas com escassez de chuvas e neve deixou um quadro de seca, que coloca em risco plantações e acende o alerta para o que pode ocorrer no verão. No ano passado, o continente teve o verão mais quente da história, com 20 mil mortes associadas às ondas de calor.

Com 1,4°C acima da média do período de referência (1991-2020), esse foi o segundo inverno mais quente da Europa —somente abaixo do que terminou em 2020, 2,8°C mais quente. Em dezembro, a porção central do continente teve picos entre 3°C e 6°C acima das médias observadas.

Foi também uma temporada de pouca chuva e neve, quase ausente abaixo de 2.000 metros. Mesmo nas montanhas mais altas, o acumulado ficou em níveis baixos, como mostraram algumas estações de esqui dos Alpes, que recorrem cada vez mais à neve artificial. Assim, os rios terão pouca contribuição do gelo que é derretido na primavera.

A situação é preocupante especialmente na parte ocidental e sul, com secas já presentes em áreas de França, Espanha e Itália, mas afeta também Reino Unido, Romênia, Bulgária, Turquia e o norte africano, segundo um relatório do Observatório Global da Seca, da Comissão Europeia, divulgado na semana passada.

Se por um lado o inverno ameno, com a menor necessidade de aquecimento, ajudou governos europeus a driblarem riscos no fornecimento de gás, diante dos altos preços e da menor disponibilidade do produto russo —consequências da Guerra da Ucrânia—, por outro, isso anuncia dificuldades ao continente.

No norte da Itália, rios terminaram o inverno com fluxo de água entre 30% e 70% menor, e o lago de Como apresenta enchimento de 22%. No rio Pó, o maior do país e importante para agricultura, indústria e consumo residencial, em certos pontos o nível da água caiu mais de 3 metros, índice outrora registrado no verão.

Segundo a Coldiretti, a associação italiana de agricultores, a plantação do arroz, cuja semeadura ocorre na primavera, está prejudicada, obrigando cultivadores a mudarem para soja e trigo. Estima-se um corte de 8.000 hectares no cultivo do arroz, a menor área em 30 anos. O governo anunciou um gabinete de crise para lidar com a seca.

Na França, onde o mês de fevereiro foi o mais seco em mais de 60 anos, os reservatórios de água potável estão 55% cheios, percentual que era de 85% na mesma época de 2022. O governo monitora, e, no começo de março, quatro áreas enfrentavam restrições de consumo, com proibição de encher as piscinas e irrigar os gramados. Já na Espanha, a Catalunha, onde fica Barcelona, enfrenta 25 meses sem chuvas significativas, e as autoridades estipularam cortes no consumo de água que vão de 8% para as casas até 40% para a agricultura. Em Sau, a torre de uma igreja virou atração local após emergir com a seca no reservatório.

"Chegamos à primavera com uma situação muito crítica em algumas regiões", diz à **Folha** Andrea Toreti, coordenador do Observatório Global da Seca. Coautor do relatório, o especialista explica que o problema se agravou devido à repetição de eventos negativos nos últimos cinco anos.

"Acumulamos um déficit hídrico importante, que não foi recoberto, e de novo tivemos um inverno seco. Em algumas partes da Europa, estamos assistindo a uma recorrência de eventos assim com frequência sempre maior", afirma ele. "Algo claramente em linha com o que as projeções climáticas nos mostram para as próximas décadas na região."

A seca tem ainda agravado outro problema na Espanha: a temporada de incêndios florestais. Nos últimos dias, o fogo destruiu ao menos 4.000 hectares de floresta e forçou 1.700 moradores a deixarem suas casas. As chamas continuam, e as condições climáticas dificultam seu controle.

Segundo o relatório, as previsões que vão até maio alertam para uma primavera mais quente que a média, enquanto há incerteza em relação às chuvas. Se não chover nas próximas semanas, outras ameaças se anunciam, com danos para colheita do trigo, produção de energia hidroelétrica e os próprios ecossistemas.

Previsões mais precisas para o verão dependem das próximas semanas. Em 2022, europeus tiveram temperatura média entre junho e agosto 1,3°C maior que o período de referência (1991-2020). Ou seja: o verão mais quente da história.

As ondas de calor, que quebraram recordes nos termômetros de vários países da região —o Reino Unido teve 40°C pela primeira vez—, causaram secas, incêndios e estão associadas a ao menos 20 mil mortes por razões como insolação e ataques cardíacos.

Chama a atenção o fato de que os dez verões mais quentes no continente tenham ocorrido todos a partir de 2003, com o segundo e o terceiro mais intensos registrados, respectivamente, em 2021 e 2018. "O que podemos certamente dizer agora é que os modelos indicam a tendência de um verão mais quente que o normal", afirma Toreti.

O cientista ecoa conclusões do relatório do painel científico do clima da ONU (IPCC, na sigla em inglês), divulgado no último dia 20. Apesar de a seca ser um fenômeno cada vez mais frequente e requerer medidas de adaptação, ainda há espaço para mitigação. "Temos de fazer os dois. Mitigar significa reduzir o nível de emissão de gases do efeito estufa para conter o aquecimento. Mas devemos desenvolver estratégias para cada setor limitar impactos de eventos extremos como a seca."

O avanço do risco de seca na Europa

Risco de impactos da seca na agricultura

Baixo
Médio
Alto

Mar. de 2021

Islândia
Suécia
Finlândia
Noruega
Reino Unido
Rússia
Alemanha
Ucrânia
França
Espanha
Itália
Turquia
Argélia
Líbia
Egito

Mar. de 2022

Mar. de 2023

Fonte: Observatório Global da Seca da Comissão Europeia

TODA MÍDIA

Nelson de Sá

nelson.sa@grupofolha.com.br

China lamenta por Lula e se volta a Xiomara e Tim Cook

O investidor Eric X. Li, dono do Guancha, tinha entrevista marcada com Lula nesta segunda (27), em Pequim, e seu portal fez uma edição quase triste, para noticiar que o presidente adiou a viagem porque está com "influenza tipo A".

Mas o portal chinês, embora privado, vive de cantar vitórias da China, e sua manchete foi para outro governante da América Latina, a hondurenha Xiomara Castro, que abraçou "uma só China" —abandonando Taiwan apesar da pressão renovada de Washington.

O Global Times/Huanqiu, mantido pelo PC, fez a mesma coisa. Chamou foto de Lula sorrindo, com o enunciado "China expressa compreensão por Lula adiar viagem devido a pneumonia". E acrescentou depois, noutro texto, que "Xi envia mensagem de simpatia ao presidente brasileiro".

Mas a manchete foi "China e Honduras estabelecem relações diplomáticas, cortando aliados de Taiwan para 13".

Em vez de Lula, quem veio a Pequim foi Tim Cook. Também ele ganhou atenção, com o Global Times reproduzindo foto do perfil do próprio empresário americano no Weibo, em dois textos intitulados "'Estou vibrando por estar de volta', destaca Cook sobre sua relação com a China" e "Netizens chineses ressaltam contraste entre tratamento do CEO da Apple em Pequim e do CEO do TikTok nos EUA".

Mas foi na imprensa dos EUA e de aliados que a visita repercutiu mais e pior. No Wall Street Journal, primeiro sob o título "Tim Cook animado em Pequim", depois "Cook ocupa o palco na China para aplausos de boas-vindas". No Financial Times, por sua vez, "Tim Cook louva relação 'simbiótica' da Apple com Pequim".

Foto compartilhada pelo empresário americano Tim Cook no Weibo e publicada pelo Global Times Reprodução/Sina Weibo

Jovens eleitores

Sobre o cerco ao TikTok em Washington, o WSJ manchetou "Por que os aplicativos chineses são os favoritos dos jovens americanos". Destacou Temu, CapCut e Shein, fechando os quatro líderes em downloads nos EUA. Entre as explicações, para além dos algoritmos: a concorrência de "cortar garganta" por usuários e o fato de serem criados e liderados por "uma geração mais jovem de empreendedores".

A identificação do TikTok com jovens pode ser sua salvação nos EUA, ao menos até a eleição, segundo a NBC. Democratas discutem se podem prescindir da plataforma na mobilização desse eleitorado.

O colapso dos bancos nos EUA

Talvez seja hora de termos um braço de investimento seguro do Fed

David Wiswell

Escritor, roteirista e comediante americano

O segundo maior crash bancário dos EUA ocorreu quando o Silicon Valley Bank (SVB) quebrou, gerando um efeito que resultou na quebra de outros bancos e numa onda de medo financeiro no mundo. Desculpem-nos por isso. Hehehe.

Quando minha mulher e eu nos conhecemos, ela ficou consternada ao descobrir milhares de dólares em cheques escondidos na minha gaveta de cuecas. Sempre que eu lavo uma máquina de roupa, ela ainda diz que é "um depósito". Ou seja, não sou uma pessoa com muito tino econômico. Mas, já que sou meio simplório, sou a pessoa perfeita para explicar o que aconteceu.

O SVB atendia ao seu homônimo Vale do Silício, lar dos manos da tecnologia que usam microdoses de cogumelos e se sentem deuses atraindo nossa atenção, vendendo dados e nos permitindo pedir comida sem falar com um ser humano (porque... eca). Tudo isso enquanto arrecadam fundos com valores incrivelmente altos nos quais só alguém sob efeito de cogumelos poderia acreditar.

O SVB dava a fundadores de firmas de tecnologia e capitalistas de risco empréstimos e hipotecas a taxas abaixo do mercado, em troca de deixar o dinheiro de outras pessoas em suas mãos. O banco tinha absurdos 90% de seus mais ou menos US$ 175 bilhões em depósitos NÃO SEGURADOS e corria riscos insensatos, como colocar montes de investimentos em títulos do tesouro de longo prazo a juros baixos, ciente de que o Federal Reserve (Banco Central) poderia elevar os juros. Quando ele o fez, então, o SVB perdeu uma tonelada.

Quando o SVB foi levantar fundos, seus clientes o abandonaram. Isso quer dizer que minha estratégia de guardar dinheiro na gaveta de cuecas me teria convertido numa das melhores cabeças financeiras.

Infelizmente, isso não aconteceu antes do CEO do SVB vender suas ações no banco por US$ 4 milhões, e os bônus foram distribuídos horas antes de a agência federal americana que garante os depósitos assumir o controle do banco.

Trump coloca a culpa na crise econômica de Biden. É engraçado, considerando que Trump revogou muitas das leis impostas aos bancos após nossa crise de 2008. Um pouco de regulamentação cairia bem. Trump também põe a culpa por seu peso na dieta de Biden.

Para acalmar os receios das pessoas afetadas, Biden anunciou que o governo vai garantir todos os depósitos e oferecer empréstimos a todos os bancos a juros abaixo do mercado. Mas qualquer pessoa com menos de US$ 250 mil no banco já tinha pago o seguro, tendo seus depósitos garantidos. E se 90% desses depósitos forem não segurados e forem investimentos de risco, quase todas essas garantias terão sido dadas a atores de má-fé que não pagaram, mas serão resgatados com dinheiro dos contribuintes, já que as agências responsáveis são financiadas pelo governo e não fadas madrinhas. Se estamos atrelados a apostadores pouco regulados que sabem que poderão recuperar seu dinheiro quando seu esquema fracassa, talvez seja hora de termos um braço de investimento seguro do Fed.

Quem quiser se arriscar poderá somar-se aos idiotas, e quem quiser segurança pode ter isso garantido. E, para quem quiser algo seguro mas sente falta de guardar seu dinheiro junto a cuzões... minha gaveta de cuecas está aberta.

Tradução de Clara Allain

| DOM. Sylvia Colombo | SEG. David Wiswell | **QUI. Lúcia Guimarães** | SÁB. Igor Patrick

Macri anuncia que não será candidato na eleição da Argentina

Principal nome da oposição critica presidente Alberto Fernández e aumenta dúvidas sobre xadrez eleitoral

SÃO PAULO O ex-presidente da Argentina Mauricio Macri anunciou em suas redes sociais neste domingo (26) que não será candidato às eleições deste ano. A decisão, afirmou ele em um vídeo, foi tomada após uma reflexão que vem fazendo havia várias semanas.

Havia a expectativa de que Macri, principal nome da oposição, que governou o país entre 2015 e 2019, concorresse em outubro. "Quero ratificar a decisão de que não serei candidato nas próximas eleições. Há um grande número de novos líderes. Espero que não nos deixem ser pisoteados pelo populismo", disse ele.

No vídeo, ele também criticou o atual presidente, Alberto Fernández, afirmando que o país está "à deriva, sem liderança" e isolado do resto do mundo. "Nunca mais teremos um fantoche como presidente", adendou, fazendo coro às crônicas críticas de que quem tem maior destaque no governo é, na verdade, a vice-presidente Cristina Kirchner.

Macri, 64, é um bilionário chefe de uma poderosa holding familiar e ex-presidente do popular clube de futebol Boca Juniors. Ao fracassar em sua tentativa de reeleição em 2019 contra Fernández —que lidera uma aliança de peronistas de centro-esquerda e centro-direita—, deixou pendente a maior dívida contraída pela Argentina com o Fundo Monetário Internacional (FMI), de cerca de US$ 44,5 bilhões.

A queda na candidatura de Macri abre ainda mais incertezas sobre o pleito argentino, em especial em sua coalizão, a Juntos por el Cambio.

O primeiro turno da eleição presidencial está marcado para 22 de outubro, e um eventual segundo turno ocorreria em 19 de novembro. Antes disso, há as primárias, em agosto, quando nomes com menor apoio são eliminados.

> Há um grande número de novos líderes, e espero que não nos deixem ser pisoteados novamente pelo populismo
>
> **Mauricio Macri**
> ex-presidente da Argentina

Os nomes que tentarão chegar à Casa Rosada ainda são incertos. Até aqui, pelo governismo, Alberto Fernández pode tentar a reeleição, e também se mostram relevantes o embaixador argentino no Brasil, Daniel Scioli —que disputou contra Macri em 2015 e perdeu—, e de Sergio Massa, o ministro da Economia.

Kirchner, 70, havia dito em dezembro que não será "candidata a nada" depois que um tribunal a condenou a seis anos de prisão e à inabilitação perpétua para cargos públicos, mas também esse indicativo é incerto. Ela apelou da decisão em instância superior.

Pela oposição, destacam-se o atual chefe de governo da cidade de Buenos Aires, Horacio Rodríguez Larreta, e a ex-ministra de Segurança Patricia Bullrich, que parece ser o nome favorito para o apoio de Macri. Há ainda o economista Javier Milei, líder dos Libertários, um outsider de direita que ganha força enquanto as correntes políticas tradicionais perdem apoio no país.

A Argentina enfrenta uma dura situação econômica, com inflação anual acima de 100% pela primeira vez desde 1991, quando o país saía de uma hiperinflação, o que colocou cerca de metade da população de 45,6 milhões na pobreza.

Netanyahu demite chefe da Defesa de Israel crítico à reforma judicial

SÃO PAULO O premiê de Israel, Binyamin Netanyahu, anunciou neste domingo (26) a demissão de seu ministro da Defesa, Yoav Gallant. A ação é uma resposta à postura crítica de Gallant em relação à controversa reforma judicial debatida no Knesset, o Parlamento.

Em aguardado pronunciamento neste sábado (25), o chefe da Defesa pediu que a tramitação do projeto capitaneado pela coalizão mais à direita a governar Israel fosse paralisada. Como justificativa, Gallant disse que havia risco à segurança nacional —setores voluntários do Exército, afinal, afirmaram que poderiam cruzar os braços caso a matéria avançasse no Legislativo.

Em resposta à demissão, o agora ex-ministro disse que a segurança do Estado sempre foi e sempre será a missão de sua vida. De acordo com o jornal local Times of Israel, o premiê e Gallant não se falam desde quinta (23).

Por óbvio, a demissão do ministro foi criticada pela oposição. O ex-premiê Yair Lapid, no Twitter, disse que a medida é mais um ponto baixo que mostra como o governo de Bibi, forma como o primeiro-ministro é conhecido, é um perigo para o país.

"Netanyahu pode demitir Gallant, mas não pode apagar a realidade e não pode demitir o povo de Israel, que está enfrentando a insanidade dessa coalizão", escreveu o líder da oposição israelense.

Após o anúncio da demissão, milhares foram às ruas para protestar e bloquearam a principal rodovia de Tel Aviv. Parte dos manifestantes se concentrou em frente à casa de Netanyahu, em Jerusalém. Protestos também foram registrados nas cidades de Beersheba e Haifa.

Ainda neste domingo, Asaf Zamir, cônsul-geral de Israel em Nova York, renunciou ao cargo, dizendo não poder mais servir ao governo de Netanyahu. "Acredito que é meu dever garantir que Israel continue sendo um farol de democracia e liberdade no mundo", disse em carta.

Fatiada em vários pontos, a reforma do governo de Netanyahu é apontada por opositores e especialistas como um instrumento que corrói a democracia e o Estado de Direito à medida que mina a independência do Judiciário.

EGITO DESCOBRE MAIS DE 2.000 CABEÇAS DE CARNEIRO MUMIFICADAS

Ministério de Antiguidades/AFP

Mais de 2.000 cabeças de carneiro mumificadas da dinastia ptolomaica foram descobertas no templo de Ramsés 2º em Abydos, no sul do Egito, anunciaram autoridades neste domingo (26). Múmias de ovelhas, cães, cabras, vacas, gazelas e mangustos também foram exumadas por uma equipe de arqueólogos da Universidade de Nova York no local famoso por templos e necrópoles. As cabeças podem ser oferendas que indicam um culto a Ramsés 2º celebrado séculos após a sua morte. A equipe descobriu ainda vestígios de um palácio com paredes de cinco metros de espessura.

EUA acusam russo preso no Brasil de espionagem

SÃO PAULO Os EUA tornaram pública na última sexta (24) uma acusação por fraude bancária e imigratória contra um russo que, passando-se por cidadão brasileiro, estudou em uma universidade americana e se candidatou a uma vaga no Tribunal Penal Internacional.

A denúncia contra Serguei Tcherkasov sugere que os EUA podem tentar impugnar sua eventual extradição à Rússia pelo Brasil, onde ele está preso por crime de falsidade ideológica.

Tcherkasov, 39, foi detido em abril de 2022 na Holanda quando usava documentos brasileiros. De 2018 a 2020, ele estudou na prestigiada Universidade John Hopkins, nos EUA. Ele foi deportado ao Brasil em 3 de abril de 2022. Depois, Moscou pediu sua extradição.

O Departamento de Justiça dos EUA o acusa de atuar como agente estrangeiro enquanto estava em território americano. Ele foi acusado de fraude na obtenção de visto, fraude bancária, fraude postal e outros crimes. Não está claro se os EUA pedirão sua extradição.

Acordos com China terão atraso por ausência de Lula

Governo deve esperar remarcação da viagem para assinar compromissos

Nelson de Sá

Carlos Fávaro, ministro da Agricultura, durante seminário em Pequim Guilherme Martimon/Divulgação

PEQUIM O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, afirmou que já há acordos fechados entre Brasil e China no setor, mas que decidiu adiar a assinatura deles até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) poder viajar à China, o que ainda não tem data prevista. A assinatura dos termos estava prevista para terça (28).

Lula adiou a viagem que faria nesta semana ao país asiático por estar com pneumonia. Ele se encontraria com o dirigente Xi Jinping e assinaria uma série de acordos.

Além da agropecuária, haveria avanços como os de cooperação e intercâmbio em tecnologias de semicondutores, 5G, 6G e as próximas gerações de redes móveis, inteligência artificial e células fotovoltaicas (para geração de energia solar).

"Tem atos prontos do Ministério da Agricultura, todos com o acordo já selado. São coisas relevantes, para a nossa relação comercial ser ampliada, inclusive com o portfólio dos produtos a serem habilitados", disse Fávaro.

"São coisas importantes, mas que podem aguardar, para que seja dentro de um pacote de outros acordos. Todos os outros ministérios teriam atos assinados no dia 28, não faz sentido só o Ministério da Agricultura deixar assinado o protocolo. Deixe que todos assinem juntos, com a presença de Lula".

As declarações do ministro contrariam a expectativa de empresários do setor agrícola, que disseram esperar que as negociações prossigam e que acordos possam ser fechados nesta semana.

Na manhã de domingo (26), ainda noite de sábado no Brasil, havia alguma confusão: parte da comitiva brasileira ainda nem sabia da ausência de Lula, que havia cancelado a viagem horas antes.

Empresários disseram que a vinda dele teria sido importante para simbolizar a retomada na relação mais próxima com a China. No entanto, acrescentam que as conversas com empresas e autoridades chinesas vão prosseguir sem alteração.

"É uma pena, a presença seria muito expressiva para consolidar os laços depois do distanciamento que tivemos nos últimos anos, que tem que ser consertado", diz Etivaldo (Vadão) Gomes, fundador da Frigoestrela e ex-deputado federal pelo PP de São Paulo. "Mas não atrapalha as negociações."

Ele e Márcio Rodrigues, da Masterboi, esperam que a visita de Lula seja agora remarcada para maio. É quando acontece uma feira mundial de alimentos em Xangai, que deverá trazer de volta boa parte dos empresários de agropecuária. "É muito importante, a primeira feira pós-pandemia, com produtores do mundo todo", diz Rodrigues.

A comitiva de empresários e entidades setoriais organizada pelo Ministério da Agricultura para acompanhar a visita do petista à China tem mais de cem nomes, a maioria ligados ao setor de carnes.

Importadores chineses, nas conversas da última semana com os produtores brasileiros, estariam prevendo um segundo semestre com o maior consumo histórico de produtos agrícolas, devido à retomada da economia na China.

A previsão de alta tem também outros fatores, como pesquisas que indicariam que jovens chineses estão trocando a carne suína por bovina.

Sobre Lula, acrescenta Rodrigues, "a expectativa era grande, teria um grande significado, porque a relação do novo governo com a China é muito mais saudável e ele poderia facilitar aberturas."

"De todo modo, "o ministro [da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro] surpreendeu", avalia, em referência à confirmação do fim do embargo chinês à carne brasileira, anunciada semana passada.

"A gente estava na torcida por Lula, mas não atrapalha", diz José Fernando Pinto da Costa, da Universidade de Brasil, instituição privada de São Paulo que está em Pequim em busca de parcerias para criar uma escola superior voltada ao ao agronegócio. Já teria encaminhado um primeiro acordo com a Universidade de Weifang, do estado de Shandong, "o Mato Grosso da China".

Pablo Machado, da Suzano Asia, subsidiária de Xangai da Suzano Papel e Celulose, diz não ver a ausência de Lula "como cancelamento, mas adiamento" e que, "obviamente, a saúde do presidente precisa ser resguardada". Como os demais, diz que as conversas prosseguem.

Regra fiscal poderá ser apresentada nos próximos dias

Fábio Pupo

BRASÍLIA O cancelamento da viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à China tornou possível que o governo torne pública nesta semana a proposta de nova regra de controle para as contas públicas.

Entre os integrantes do Ministério da Fazenda, é dito que é natural que a apresentação à sociedade seja feita nos próximos dias —principalmente após o ministro da Fazenda, Fernando Haddad ter dito na sexta-feira (24) que a área técnica já concluiu o desenho da nova regra.

Ainda não houve, no entanto, um anúncio oficial sobre a data da apresentação.

Além de Lula, Haddad também cancelou a ida à China —o que abriu chances para que as definições sobre a regra fiscal avancem nesta semana.

Por outro lado, outros integrantes da área econômica chegaram a ponderar durante o fim de semana que outros temas, mais ligados à política, poderiam ocupar as atenções do presidente nesta semana —como o imbróglio sobre a tramitação das MPs (medidas provisórias).

A expectativa do governo é que a regra tranquilize a percepção do mercado acerca das contas públicas, o que pode ajudar o Banco Central a reduzir a taxa de juros.

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Calçadão

O MPF (Ministério Público Federal) em Santa Catarina investiga a construção de edifícios de alto padrão em áreas de preservação permanente na orla do litoral de Balneário Camboriú, região que tem um dos metros quadrados mais caros do país. Ao todo, sete edifícios são investigados pelo órgão. Cinco deles estão localizados na região do rio Camboriú, barra sul do município e um foi construído em frente ao rio Marambaia, na barra norte.

AREIA No mês passado foram instaurados nove inquéritos. Segundo o MPF, as investigações ainda estão em estágio inicial e foram notificados a Prefeitura de Balneário, a Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina e o Instituto do Meio Ambiente do estado.

RESSACA Neste momento, o órgão avalia a responsabilidade da prefeitura em possíveis irregularidades, e as construtoras devem ser notificadas nas próximas fases.

MARÉ ALTA A avaliação no setor é que a discussão em torno das proteções ambientais em regiões de praia é antiga, e Balneário Camboriú cresceu sem um controle adequado do poder público nas últimas décadas, o que levou à reclamação do Ministério Público.

OUTRO LADO O Painel S.A. procurou as construtoras Embraed e Procave, mas não obteve retorno. A Incorporadora Cechinel e a Construtora FG disseram que não vão comentar o assunto porque não foram notificadas formalmente.

RECEPÇÃO A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado deve ouvir nesta terça diretores das Lojas Americanas, da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), da Febraban e representantes da Forte Minas, empresa afetada pela crise na varejista. Essa será a primeira audiência pública após a revelação do escândalo contábil.

OUVINTES Segundo o senador Otto Alencar (PSD-BA), a ideia é dar espaço para os diretores da Americanas explicarem como uma empresa aparentemente saudável entrou em recuperação judicial com dívidas bilionárias. A Forte Minas também mostrará como a crise devastou o cenário financeiro dos credores.

PLANO DE AÇÃO "É importante que a própria empresa diga 'erramos, pedimos recuperação judicial e vamos resolver da seguinte forma'. Que diga quem errou, quem não fez errado, esse tipo de coisa. Queremos saber se eles vão resolver os problemas que foram criados pelo Miguel Gutierrez [ex-CEO da Americanas] e os ex-diretores. Serão perguntas técnicas", disse Alencar.

VITRINE Em sua última reunião com o secretário Bernard Appy e parlamentares, o presidente da associação de shoppings Abrasce, Glauco Humai, afirma que defendeu a exclusão das receitas de aluguéis do setor no novo IBS (Imposto sobre Bens e Serviço). Humai diz que sente boa receptividade do governo e do Congresso às propostas do setor.

ESCADA ROLANTE "Nós não somos contra a reforma. Achamos necessária, porque ela vai trazer investimento e vai aumentar a competitividade e a produtividade, mas, em um ambiente tão complexo e já consolidado no Brasil, partir para uma alíquota única do IBS é bem complicado", diz.

LIQUIDAÇÃO Ainda segundo Humai, se o IBS incidir sobre os aluguéis, a sugestão da entidade é que não esteja na alíquota máxima. A Abrasce estima que uma alíquota de 25% do novo tributo elevaria a carga dos shoppings em até 584%.

FREIO DE MÃO A Superintendência-Geral do Cade recomendou a condenação da Miriri Alimentos e Bioenergia e de Gilvan Celso Cavalcanti de Morais Sobrinho, diretor-presidente da empresa, por prática de convite à cartelização do mercado de etanol.

MICROFONE Segundo o órgão, durante um evento em setembro de 2021, o diretor da Miriri propôs que empresários do setor controlassem estrategicamente a oferta de produtos. No entendimento do Cade, essa seria uma forma de alavancar o poder de atuação das empresas e "influenciar concorrentes a atuarem de forma convergente no setor".

DICIONÁRIO A Miriri disse ao Cade que o teor da fala de Gilvan não foi compreendido pelos presentes como "convite à cartelização". O caso será julgado no tribunal do órgão.

PREPARAÇÃO A nova rodada do programa de desenvolvimento de jovens lideranças Prólider, do Instituto Four, vai ter mentorias com nomes como Giovanni Harvey, do Fundo Baobá, Fernando Caligaris, CEO da Arezzo, e Flavia Faugeres, da Learn to Fly. As inscrições para o programa vão até sexta-feira (31).

com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

INDICADORES

Juros

Fonte: Procon-SP

Contribuição à Previdência

Competência março

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.302,00	20%	R$ 260,40
Valor máx.	R$ 7.507,49	20%	R$ 1.501,49

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo pode contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 17.abr

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.302	5%	R$ 65,10

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.302,00	7,5%
De R$ 1.302,01 até R$ 2.571,29	9%
De R$ 2.571,30 até R$ 3.856,94	12%
De R$ 3.856,95 até R$ 7.507,49	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20.abr. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

Imposto de Renda

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Empregados domésticos

Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.433,73	Valor, em R$
Empregado	109,50
Empregador	286,71

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 5.abr. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

BNDES financia mais agro do que indústria desde 2018

Fonte: BNDES

BNDES quer reverter prioridade para o agro dos anos Bolsonaro

Banco financia mais o setor agrícola do que a indústria pelo 5º ano consecutivo; nova direção da entidade fala em reindustrializar país

Leonardo Vieceli e Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Em 2022, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) desembolsou mais recursos em financiamentos para a agropecuária do que para a indústria pelo quinto ano consecutivo.

Esse movimento começou em 2018, no governo Michel Temer (MDB), e continuou ao longo do mandato de Jair Bolsonaro (PL). É uma situação que destoa do cenário dos anos anteriores, quando as fábricas recebiam uma parcela maior dos recursos.

Do total de desembolsos do BNDES em 2022 (R$ 97,5 bilhões), 22% foram direcionados para a agropecuária (R$ 21,5 bilhões) e 19,6% para a indústria (R$ 19,1 bilhões), segundo dados divulgados pelo banco público.

O setor de infraestrutura, que envolve atividades como energia elétrica e construção, seguiu com a maior parcela (43,3%). Comércio e serviços tiveram a menor (15,1%).

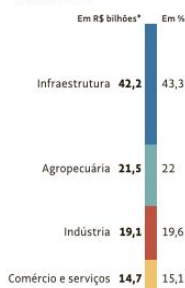
A participação industrial até cresceu em 2022 em relação ao ano anterior, mas ainda ficou abaixo da parcela destinada ao campo. As fábricas haviam recebido 16,2% dos desembolsos do BNDES em 2021, e a agropecuária, 26%.

"A indústria precisa se modernizar, mas os dados mostram um estreitamento nas linhas de crédito do BNDES", afirma o economista Rafael Cagnin, do Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial).

Ele evita falar em uma dicotomia de indústria e agropecuária, já que financiamentos para o campo geram estímulos indiretos em parte das fábricas, incluindo as de máquinas e equipamentos.

Cagnin, porém, diz que faltam empréstimos de longo prazo para o setor industrial, problema associado parcialmente à redução do tamanho do banco nos últimos anos.

"Teve uma mudança de atuação do BNDES. Antes, era mais voltado para infraestrutura e indústria, mas foi se tornando um mecanismo maior de financiamento para a agropecuária, que já conta com opções como o Plano Safra e o Banco do Brasil", diz.

Segundo o economista, as dificuldades enfrentadas pelo setor industrial a partir da crise de 2015 e 2016 frearam a demanda por financiamentos.

Em 1995, ano inicial da série histórica, as fábricas receberam 57,2% dos desembolsos do BNDES. À época, a agropecuária havia ficado com 10,3%.

Para o economista-chefe da consultoria MB Associados, Sergio Vale, a perda de participação industrial está associada ao baixo desempenho do setor nos últimos anos.

"Vimos um crescimento forte da agropecuária com preços elevados", afirma Vale. "A indústria está estagnada desde a crise de 2015 e 2016."

Guilherme Rios, assessor técnico da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), afirma que a agropecuária foi pressionada nos últimos três anos pelo aumento dos custos de produção.

Segundo ele, os preços de alguns insumos tiveram alta de mais de 200%, e as máquinas agrícolas ficaram mais caras. "Esse cenário fez com que o produtor demandasse maiores volumes de recursos em seus financiamentos", aponta.

Rios avalia que o crédito do BNDES ainda não é suficiente para as demandas da agropecuária, que prevê crescimento da safra neste ano.

"O setor se mobiliza para uma aproximação com o mercado de capitais", acrescenta.

De acordo com Sergio Vale, da MB, a indústria tende a ganhar participação nos desembolsos do BNDES no governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Essa projeção está associada a recentes manifestações do novo comando da instituição, que fala em uma necessidade de reindustrializar o Brasil.

Ao tomar posse em fevereiro, o novo presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, disse que é "muito bom" ter o país como a "fazenda do mundo", mas que é necessário ir além das commodities agrícolas, com olhar especial à indústria.

Mercadante voltou a tocar no assunto no dia 14 de março, em entrevista após a apresentação do balanço de 2022.

"Vamos ficar assistindo ao desmonte da indústria? Ou vamos ter um banco capaz de reagir, financiar e induzir a industrialização, como fizemos com a agricultura?", questionou.

"O BNDES distribui 19% do crédito do Plano Safra, máquinas e equipamentos, modernização da agricultura. Queremos continuar fazendo isso. Mas não podemos assistir a dados como esses da indústria e achar que é assim."

Teve uma mudança de atuação do BNDES. Antes, era mais voltado para infraestrutura e indústria, mas foi se tornando um mecanismo maior de financiamento para a agropecuária

Rafael Cagnin
economista do Iedi

Mercadante vem defendendo diversificar as taxas de juros do banco, que hoje pratica a TLP (Taxa de Longo Prazo).

A TLP entrou em vigor no governo Temer para impedir que o BNDES emprestasse recursos a clientes a níveis menores do que o custo de captação do Tesouro Nacional.

Na visão de Mercadante, esse mecanismo é "muito volátil". Ele já defendeu subsídios no crédito a setores específicos, como os voltados à inovação. A nova direção, porém, descarta uma volta do BNDES ao padrão visto entre o segundo governo Lula e a gestão de Dilma Rousseff (PT).

À época, o banco foi turbinado com crédito subsidiado a grandes companhias, o que gerou críticas de economistas.

Para Sergio Vale, da MB, o BNDES deve concentrar esforços em setores ligados à inovação e à energia verde, além de avançar na criação de um eximbank–organismo de apoio a exportações. Essas áreas estão entre as prioridades ditas pela nova direção.

"O BNDES pode agregar nisso. É preciso evitar ao máximo um banco de todos os setores da indústria, e de projetos que não tenham viabilidade econômica", analisa Vale.

Para representantes da indústria, a perda de participação do setor reflete o aumento do custo de captação de recursos, com o impacto da elevação da Selic sobre a TLP.

O problema, segundo eles, atinge principalmente pequenas e médias empresas, que têm menos acesso ao mercado privado de crédito.

O presidente-executivo da Abimaq (Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos), José Velloso, ressalta que o custo do principal programa do BNDES para esse segmento, o Finame, sai hoje em torno de 24% ao ano. "Isso não remunera o capital", afirma.

O Finame foi responsável em 2022 por financiar apenas 3% das máquinas vendidas no país. "E o estrago é feito nas pequenas e médias. As grandes podem ir para o mercado de capital, emitir debêntures, lançar ações. A grande empresa se vira", prossegue Velloso.

A Abimaq sugere que o BNDES busque novas formas de captação, como financiamentos internacionais voltados à economia verde.

A **Folha** procurou membros do comando do BNDES no governo Bolsonaro para comentar, mas não obteve retorno.

AGORA SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO S.A.
CNPJ: 71.923.304/0001-79

Demonstrações Financeiras exercício findo em 31 de dezembro de 2022

AVISO: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras são resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	34.088	94.014	34.088	94.014
Contas a receber	5	147.097	120.960	147.118	120.980
Estoques	6	114.742	103.828	114.742	103.828
Tributos a recuperar	7	12.988	20.369	13.194	20.576
Outras contas a receber	8	21.146	5.013	21.551	5.417
Total do ativo circulante		330.060	344.184	330.692	344.816
Ativo não circulante					
Contas a receber	5	13.295	6.718	13.295	6.718
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	6.602	7.649	6.602	7.649
Tributos a recuperar	7	18.388	19.549	18.388	19.549
Outras contas a receber	8	17.717	19.687	17.717	19.687
		56.003	53.603	56.003	53.603
Investimentos	9	633	633	11	11
Imobilizado	10	30.151	33.120	30.151	33.120
Intangível		88	128	88	128
		30.872	33.881	30.250	33.259
Total do ativo não circulante		86.875	87.484	86.252	86.862
Total do ativo		416.935	431.668	416.945	431.677

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo e Patrimônio Líquido					
Passivo circulante					
Fornecedores	11	105.361	98.568	105.361	98.568
Empréstimos	12	178.392	111.846	178.392	111.846
Obrigações Tributárias	13	19.757	20.773	19.764	20.781
Adiantamento de clientes	5	11.937	6.949	11.939	6.951
Outras contas a pagar		7.824	1.003	7.824	1.003
Provisões diversas		1.408	1.607	1.408	1.607
Total do passivo circulante		324.679	240.745	324.688	240.755
Passivo não circulante					
Empréstimos	12	58.389	124.288	58.389	124.288
Obrigações tributárias	13	4.843	6.500	4.843	6.500
Fornecedores	11	85	20.408	85	20.408
Provisão para contingências	14	195	1.153	195	1.153
Total do passivo não circulante		63.512	152.349	63.512	152.348
Patrimônio líquido					
Capital social	15	11.000	11.000	11.000	11.000
Reservas de incentivo fiscal		11	11	11	11
Reserva legal	15	1.030	832	1.030	832
Reservas de lucros		16.704	26.730	16.704	26.730
Total do patrimônio líquido		28.745	38.573	28.745	38.573
Total do passivo e patrimônio líquido		416.935	431.668	416.945	431.677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	17	394.720	343.236	394.720	343.236
Custos dos serviços prestados	18	(302.999)	(259.962)	(302.999)	(259.962)
Lucro bruto		91.720	83.275	91.720	83.275
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	18	(28.031)	(26.802)	(28.031)	(26.802)
Despesas administrativas e gerais	18	(15.418)	(13.367)	(15.418)	(13.367)
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas	18	(343)	(849)	(343)	(849)
Lucro antes do resultado financeiro		47.929	42.256	47.929	42.256
Resultado financeiro líquido	19	(41.301)	(26.939)	(41.301)	(26.939)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		6.627	15.317	6.627	15.317
Imposto de renda e contribuição social	16	(2.671)	1.332	(2.671)	1.332
Lucro do exercício		3.957	16.650	3.957	16.650

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/20201
Lucro do exercício	3.957	16.650	3.957	16.650
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente	3.957	16.650	3.957	16.650

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

		Capital social				
	Nota	Subscrito	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos acumulados)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		11.000	11	17.967	(1.053)	27.924
Lucro líquido do exercício		–	–	–	16.650	16.650
Reserva legal		–	832	–	–	832
Distribuição de lucros	15	–	–	–	(6.000)	(6.000)
Transferência para reservas		–	–	8.764	(9.596)	(832)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		11.000	843	26.730	–	38.573
Lucro líquido do exercício		–	–	–	3.957	3.957
Reserva legal	15	–	198	–	–	198
Distribuição de lucros	15	–	–	(3.000)	(10.785)	(13.785)
Transferência para reservas		–	–	(7.026)	6.828	(198)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		11.000	1.040	16.704	–	28.744

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Lucro líquido do exercício		3.957	16.650	3.957	16.650
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16 A	1.046	(5.438)	1.046	(5.438)
Depreciações de ativos imobilizados	10	6.280	3.847	6.280	3.847
Amortizações de ativos intangíveis	–	42	10	42	10
Valor residual da baixa de imobilizado e intangível	10	6.734	2.294	6.734	2.294
Provisão (reversão) para perdas com estoques	6 B	(1.423)	692	(1.423)	692
(Provisão) reversão de juros a apropriar sobre empréstimos	12	28.092	(35.911)	28.092	(35.911)
(Provisão) reversão de variação cambial sobre swap		(1.697)	–	(1.697)	–
(Provisão) reversão de custos transacionais	12	995	(3.979)	995	(3.979)
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	–	(958)	–	(958)	–
Provisão (reversão) perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	5 C	4.748	–	4.748	–
Outras provisões (reversões), inclusive sobre folha de pagamento	–	(199)	92	(199)	92
Créditos tributários	–	–	–	–	–
(Aumento) diminuição no ativo circulante e não circulante					
Contas a receber de clientes	5	(32.354)	(16.096)	(32.354)	(16.096)
Outras contas a receber	8	(13.896)	(2.851)	(13.896)	(2.851)
Impostos a recuperar	7	8.862	(1.982)	8.862	(1.982)
Estoques	6	(10.913)	(1.040)	(10.913)	(1.040)
Bens destinados a venda		–	1.465	–	1.465
Despesas antecipadas	–	(763)	(161)	(763)	(161)
Outros ativos circulantes e não circulantes	–	–	(15.752)	–	(15.752)
Aumento (diminuição) no passivo circulante e não circulante					
Fornecedores nacionais	11	1.051	(2.238)	1.051	(2.238)
Fornecedores internacionais	11	5.742	6.499	5.742	6.499
Impostos a recolher	13	1.017	5.329	1.017	5.329
Outras obrigações	–	11.809	593	11.809	593
Outros passivos circulantes e não circulantes	–	(22.839)	20.687	(22.839)	20.687
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		(4.668)	(27.293)	(4.668)	(27.293)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Distribuição de dividendos	15	(5.104)	(6.000)	(5.104)	(6.000)
(Aquisição) venda de imobilizado	10	(10.045)	(22.089)	(10.045)	(22.089)
(Aquisição) venda de intangível	–	(2)	–	(2)	–
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		(15.151)	(28.089)	(15.151)	(28.089)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de empréstimos e financiamentos	12	692.217	571.734	692.217	571.734
(Pagamento) de principal no período	12	(691.257)	(444.262)	(691.257)	(444.262)
(Pagamento) de juros no período	19	(41.067)	16.847	(41.067)	16.847
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		(40.107)	144.319	(40.107)	144.319
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(59.926)	88.937	(59.926)	88.937
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do período	4	94.014	5.077	94.014	5.077
No final do período	4	34.088	94.014	34.088	94.014
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(59.926)	88.937	(59.926)	88.937

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas					
Venda de mercadorias e serviços	17	506.370	440.390	506.370	440.390
Outras receitas não operacionais		–	82	–	82
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	5	(4.748)	–	(4.748)	–
Devoluções de vendas	17	(28.830)	(27.551)	(28.830)	(27.551)
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo das mercadorias vendidas	18	(192.265)	(239.059)	(192.265)	(239.059)
Custo dos serviços prestados	18	(105.259)	(18.074)	(105.259)	(18.074)
Despesas operacionais (exceto pessoal, depreciação e amortização)	18	(11.845)	(12.115)	(11.845)	(12.115)
Perda (recuperação) de ativos		(343)	(615)	(343)	(615)
Valor adicionado bruto		163.081	143.058	163.081	143.058
Depreciação e amortização					
Despesas com depreciação e amortização	18	(6.351)	(3.737)	(6.351)	(3.737)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		156.730	139.321	156.730	139.321
Valor adicionado recebido em transferência					
Ganho ou (perda) com equivalência patrimonial		–	–	–	–
Receitas financeiras	19	18.382	5.197	18.382	5.197
Receitas de aluguéis que não façam parte do objeto social		–	–	–	–
Valor adicionado total a distribuir		175.112	144.518	175.112	144.518
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos	18	(30.420)	(27.192)	(30.420)	(27.192)
Impostos, taxas e contribuições	17	(85.491)	(68.270)	(85.491)	(68.270)
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros e despesas financeiras	19	(54.935)	(32.136)	(54.935)	(32.136)
Aluguéis		(309)	(270)	(309)	(270)
Participação de debêntures		–	–	–	–
Remuneração de capitais próprios					
Lucros retidos		(3.957)	(16.650)	(3.957)	(16.650)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
A Agora - Soluções em Tecnologia da Informação e Comunicação S.A. ("Sociedade" ou "Agora Telecom") é uma sociedade nacional fundada em 1993,inicialmente, a Sociedade era formada por empresários brasileiros e a empresa norte-americana *Marketronics* Corporation.
Em 2004 tornou-se uma empresa 100% nacional, permanecendo sob o controle de seu principal fundador, que possui mais de 30 anos de experiência no setor de radiocomunicação, tecnologia da informação e sistemas. A Sociedade possui sede na Rua Fradique Coutinho, nº 50, 14º e 15º andar - Pinheiros - São Paulo.
Com 30 anos no mercado, a Sociedade solidificou-se em uma das principais empresas de TIC no país, estando entre as 50 maiores empresas de Telecom do país pelo Anuário de Telecom.
Construiu ao longo de sua trajetória, sólidas parcerias junto à fabricantes mundiais que garantem a excelência na distribuição de produtos e soluções em conectividade, tecnologia da informação e radiocomunicação.
As constantes contribuições ao crescimento sustentável e tecnológico no território nacional renderam à Sociedade prêmios e reconhecimentos de seus parceiros e fornecedores.
Atualmente, é reconhecida como líder na distribuição de produtos de radiocomunicação na América Latina pela Motorola Solutions, e como maior parceiro Huawei Enterprise no Brasil e TOP5 mundial em distribuição de soluções em Huawei fora da China.
O amplo portifólio da Sociedade consiste em soluções em rádio enlace, rádio modem - telemetria e automação, firewall, CGNAT e Anti-DDOS, redes de acesso, redes IP, transmissão (DWDM e DSH), rádios portáteis, móveis e fixos, repetidoras e sistemas em radiocomunicação, segurança eletrônica, cloud, além de contar com uma equipe altamente de qualidade e comprovadamente certificada de engenharia e projetos.
A Agora Telecom trabalha para integrar as mais avançadas tecnologias no desenvolvimento de soluções inovadoras de tecnologia da informação e comunicação contribuindo para uma sociedade mais conectada, informada e segura.

2. Planejamento estratégico
A Sociedade elaborou o planejamento estratégico para o triênio de 2023 a 2025, consolidada sobre os pilares:
i. Lançamento de novos produtos e serviços: o core do planejamento estratégico da Sociedade consiste em usar de sua grande expertise técnica, aliada à enorme de base de usuários já disponível e a crescente demanda em ritmo acelerado por velocidade de conexão de internet e em soluções integradas nas mais avançadas tecnologias, para disseminar e disponibilizar uma série de possibilidades tecnológicas em produtos e serviços.
ii. Expansão geográfica e de base de usuários: a Agora Telecom, tem o objetivo de conquistar um crescimento expressivo de área de atuação e base de usuários, com uso de diferentes estratégias de crescimento. Uma delas é o investimento na unidade de negócio denominada Distribuição em soluções Huawei Technologies, que tem por objetivo o desenvolvimento e consolidação da cadeia de canais deste segmento de tecnologia da informação no Brasil.
iii. Investimentos: buscar captação de recursos junto a investidores para viabilizar aquisições e parcerias comerciais com objetivo de crescimento de base, e acelerar desenvolvimento de novas ofertas de produtos e serviços e crescimento de mercado.

3. Base de elaboração
As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado.
Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Mudanças de práticas contábeis em relação ao exercício social anterior
A aplicação de novas políticas e práticas contábeis da Sociedade em relação ao exercício anterior, não evidenciou efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

5. Principais políticas contábeis
As políticas contábeis descritas em detalhes adiante têm sido aplicadas de maneira consistente pela Sociedade em todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.
a) Moeda estrangeira
Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Sociedade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional na data do balanço.
b) Instrumentos financeiros
Como resultado da adoção do CPC 48/IFRS 9, os principais impactos para a Sociedade estão relacionados às práticas de gerenciamento de risco de crédito de ativos financeiros não derivativos e o reconhecimento e mensuração de perdas de crédito esperadas.
(i) Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e baixa
A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.
A Sociedade baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração
A Sociedade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
Ativos avaliados ao custo amortizado são ativos financeiros com pagamentos fixos e calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis.
Após o reconhecimento inicial são medidos pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
Abrangem contas a receber de clientes e outros créditos.
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:
Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos.
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.
(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração
A Sociedade reconhece todos os passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.
A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou extinta.
Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.
Os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.
A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e fornecedores.
(iv) Instrumentos financeiros derivativos
A Sociedade mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso certos critérios sejam atingidos.
Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando ocorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações são registradas no resultado.
c) Estoques
Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.
O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.
O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.
A sociedade reconhece uma mercadoria de revenda em estoque como obsoleto mediante o atendimento dos seguintes critérios:
• A comercialização não é parte integrante do portfólio de venda ou a mercadoria é considerada fora de linha, não está sujeita à garantia pelo tempo de fabricação ou assistência técnica por determinação do fabricante;
• Quando haja evidência comprovada de conclusão de projetos e não esteja sujeita à substituição por garantia contratual; não está sujeita à garantia pelo tempo de fabricação ou assistência técnica por determinação do fabricante e a mercadoria não esteja no portifólio de venda;
• Cujo giro de estoque seja igual a zero no período superior a 02 anos; e
• Cuja a venda seja inferior à 30% (trinta por cento) do custo de aquisição.
Uma vez identificado que o produto atende aos critérios de obsolescência especificados conforme política de obsolescência vigente, será feita provisão contábil de perda para redução ao valor de realização dos estoques de 70% do valor do custo do produto em estoque.
A Sociedade mantém estoques de mercadorias de segurança para projetos pontuais, estoque de mercadorias para demonstração do portfólio de venda, bem como estoque de mercadorias em consignação do fabricante para reparos em garantia.
Informações adicionais sobre as mensurações dos estoques obsoletos estão incluídas na Nota Explicativa nº 6 de Estoques.
d) Ativos não circulantes mantidos para venda
Os grupos de ativos não circulantes classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os grupos de ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual.
e) Investimentos
O investimento em controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2). Os demais investimentos permanentes são registrados pelo custo de aquisição deduzido pela desvalorização estimada, quando aplicável.
Ásia - Soluções em Telecomunicações Ltda. ("Ásia")
Controlada com 99,99% de participação, a controlada tem sede à Rua Fradique Coutinho, 50 - 5º andar - Cj. 53 e 54 - Pinheiros - Estado de São Paulo e apresenta como objeto social:
a) A venda, distribuição, exportação, importação, locação, instalação e manutenção de equipamentos destinados a telecomunicações;
b) Representação e venda em consignação de produtos de terceiros, novos ou usados;
c) A prestação de assistência técnica, inclusive assessoria e consultoria técnica, podendo ainda elaborar e desenvolver projetos;
d) Participação em outros empreendimentos ou sociedades, como quotista ou acionista;
e) A administração, compra e venda, e locação de bens móveis e imóveis próprios;
f) A venda, distribuição, exportação, importação, locação, instalação e manutenção de equipamentos destinados a treinamento de pessoal qualificado dos órgãos de segurança pública ou empresas privadas de segurança e proteção patrimonial, incluindo simuladores de tiro;
g) A venda, importação, exportação e desenvolvimento de softwares (programas de computador);
h) A venda, distribuição, exportação, importação, locação, instalação e manutenção de equipamentos destinados à detecção de materiais suspeitos e de câmeras policiais com gravação e armazenamento de som e imagem;
i) A assessoria e consultoria em informática;
j) O processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos e congêneres;
k) Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios;
l) Fabricação de equipamentos de informática; e
m) Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação, peças e acessórios.
f) Imobilizado
(i) Reconhecimento e mensuração
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas de redução ao valor recuperável.
O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.
Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.
Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.
(ii) Custos subsequentes
Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.
(iii) Depreciação
Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado no período baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Sociedade obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento.
As taxas médias de depreciação, correspondentes as vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo estão apresentadas na Nota Explicativa nº 11.
Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Em relação ao período anterior não houve alterações relevantes nas vidas úteis e valores residuais dos ativos.
g) Redução ao valor recuperável
(i) Ativos financeiros não derivativos - *Impairment*
Ativos financeiros não classificados como ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de *impairment*.
A evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:
• Inadimplência ou atrasos do devedor;
• Reestruturação de um valor devido à Sociedade em que a mesma não consideraria em condições normais;
• Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
• O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras;
• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.
(ii) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado
A Sociedade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individual como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável.
Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.
Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Sociedade utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.
Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo.
As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.
(iii) Ativos não financeiros
Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Sociedade, que não são os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.
O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.
Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.
h) Provisões
Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou contratual que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.
i) Reconhecimento de receita de contrato com cliente e custos
A receita de contrato com clientes é reconhecida na extensão em que for altamente provável que benefícios econômicos serão gerados para a Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no preço da transação especificada no contrato com o cliente, excluindo impostos ou encargos sobre vendas e são apresentadas líquidas de devoluções que ocorrem no período apurado. Os critérios específicos a seguir devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:
Venda de mercadorias
A receita de contrato de clientes referente à venda de produtos é reconhecida quando satisfeita a obrigação de performance em momento específico no tempo, ou seja, ao transferir os riscos e benefícios significativos do bem prometido para o cliente. O bem é considerado transferido quando o cliente obtiver o controle desse bem, o que geralmente ocorre na sua entrega.
Receita de juros
Contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva na rubrica de "Receita financeira".
Receita de serviços
A receita de serviços é reconhecida quando satisfeita a obrigação de performance ao longo do tempo à medida que os serviços são prestados.
Custos das mercadorias e serviços
Os custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados são reconhecidos pelo regime de competência respeitando o reconhecimento de sua respectiva receita conforme CPC16 (R1)/IAS2.
Venda com direito à devolução
A Sociedade transfere o controle dos produtos ao cliente e também concede o direito de devolver o produto por um prazo máximo de 15 dias e concede o reembolso total ou parcial de qualquer prestação paga ou crédito que possa ser aplicado contra valores devidos à Sociedade.
A política interna de devolução e troca de mercadorias (Retorno de Mercadoria Autorizada - RMA) nos termos da Norma NBR ISO 9001:2008, garantem uma variação no valor das contraprestações ao qual a sociedade espera ter direito, uma vez que ocorrem dentro do próprio período de reconhecimento da receita de contrato de clientes.
Garantia
A garantia dos produtos vendidos é a requerida por lei sendo de responsabilidade do fabricante do produto. A sociedade comprometendo-se a realizar, quando necessário, tarefas específicas para fornecer a reposição do produto em garantia ao cliente por intermédio de produtos de estoque em consignação de propriedade do fabricante.
Os efeitos da aplicação da norma não afetaram materialmente as demonstrações contábeis da sociedade em 31 de dezembro de 2021.
j) Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro do exercício.
A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.
Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente
O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.
Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos
O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Não há o reconhecimento contábil destas diferenças temporárias até a data de apresentação das demonstrações contábeis.
k) Exposições fiscais
Na determinação do imposto de renda corrente a Sociedade leva em consideração o impacto de incertezas relativas à posição fiscal tomada e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Sociedade acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada.
Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Sociedade a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.
l) Determinação do valor justo
Diversas políticas e divulgações contábeis da Sociedade e determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

6. Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registro contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

7. Eventos subsequentes
Não foram evidenciados eventos subsequentes relevantes avaliados até 15 de março de 2022, data em que a emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Sociedade.

Diretoria Estatutária

Severino Gago Sanches Filho	**Daniela Ferreira de Moraes**	**Uberlan Teixeira Fernandes**
Presidente	Diretora de Operações	Diretor Administrativo e Financeiro

Contadora
Valeria Garcia
CRC - SP261630/O-8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas resumidas
As demonstrações contábeis individuais e consolidadas completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no seguinte endereço https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/.
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi emitido em 15 de março de 2023, sem modificação.

A lógica fria dos juros assusta?

Já foi dito e redito pelo BC que só vai dar para cortar as taxas quando a inflação cair

Marcos de Vasconcellos

Jornalista, assessor de investimentos e fundador do Monitor do Mercado

O Banco Central, sob a batuta de Campos Neto, trabalha com uma lógica clara em relação à taxa básica de juros (Selic): só dá para cortar quando a inflação cair. Isso já foi dito e redito, de forma que é impressionante o mercado ter derretido como derreteu depois da decisão do Copom (Comitê de Política Monetária) de quarta-feira (22), de manter a Selic a 13,75%.

Veja só: os profissionais de diferentes bancos, corretoras e casas de análise fazem previsão para tudo. Existem plataformas que juntam todas essas previsões e apontam o chamado "consenso de mercado". Quando o resultado vem diferente do esperado (acima ou abaixo), é normal que haja reação (boa ou ruim) nos preços dos ativos. A manutenção dos juros era justamente o resultado previsto pelo consenso do mercado. E ainda assim o Ibovespa, nosso principal indicador da Bolsa, mergulhou abaixo dos 100 mil pontos.

Não foram poucos os profissionais do mercado financeiro que creditaram o desabamento à manutenção dos juros pelo BC, indo contra a lógica do mercado.

É preciso levar em conta, como sempre, que o Brasil não é uma ilha, principalmente para os grandes investidores globais. O aumento das taxa de juros nos Estados Unidos atrai, novamente, dinheiro para a terra do Tio Sam. E a quebradeira dos bancos lá fora também dá uma forcinha para que os fundos internacionais diminuam suas exposições a ativos de risco (como a Bolsa brasileira).

Sem dados mostrando a queda da inflação, o que motivaria uma mudança no entendimento e nas atitudes do BC? Se ele mudar de ideia ao sabor da opinião pública, estará fazendo um mau trabalho (ainda que acerte).

Isso significa que manter a Selic a 13,75% é inquestionável? De forma nenhuma. Vivemos uma inflação causada pela redução da oferta, então reprimir a demanda —e é isso que faz uma taxa de juros nessa altura— não necessariamente vai ajudar. Mas já era assim quando começou a alta, e as premissas do BC continuam as mesmas, tal qual a meta de inflação.

Culpar o Copom pelo derretimento do mercado de agora não faz sentido. Ou isso deveria ter sido feito no começo de 2021, quando começou a escalada, com a mesma justificativa usada na última manutenção.

O governo Lula, seja através do presidente, seja por meio de seus ministros, tem bombardeado as decisões do BC.

Até a rede Americanas, em meio à bagunça que causou na economia nacional com seu vergonhoso rombo bilionário, culpou os juros pelo mau cenário que enfrenta. "A indústria subiu fortemente os preços, como reflexo da pressão inflacionária e da taxa de juros elevada, e as famílias brasileiras, endividadas e com poder de compra reduzido, deixaram de comprar itens mais caros", diz em seu plano de recuperação judicial.

Dizer que os juros quebraram a Americanas ou que haverá um arcabouço fiscal que "agradará a todos" não coloca números na mesa do Copom. Só com eles em mãos a turma de Campos Neto vai se mexer.

No comunicado publicado na quarta, o Copom dá a receita, listando o que pode levar os juros a cair antes:

i) uma queda adicional dos preços das commodities internacionais em moeda local;

ii) uma desaceleração da atividade econômica global mais acentuada do que a projetada, em particular em razão de condições adversas no sistema financeiro global; e

iii) uma desaceleração na concessão doméstica de crédito maior do que seria compatível com o atual estágio do ciclo de política monetária.

E trago aqui três más notícias, mas que podem ser um bom argumento para a próxima reunião do Copom:

1) a agência de classificação de risco S&P Global Ratings publicou um relatório afirmando que nos aproximamos de uma onda de calotes no Brasil e em outros países da América Latina. Com os juros altos, as empresas terão dificuldade de rolar suas dívidas, e o calote torna-se inevitável;

2) uma crise bancária como a que começa a surtir efeito nos EUA e na Europa pode ter força para derrubar a atividade econômica global;

3) o Bank of America diz já ter identificado uma bolha nos títulos de crédito de empresas de tecnologia.

Enquanto esses pontos não ficarem visíveis nas projeções do BC, não adianta reclamar dos juros. A lógica estará mantida.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, **Cecilia Machado** | QUA. Bernardo Guimarães | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Governo planeja faixa 1 do MCMV sem entrada

Auxiliares de Lula avaliam que cobrança inicial de pelo menos 20% do financiamento barra famílias mais pobres

Thiago Resende e Bruno Boghossian

BRASÍLIA O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estuda medidas para ampliar os subsídios do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida e, com isso, conseguir zerar o valor da entrada na compra de um imóvel na faixa 1 –que atende a população de mais baixa renda.

Uma das ações para turbinar o programa, que é uma das principais marcas resgatadas por Lula em seu terceiro mandato, é buscar parcerias com governos estaduais e municipais para, junto com os subsídios federais, cobrir todo o valor da entrada desses imóveis. Se a cooperação não for suficiente para alcançar essa meta, o governo quer avaliar o aumento de recursos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) destinados ao Minha Casa, Minha Vida.

Imagem aérea de empreendimento da MRV em Pirituba, na zona norte de São Paulo Danilo Verpa/Folhapress

Integrantes do Palácio do Planalto e do Ministério das Cidades dizem que o valor da entrada, que costuma ser de pelo menos 20% do preço do imóvel para essa faixa, tem criado barreiras para que a faixa da população mais pobre seja atendida pelo programa.

Os detalhes do estudo foram concluídos pelo ministério, mas o formato ainda precisa ser analisado pela Casa Civil e, depois, levado ao presidente.

A faixa 1 é voltada para famílias com renda bruta mensal de até dois salários mínimos. O presidente Lula quer contratar 2 milhões de novas casas em todos os segmentos do Minha Casa, Minha Vida, sendo 500 mil já neste ano.

Em fevereiro, foi lançada a nova versão do programa habitacional. A medida provisória, que será votada pelo Congresso, estabelece ainda que a faixa 2 deve atender famílias com renda de de R$ 2.640,01 a R$ 4.400; e a faixa 3, famílias que recebem todos os meses de R$ 4.400,01 a R$ 8.000.

As medidas em estudo também devem focar na ampliação de subsídios para a faixa 2. A maneira como esse grupo será atendido ainda está em discussão, mas uma das soluções analisadas é a possibilidade de o governo abater parte do valor da entrada.

A ideia de melhorar as condições de financiamento da faixa 2 foi apresentada, ainda sem detalhes, pelo ministro Rui Costa (Casa Civil) há cerca de duas semanas.

Auxiliares de Lula afirmam que o plano, tanto para a faixa 1 como para a faixa 2, ainda será aprofundado em reuniões no Palácio do Planalto.

Técnicos que participaram das discussões das medidas citam o programa Casa Paulista, do estado de São Paulo, como um exemplo de parceria que pode resultar no custo zero para entrada em contratos do público de baixa renda.

Num caso em que o beneficiário da faixa 1 consiga um financiamento de 80% do valor do imóvel, a ideia do governo é usar recursos de programas estaduais e municipais e do FGTS para abater o custo de 20% da entrada. O restante continuaria com parcelas baixas, por causa dos subsídios já existentes no MCMV.

Em regiões menos desenvolvidas, no entanto, os governos locais costumam ter menos recursos para cobrir o valor da entrada.

A inadimplência na faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida chegou ao fim de 2022 em patamar recorde. Como mostrou a **Folha**, 45% desses contratos, estão sem pagar parcelas há mais de 360 dias.

Banco Caterpillar S.A.

Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 - Edifício Golden Tower - 17º andar - São Paulo - SP
CNPJ: 02.658.435/0001-53

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco Caterpillar S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório do auditor independente.

Resultado do Exercício e Patrimônio Líquido
O volume de operações de crédito realizado no exercício foi de R$ 2.501.159 mil (2021 - R$ 1.737.892 mil) e o de operações de arrendamento mercantil financeiro foi de R$ 334.347 mil (2021 - R$ 193.704 mil), encerrando o exercício com carteiras de operações de crédito e arrendamento mercantil a valor presente de R$ 4.523.794 mil (2021 - R$ 3.205.470 mil). O lucro do exercício foi de R$ 63.065 mil (2021 - R$ 45.632 mil) e o patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2022, era de R$ 1.061.046 mil (2021 - R$ 1.017.993 mil).

Ouvidoria
Em atendimento às disposições da Resolução nº 4.433/15, do Conselho Monetário Nacional, o Banco Caterpillar S.A. mantém o componente organizacional de ouvidoria, sob a responsabilidade de um Diretor Estatutário, com a atribuição de assegurar a estrita observância às normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação com os clientes e usuários de nossos produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos. A ouvidoria pode ser acessada através do telefone 0800-7227237 ou e-mail ouvidoria@cat.com.

Agradecimentos
Agradecemos o apoio dos acionistas, a confiança depositada pelos clientes e revendedores Caterpillar e a dedicação e o empenho demonstrados por nossos funcionários na constante melhoria de nossos produtos e serviços.

A Administração
São Paulo, 27 de março de 2023

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 - Em milhares de reais

ATIVO	Nota	dez/22	dez/21
CIRCULANTE		**2.168.085**	**1.339.374**
Disponibilidades	4	3.823	3.136
Instrumentos Financeiros		1.736.571	1.180.234
Instrumentos Financeiros Derivativos	5a e b	26.322	28.260
Operações de Crédito	6	1.710.249	1.151.974
Operações de Arrendamento Mercantil	7	383.101	134.066
Outros Créditos		39.612	33.607
Diversos	18a	39.612	33.607
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	6c	(24.836)	(13.716)
(-) Operações de Crédito		(23.734)	(13.558)
(-) Operações de Arrendamento Mercantil		(1.101)	(99)
(-) Outros Créditos		(1)	(59)
Outros Valores e Bens		29.814	2.047
Outros Valores e Bens	3e	29.439	1.956
Despesas Antecipadas		375	91
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**2.507.104**	**2.017.764**
Instrumentos Financeiros		2.275.706	1.716.701
Instrumentos Financeiros Derivativos	5a e b	35.509	75.148
Operações de Crédito	6	2.240.197	1.641.553
Operações de Arrendamento Mercantil	7	186.182	263.568
Outros Créditos		77.633	66.514
Diversos	18b	9.787	12.393
Créditos Tributários	16b	67.846	54.121
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	6c	(35.074)	(31.314)
(-) Operações de Crédito		(29.323)	(24.613)
(-) Operações de Arrendamento Mercantil		(2.943)	(2.478)
(-) Outros Créditos		(2.808)	(4.223)
Outros Valores e Bens		2.657	2.295
Outros Valores e Bens	3e	2.300	2.577
(-) Provisão para Desvalorizações	3h	(211)	(284)
Despesas Antecipadas		568	2
PERMANENTE	3f	**6.936**	**9.026**
Imobilizado de Uso	8	6.936	9.026
Outras Imobilizações de Uso		18.434	18.429
(-) Depreciações Acumuladas		(11.498)	(9.403)
TOTAL DO ATIVO		**4.682.125**	**3.366.164**

PASSIVO	Nota	dez/22	dez/21
CIRCULANTE		**1.274.654**	**582.647**
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	9	593.695	244.982
Depósitos Interfinanceiros		593.695	244.982
Obrigações por Empréstimos		328.825	127.329
Empréstimos no Exterior	10	328.825	127.329
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais		235.946	154.889
FINAME	11	235.946	154.889
Instrumentos Financeiros Derivativos		20.029	81
Diferencial a Pagar	5a e b	20.029	81
Outras Obrigações		96.159	55.366
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		1.010	1.157
Sociais e Estatutárias		6.527	5.612
Fiscais e Previdenciárias	18c	72.557	36.276
Diversas	18e	16.065	12.321
NÃO CIRCULANTE			
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		**2.346.425**	**1.765.524**
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	9	71.173	94.933
Depósitos Interfinanceiros		71.173	94.933
Obrigações por Empréstimos		1.762.361	1.316.875
Empréstimos no Exterior	10	1.762.361	1.316.875
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais		443.123	287.959
FINAME	11	443.123	287.959
Instrumentos Financeiros Derivativos		7.662	3.618
Diferencial a Pagar	5b	7.662	3.618
Outras Obrigações		62.106	62.139
Fiscais e Previdenciárias	18d	37.064	42.952
Diversas	13 e 18f	25.042	19.187
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	**1.061.046**	**1.017.993**
Capital Social		638.718	638.718
De Domiciliados no País		2	2
De Domiciliados no Exterior		638.716	638.716
Reservas de Lucros		419.456	356.391
Outros Resultados Abrangentes		2.872	22.884
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**4.682.125**	**3.366.164**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em milhares de reais

	Nota	2º semestre 2022	Exercícios findos em 31 de Dezembro 2022	2021
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**230.738**	**384.276**	**322.924**
Operações de Crédito		269.632	479.003	258.539
Operações de Arrendamento Mercantil		23.329	35.888	40.816
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		-	-	(71)
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(62.223)	(130.615)	23.640
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(123.389)**	**(218.545)**	**(180.910)**
Operações de Captações no Mercado		(29.742)	(49.153)	(22.441)
Operações de Empréstimos e Repasses		(53.421)	(85.440)	(159.817)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6e	(40.226)	(83.952)	1.348
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**107.349**	**165.731**	**142.014**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		**(35.411)**	**(41.896)**	**(43.231)**
Receitas de Prestação de Serviços	15a	5.886	12.811	12.570
Rendas de Tarifas Bancárias		2.834	5.611	4.000
Despesas de Pessoal		(29.138)	(57.980)	(54.999)
Outras Despesas Administrativas	18g	(20.565)	(38.382)	(30.454)
Despesas Tributárias		(11.389)	(21.883)	(25.579)
Outras Receitas Operacionais	18h	19.518	72.110	69.226
Outras Despesas Operacionais	18i	(2.557)	(14.183)	(17.995)
RESULTADO OPERACIONAL		**71.938**	**123.835**	**98.783**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	18j	**848**	**1.299**	**1.960**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		**72.786**	**125.134**	**100.743**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16a	**(34.617)**	**(62.069)**	**(55.111)**
Provisão para Imposto de Renda		(17.498)	(27.984)	(6.449)
Provisão para Contribuição Social		(21.838)	(37.324)	(23.766)
Ativo/Passivo Fiscal Diferido		4.719	3.239	(24.896)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO		**38.169**	**63.065**	**45.632**
Lucro Líquido por lote de mil ações - em R$		59,76	98,74	71,44

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em milhares de reais

	2º semestre 2022	Exercícios findos em 31 de Dezembro 2022	2021
Lucro Líquido do Semestre / Exercício	38.169	63.065	45.632
Outros resultados abrangentes	(2.796)	(20.012)	24.386
Hedge de fluxo de caixa			
Ajuste ao valor justo contra patrimônio líquido	(5.084)	(36.386)	44.337
Efeito Fiscal	2.288	16.374	(19.951)
Resultado abrangente do semestre / exercício	**35.373**	**43.053**	**70.018**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em milhares de reais

	2º semestre 2022	Exercícios findos em 31 de Dezembro 2022	2021
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Semestre / Exercício	**38.169**	**63.065**	**45.632**
Ajustes ao Lucro Líquido	**27.210**	**61.012**	**31.351**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	40.226	83.952	(1.348)
IR e CS Diferidos	(4.719)	(3.239)	24.896
Depreciações	1.443	2.869	2.363
Provisão para Contingências Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	(279)	1.115	6.907
Provisão para Desvalorização de Ativos não Financeiros Recebidos	(360)	(73)	1.840
Resultado na Venda de Outros Valores e Bens	198	152	650
Resultado na Venda de Imobilizado de Uso	64	170	105
Recuperações de Créditos com Ativos	(9.363)	(23.934)	(4.062)
Variações em Ativos e Passivos	**(237.620)**	**(769.424)**	**(957.882)**
(Aumento) / Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Derivativos	19.044	29.183	(52.243)
Aumento em Operações de Crédito	(584.052)	(1.276.426)	(865.494)
Aumento em Operações de Arrendamento Mercantil	(87.043)	(170.182)	(104.224)
Redução em Outros Créditos	15.405	25.304	23.698
(Aumento) / Redução em Outros Valores e Bens	(729)	(850)	29
Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda Recebidos	27.944	45.543	6.821
Aumento / (Redução) em Depósitos	190.692	324.953	(222.615)
Aumento em Obrigações por Repasses	149.612	236.221	262.240
Aumento em Outras Obrigações	48.504	60.503	26.952
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(16.997)	(43.673)	(33.046)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais	**(172.241)**	**(645.347)**	**(880.899)**
Atividades de Investimento			
Aquisição de Imobilizado de Uso	(759)	(836)	(3.737)
Alienação de Imobilizado de Uso	(49)	(112)	198
Caixa Líquido Originado nas Atividades de Investimento	**(808)**	**(948)**	**(3.539)**
Atividades de Financiamento			
Aumento em Obrigações por Empréstimos no Exterior	176.212	646.982	877.983
Aumento em Integralizaçao de Capital Incorporação Caterpillar Fomento	-	-	6.084
Caixa Líquido Originado nas Atividades de Financiamento	**176.212**	**646.982**	**884.067**
Aumento / (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	**3.163**	**687**	**(371)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre	660	3.136	3.507
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	3.823	3.823	3.136
Aumento / (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	**3.163**	**687**	**(371)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Especial	Resultado Abrangente	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**632.602**	**32.417**	**278.374**	**(1.502)**	-	**941.891**
Aumento de Capital (Nota 14)	6.116	-	(32)	-	-	6.084
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	45.632	45.632
Destinação do Lucro Líquido:						
Reserva Legal	-	2.282	-	-	(2.282)	-
Reserva Especial de Lucros	-	-	43.350	-	(43.350)	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	24.386	-	24.386
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**638.718**	**34.699**	**321.692**	**22.884**	-	**1.017.993**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	63.065	63.065
Destinação do Lucro Líquido:						
Reserva Legal	-	3.153	-	-	(3.153)	-
Reserva Especial de Lucros	-	-	59.912	-	(59.912)	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	(20.012)	-	(20.012)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**638.718**	**37.852**	**381.604**	**2.872**	-	**1.061.046**
Saldos em 30 de junho de 2022	**638.718**	**35.944**	**345.343**	**5.668**	-	**1.025.673**
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	38.169	38.169
Destinação do Lucro Líquido:						
Reserva Legal	-	1.908	-	-	(1.908)	-
Reserva Especial de Lucros	-	-	36.261	-	(36.261)	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	(2.796)	-	(2.796)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**638.718**	**37.852**	**381.604**	**2.872**	-	**1.061.046**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Caterpillar S.A. ("Instituição"), com sede na Avenida Dr. Chucri Zaidan nº 1240, Torre Golden Tower - 17º andar, na cidade de São Paulo (SP), subsidiária da Caterpillar Financial Services Corporation, realiza operações de financiamento para aquisição e arrendamento mercantil de equipamentos Caterpillar e demais produtos comercializados pela rede de revendedores Caterpillar no Brasil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições financeiras, com observância aos dispositivos da Lei nº 6.404/76, com as alterações das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associados às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN).

A Resolução nº 4.818/20, do Conselho Monetário Nacional (CMN), e a Resolução nº 2/20, do Banco Central do Brasil (BACEN), estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras.

Em novembro de 2021, foi divulgada a Resolução CMN nº 4.966, a qual define os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*), pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.

Essa Resolução estará vigente em sua totalidade a partir de 1º de janeiro de 2025. Entretanto, foi exigido que as referidas instituições elaborassem, até 31 de dezembro de 2022, um plano para a implementação dessa regulamentação contábil aprovado pelo Conselho de Administração da instituição e que este seja mantido à disposição do Banco Central do Brasil.

Para a elaboração do plano, foram avaliados o cenário atual da instituição, além das eventuais possibilidades de mudanças em sistemas, produtos, processos e na própria normatização.

Entretanto, como o Banco Central do Brasil ainda poderá divulgar normas complementares, necessárias à execução do referido normativo sobre o método simplificado para amortização de custos de transação (taxa efetiva de juros), definições de principal e juros para o teste SPPJ, pisos de provisão para ativos com problemas de recuperação de crédito, regras para instituições S4 que pretendem optar pela abordagem completa da PECLD, entre outros, este plano poderá ser revisto pela gestão da instituição, inclusive sob o aspecto da opção da metodologia de PECLD.

A seguir, encontram-se listados alguns dos principais itens abordados no plano para a implementação da Resolução CMN nº 4.966/21:

- Capacitação da equipe;
- Classificação e mensuração de ativos financeiros (Modelo de Negócio e Teste SPPJ);
- Classificação de passivos financeiros;
- Custos de transação;
- Ativos com problemas de recuperação de crédito;
- Renegociação e reestruturação de ativos financeiros;
- Baixa de ativos financeiros;
- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- Contabilidade de *Hedge*; e
- Evidenciação.

Observa-se que para cada item relacionado, o plano para a implementação prevê os seguintes desdobramentos:

- Cenário atual: como a instituição trata as informações de acordo com a regulamentação vigente;
- Proposta: o que a instituição entende ser necessário implementar/modificar para se adequar à referida norma;
- Sistemas: quais os aplicativos utilizados pela instituição, responsáveis pelo registro e controle das transações, impactados pela Resolução;
- Processos: quais os processos afetados pela nova regra; e
- Responsabilidades: quais áreas serão responsáveis pelas modificações/manutenções relativas às mudanças normativas.

A lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributável aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Luro Real e da base de cálculo da CSLL. Está lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

Em dezembro de 2021, foi publicada a Resolução CMN nº 4.975, que estabelece a observância ao pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, que passa a vigorar em 1º de janeiro de 2025. O Banco Caterpillar iniciou as avaliações de impacto e alterações que serão devidos para adequação aos requerimentos dessa Resolução.

Em 1º de Janeiro de 2022, entrou em vigor o artigo 9 da Resolução BCB Nº 92, de 6 de maio de 2021, que eliminou o grupo contábil 5 - Resultado de Exercícios Futuros do elenco de contas do COSIF. Dessa forma, o Banco Caterpillar reclassificou os valores registrados nesse grupo para a conta "Diversos" no quadro do Passivo em Circulante e Exigível a Longo Prazo.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão, pela Diretoria, em 27 de fevereiro de 2023.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e segundo as Portarias nºs 140/84 e 113/88, do Ministério da Fazenda, considerando:

- os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável;
- os rendimentos e encargos, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos;
- as receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e, quando aplicável, por operações que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, tais como, aplicações interfinanceiras de liquidez e aplicações em depósitos interfinanceiros.

(c) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/02, do Banco Central, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumentos destinados a hedge ou não. As operações efetuadas por conta própria (operações a termo - NDF), que não atendem aos critérios de hedge contábil utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos de variação cambial (swaps) são classificados como hedge de fluxo de caixa e a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.748/19, o Banco Caterpillar classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados;

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Os instrumentos financeiros do Banco avaliados e registrados pelo seu valor justo são substancialmente precificados com base em preços cotados em mercados ativos ou passivos similares (nível 2).

(d) Operações de crédito, de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil e de outros créditos com características de concessão de crédito são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base nas taxas de juros pactuadas, sendo atualizadas até o 60º dia de atraso. Após o 61º dia de atraso, o reconhecimento no resultado ocorre quando do seu efetivo recebimento.

As operações de crédito renegociadas são aquelas cujos prazos contratuais originais foram aditados (acordos) e, novas operações de crédito firmadas para liquidar contratos ou transações com o mesmo cliente que originalmente estavam vencidos. Aditamentos e operações de crédito renegociadas geralmente refletem modificações nos termos contratuais, nas taxas ou condições de pagamento.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir possíveis perdas e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais da carteira e as normas e instruções do BACEN. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, ou 540 dias para empréstimos com prazo a decorrer superior a 36 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

(e) Outros valores e bens

De acordo com a Resolução CMN nº 4.747, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, os montantes registrados nesta rubrica são compostos por bens recebidos em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução como forma de pagamento, não destinados ao uso próprio. Esses bens são, na sua maioria, equipamentos Caterpillar em que a venda é considerada praticamente certa.

Estes equipamentos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda e ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes.

As despesas antecipadas consideram as aplicações de recursos cujos benefícios ocorrerão em períodos seguintes.

(f) Permanente

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, combinado com a depreciação dos bens do imobilizado pelo método linear, com base nas taxas fiscais anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens estimada em 10% para móveis, utensílios, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros e 20% para veículos e sistema de processamento de dados.

(g) Operações de arrendamento mercantil

De acordo com a Resolução BACEN nº 2/20, as operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas pelos seguintes saldos:

I - Valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato; e
II - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

No cálculo do valor presente, foi utilizada taxa equivalente aos encargos financeiros previstos no contrato, incluindo:

I - O valor residual garantido; ou
II - O valor presente provável de realização do bem arrendado no final do contrato, deduzidos os custos de venda, no caso de inexistência de valor residual garantido.

(h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - *Impairment*

Outros valores e bens e créditos tributários são revistos, no mínimo, semestralmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. Outros valores de ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente. Esta perda é reconhecida no resultado do período se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável.

(i) Depósitos interfinanceiros

Os depósitos interfinanceiros estão registrados pelos seus respectivos valores contratuais, acrescidos dos encargos contratados, proporcionais ao período decorrido da contratação da operação.

(j) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata* dia) deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que tornou obrigatória a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Os ativos e passivos contingentes referem-se a potenciais direitos e obrigações decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa.

Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros. Essas contingências são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias, são representadas por exigíveis relativos a obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de discussão judicial, constituídos pelo seu valor integral e atualizados de acordo com a regulamentação vigente (Nota 12).

(l) Provisões para imposto de renda e contribuição social

A provisão para o IRPJ é calculada à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras, incidentes sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

A alíquota da CSLL para os bancos de quaisquer espécies, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 1% para o período-base compreendido entre 1 de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, nos termos da MP 1.115/2022 e para o período-base compreendido em 1º de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, foi elevada de 20% para 25%, nos termos da Lei nº 14.183/2021 (resultado da conversão em lei da medida provisória da (MP) 1.034/2021.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 16(c), está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A Resolução CMN nº 4.842/20, consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Resolução BACEN nº 15/20 (revogou as Circulares BACEN nº 3.776/2015 e nº 3.174/2003), consolidou os procedimentos a serem observados na constituição ou baixa de ativos fiscais diferidos e na divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas.

(m) Outras obrigações diversas

Outras obrigações diversas referem-se principalmente a valores relativos à (i) passivos contingentes com probabilidade de perda "provável"; (ii) equalização de taxas sobre contratos de operações de crédito e de arrendamento mercantil recebidos antecipadamente e apropriados em função dos prazos previstos no contrato de crédito; e (iii) contas a pagar de natureza trabalhistas e administrativas.

(n) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas, despesas e outras transações, tais como: valor de mercado de títulos e valores mobiliários e derivativos, provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa, determinação de prazo para realização dos créditos tributários, constituição e reversão de provisões para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

(o) Resultados recorrentes / não recorrentes

A Resolução BACEN nº 2/20, em seu artigo 34, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se, então, como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Com base na definição acima, a Instituição não teve nenhum resultado não recorrente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro 2021.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa referem-se, em 31 de dezembro de 2022, a disponibilidades em moeda nacional no valor de R$ 3.823 (31 de dezembro de 2021 - R$ 3.136).

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Instituição participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais ou de compensação que se destinam a atender às necessidades próprias, visando maximizar os resultados e administrar a exposição ao risco de moeda (Nota 10). A administração desses riscos é efetuada por meio de políticas de controle e estabelecimento de estratégias de operações e de limites, bem como de outras técnicas de acompanhamento das posições.

a) Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a Instituição possuía operações a Termo (NDF), registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, conforme segue:

Operação	dezembro 2022 Valor referencial	dezembro 2022 Valor de mercado	dezembro 2021 Valor referencial	dezembro 2021 Valor de mercado
Compra de Termo (NDF)	5.900	41	5.107	(81)
	5.900	**41**	**5.107**	**(81)**

Instrumentos financeiros derivativos composto por operações a Termo (NDF), em aberto em 31 de dezembro de 2022, com vencimento em janeiro de 2023 (dezembro de 2021 - venceu em janeiro de 2022). Todas estas operações foram renovadas após o vencimento.

b) Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a instituição também possuía estrutura de hedge contábil de fluxo de caixa em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02 como se segue:

dezembro 2022

Operação (USD vs. Pré) Data de Início	Data de Vencimento	Valor Referencial	Diferencial a Receber - Mercado	Diferencial a Receber - Curva	Ajuste de Marcação a Mercado	Item Objeto de Hedge
Swap 1 - 16/12/2020	16/06/2023	195.679	9.012	3.895	5.117	(195.679)
Swap 5 - 28/06/2021	28/09/2023	132.835	9.502	7.790	1.712	(132.835)
Swap 6 - 28/06/2021	28/03/2023	106.268	7.768	6.233	1.535	(106.268)
Swap 10 - 30/03/2022	28/02/2025	381.652	22.228	29.110	(6.882)	(381.652)
Swap 11 - 31/05/2022	31/05/2024	220.060	13.280	16.961	(3.681)	(220.060)
		1.036.494	**61.790**	**63.989**	**(2.199)**	**(1.036.494)**

dezembro 2022

Operação (USD vs. Pré) Data de Início	Data de Vencimento	Valor Referencial	Diferencial a Pagar a Mercado	Diferencial a Pagar na Curva	Ajuste de Marcação a Mercado	Item Objeto de Hedge
Swap 3 - 05/03/2021	05/12/2023	90.815	(7.169)	(9.580)	2.411	(90.815)
Swap 7 - 19/11/2021	20/03/2023	70.820	(4.624)	(5.097)	473	(70.820)
Swap 8 - 19/11/2021	19/12/2023	94.573	(8.237)	(6.599)	(1.638)	(94.573)
Swap 9 - 19/11/2021	19/03/2024	71.045	(6.637)	(4.824)	(1.813)	(71.045)
Swap 12 - 27/10/2022	28/10/2024	198.308	(175)	(5.246)	5.071	(198.308)
Swap 13 - 27/10/2022	29/04/2024	148.956	(850)	(3.765)	2.915	(148.956)
		674.517	**(27.692)**	**(35.111)**	**7.419**	**(674.517)**

dezembro 2021

Operação (USD vs. Pré) Data de Início	Data de Vencimento	Valor Referencial	Diferencial a Receber - Mercado	Diferencial a Receber - Curva	Ajuste de Marcação a Mercado	Item Objeto de Hedge
Swap 1 - 16/12/2020	16/06/2023	209.286	32.406	17.481	14.925	(209.286)
Swap 2 - 16/12/2020	16/12/2022	209.286	28.952	17.235	11.717	(209.286)
Swap 3 - 05/03/2021	05/12/2023	97.129	2.664	(3.265)	5.930	(97.129)
Swap 4 - 05/03/2021	06/06/2022	121.538	(692)	(3.797)	3.105	(121.538)
Swap 5 - 28/06/2021	28/09/2023	142.072	22.381	17.004	5.377	(142.072)
Swap 6 - 28/06/2021	28/03/2023	113.657	17.696	13.605	4.091	(113.657)
		892.969	**103.408**	**58.263**	**45.145**	**(892.969)**

dezembro 2021

Operação (USD vs. Pré) Data de Início	Data de Vencimento	Valor Referencial	Diferencial a Pagar a Mercado	Diferencial a Pagar na Curva	Ajuste de Marcação a Mercado	Item Objeto de Hedge
Swap 7 - 19/11/2021	20/03/2023	75.745	(522)	(173)	(349)	(75.745)
Swap 8 - 19/11/2021	19/12/2023	101.149	(1.644)	(23)	(1.621)	(101.149)
Swap 9 - 19/11/2021	19/03/2024	75.985	(1.452)	116	(1.568)	(75.985)
		252.879	**(3.618)**	**(80)**	**(3.538)**	**(252.879)**

A estratégia de hedge de fluxo de caixa do Banco consiste na proteção à variação nos fluxos de caixa de captações no exterior (Nota 10). A Instituição contrata operações de derivativos de swaps com posição ativa indexada ao dólar e a posição passiva com taxas prefixadas. Tanto o instrumento de hedge como o item objeto de hedge possuem o mesmo valor referencial e as mesmas datas de vencimento.

Nas contabilizações de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação do valor de mercado do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial, sendo reconhecida em contas de resultado quando do seu efetivo vencimento. A parcela não efetiva da variação a mercado do instrumento de hedge é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 não houve parcela inefetiva a ser registrada em contas de resultado.

O valor de mercado para o Termo (NDF) e as operações de swap são apurados com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (nível 2).

6. CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Composição da carteira por operação:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Operações de crédito		
Empréstimos e títulos descontados	655.929	640.484
Financiamentos	2.613.849	1.709.950
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	680.668	443.092
Arrendamento mercantil (Nota 7)	569.283	397.634
Outros créditos (Nota 18 (a) (b))	4.065	14.310
Total	**4.523.794**	**3.205.470**

b) Composição da carteira por tipo de atividade econômica dos clientes:

Setor privado	2022	2021
Rural	4.277	3.157
Indústria	46.332	25.084
Comércio	230.675	202.388
Serviços	4.092.208	2.874.298
Pessoas Físicas	150.302	100.543
Total	**4.523.794**	**3.205.470**

c) Composição da carteira pelos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682/99, do CMN:

Nível de Risco	31/12/2022 Créditos vincendos	31/12/2022 Créditos vencidos	31/12/2022 Total das operações	31/12/2022 Provisão	31/12/2021 Total das operações	31/12/2021 Provisão
AA	509.116	-	509.116	-	186.939	-
A - atraso até 14 dias	2.858.045	338	2.858.383	14.293	2.174.473	10.872
B - atraso entre 15 e 30 dias	736.820	1.326	738.146	7.381	557.922	5.579
C - atraso entre 31 e 60 dias	323.616	2.551	326.167	9.785	213.285	6.399
D - atraso entre 61 e 90 dias	44.550	1.910	46.460	4.646	33.015	3.301
E - atraso entre 91 e 120 dias	24.707	480	25.187	7.556	22.687	6.806
F - atraso entre 121 e 150 dias	2.471	487	2.958	1.479	1.075	538
G - atraso entre 151 e 180 dias	8.293	396	8.689	6.082	15.127	10.588
H - atraso superior a 180 dias	5.198	3.490	8.688	8.688	947	947
	4.512.816	**10.978**	**4.523.794**	**59.910**	**3.205.470**	**45.030**

d) Concentração dos principais devedores:

	31/12/2022	% da carteira	31/12/2021	% da carteira
10 maiores devedores	1.176.724	26%	927.432	29%
50 seguintes maiores devedores	929.232	21%	805.827	25%
100 seguintes maiores devedores	629.426	14%	488.176	15%
Demais devedores	1.788.412	40%	984.035	31%
Total	**4.523.794**	**100%**	**3.205.470**	**100%**

e) A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos apresentou a seguinte movimentação durante os exercícios:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(45.030)	(49.691)
Baixas para prejuízo	69.072	3.313
Constituição / Reversões	(83.952)	1.348
Saldo final	**(59.910)**	**(45.030)**

Durante o exercício, foram recuperados créditos anteriormente baixados da provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante de R$ 50.263 (2021 - R$ 16.461).

f) Créditos renegociados

O saldo dos créditos renegociados durante o exercício era de R$ 13.408 (2021 - R$ 56.054). A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre créditos renegociados, em 31 de dezembro de 2022, era de R$ 184 (2021 - R$ 6.197).

7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os contratos de arrendamento mercantil têm cláusulas de opção de compra e são contratados com taxas de juros pré e pós fixadas. Os arrendamentos a receber são garantidos pelos próprios bens objeto de arrendamento e os contratos contêm cláusulas de seguro em favor do arrendador.

O valor dos contratos de arrendamento mercantil financeiro é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado com base na taxa interna de cada contrato. Esse valor, em atendimento às normas do BACEN, é apresentado no COSIF em diversas rubricas patrimoniais, as quais são resumidas a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Operações de arrendamentos a receber	634.357	456.079
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(633.903)	(455.872)
Imobilizado de arrendamento	846.924	592.910
Depreciações acumuladas	(371.328)	(198.696)
Superveniência/(Insuficiência) de depreciação	138.758	96.916
Perdas em arrendamentos a amortizar	3.235	1.130
Credores por antecipação do valor residual	(48.760)	(94.833)
Valor presente	**569.283**	**397.634**

Os bens objeto de arrendamento financeiro estão compromissados para venda aos arrendatários, conforme opção destes, por ocasião do término dos respectivos contratos de arrendamento, pelo montante de R$ 42.663 (2021 - R$ 37.956).

Em virtude das alterações promovidas pela Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução BACEN nº 2/20, efetuamos a reclassificação dos valores de VRG antecipado de dezembro de 2022, no montante de R$ 48.760 (2021 - R$ 94.833), do passivo para o ativo para que o saldo das operações de arrendamento mercantil reflita o seu valor presente em conformidade com o método financeiro.

8. PERMANENTE

O saldo de imobilizado de uso é formado pelos seguintes itens:

Itens	dezembro 2022 Valor do Custo	dezembro 2022 Depreciacao Acumulada	dezembro 2022 Saldo Contabil	dezembro 2021 Valor do Custo	dezembro 2021 Depreciacao Acumulada	dezembro 2021 Saldo Contabil
Intalações	480	(330)	150	481	(284)	197
Moveis e Equipamentos	13.496	(8.595)	4.901	13.606	(6.939)	6.667
Veiculos	2.001	(806)	1.195	1.885	(644)	1.241
Benfeitorias em Imoveis de Terceiros	2.457	(1.767)	690	2.457	(1.536)	921
	18.434	**(11.498)**	**6.936**	**18.429**	**(9.403)**	**9.026**

continua

continuação

Banco Caterpillar S.A.

Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 - Edifício Golden Tower - 17º andar - São Paulo - SP
CNPJ: 02.658.435/0001-53

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 - Em milhares de reais

Demonstrado abaixo a movimentação do imobilizado no exercício findo de dezembro de 2022 pelos seguintes itens:

Itens	Saldo Contábil Inicial	Entrada	Depreciação	Venda	Saldo Contábil Final
Intalações	197	-	(47)	-	150
Móveis e Equipamentos	6.667	436	(2.207)	5	4.901
Veículos	1.241	400	(384)	(62)	1.195
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	921	-	(231)	-	690
	9.026	836	(2.869)	(57)	6.936

9. DEPÓSITOS

Os depósitos interfinanceiros com instituições do mercado não ligadas são classificados de acordo com os seus vencimentos:

Itens	dezembro 2022 Até 360 dias	Após 360 dias	Total	dezembro 2021 Até 360 dias	Após 360 dias	Total
CDI - DI	561.064	-	561.064	212.360	-	212.360
CDI - Pré	32.631	71.173	103.804	32.622	94.933	127.555
Total	593.695	71.173	664.868	244.982	94.933	339.915

As taxas anuais para as captações em CDI-DI são de 102,00% do CDI (2021 - 102,46% do CDI) e para as captações em CDI - Pré são de 9,37% a.a. (2021 - 9,37% a.a.).

10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR

Essas operações são compostas por:

a) Recursos captados da Caterpillar Financial Services Corporation, indexados ao dólar norte-americano e acrescidos de taxa de juros de mercado no valor de R$ 2.083.443 (2021 - R$ 1.407.443). Estas operações possuem vencimento entre janeiro de 2023 e setembro de 2028 com pagamentos de juros mensais ou trimestrais (Nota 15).

b) Recursos captados de outras instituições financeiras, no valor de R$ 7.743 (2021 - R$ 36.761), com taxas de juros de mercado pré-fixado de 7,16% a.a. (2021 - 7,16% a.a.). Essas operações possuem vencimento em fevereiro de 2023 e pagamentos de juros trimestrais.

11. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Representam recursos captados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no valor de R$ 679.069 (2021 - R$ 442.848), com vencimentos até dezembro de 2027 e sujeitos a encargos financeiros equivalentes à variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP, à variação cambial do dólar norte-americano, à variação da taxa de longo prazo - TLP ou à variação da taxa Selic - UMSELIC e taxas prefixadas.

12. PASSIVOS CONTINGENTES

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária e cível (Nota 3 (k)) e esses processos são relativos a:

Processos judiciais de natureza tributária:

(a) Cobrança de ISS sobre os valores relativos a rateio de despesas entre coligadas no país e sobre spread das operações de Finame: em 31 de dezembro de 2022, o valor provável de perda montava a R$ 5.648 (2021 - R$ 5.110), para o qual foi constituída provisão para contingência, registrada em outras obrigações - diversas. Em 31 de dezembro de 2022, havia depósito judicial para este processo no valor de R$ 3.561 (2021 - R$ 3.303), registrado em outros créditos - diversos;

(b) Cobrança de ISS sobre os valores residuais garantidos em operações de arrendamento mercantil financeiro: O Banco Caterpillar impetrou com mandado de segurança para assegurar o recolhimento do ISS do período entre setembro e dezembro de 2010 nas mesmas condições oferecidas pelo Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) lançado pela Prefeitura de São Paulo, no montante de R$ 4.988 (2021 - R$ 3.853) tendo sido classificado com probabilidade de perda provável e havendo depósito judicial no valor de R$ 4.069 (2021 - R$ 3.773).

(c) A Lei Complementar nº 175/20, que entrou em vigor em 2021, estabelece que a competência de cobrança do imposto sobre serviços passa para o município onde o serviço é prestado ao usuário final, e não mais no município de sede da empresa prestadora do serviço. A Lei Complementar nº 157/16, já havia determinado a mudança na cobrança do ISS para determinados segmentos da economia, deixando de ser recolhido no município onde está sediado o prestador e passando para aquele de domicílio do tomador do serviço. No entanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5835 suspendendo dispositivos da LC nº 157 relativos ao local de incidência do ISS. A decisão suspendeu também, por arrastamento, a eficácia de toda legislação local editada para complementar a lei nacional, alegando que não há como o prestador de serviço aplicar tal legislação sem a entrada em vigor do Sistema Eletrônico de Padrão Unificado, onde as regras e padrões serão estabelecimentos pelo Comitê Gestor das Obrigações Acessórias do ISSQN (CGOA). Diante dessa discussão, o Banco Caterpillar mantém a provisão dos valores de ISS dos municípios sedes dos clientes arrendatários no montante de R$ 1.639 (2021 - R$ 1.886).

(d) Em 31 de dezembro de 2022, existem também processos tributários cuja probabilidade de perda é possível no valor de R$ 8.000 (2021 - R$ 5.342), para os quais não foram constituídas provisões. Os processos de natureza tributária referem-se, principalmente, a ações anulatórias, mandados de segurança, processos administrativos, execução fiscal e honorários de sucumbência.

Processos judiciais de natureza cível:

(a) Em 31 de dezembro de 2022, a Instituição mantinha provisão para esses processos no valor de R$ 3.526 (2021 - R$ 3.793), cuja probabilidade de perda é provável. A referida provisão está registrada em outras obrigações - diversas. Há também processos cuja probabilidade de perda é possível no valor de R$ 7.369 (2021 - R$ 5.342), para os quais não foi constituída provisão. Os processos de natureza cível referem-se, principalmente, a ações revisionais, ações de restituição de valores, indenizações e honorários de sucumbência.

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS

Outras obrigações diversas referem-se principalmente a valores relativos à (i) passivos contingentes com probabilidade de perda "provável"; (ii) equalização de taxas sobre contratos de operações de crédito e de arrendamento mercantil recebidos antecipadamente e apropriados em função dos prazos previstos no contrato de crédito; e (iii) contas a pagar de natureza trabalhistas e administrativas. (Nota 12 e 18 (e) e (f)).

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 638.717.951 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo não inferior a 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado segundo a legislação societária.

A reserva de lucros - reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

A reserva de lucros - reservas especiais de lucros é constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, inclusive com relação ao resultado do semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2022, foram aprovados o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, dispensada a instalação de conselho fiscal e a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no valor de R$ 45.632, entre: (i) reserva legal de R$ 2.282 e (ii) reserva especial de lucros no valor de R$ 43.350.

Em 31 de agosto de 2021 ocorreu a incorporação da Caterpillar Fomento Comercial Ltda, no qual o capital social do Banco Caterpillar passou de R$ 632.602.232,00 (seiscentos e trinta e dois milhões, seiscentos e dois mil, duzentos e trinta e dois reais) para R$ 638.717.951,00 (seiscentos e trinta e oito milhões, setecentos e dezessete mil, novecentos e cinquenta e um reais).

15. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Saldos das transações com partes:

	Caterpillar Brasil Ltda (Brasil)	Caterpillar Financial Services Corporation (EUA)	Caterpillar Inc. (EUA)	Caterpillar Credito S.A. De CV Sofom (México)	Caterpillar Servicios Ltda. (Chile)	Total de transações entre partes relacionadas dez/22	Total de transações entre partes relacionadas dez/21
Ativo (Passivo)							
Outros Créditos - Diversos	122	1.130	-	822	77	2.152	610
Obrigações por Empréstimos no Exterior (Nota 10)	-	(2.083.443)	-	-	-	(2.083.443)	(1.407.443)
Outras Obrigações - Diversas	(8)	(813)	(194)	-	-	(1.015)	(1.146)
Outras Rendas a receber	256	-	-	-	-	256	80
Credores Diversos (Nota 13)	(1.481)	-	-	-	-	(1.481)	(1.132)
Receitas (Despesas) do ano							
Receita de Prestação de Serviços	-	6.893	-	4.245	1.163	12.300	12.319
Outras Receitas Operacionais (Nota 18 (h))	1.417	-	-	-	-	1.417	847
Receitas não Operacionais (Nota 18 (j))	1.452	-	-	-	-	1.452	1.443
Outras Despesas Administrativas	(137)	(11.128)	(2.523)	-	-	(13.788)	(11.882)
Resultado com Empréstimos no Exterior	-	38.994	-	-	-	38.994	(73.209)

A controladora da Instituição é a Caterpillar Financial Services Corporation. A controladora final é a Caterpillar Inc., que também é controladora da Caterpillar Brasil Ltda, a qual também possui participação na Instituição.

Caterpillar Crédito S.A. De CV Sofom e Caterpillar Servicios Ltda. são coligadas controladas, também, pela Caterpillar Financial Services Corporation.

A receita de prestação de serviços refere-se, basicamente, a receitas de representação comercial e comissão sobre intermediação de novos negócios.

Outras despesas administrativas referem-se, principalmente, a rateio de custos entre a Caterpillar Inc. e Caterpillar Financial Services Corporation em função da utilização de estrutura comum.

O resultado com empréstimos no exterior refere-se a despesas de juros e variação cambial de com empréstimos no exterior pactuados a taxas prefixadas entre 0,14% e 5,44% (2021 - 0,14% e 3,96%) ao ano.

O valor de R$ 12.811 (2021 - R$ 12.570) registrado em receitas de prestação de serviços no quadro Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) inclui rendas de outros serviços com não relacionadas no valor de R$ 511 (2021 - R$ 251).

b) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração total do pessoal chave da administração no exercício foi de R$ 10.832 (2021 - R$ 9.351), a qual é considerada benefício de curto prazo, e seu registro faz parte do total do valor de despesas de pessoal na Demonstração do Resultado. Não ocorreram pagamentos de benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, por rescisão de contrato de trabalho, ou remuneração baseada em ações durante o exercício.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	125.133	100.743
Imposto de renda à alíquota de 25%	(31.259)	(25.162)
Contribuição social à alíquota de 21% no 2º sem/22 e 25% no 2º sem/21, Alíquotas de 20% no 1º sem/22 e no 1º sem/21	(26.278)	(25.186)
Efeito das adições e exclusões permanentes no cálculo dos tributos	(5.221)	(6.882)
Efeito do cálculo proporcional da CSLL	624	2.801
Outros ajustes	65	(681)
Imposto de renda e contribuição social no exercício	(62.069)	(55.111)

(b) Ativo - créditos tributários

	31/12/2021	Constituição	(Realização)	(Reversão)	31/12/2022
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	35.740	38.442	(1.308)	(16.754)	56.120
Prejuízo fiscal	8.133	-	(8.133)	-	-
Outras adições temporárias	10.248	10.627	(8.554)	(605)	11.726
Total dos créditos tributários (Nota 3 (l))	54.121	49.069	(17.985)	(17.359)	67.846

(c) Expectativa de realização dos créditos tributários

	Saldo
De 01/01/2023 a 31/12/2023	32.307
De 01/01/2024 a 31/12/2024	20.691
De 01/01/2025 a 31/12/2025	7.558
De 01/01/2026 a 31/12/2026	4.851
Acima de 01/07/2027	2.439
Total	67.846

De acordo com o artigo 3º da Circular BACEN nº 3.959/19, o valor total dos créditos tributários foi reclassificado no Balanço Patrimonial de "Circulante" para o "Não Circulante" no valor de R$ 32.307 (2021 - R$ 27.758).

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média de captação, totalizava R$ 53.615 (2021 - R$ 45.835).

O estudo técnico sobre a realização dos créditos tributários foi elaborado pela administração da Instituição, com base nos cenários atual e futuro, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, de produção e custo de captação e realização de ativos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais forem compensados.

(d) Passivo - imposto de renda diferido

	31/12/2021	Realização	Constituição	31/12/2022
Superveniência de depreciação	(24.229)	7.514	(17.974)	(34.689)
Instrumentos financeiros derivativos	(18.723)	18.723	(2.375)	(2.375)
Total dos passivos tributários	(42.952)	7.514	(20.349)	(37.064)

(e) Expectativa de exigibilidade dos passivos fiscais diferido

	Saldo
De 01/01/2023 a 31/12/2023	26.958
De 01/01/2024 a 31/12/2024	5.184
De 01/01/2025 a 31/12/2025	3.469
De 01/01/2026 a 31/12/2026	1.414
Acima de 01/01/2027	39
Total	37.064

17. GERENCIAMENTO DE RISCOS E GESTÃO DE CAPITAL

A Instituição possui Comitê de Riscos e Compliance, que tem como principal atribuição o aprimoramento das ferramentas de controle e processos, acompanhamento, monitoramento dos riscos da Instituição, e aprovação de novos instrumentos normativos e políticas internas.

Os controles relativos ao gerenciamento de riscos são coordenados pelas gerências de riscos que se reportam à Diretoria de Riscos e Compliance. As estruturas de gerenciamento de risco abrangem:

(i) Risco de crédito

A gestão do risco de crédito, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, com a redação dada pela Resolução CMN nº 4.745/19, tem como missão identificar, mitigar, controlar, mensurar e estimar as perdas associadas ao risco de crédito, através de um processo contínuo de mapeamento, aferição, diagnóstico das políticas, modelos de avaliação, instrumentos e processos vigentes, baseando-se no monitoramento de clientes e índice de inadimplência por setores e regiões.

O Banco Caterpillar S.A. acompanha muito de perto a movimentação da carteira de crédito dos nossos clientes, assim podemos detectar problemas no fluxo de caixa no curto prazo. Este acompanhamento ajuda a mitigar impactos de liquidez dos clientes e, consequentemente, nos permite sugerir suporte financeiro de maneira adequada a continuar honrando seus contratos e compromissos.

As operações novas, assim como as operações que sofreram algum tipo de renegociação, são analisadas e avaliadas visando atender às necessidades dos nossos clientes, sempre mantendo os critérios de governança do Banco, como também as normas estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99, que dispõe sobre os critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para crédito de liquidação.

Em relação à Pandemia da COVID19, os órgãos de imprensa anunciaram o encerramento do consórcio de mídia criado para a divulgação diária das informações sobre a COVID19, porém o controle das informações e as divulgações de contágios serão feitas por cada Estado. Já temos também o anúncio pelo Governo que serão aplicadas novas doses da vacina bivalente na população seguindo os critérios já estabelecidos.

Isso nos dá um alerta de que a Pandemia está controlada no País e, para manter o controle e continuar mitigando o contágio, o Banco Caterpillar continua com as medidas preventivas para proteção de nossos funcionários.

(ii) Risco de mercado

A gestão de risco de mercado, em concordância com a Resolução CMN nº 4.557/17, com a redação dada pela Resolução CMN nº 4.745/19, é responsável por monitorar, controlar a exposição ao risco de mercado e realizar simulações de condições extremas de mercado (testes de estresse), conforme os limites estabelecidos pela administração da Instituição e recomendar, quando aplicável, alterações às políticas, além de participar de reuniões para desenvolvimento de novos produtos prestando suporte na identificação dos riscos inerentes.

(iii) Risco de liquidez

Em consonância com as disposições da Resolução CMN nº 4.557/17, com a redação dada pela Resolução CMN nº 4.745/19, o risco de liquidez é acompanhado através do monitoramento e projeção do fluxo de caixa da Instituição, considerando as estruturas de captação disponíveis, limites e possíveis cenários de estresse. A Instituição mantém níveis adequados e suficientes de liquidez compatíveis com a natureza das suas operações, complexidade dos produtos e dimensão da sua exposição a esse risco. Apesar de manter os níveis adequados e suficientes de liquidez, o Banco, quando necessário, avalia a possibilidade de captação de recursos com a Matriz, tendo como forma de avaliação dos preços de captação interna devido às altas sucessivas da Taxa de Juros Selic para conter a inflação. Este tipo de avaliação ajuda o banco a continuar mantendo de forma adequada os níveis de liquidez e o suporte a nossos clientes e suportando novas operações.

(iv) Risco operacional

O risco operacional, em adesão aos critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.557/17, com a redação dada pela Resolução CMN nº 4.745/19, e alterações, é responsável por implementar políticas, processos, procedimentos e ferramentas para a identificação, avaliação, controle, monitoramento e mitigação dos riscos operacionais significantes em todas as áreas do negócio. As perdas são monitoradas através dos registros de ocorrência de eventos de perdas associados à revisão periódica da matriz de risco de onde resultam os planos de ação para melhoria dos processos e controles internos.

Apesar de o cenário da pandemia do COVID-19 estar estabilizado, cabe ressaltar que o Banco continua seguindo as recomendações da OMS e Ministério da Saúde para combate à pandemia, mantendo os colaboradores trabalhando em regime híbrido de trabalho, ou seja, escritório e home office.

O Banco possui suporte técnico adequado para que as atividades operacionais de nossos colaboradores se mantenham com alta qualidade tanto no escritório como em home office, de forma que possa refletir em um atendimento adequado para os nossos clientes.

(v) Gestão de capital

Obedecendo a Resolução CMN nº 4.557/17, com a redação dada pela Resolução CMN nº 4.745/19, o processo de gestão de capital está centrado no acompanhamento mensal da adequação do patrimônio de referência e visa assegurar que a Instituição mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento de suas atividades. Em complemento às análises, são traçados dois cenários - projetado e de estresse - tomando por base o orçamento da Instituição para os próximos três anos, conforme as exigências de capital regulatório.

A Instituição em 31 de dezembro de 2022 atingiu o índice de Basileia de 21,29% (30 de junho de 2022 - 24,06%).

(vi) Risco socioambiental

A Instituição estabeleceu a sua política de responsabilidade socioambiental, em adesão às diretrizes da Resolução CMN nº 4.327/14, e respeitando os princípios de relevância e proporcionalidade, determinando a conduta adotada nos negócios, exigindo e monitorando aprovação dos órgãos responsáveis para setores que possam causar impactos socioambientais, tanto para seus clientes quanto para os fornecedores. Os princípios de sustentabilidade são aplicáveis à Instituição de forma transversal visando o desenvolvimento sustentável.

(vii) Análise de sensibilidade para risco de mercado

O objetivo da análise de sensibilidade dentro do Banco Caterpillar é dar suporte aos gestores no entendimento sobre o potencial impacto que pode ocorrer na instituição como consequência de mudanças nos cenários econômicos. Por se tratar de um banco da marca com o foco em fomentar e suportar as nossas revendas a vender os equipamentos Caterpillar no País, a nossa carteira é caracterizada como "Banking".

Com isso, a carteira está sujeita, basicamente, à variação de taxa de juros, portanto, à análise de sensibilidade de exposição ao risco, representados pela metodologia EVE (Economic Value of Equity), evolução dos fatores de Risco (MTM) e os testes de estresse realizados da construção de cenários para simulação e projeções de fluxos possibilitando a avaliação de mudanças significativas de exposição ao risco.

Para esta análise são construídos 03 cenários:

1º Cenário: baseado na variação da curva de juros pré com aumento da taxa em 1 p.p no primeiro vértice e 5 p.p. no último, cupom dólar com aumento da taxa em 1 p.p no primeiro vértice e 5 p.p. no último, aumento de 1 p.p. no primeiro e 2 p.p. no último vértice da TJLP e aumento do Dólar em 15%.

2º Cenário: baseado na variação paralela da curva de juros pré com aumento da taxa em 1 p.p no primeiro vértice e aumento de 3 p.p. no último, cupom dólar com aumento da taxa em 1 p.p no primeiro vértice e 2 p.p. no último, aumento de 1 p.p. no primeiro e no último vértice na TJLP e aumento do Dólar em 10%.

3º Cenário: baseado na variação paralela da curva de juros pré com queda da taxa em 1 p.p no primeiro vértice, 2 p.p. no último, cupom dólar com aumento da taxa em 1 p.p no primeiro vértice e 2 p.p. no último, sem alteração na TJLP e aumento do Dólar em 5%.

Os cenários de testes de estresse são realizados regularmente como parte da rotina de gestão de riscos da Instituição, realizados também para um fim específico, em resposta a eventos ou preocupações de mercado.

Nos cenários apresentados acima, podemos observar uma perda projetada no valor da carteira com baixa representatividade em relação à exposição total, conforme se verifica no quadro resumo abaixo, demonstrando a baixa exposição do Banco Caterpillar ao risco de mercado.

Último Vértice	Pior Cenário Esperado	Cenário Moderado	Cenário Ameno
PRE	+5pp	+3pp	+2pp
Cupom US$	+5pp	+2pp	+2pp
TJLP	+2pp	+1pp	+0pp
Variação Cambial	+15%	+10%	+5%
Perda no valor da carteira	**R$ 49.659.462**	**R$ 37.510.482**	**R$ 31.098.078**
Perda/PR Conglomerado	**4,69%**	**3,54%**	**2,94%**

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Outros créditos - no circulante, referem-se, principalmente, a títulos e créditos a receber valor de R$ 2.188 (2021 - R$ 10.298), a impostos a compensar no montante de R$ 32.796 (2021 - R$ 21.860), devedores diversos no exterior no valor de R$ 2.029 (2021 - R$ 505), devedores diversos no país no valor de R$ 714 (2021 - R$ 222), e outras rendas a receber no valor de R$ 1.647 (2021 - R$ 222).

(b) Outros créditos - no realizável a longo prazo, referem-se, principalmente, a créditos tributários diferidos no valor de R$ 67.846 (2021 - R$ 54.121), a títulos e créditos a receber no valor de R$ 1.877 (2021 - R$ 12.898) e depósitos judiciais no montante de R$ 7.910 (2021 - R$ 8.120).

(c) Fiscais e previdenciárias - no circulante referem-se, principalmente, a provisão para imposto de renda e contribuição social sobre lucros no valor de R$ 65.307 (2021 - R$ 30.215), provisão para impostos sobre salários no valor de R$ 5.340 (2021 - R$ 4.814) e a provisão para impostos a pagar outros no valor de R$ 1.774 (2021 - R$ 1.143).

(d) Fiscais e previdenciárias - no realizável a longo prazo, referem-se a imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R$ 37.064 (2021 - R$ 42.952).

(e) Outras obrigações - no circulante, referem-se, principalmente, a despesas administrativas a pagar no valor de R$ 1.683 (2021 - R$ 4.157), despesas de pessoal no valor de R$ 3.554 (2021 - R$ 3.380), valores a pagar a partes relacionadas de R$ 1.015 (2021 - R$ 1.146), a Credores diversos país R$ 7.653 (2021 - R$ 5.343).

(f) Outras obrigações - no realizável a longo prazo, referem-se, principalmente, a despesas administrativas a pagar no valor de R$ 1.249 (2021 - R$ 1.102), passivos contingentes no valor de R$ 15.929 (2021 - R$ 14.814) e Credores diversos país R$ 6.587 (2021 - R$ 2.601).

(g) Outras despesas administrativas - referem-se, principalmente, a despesas de serviços prestados por partes relacionadas no valor de R$ 13.788 (dez/21 - R$ 11.882), serviços técnicos especializados de R$ 4.119 (dez/21 - R$ 3.394), processamento de dados de R$ 6.221 (dez/21 - R$ 5.131), despesas de serviços financeiros de R$ 1.361 (dez/21 - R$ 877), despesas com depreciações de bens de R$ 2.869 (dez/21 - R$ 2.362), despesas com aluguel e condomínio de R$ 3.163 (dez/21 - R$ 3.139), despesas com manutenção e conservação de bens de R$ 826 (dez/21 - R$ 263), despesas de transporte no valor de R$ 1.253 (dez/21 R$ 175) e despesas de propaganda e publicidade R$ 1.173 (dez/21 - R$ 597).

(h) Outras receitas operacionais, referem-se, principalmente, a apropriação de resultados de decorrentes de equalização de taxas dos contratos de operações de crédito e de arrendamento mercantil recebidos antecipadamente no montante de R$ 1.658 (dez/21 - R$ 5.332), mora e multas aplicadas sobre parcelas em atraso de R$ 3.445 (dez/21 - R$ 2.066), recuperação de encargos e despesas de R$ 2.526 (dez/21 - R$ 1.300) e variação cambial de empréstimos no exterior e de serviços de entidades relacionadas de R$ 54.933 (dez/21 - R$ 59.091) e juros sobre outros créditos de R$ 2.548 (dez/21 - R$ 504).

(i) Outras despesas operacionais, referem-se, principalmente, a despesas de provisão para passivos contingentes no valor de R$ 3.133 (dez/21 - R$ 8.064), despesas de comissão de venda de máquinas retomadas no valor de R$ 908 (dez/21 - R$ 309) e a variação cambial sobre operações de crédito e partes relacionadas no valor de R$ 10.064 (dez/21 - R$ 8.184).

(j) Resultado não operacional - refere-se, principalmente, a provisão da desvalorização de bens não de uso no montante de R$ 463 (dez/21 - R$ 524) e reembolsos de aluguel no montante de R$ 1.452 (dez/21 - R$ 1.443).

DIRETORIA

Fábio Gandolfo Severino - Diretor Presidente

Demais Diretores:

Ana Paula Ribeiro Marchione — **Antonio Celso Guilger de Morais** — **Giovani Clemente Ribeiro da Fonseca** — **Katia Sylvestre Kiss Andreotti** — **Renato Shizuo Kojima** — **Sanderley Vieira de Souza**

Contador

Carlito C. H. Cerqueira - CRC: 1SP247787/P-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Caterpillar S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Caterpillar S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Caterpillar S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Barth de Freitas
Contador
CRC 1SP235228/O-5

O que é a inteligência artificial que fez a imagem do papa de casacão branco

Raphael Hernandes

SÃO PAULO No sábado (25), as redes sociais foram inundadas com uma imagem falsa do papa Francisco vestindo um casacão branco (também chamado por aí de jaqueta puffer, ou japona para quem está abaixo do Trópico de Capricórnio). Além do suposto estilo papal, o conteúdo chamou a atenção por se tratar de uma imagem gerada por inteligência artificial (IA) extremamente convincente, que enganou muita gente.

Não é a primeira do tipo que brotou nos últimos dias. Em aplicações mais nocivas, deepfakes (conteúdo sintético gerado por IA) mostraram uma falsa prisão de Donald Trump e uma forjada cena do presidente russo Vladimir Putin atrás das grades.

A tecnologia usada para fazer esse tipo de conteúdo é chamada de "inteligência artificial generativa", pois gera novos conteúdos. Nesse caso, criam imagens. A categoria ganhou destaque no final do ano passado com o lançamento do ChatGPT, voltado a textos. Outras aplicações sintetizam áudios e vídeos.

Por mais que a versão mais atualizada do GPT (motor do ChatGPT) seja capaz de entender fotos, tratam-se de sistemas distintos, cada um especializado em uma coisa. Os que fazem imagens passaram a borbulhar no primeiro semestre de 2022 com a explosão de aplicativos fáceis de usar, por mais que esse tipo de uso de IA já existisse anos antes.

Alguns dos principais nomes nessa área são o Dall-e (da mesma criadora do GPT), Stable Diffusion e Midjourney. A imagem do papa foi publicada na comunidade oficial deste último dentro do fórum online Reddit na sexta (24).

No último dia 15, o Midjourney recebeu uma atualização, ainda em testes, para uma versão que promete resultados ainda mais realistas.

Nesses sistemas, os usuários descrevem a imagem que querem usando um texto e pronto. Em um teste, a reportagem pediu ao Dall-e que fizesse "um [cachorro] pug preto comendo uma banana em estilo Renascentista".

Montagem mostra o papa com jaqueta branca Reprodução/Twitter

Assim como outras IAs modernas, tudo passa pela análise de um monte de dados. O computador detecta padrões em imagens e usa a informação para sintetizar seus conteúdos. A verossimilhança é possível graças a uma arquitetura denominada "rede generativa adversarial". Essa categoria de aprendizagem de máquina surgiu em 2014 e coloca a IA em pares: um lado capaz de criar o conteúdo, outro para avaliar se o conteúdo é falso. É como se um robô ficasse repetidamente gerando imagens enquanto o segundo responde "não está bom, faça de novo".

Unimed Campinas

UNIMED CAMPINAS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

CNPJ nº 46.124.624/0001-11

ANS - nº 335690

Relatório da Administração

Prezados Senhores, Submetemos à apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Unimed Campinas referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo o relatório dos auditores independentes. O ano de 2022 foi marcado por desafios e incertezas no setor da saúde suplementar, fatores como o cenário pós pandêmico, ambiente regulatório e político, desestabilização da cadeia de suprimentos com o encarecimento de insumos, produtos e medicamentos, colocaram a prova a sustentabilidade do setor. Entretanto, mesmo com todos esses fatores, a robustez e a resiliência do nosso negócio nos permitiram não apenas fechar o ano com resultados positivos, mas avançar em nossa agenda estratégica. Durante o ano de 2022 fortalecemos a governança da Cooperativa, com destaque para a revisão do nosso Estatuto Social e instituição da Política de Governança Corporativa. Introduzimos novos modelos de remuneração da rede prestadora como foco na qualidade assistencial e redução de desperdícios. Investimos na transformação digital com foco principalmente em melhorar a experiência dos nossos clientes. Dessa forma, mantivemos a nossa liderança inquestionável de mercado com uma carteira de clientes em atendimentos com mais de 750 mil vidas. Esse legado de credibilidade foi construído ao longo de 52 anos, com atendimento médico qualificado e humanizado. **Prêmios e Reconhecimento** - Recebemos mais uma vez o Prêmio "Melhores Empresas para Trabalhar no Estado de São Paulo", selecionada entre as 100 empresas no ranking Great Place to Work (GPTW), ficando na 12ª posição, na categoria grandes empresas do interior paulista. Prêmio Paes Leme 2022 - Concedido pela Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas (SMCC), o prêmio destacou e reconheceu a dedicação do Hospital Unimed Campinas no enfrentamento da pandemia de Covid-19. O Centro de Quimioterapia Ambulatorial - CQA continua demonstrando o seu alto nível de excelência no cuidado e segurança dos pacientes com a manutenção das certificações de qualidade ISO 9001, ONA Nível III e conquistou uma importante certificação internacional conferido pela Agência Calidad Sanitaria de Andalucia (ACSA), uma das mais respeitadas do mundo. Essa certificação tem como foco, além da qualidade e segurança, o paciente no centro do cuidado. **Desempenho Econômico** - O ano de 2022 foi o pior resultado na história da saúde suplementar, e na Unimed Campinas não foi diferente. Foram vários os fatores que contribuíram para o crescimento acentuado dos custos assistenciais em patamares nunca observados, impulsionado principalmente ainda pela demanda reprimida do pós pandemia, elevação do preço dos insumos, inclusão de novos procedimentos de alto custo no ROL, em especial os oncológicos, imunobiológicos e novas terapias para o espectro autista. Por outro lado, observamos uma expansão robusta das nossas receitas com: crescimento da carteira superior a 18,5 mil clientes; sucesso nos reajustes dos contratos empresariais; reajuste da ANS nos contratos de pessoa física de 15,5% de maio a dezembro e aportes realizados pelas empresas contratantes. **Destinação dos Resultados** - Em função de seu modelo empresarial, a Unimed Campinas tem como missão reverter seus resultados aos médicos cooperados. Do resultado líquido de 2022, após as reservas estatutárias, a Unimed Campinas gerou sobras no valor de R$ 24.026 mil. **Acionistas e Mercado** - Foi lançado em 2022 o **Programa Bem+**, iniciativa de bonificação aos médicos cooperados, que visa a redução dos desperdícios e maior qualidade assistencial. Ainda decorrente da ação do fortalecimento da nossa governança, trimestralmente reportamos os resultados aos cooperados. Também foram realizadas duas assembleias extraordinárias, em que foram aprovadas a reforma do estatuto social da Cooperativa e aquisição de área para expansão dos serviços de oncologia. **Sociedade e Meio Ambiente** - Ao longo de mais de cinco décadas de atuação na cidade, a Unimed Campinas vem cumprindo seu papel no atendimento à saúde da população. Cientes da responsabilidade que temos na comunidade, que é um dos princípios do cooperativismo. A sinergia entre os projetos apoiados e incentivados ao negócio da Cooperativa estão pautados nos pilares de saúde; qualidade de vida; bem-estar e inclusão social. Os projetos e ações de responsabilidade social são escolhidos de acordo com as necessidades de comunidades locais, seguindo os critérios das nossas Políticas de Doação e Patrocínios e de Sustentabilidade. Nossas iniciativas impactam crianças, adolescentes, idosos e pessoas que estão fora do mercado formal de trabalho. Somando todas as ações, próprias ou realizadas por meio de patrocínios, ou em parceria, alcançamos um total de mais de 25mil pessoas e investidos mais de R$ 1,8 milhão nestes projetos. Ao contribuirmos com projetos de fomento ao trabalho e renda, nos alinhamos ao ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico - e, consequentemente com a Agenda 2030 da ONU. Cientes do nosso papel na redução de Gases Efeito Estufa (GEE), nos inspiramos nas recomendações do *Task Force On Climate Related Financial Disclousere* (TCFD) e nos ODS, dando início à substituição de nossa matriz energética nas sedes I e II. Estimamos que a transição para uma matriz energética limpa e renovável gere uma redução de 20%. Avançamos, também, na ampliação da Floresta Unimed Campinas. Criada em 2021, com o plantio de 1.500 mudas, em 2022, a unidade recebeu outras 1.000 novas mudas de árvores nativas da Mata Atlântica. A ação contribuirá para a produção de água e para o aumento da biodiversidade local, refletindo no combate às mudanças climáticas. **Perspectivas para 2023** - Além do ambiente político e macroeconômico, o cenário para 2023 continua com as mesmas incertezas para todo setor e fatores como: Rol taxativo x rol exemplificativo, terapias ilimitadas, inclusão acelerada de medicamentos de alto custo no Rol, discussão do piso da enfermagem, entre outros, coloquem em discussão a sustentabilidade das operadoras e pressionam cada vez mais as margens do setor. Para 2023 a prioridade da Unimed Campinas será a melhora no resultado operacional por meio do controle dos custos assistenciais, redução dos desperdícios e contenção dos custos administrativos. Continuaremos com foco na nossa agenda estratégica com os temas de fortalecimento da nossa governança, introdução de novos modelos de remuneração da rede parceira, fortalecimentos dos nossos serviços próprios e investimento robusto na inovação e transformação digital na busca de maior eficiência e melhor experiência dos nossos clientes. **Auditores Independentes** - Em conformidade com as normas da Agência Nacional de Saúde - ANS (Resolução Normativa - RN nº 528, de 29 de abril de 2022) e do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, a Cooperativa têm como procedimento assegurar-se de que a prestação de outros serviços pelos auditores não venha gerar conflito de interesses e afetar a independência e a objetividade necessária aos serviços de Auditoria Independente. Durante ano de 2022, todos os serviços de auditoria e de não auditoria foram submetidos à aprovação prévia pelos órgãos de governança da Cooperativa, sendo esses considerados permissíveis perante as regras da ANS e CFC. **Declaração Da Diretoria** - Em observância às disposições constantes da Resolução Normativa da ANS (RN nº 528), a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2022	2021 (reapresentado)	01/01/2021 (reapresentado)
Ativo Circulante				
Disponível	5	55.353	31.287	26.325
Realizável		596.222	607.881	710.415
Aplicações Financeiras	6	240.830	265.972	376.046
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		14.835	98.305	138.145
Aplicações Livres		225.995	167.667	237.901
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	7.a	179.619	177.320	198.278
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		93.078	70.537	73.827
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis		23.892	21.436	15.944
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		62.595	85.347	80.180
Outros Créditos Assistência à Saúde		54	-	28.327
Créditos de Oper Assis. à Saúde não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	7.b	34.035	24.602	22.207
Créditos Tributários e Previdenciários	8	75.833	70.396	42.062
Bens e Títulos a Receber	9	53.109	58.219	60.517
Despesas Antecipadas		7.444	6.341	5.842
Conta Corrente com Cooperados		5.352	5.031	5.463
Total Circulante		651.575	639.168	736.740
Ativo Não Circulante				
Realizável a Longo Prazo				
Aplicações Financeiras	6	376.121	281.067	141.611
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		318.172	229.330	109.309
Aplicações Livres		57.949	51.737	32.302
Créditos Tributários e Previdenciários	8	13.650	-	-
Títulos e Créditos a Receber	8	-	1.523	55
Ativo Fiscal Diferido	25.b	19.522	25.505	21.935
Depósitos Judiciais e Fiscais	16	179.132	304.783	399.649
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	9	1.587	14.283	20.367
Total do Realizável a longo prazo		590.012	627.161	583.617
Investimentos				
Participações Societárias pelo Método de Custo		59.125	52.625	36.403
Outros Investimentos		-	-	14.777
Total Investimentos	10	59.125	52.625	51.180
Imobilizado				
Imóveis de Uso Próprio - Não hospitalares	11	10.112	10.752	11.377
Imobilizados de Uso Próprio	11	17.732	16.539	15.888
Imobilizado - Hospitalares		8.715	9.374	9.636
Imobilizado - Não Hospitalares		9.017	7.165	6.252
Imobilizações em Curso	11	18.628	4.163	2.608
Outras Imobilizações	11	24.963	27.514	30.247
Direito de Uso de Ativos (Arrendamentos)	11.b	30.305	-	-
Total Imobilizado		101.740	58.968	60.120
Intangível	11	4.371	5.116	2.945
Total do Ativo Não Circulante		755.248	743.870	697.862
Total do Ativo		1.406.823	1.383.038	1.434.602

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2022	2021 (reapresentado)	01/01/2021 (reapresentado)
Passivo circulante				
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12	259.770	252.372	224.694
Provisão para Remissão		5.613	5.640	2.918
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		2.367	3.022	4.410
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prest. de Serviços Assistenciais		135.051	144.799	131.021
Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		116.739	98.911	86.345
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	13.a	33.682	22.656	19.930
Contraprestações		414	2.785	2.159
Comercialização sobre Operações		442	337	282
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		32.757	19.369	17.394
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		69	165	95
Débitos com Operações de Assistência à Saúde não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	14	11.952	9.168	7.295
Provisões		3.162	-	484
Provisão para Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro	15.a	3.162	-	484
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	15.a	68.294	71.575	88.549
Empréstimos a coligadas	15.b	35	9	-
Débitos Diversos	15.b	64.385	55.300	52.948
Conta Corrente de Cooperados	13.b	27.380	36.038	48.875
Total Circulante		468.658	447.118	442.775
Passivo não circulante				
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		7.065	7.270	6.189
Provisão para Remissão	12	7.065	7.270	6.189
Provisões		189.852	359.246	421.222
Provisões para Ações Judiciais	16	189.852	359.246	421.222
Débitos Diversos	15.b	41.951	7.212	6.776
Total do Passivo Não Circulante		238.868	373.728	434.187
Total do Passivo		707.526	820.846	876.962
Patrimônio Líquido	17			
Capital Social		376.194	355.261	267.010
Reservas:				
Reservas de Lucros/ Sobras/ Retenção de Superávits		299.077	179.973	159.984
Sobras acumuladas		24.026	26.958	130.646
Total do Patrimônio Líquido		699.297	562.192	557.640
Total do Passivo e do Patrimônio líquido		1.406.823	1.383.038	1.434.602

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

		31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
		Atos Cooperativos				Atos Cooperativos			
Contraprestações efetivas/Prêmios	Nota	Principais	Auxiliares	Atos não Cooperativos	Total	Principais	Auxiliares	Atos não Cooperativos	Total
Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	18	1.230.126	1.333.610	16.515	2.580.251	1.176.219	1.489.441	19.600	2.685.260
Receita com Operações de Assistência à Saúde		1.264.266	1.367.397	16.917	2.648.580	1.210.320	1.523.744	20.093	2.754.157
Contraprestações, líquidas/ Prêmios Retidos		1.264.157	1.367.276	16.915	2.648.348	1.212.120	1.525.720	20.121	2.757.961
Variação das provisões técnicas de Operações de Assistência à Saúde		109	121	2	232	(1.800)	(1.976)	(28)	(3.804)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(34.140)	(33.787)	(402)	(68.329)	(34.101)	(34.303)	(493)	(68.897)
Eventos indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	19	(1.047.595)	(1.208.291)	(14.571)	(2.270.457)	(983.169)	(1.339.484)	(11.842)	(2.334.495)
Eventos / sinistros conhecidos ou Avisados		(1.039.134)	(1.198.582)	(14.913)	(2.252.629)	(976.887)	(1.327.725)	(17.317)	(2.321.929)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(8.461)	(9.709)	342	(17.828)	(6.282)	(11.759)	5.475	(12.566)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		182.531	125.319	1.944	309.794	193.050	149.957	7.758	350.765
Outras receitas operacionais de Planos de Assistência à Saúde	21	3.014	3.343	12.538	18.895	(275)	(302)	12.422	11.845
Receita de Assistência à Saúde Não relacionada com Plano de Saúde Operada	22.a.	88.369	-	5.201	93.570	90.621	-	5.104	95.725
Receita com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		60.522	-	5.152	65.674	46.815	-	4.729	51.544
Receitas com Administração de Intercambio Eventual - Assistência Médico Hospitalar		45.010	-	-	45.010	38.976	-	-	38.976
Outras receitas Operacionais		(17.163)	-	49	(17.114)	4.830	-	375	5.205
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		(1.369)	(1.519)	(596)	(3.484)	(1.065)	(1.169)	(591)	(2.825)
Outras despesas de operações de plano de assistência à saúde		(50.693)	11.722	138	(38.833)	(78.254)	(10.892)	(143)	(89.289)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	22.c	(50.705)	11.708	138	(38.859)	(78.799)	(11.468)	(151)	(90.418)
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde		162	176	2	340	355	375	5	735
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(150)	(162)	(2)	(314)	190	201	3	394
Outras Despesas Oper. De Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	22.b	(88.434)	(27.519)	(3.349)	(119.302)	(65.367)	(27.961)	(3.302)	(96.630)
Resultado bruto		133.418	111.346	15.876	260.640	138.710	109.633	21.248	269.591
Despesas de comercialização		(5.071)	(5.625)	(70)	(10.766)	(3.495)	(3.833)	(54)	(7.382)
Despesas administrativas	20	(124.657)	(120.029)	(2.954)	(247.640)	(123.219)	(116.625)	(1.763)	(241.607)
Resultado Financeiro Líquido	23	7.795	8.536	52.895	69.226	(1.507)	(1.653)	(6.965)	(10.125)
Receitas financeiras	23	17.507	19.032	61.722	98.261	7.464	8.191	26.390	42.045
Despesas financeiras	23	(9.712)	(10.496)	(8.827)	(29.035)	(8.971)	(9.844)	(33.355)	(52.170)
Resultado Patrimonial		41	45	7.292	7.378	24	25	1.726	1.775
Receitas Patrimoniais		76	81	7.318	7.474	293	309	1.748	2.350
Despesas Patrimoniais		(35)	(36)	(25)	(96)	(269)	(284)	(22)	(575)
Resultado antes dos impostos e participações		11.526	(5.727)	73.034	78.838	10.513	(12.453)	14.192	12.252
Imposto de renda	25	-	47.697	4.606	52.303	-	-	(4.243)	(4.243)
Contribuição social sobre o lucro	25	-	18.196	1.362	19.558	-	-	(1.695)	(1.695)
Impostos diferidos	25	-	-	(5.984)	(5.984)	-	1.074	2.495	3.569
Participações nas sobras		(758)	(817)	(10)	(1.585)	(1.476)	(1.560)	(20)	(3.056)
Resultado Líquido		10.767	59.349	73.014	143.130	9.037	(12.939)	10.729	6.827

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
	Atos Cooperativos				Atos Cooperativos			
Contraprestações efetivas/Prêmios	Principais	Auxiliares	Atos não Cooperativos	Total	Principais	Auxiliares	Atos não Cooperativos	Total
Resultado Líquido	10.768	59.349	73.013	143.130	9.037	(12.939)	10.729	6.827
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	10.768	59.349	73.013	143.130	9.037	(12.939)	10.729	6.827

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	Subscrito	a integralizar	Total	Reservas: Fundo de Reserva	FATES	Reserva AGE Finsocial e COFINS	Inflacionárias	Reserva AGO - Riscos fiscais	Outras reservas	Total das reservas estatutárias e de sobras	Sobras a disposição da AGO	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020		279.107	(12.097)	267.010	67.479	73.236	3.856	1.885	965	12.563	159.984	130.646	557.640
Aumento (devolução) de Capital por Subscrição	17.a	10.267	(3.276)	6.991	-	-	-	-	-	-	-	-	6.991
Distribuição Sobras Conforme Deliberação da AGO	17.d	65.000	-	65.000	-	-	-	-	40.000	-	40.000	(130.646)	(25.646)
Cooperados excluídos/demitidos	17.a	(6.755)	-	(6.755)	120	-	-	-	-	-	120	-	(6.635)
Juros Capital Social	17.a	23.015	-	23.015	-	-	-	-	-	-	-	-	23.015
Utilização do FATES conforme Regulamentação	17.b2	-	-	-	-	(13.937)	-	-	-	-	(13.937)	13.937	-
Utilização de outras reservas	17.c	-	-	-	-	-	-	-	(20.560)	(281)	(20.841)	20.841	-
Lucro/Superávit do Exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.827	6.827
Reservas Estatutárias	17.c	-	-	-	3.172	11.475	-	-	-	-	14.647	(14.647)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		370.634	(15.373)	355.261	70.771	70.774	3.856	1.885	20.405	12.282	179.973	26.958	562.192
Aumento de Capital por Integralização	17.a	2.821	5.136	7.957	-	-	-	-	-	-	-	-	7.957
Incorporação de capital conforme deliberação na AGO	17.a	15.000	-	15.000	-	-	-	-	-	-	-	-	15.000
Distribuição de sobras deliberação na AGO	17.d	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.958)	(26.958)
Devolução de Capital	17.a	(2.024)	-	(2.024)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.024)
Lucro/Superávit do Exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	143.130	143.130
Destinação do resultado do exercício:													
Utilização do FATES conforme Regulamentação	17.b2	-	-	-	-	(14.336)	-	-	-	-	(14.336)	14.336	-
Utilização de outras reservas	17.c	-	-	-	-	-	-	-	(5.463)	(280)	(5.743)	5.743	-
Reservas Estatutárias	17.d	-	-	-	2.826	136.357	-	-	-	-	139.183	(139.183)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		386.431	(10.237)	376.194	73.597	192.795	3.856	1.885	14.942	12.002	299.077	24.026	699.297

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - método direto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021 (reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(+) Recebimento de Planos Saúde	3.486.278	3.295.545
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	23.278	-
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	141.309	321.009
(-) Aplicações Financeiras	(166.250)	(264.598)
(-) Pagamento a Fornecedores/ Prestadores de Serviço de Saúde	(2.595.038)	(2.417.217)
(-) Pagamento de Comissões	(543)	(417)
(-) Pagamento de Pessoal	(144.776)	(126.573)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(6.610)	(5.554)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(45.260)	(32.653)
(-) Pagamento de Tributos	(417.323)	(475.628)
(-) Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(68.568)	(49.470)
(-) Pagamento de Aluguel	(3.873)	(3.734)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(18.835)	(14.446)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(125.547)	(185.636)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	58.242	40.628
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado/ Intangível - Outros	(20.985)	(10.108)
(-) Variação Atividades de Investimento	(374)	(266)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(21.359)	(10.374)
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	7.957	6.990
(-) Devolução de Capital	(2.024)	(6.635)
(-)Distribuição das sobras/ Incorporação Capital	(11.958)	(25.646)
(-) Pagamento de Juros - Empréstimos/ Financiamentos/Leasing	(6.792)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(12.817)	(25.291)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	24.066	4.963
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	31.287	26.324
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	55.353	31.287

Nota: a reconciliação dos fluxos de caixa das atividades operacionais pelo método indireto versus método direto está demonstrada na nota 28. As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais - Fundada em 17 de dezembro de 1970, e com sede no município de Campinas, Estado de São Paulo, a Unimed Campinas Cooperativa de Trabalho Médico ("Cooperativa" ou "UNIMED Campinas") é uma operadora de plano de assistência à saúde e tem por objetivo institucional a congregação dos integrantes da profissão médica, para sua defesa econômico-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades e o aprimoramento dos serviços de assistência médica e hospitalar. A Cooperativa é constituída por médicos associados ("Cooperados") que atuam na Região Metropolitana de Campinas - RMC, compreendendo os municípios de Campinas, Artur Nogueira, Cosmópolis, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Jaguariúna, Monte Mor, Paulínia, Santo Antônio da Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. Em 31 de dezembro de 2022, a Cooperativa era constituída por 3.486 cooperados (2021 - 3.502). **2. Ambiente regulatório** - Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Cooperativa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A UNIMED Campinas está registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o nº 33.569-0. **3. Base de preparação - a) Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades regulamentada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ("ANS"), Lei das Cooperativas (Lei nº 5.764/71), pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS e, evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras estão sendo também apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS por meio da Resolução Normativa nº 528 de 29 de abril de 2022. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Cooperativa em 16 de fevereiro de 2023. **b) Base de mensuração** - As demonstrações financeiras, foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação** - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Cooperativa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Cooperativa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Cooperativa. **d) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras da Cooperativa requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Cooperativa, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: **i) Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Grupo como arrendatário)** - A Cooperativa determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Cooperativa possui determinados contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Cooperativa aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Cooperativa reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Os períodos de renovação de arrendamentos de edifícios e instalações com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. **Estimativas e premissas** - As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, normas da ANS, para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Cooperativa revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **i) Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC - Nota 7** - De acordo com a Resolução Normativa nº 528/22 da ANS, para os planos individuais com preço preestabelecido, havendo pelo menos uma parcela vencida há mais de 60 dias, é constituída provisão para perdas sobre a totalidade do contrato. Para os demais planos, havendo pelo menos uma parcela vencida há mais de 90 dias, também é constituída provisão para perdas para a totalidade do contrato. **ii) Provisões técnicas - Nota 12** - São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir a liquidez financeira e operacional da operadora de planos de assistência à saúde. Detalhes sobre as provisões técnicas estão descritos na Nota 4.9. **iii) Provisões para contingências - Nota 16** - A Cooperativa reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais com o prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **iv) Vida útil e valor residual dos bens do ativo imobilizado - Nota 4.5** - A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de consultores internos que são revisados regularmente. A vida útil e os valores residuais estão corretamente avaliados e apresentados nas demonstrações financeiras. **v) Tributos - Nota 4.14** - Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Cooperativa constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das Autoridades Fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela Autoridade Fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Cooperativa. Ativo fiscal diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais e/ou diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos créditos fiscais. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **vi) Arrendamentos - estimativa da taxa incremental sobre empréstimos** - A Cooperativa não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Cooperativa teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, inexistência de operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Cooperativa estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Cooperativa (como o seu rating de crédito, dentre outros). **4. Resumo das principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **4.1. Caixa e equivalentes de caixa - disponível** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de disponível (numerário em conta corrente) e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a ajuste de mercado, conforme norma do CPC em relação a divulgação desse instrumento. As aplicações financeiras são apresentadas no ativo circulante, exceto aquelas com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estas são classificadas como ativos não circulantes e não são apresentadas como caixa e equivalentes de caixa). **4.2. Instrumentos financeiros - 4.2.1. Classificação - a) Ativos financeiros** - A Cooperativa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Qualquer ganho ou perda no reconhecimento também é mensurado no resultado. **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado** - Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento** - Ativos financeiros não derivativos, com vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Cooperativa tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e as taxas ou os custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica "Receitas financeiras", na demonstração do resultado. **Empréstimos e recebíveis** - Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Ativos com vencimento superior a 12 meses após a data do balanço são classificados com ativos não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da Cooperativa compreendem: disponível, aplicações financeiras, créditos de operações com planos de assistência à saúde, créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora e outros créditos. **b) Passivos financeiros** - A Cooperativa reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Cooperativa avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado, caso positivo, as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que possa ser estimado de maneira confiável. Para os créditos de operações com planos de assistência à saúde e os créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora, os critérios para o cálculo da provisão para perda (impairment) mencionado na Nota 3 (d) (i). **4.3. Estoques** - Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio, compostos substancialmente por materiais hospitalares, medicamentos e almoxarifado e inclui gastos incorridos na aquisição. O saldo correspondente aos estoques está apresentado na rubrica Bens e títulos a receber (Nota 9). **4.4. Imobilizado** - O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Edifícios	25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)

(*) Depreciação pelo prazo do contrato, em média 8 anos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas operacionais no resultado. **4.5. Intangível** - As licenças de software adquiridas são contabilizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo período da validade da licença, que varia de um a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis aos projetos são reconhecidos como ativos intangíveis. Outros gastos de desenvolvimento que não sejam diretamente atribuíveis aos projetos são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. **4.6. Impairment de ativos não financeiros** - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Cooperativa, que não os estoques e investimentos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado e quando o valor em uso do ativo ou o seu valor de mercado é menor que o valor contábil é registrada a perda por impairment entre essa diferença. **4.7. Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios a empregados da Cooperativa refere-se à participação nos resultados. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação a partir de uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **4.8. Provisões** - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **4.9. Provisões técnicas** - São montantes estabelecidos pela ANS para garantir a liquidez financeira das obrigações futuras e operacional da operadora de planos de assistência à saúde, conforme disposto na RN 393, de 09 de dezembro de 2015, com alterações na RN 442 de 20 de dezembro de 2018 e atualizada pela RN 476 de 29 de dezembro de 2021. Abaixo um breve descritivo sobre a política contábil para as provisões técnicas: **i) Provisões para eventos / sinistros a liquidar (SUS - GRU)** - Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas. **ii) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)** - Essas provisões referem-se a estimativas atuariais para fazer frente ao pagamento dos eventos ocorridos e que não tenham sido registrados contabilmente e para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações. O cálculo dessas provisões deve ser apurado conforme metodologia definida por atuário legalmente habilitado, em Nota Técnica Atuarial de Provisão (NTAP) devidamente aprovada pela DIOPE/ANS. Conforme disposto na Resolução Normativa nº 393/15, a Cooperativa deve constituir mensalmente PEONA, estimada atuarialmente para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente. **iii) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Ocorridos no SUS (PEONA SUS)** - Conforme estabelecido na RN N° 442/2018 e 476/2021 a Operadora pode realizar o cálculo da Peona SUS através de metodologia própria ou utilizando o critério estabelecido pela ANS. A Cooperativa utiliza os critérios estabelecidos pela ANS, conforme determina essas RNs, com o fator máximo a ser utilizado de 80%. **iv) Provisão para remissão** - A Resolução Normativa nº 393/15 e suas alterações, determina a constituição da Provisão de benefícios de remissão concedido para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações referentes à cobertura de assistência à saúde, quando existentes. Entende-se por remissão o fato dos beneficiários ficarem isentos do pagamento das contraprestações, por um prazo predeterminado, em função da ocorrência do evento gerador conforme definido em contrato. **v) Provisão para Prêmios/Contraprestações Não Ganhas - PPCNG** - A provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG), regulamentada pela RN 393/2015 da ANS e suas alterações, compreende a apropriação das contraprestações e dos prêmios em preço preestabelecido pelo valor correspondente ao rateio diário "pro rata die" do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. A Cooperativa não emite uma única fatura com mais de uma competência, assim, o cálculo "pro rata temporis" dar-se-á apenas na primeira emissão de cobrança, após isso o faturamento é por única competência. **vi) Ressarcimento ao SUS** - O ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998, e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos. **vii) Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio - PIC** - A Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio - PIC: tem como objetivo a cobertura de eventual insuficiência das contraprestações para custear as despesas assistenciais, administrativas e de comercialização, conforme Resolução Normativa da ANS RN 442/2018 com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021. Anualmente a Cooperativa realiza o teste de aderência em conformidade com a metodologia regulatória, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não existe valor a ser constituído. **viii) Teste de Adequação de Passivos (TAP)** - O TAP é elaborado para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Esse teste é elaborado segregando-se os contratos de pré-pagamento, entre as modalidades individual, coletiva empresarial, coletiva por adesão e corresponsabilidade assumida. Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, considerando as vigências dos contratos, limitadas ao horizonte máximo de 8 (oito) anos. Na determinação das estimativas de remissão, é utilizada a tábua de mortalidade BR-EMS (Experiência do mercado segurador brasileiro) vigentes no momento de realização do TAP, ajustadas, quando for o caso, por critério de desenvolvimento de longevidade. As estimativas correntes dos fluxos de caixa deverão ser descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo de taxa de juros (ETTJ) livre de risco pré-fixada definidas pela ANBIMA. O resultado do Teste de Adequação de Passivo, realizado na data-base de 31 de dezembro de 2022 e 2021, considerando as premissas e critérios citados acima, não indicou nenhuma insuficiência consolidada da soma das modalidades e por modalidade. **ix) Outras provisões técnicas** - Quando aplicável, a Cooperativa deve constituir provisões necessárias à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que consubstanciadas em Nota Técnica Atuarial de Provisões - NTAP e aprovadas pela Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras ("DIOPE"), sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização. **4.10. Cotas de cooperados** - A Cooperativa detém o direito incondicional de recusar resgate de cotas pelos cooperados e, dessa forma, as cotas de cooperados são classificadas como patrimônio líquido. **4.11. Receita líquida operacional** - A receita de venda de planos é reconhecida no resultado do exercício durante o período de cobertura do plano de saúde, apurados de forma individual para cada contrato, conforme cláusulas contratuais, e na data de apresentação das demonstrações financeiras. **i) Receitas e despesas de operações de responsabilidade de outras Unimeds (Intercâmbio)** - A RN 517, de 29 de abril de 2022normatiza as operações de compartilhamento de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde. O compartilhamento de risco ocorre quando um beneficiário de uma operadora com a qual mantém vínculo contratual é atendido por outra operadora, e por um acordo ou contratação entre as operadoras, o atendimento pode ser feito de forma continuada. Os efeitos de ganhos ou perdas nessas transações, decorrentes de taxas de administração, mais ou menos valia são reconhecidos na demonstração do resultado, nas rubricas de receitas com operações de assistência médico-hospitalar ou outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora. Também as contas a receber de intercâmbio habitual e eventual foram segregadas e apresentadas em rubricas distintas (Nota 7 (a) e (b)). **4.12. Receitas financeiras e despesas financeiras** - As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre recursos e fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda) e ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda. As despesas financeiras abrangem, quando aplicáveis, despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). **4.13. Tributação - i) Impostos sobre contraprestações** - O PIS e a COFINS são calculados pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, com base no critério cumulativo, para os atos cooperativos (principais e auxiliares) e não cooperativos. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) é calculado à alíquota de 5% sobre o faturamento. Nos termos da legislação, a Cooperativa está autorizada a deduzir da base de cálculo do ISSQN o valor recebido de terceiros e repassado a seus cooperados e a credenciados. **ii) Imposto de renda e contribuição social - correntes** - Passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor esperado a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data das demonstrações financeiras da Cooperativa, estando atento às leis específicas aplicáveis às cooperativas. As provisões para o imposto de renda e contribuição social imputadas ao resultado são calculadas conforme a Lei nº 5.764/71, sendo ainda observada a Lei nº 12.973/14, Lei nº 9.532/97 e o Decreto 9.580/18. Desta forma, a base de cálculo destes tributos é o resultado positivo dos atos auxiliares e não cooperados do exercício e ajustes realizados no LALUR - Livro de Apuração do Lucro Real. O imposto de renda é computado sobre a sobra tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as sobras que excederem R$240 no período de 12 meses. A contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre a sobra tributável. O reconhecimento destes tributos obedece ao regime de competência. As antecipações do imposto de renda e contribuição social, recolhidas mensalmente por estimativa, são contabilizadas diretamente no resultado mensal como provisões. Os créditos apurados após o fechamento do exercício são reclassificados para o ativo circulante em dezembro de cada ano, para compensação com tributos futuros. Na determinação do imposto de renda a Cooperativa leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Cooperativa acredita que a provisão para imposto de renda está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto para fins de fiscalização, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Cooperativa a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. **iii) Imposto de renda e contribuição social - diferidos** - O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, relacionados aos atos auxiliares e atos não cooperativos. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **4.14. Atos cooperativos e não cooperativos** - Os atos cooperativos principais correspondem aos serviços praticados entre as cooperativas e seus associados e pelas cooperativas entre si, quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais (Lei nº 5764, art.79). Os atos cooperativos auxiliares são os praticados por terceiros não cooperados, a fim de auxiliar o trabalho médico e a atividade da Cooperativa. Os Atos Não Cooperativos são aqueles que não têm relação com os médicos cooperados, alheios ao propósito principal da Cooperativa médica. No decorrer do exercício de 2021, consoante suporte dos seus consultores jurídicos, a Cooperativa realizou uma revisão tributária em suas apurações. Na apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social seguindo a legislação cooperativista (Lei no 5.764/71), de forma expressa, principalmente pautada em seu artigo 79, 86 e 111, houve alteração na interpretação da classificação dos atos em algumas operações, pela representatividade destacamos as receitas de Intercâmbio e a classificação dos serviços próprios, em 2021 a apuração já contemplou a atualização e resultou em uma redução da carga tributária. Conforme permite a legislação tributária seguindo o prazo prescricional, a Cooperativa realizou em 2022 a retificação das suas obrigações acessórias, do ano calendário de 2017 a 2020, revisando suas apurações do Imposto de renda e contribuição social com a interpretação da classificação entre os atos, originando um crédito tributário que foi devidamente compensado com suas obrigações a pagar. A Cooperativa vem constantemente buscando um gerenciamento fiscal eficiente, assegurando sua regularidade perante a Receita Federal e órgãos reguladores. **4.15. Arrendamentos (Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022)** - No início de um contrato, a Cooperativa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Cooperativa utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2022. **Cooperativa como arrendatário** - A Cooperativa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Cooperativa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso** - A Cooperativa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • **Edifícios e instalações: 1 a 11 anos**; Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Cooperativa ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 4.6. **Passivos de arrendamento** - Na data de início do arrendamento, a Cooperativa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Cooperativa e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Cooperativa exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Cooperativa usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor** - A Cooperativa aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **4.16. Investimentos** - Os investimentos da Cooperativa são mensurados pelo método de custo, sendo adicionados a distribuição das sobras das Cooperativas e Entidades investidas, e são classificados em operadoras de planos de saúde ou outras entidades do segmento. Considerando que não é possível mensurar o valor justo dos investimentos em Entidades do sistema Unimed, e que os investimentos em outras Empresas e/ou Federações não representam influência significativa e, portanto, não se classificam como controladas e/ou coligadas, seus saldos contábeis são mensurados pelo método de custo. **4.17. Demonstração dos fluxos de caixa** - A demonstração dos fluxos de caixa é preparada pelo método direto, e se encontra apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações de fluxo de caixa e regras da ANS. Conforme requerido na referida norma contábil a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, está sendo apresentada, na nota explicativa nº 28. **4.18. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações** - Para 1º de janeiro de 2022, a ANS através da Resolução Normativa RN 528/2022 determinou a aplicação do novo Plano de Contas Padrão para as operadoras com a adoção dos pronunciamentos contábeis CPC 06 - (R2) e CPC 47, portanto, a Cooperativa aplicou tais pronunciamentos nas demonstrações financeiras a partir desta data. **CPC 06 - (R2) Operações de Arrendamento Mercantil - Correlação as Normas Internacionais de Contabilidade IFRS 16**; O CPC 06 R2 (IFRS 16) introduziu um

Continua...

..continuação ➡ modelo de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Com relação à natureza das despesas relacionadas com estes contratos, o CPC 06(R2) substituiu a despesa linear de arrendamento operacional com a junção do custo de depreciação dos ativos de direito de uso e da despesa de juros sobre os passivos de arrendamentos, passando a registrar em despesas financeiras. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros e operacionais. Seguindo orientação da ANS RN 528/2022, a Cooperativa decidiu adotar o CPC 06 (R2) de forma retrospectiva, com efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, ou seja, 1° de janeiro de 2022. Adicionalmente, a Cooperativa decidiu aplicar determinados expedientes práticos permitidos na adoção inicial da norma, tais como, (i) não reavaliação de contratos de arrendamento mercantil financeiro anteriormente reconhecidos de acordo com o CPC 06 (IAS 17) na mensuração inicial do passivo financeiro de arrendamento de acordo com o novo pronunciamento contábil e a ICPC 03 (IFRIC 4); (ii) exclusão de contratos de arrendamentos com vencimento nos próximos doze meses, sem provável intenção de renovação pela Cooperativa e a exclusão dos contratos de leasing considerados de baixo valor; (iii) não aplicação dessa nova norma a contratos que não foram anteriormente identificados como contendo arrendamento, utilizando o CPC 06 (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4); e (iv) aplicação de taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente em ambiente econômico similar). Os contratos de arrendamento da Cooperativa estão substancialmente relacionados com aluguéis de edifícios e instalações para suas atividades operacionais (hospital e pronto atendimento) e instalações administrativas. O efeito da adoção dessa norma contábil sobre as demonstrações financeiras está demonstrado abaixo:

	01 de janeiro de 2022
Ativo	
Direito de Uso de Arrendamentos	32.106
Depreciações	-
Total do Ativo	32.106
Passivo	
Débito Diversos - Arrendamentos Bens de Uso CP	6.539
Débito Diversos - Arrendamentos Bens de Uso LP	25.567
Total do Passivo	32.106

A Cooperativa mensurou os saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, descontados a partir da taxa de juros incremental de 11,70% ao ano (taxa nominal); e portanto, o ativo pelo valor equivalente ao passivo ajustado a valor presente na data da transição. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a adoção dessa norma apresentou os seguintes impactos: • Aumento em despesas de depreciação pelo montante de R$6.820 devido ao reconhecimento de depreciação sobre o ativo de direito de uso, e por outro lado redução das despesas de aluguéis em R$6.792; e • As despesas financeiras aumentaram em R$1.727 referentes a despesa de juros sobre passivos de arrendamento adicionais reconhecidos. **CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS 15** - O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida. Substitui o IAS 18/CPC 30 - Receitas, IAS 11/CPC 17 - Contratos de Construção e a IFRIC 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente. A nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes, exceto contrato de aluguel (receitas de aluguel), instrumentos financeiros (juros) e contratos de seguros, para quais se aplicam normas específicas. Devido a adoção inicial do CPC 47 Receita de Contrato com Cliente, a partir da Resolução Normativa RN 528/2022, que determina tal aplicação a partir de 1 de janeiro de 2022, a Cooperativa avaliou os impactos de tal aplicação, e identificou que o único impacto foi a mudança no plano de contas da ANS, que passa a considerar que o total da receita proveniente de uma transação entre cooperativa e cliente ou usuário, é basicamente o que foi acordado entre ambos nos termos contratuais assinados e, é mensurado pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidas pela entidade ao cliente ou usuário. A referida reclassificação no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, entre as rubricas "Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde" e "Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos", foi de R$ 685.733. Em 2022, através da Resolução Normativa RN 528/2022, a ANS modificou o plano de contas das cooperativas de saúde para atender a aplicação desse novo pronunciamento contábil, modificando assim a contabilização da corresponsabilidade cedida, de tal forma que a operadora que presta o serviço à operadora de origem do beneficiário passa a reconhecer a despesa e recuperação de eventos e sinistros a liquidar no mesmo grupo de contas, com isso passa a reconhecer no grupo de receitas apenas a taxa de administração cobrada em tais operações. A Cooperativa adotou o CPC 47/IFRS 15, usando o método retrospectivo, ou seja, com adoção inicial da norma em 1°. de janeiro de 2022, sem reapresentação dos períodos anteriores. Consequentemente, as informações apresentadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2021 não estão em conformidade com os requerimentos do CPC 47/IFRS 15, mas foram apresentadas conforme reportadas anteriormente em conformidade com o CPC 30/IAS 18, CPC 17/IAS 11 e interpretações relacionadas. Apesar de ter adotado o método retrospectivo a Cooperativa avaliou os impactos do período comparativo, caso tivesse aplicado tais efeitos nas demonstrações financeiras e 31 de dezembro de 2021, conforme explicado acima, os efeitos geram apenas reclassificações, pois passa a considerar na rubrica de receita apenas o total proveniente de uma transação entre cooperativa e cliente ou usuário, e portanto tais efeitos não mudariam o Resultado Líquido da Cooperativa, os efeitos e as respectivas rubricas que seriam impactadas nas demonstrações de 31 de dezembro de 2021, caso tivesse sido reapresentado estão demonstradas a seguir:

	31 de Dezembro de 2021	Ajustes conforme CPC47	31 de Dezembro de 2021
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	2.685.260	(348.555)	2.336.705
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	2.754.157	(348.555)	2.405.602
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	(2.334.495)	348.555	(1.985.940)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	350.765	-	350.765

4.19. Alterações e interpretações de pronunciamentos contábeis emitidos, mas ainda não aplicados pelas Agência Nacional de Saúde - A Resolução Normativa 528/2022 estabelece normas, critérios e procedimentos para a manutenção de padrões uniformes no registro das operações e na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras do mercado de saúde suplementar, mediante a utilização dos critérios, contas e modelos de Demonstrações Financeiras apresentados nesta Resolução Normativa ("RN"). A referida Resolução Normativa determina que as operadoras de planos de saúde devem obedecer, no que não contrariem os dispositivos dessa Resolução, as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TG Estrutura Conceitual, do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 - Lei das Sociedades Anônimas e deve seguir as orientações consubstanciadas nos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC no momento que esta RN foi publicada. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras a ANS não havia se manifestado sobre a aplicação dos CPC's abaixo: • CPC 11 - Contratos de Seguro; • CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola; • CPC 34 - Exploração e Avaliação de Recursos Minerais; • CPC 36 - Demonstrações Separadas; • CPC 44 - Demonstrações Combinadas; • CPC 49 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria; • CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Adicionalmente, a ANS também não se manifestou sobre a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a qual entrou em vigor a partir de 1° de janeiro de 2019. Portanto, a Cooperativa não adotou tal norma. Caso essa norma venha a ser aprovada pela ANS e adotadas pela Cooperativa, poderão produzir também algum impacto nas demonstrações financeiras. **CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS 9 - Aplicação para exercícios sociais iniciados a partir de 1° de janeiro de 2023** - Em julho de 2014, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu versão final do IFRS 9, que substitui o IAS 39/CPC 38 e todas as versões anteriores do IFRS 9, sendo essa norma aplicável para os períodos anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2018, para as entidades em geral. Em 29 de setembro de 2021 a ANS através da Resolução Normativa RN 472 determinou pela aplicação CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS 9), para aplicação em exercícios sociais iniciados a partir de 1° de janeiro de 2023. Essa nova norma é aplicável para os ativos e passivos financeiros e abrange questões de classificação, mensuração, redução ao valor recuperável (impairment), desreconhecimento de ativos e passivos financeiros, bem como trata sobre critérios de qualificação e contabilização de hedge. Em relação a classificação a norma requer que as entidades classifiquem seus ativos financeiros como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, com base na avaliação das seguintes premissas: • Modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; e • Nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Em relação a classificação dos passivos financeiros, a norma mantém substancialmente as exigências estabelecidas pelo IAS 39/CPC 39, sendo que as entidades devem classificar a maioria dos passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos, contratos de garantia financeira, compromissos de conceder empréstimos com taxa de juros abaixo do mercado, dentre outros. Quanto a redução ao valor recuperável, a nova norma traz o conceito do reconhecimento de perda de crédito esperada, no qual as entidades devem reconhecer uma provisão para perdas esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado. A Cooperativa entende que os principais impactos na adoção da nova norma estão relacionados com: (i) documentação do modelo de negócio dos ativos financeiros, o que poderá dar origem a alterações na mensuração e classificação dos ativos financeiros dentre as três categorias possíveis; e (ii) novo modelo de cálculo para redução ao valor recuperável dos ativos financeiros, principalmente em relação aos créditos de operações com planos de assistência à saúde, dentre outros ativos financeiros, que ocasionará em determinados casos uma antecipação do reconhecimento dessas perdas na mensuração inicial. A Cooperativa está em fase final de determinação dos impactos quantitativos dessa nova norma, contudo, devido à complexidade das estimativas e quantidade de informações necessárias para determinação do valor, entende que a estimativa atual não seja razoavelmente precisa para ser divulgada. Em conformidade com o Ofício-Circular nº 1/2017/GGAME/DIRAD-DIOPE/DIOPE da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as operadoras de planos de saúde devem continuar aplicando as normas vigentes, até que a ANS se manifeste sobre a aplicação dos referidos CPCs. Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Cooperativa. **4.20 Reapresentação para correção de erros** - Consoante elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, a administração da Cooperativa efetuou os seguintes ajustes de correção de erros de exercícios anteriores: • Reclassificação dos saldos de depósitos judiciais, no balanço patrimonial, conforme apresentados na Nota 16, da rubrica de provisão para contingências no passivo não circulante para a rubrica de depósitos judiciais no ativo não circulante, conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis; e • Correção da rubrica de caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentada na demonstração dos fluxos de caixa, excluindo as aplicações financeiras que não reúnem a definição de caixa e equivalentes de caixa, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Sumários das referidas correções de erros de exercícios anteriores:

	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Balanço patrimonial em 1° de janeiro de 2021			
Depósitos judiciais	52.163	347.486	399.649
Provisão para contingências	(73.736)	(347.486)	(421.222)
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021			
Depósitos judiciais	36.452	268.331	304.783
Provisão para contingências	(90.915)	(268.331)	(359.246)
Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021			
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(69.448)	110.074	40.626
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(10.374)	-	(10.374)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(25.290)	-	(25.290)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(105.112)	110.074	4.962
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	(402.371)	376.046	(26.325)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	297.259	(265.972)	31.287
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(105.112)	110.074	4.962

Nota: a Resolução Normativa ANS No. 528, determina que os investimentos em títulos em valores mobiliários (aplicações financeiras) sejam classificados na demonstração dos fluxos de caixa como atividade operacional. **4.21. Revisão da apresentação das demonstrações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021** - Com o advento da Resolução Normativa da ANS (RN 528/2022), que trouxe determinadas alterações no plano de contas das cooperativas médicas, dentre outras, visando adequação e pleno atendimento dessa norma, bem como uniformização com a prática adotada por outras cooperativas médicas (Unimeds), a administração da Cooperativa decidiu apresentar a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, com as seguintes aberturas: (i) Atos cooperativos principais; (ii) Atos cooperativos auxiliares; e (iii) Atos não cooperativos. Dessa forma, a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentada para fins de comparação, foi revisada e está sendo reapresentada com o objetivo de manter a consistência e comparabilidade entre os exercícios. Cabe destacar que a referida revisão, não se trata de correção de erros e/ou mudança de políticas contábeis, apenas visou manter a consistência e comparabilidade com o novo padrão apresentado a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, haja vista que a administração da Cooperativa usualmente apresentava a demonstração do resultado, com as seguintes aberturas: (i) Atos cooperativos (somando principal e auxiliar); e (iii) Atos não cooperativos.

5. Disponível

	2022	2021 (reapresentado)	01/01/2021 (reapresentado)
Bancos conta movimento	55.309	31.075	26.250
Depósito bancário curto prazo (i)	27	169	43
Caixas	17	43	32
	55.353	31.287	26.325

(i) Refere- se a aplicação financeira automática, remunerada a 110% do CDI.

6. Aplicações financeiras

	2022	2021 (reapresentado)	01/01/2021 (reapresentado)
Investimentos circulantes			
Recibo de Depósito Cooperativista (RDC) (b)	89.390	147.287	221.741
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (b)	61.812	58.148	29.218
Cotas de Fundo de Investimentos (d)	79.112	10.001	125.087
Letras financeiras- títulos públicos e privados (a)	-	40.157	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN) (c)	10.516	10.379	-
	240.830	265.972	376.046
Investimentos não circulantes			
Letras do Tesouro Nacional (LTN) (c)	131.794	129.736	15.389
Cotas de Fundo de Investimentos (d)	107.094	57.365	-
Recibo de Depósito Cooperativista (RDC) (b)	54.457	49.096	28.501
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (b)	53.776	17.356	12.582
Fundo Imobiliário - cotas patrimoniais (e)	1.007	-	-
Letras financeiras- títulos públicos e privados (a)	27.993	27.514	85.139
	376.121	281.067	141.611
Total	616.951	547.039	517.657

(a) Letras Financeiras - (Letras Financeiras - LFT): classificados como ativos financeiros, no montante de R$27.993 (2021 LFT e LF - R$67.671), possuem rendimentos a taxas de juros Selic. (b) RDC, CDB - R$259.435 (2021 - R$271.887) classificados ativos financeiros, são títulos de renda fixa privados segregados em pós fixados e pré fixados. Pós Fixado - rendimentos 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), Pré fixado: CDB-Pré 6,06% a.a. CDB-IPCA 1,74% a.a mais a variação do IPCA. (c) Letras do Tesouro Nacional (LTN): no montante de R$142.310 (2021 - R$140.115), suas taxas são prefixadas, onde o valor da rentabilidade é definido no ato da compra, sabendo quanto será recebido no dia do vencimento. (d) Cotas de Fundo de Investimentos - R$186.206 (2021 - R$67.366), no exercício de 2022 a Cooperativa fez a aquisição de cotas em cinco Fundos de Investimento de Renda Fixa que possuem rendimentos superiores ao CDI. A Cooperativa possui em sua carteira fundos de investimentos dedicados a Saúde Suplementar. (e) Fundo Imobiliário - cotas patrimoniais - R$1.007, no exercício de 2022 a Cooperativa fez a aquisição de cotas do fundo de investimento Imobiliário da Unimed Salto Itu, o objetivo do Fundo é proporcionar aos Cotistas a valorização e a rentabilidade de suas Cotas ao longo prazo, por meio da realização do projeto e da construção de um empreendimento imobiliário com destinação hospitalar e sede administrativa no Imóvel-Alvo ("Empreendimento") e locação atípica do Imóvel-Alvo ao locatário na modalidade Built to Suit nos termos do Contrato de Locação, conforme detalhado em seu regulamento. A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos saldos de aplicações financeiras:

2022	Valor contábil	Valor justo	Nível de hierarquia Valor justo
Valor justo por meio do resultado	425.120	425.120	
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	68.611	68.611	1
Cotas de Fundo de Investimentos	186.206	186.206	1
Letras financeiras- títulos públicos	27.993	27.993	1
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	142.310	142.310	1
Títulos mantidos até o vencimento	190.824	190.824	
Recibo de Depósito Cooperativista (RDC)	143.848	143.848	2
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	46.976	46.976	2
Valores Patrimoniais	1.007	1.007	
Fundo Imobiliário - cotas patrimoniais	1.007	1.007	
Total Geral	616.951	616.951	

A Cooperativa mantém a constituição, vinculação e custódia de ativos garantidores das provisões técnicas de acordo com a RN 392/2015 da ANS e suas alterações:

	2022	2021 (reapresentado)	01/01/2021 (reapresentado)
Circulante			
Aplicações Livres	225.995	167.667	237.901
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	14.835	98.305	138.145
	240.830	265.972	376.046
Não Circulante			
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	318.172	229.330	109.309
Aplicações Livres	57.949	51.737	32.302
	376.121	281.067	141.611
	616.951	547.039	517.657

A exposição da Cooperativa a riscos de crédito, taxa de juros e metodologia de mensuração do valor justo está divulgada na Nota 26.

7. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

a) Contraprestação Pecuniária a Receber	2022	2021
Ativo circulante		
Contraprestações pecuniárias a receber		
Planos de pré e pós-pagamento - Pessoa Jurídica	33.940	26.681
Planos de custo operacional a faturar	28.613	12.629
Planos de custo operacional	15.990	18.491
Planos de pré-pagamento - Pessoa Física	15.359	13.848
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(824)	(1.112)
	93.078	70.538
Participação em Beneficiários em eventos/Sinistros	23.892	21.436
Operadoras de planos de assistência à saúde		
Intercâmbios a receber (i)	36.490	42.078
Intercâmbios a faturar (i)	35.727	52.890
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(9.622)	(9.621)
	62.595	85.346
Outros Créditos com assistência à saúde	54	-
	179.619	177.320

(i) Rubricas de Intercâmbio conforme descrito na Nota 4.12 (i).

b) Créditos de operadoras não relacionados com planos de assistência à saúde	2022	2021
Ativo circulante		
Operadoras de planos de assistência à saúde		
Intercâmbio eventual	46.980	37.490
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(12.945)	(12.888)
	34.035	24.602

Entende-se por intercâmbio eventual, os reembolsos a receber sobre os atendimentos aos usuários de outras operadoras do sistema Unimed. Existe uma tabela de cobrança definida no manual de intercâmbio da Unimed Brasil para os principais procedimentos médicos/hospitalares, sendo que, os procedimentos não inclusos nessa tabela são cobrados ao custo que a Cooperativa repassa a sua rede credenciada/cooperada acrescido de taxa administrativa. Quando os atendimentos são realizados com recursos próprios, o Contas a receber de intercâmbio eventual (ativo) é reconhecido em contrapartida de receita na demonstração do resultado na conta de Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde a faturar. Os custos incorridos nesses atendimentos são reconhecidos no resultado do exercício na conta de Eventos indenizáveis, líquidos - eventos /sinistros conhecidos ou avisados. Quando os atendimentos são realizados com recursos de terceiros, o registro do intercâmbio eventual a receber é realizado via conta passiva de Prestadores de serviços de assistência à saúde - Não relacionados com planos de saúde da operadora, transitando somente pelo resultado do exercício a taxa de administração cobrada por atendimento. A exposição da Cooperativa a riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na Nota 26.

Provisão para perda sobre créditos	2022	2021
PPSC - Intercâmbio eventual	(12.945)	(12.888)
PPSC - Intercâmbios a receber	(9.622)	(9.622)
PPSC - Planos de pré-pagamento - Pessoa física	(796)	(1.030)
PPSC - Planos de pré e pós-pagamento - Pessoa jurídica	(28)	(81)
	(23.391)	(23.621)

8. Créditos tributários e previdenciários	2022	2021
Imposto de renda a compensar / restituir (i)	50.945	36.027
Contribuição social a compensar/restituir (i)	14.549	8.645
Cofins a compensar	11.231	9.531
Provisão para imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	10.248	6.177
PIS a compensar	2.419	2.050
Imposto sobre serviços - ISSQN (ii)	-	7.784
INSS produção médica a compensar	-	96
Imposto de renda retido na fonte a compensar / restituir	91	1.609
Outros créditos a receber	-	-
	89.483	71.919
Ativo circulante	75.833	70.396
Ativo não circulante	13.650	1.523
	89.483	71.919

(i) Conforme Nota 4.15 a Cooperativa durante o exercício de 2022 realizou, a revisão da apuração das bases de Imposto de Renda e Contribuição Social dos exercícios de 2017 a 2020. Foram identificados créditos tributários a serem revertidos a favor da Cooperativa, e que justifica o crescimento do saldo. O montante do crédito tributário recuperado referente ao exercício de 2017 a 2020 é de R$104.126 sendo R$86.592 de reversão de imposto recolhido a maior e R$17.534 atualização a taxa Selic nas Perdcomp's realizadas. A Cooperativa já iniciou a compensação desse crédito tributário dentro do exercício de 2022, e a expectativa é que o saldo residual será integralmente compensado dentro do 1° trimestre de 2023. (ii) ISS município de Campinas compensado com o débito da multa por descumprimento da obrigação acessória do AIIM nº 7257/2019 no valor de R$6.936, referente ao período de abril a dezembro de 2017, valor do débito remanescente de R$543, pago através de guia emitida pela prefeitura.

9. Bens e títulos a receber	2022	2021
Estoques	34.044	28.666
Cheques, ordens a receber e notas promissórias	16.485	17.056
Títulos a receber em discussão judicial (i)	11.109	23.804
Adiantamento a fornecedores, funcionários e hospitais	6.017	15.437
Empréstimos Coligadas	47	-
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(13.006)	(12.461)
	54.696	72.502
Ativo circulante	53.109	58.219
Ativo não circulante	1.587	14.283
	54.696	72.502

(i) Títulos a receber da Casa de Saúde de Campinas (processo nº 1031268-77.2018.8.26.0114), foi realizado acordo entre as partes, onde a Casa de Saúde se comprometeu a pagar a dívida entre as partes em 30 parcelas mensais e consecutivas, sendo concedido pela Cooperativa carência de seis meses, tendo início os pagamentos da primeira parcela iniciado em janeiro de 2022, sendo que em 31 de dezembro de 2022, não há qualquer parcela vencida desse acordo.

10. Investimentos	% de participação	2022	2021
Unimed Participações Ltda.	1,14%	17.387	14.479
Federação das Unimeds do Estado de São Paulo	11,33%	17.318	16.336
Central Nacional Unimed	4,82%	10.326	10.326
Unicred Nacional Unimed	7,48%	9.902	8.256
Unimed Seguradora S.A.	0,23%	2.591	1.864
Federação Regional Centro Paulista	7,12%	802	802
Unimed Cooperativa Central de Bens e Serviços	11,24%	799	562
Unimed Campinas Participações S.A (i)	99,9%	-	-
		59.125	52.625

	2022	2021
Em 1° de janeiro	52.625	51.180
Sobras Incorporadas ao Capital	6.126	1.179
Aquisição de participação	374	266
Em 31 de dezembro	59.125	52.625

(i)O resultado líquido da Unimed Campinas Participações para o exercício de 2022, apresentou-se negativo em R$35 sendo demonstrado na rubrica "empréstimos a coligadas" demonstrado na nota 15b. Considerando a materialidade dos ativos, passivos e transações dessa controlada, a administração da Cooperativa decidiu não apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

11.Imobilizado

Custo	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Imóveis - Não Hospitalares									
Edifícios	23.487	-	-	-	23.487	-	(96)	-	23.391
Terrenos	118	-	-	-	118	-	-	-	118
	23.605	-	-	-	23.605	-	(96)	-	23.509
Imobilizado - Hospitalares									
Equipamentos de Informática	1.452	29	-	-	1.481	174	-	455	2.110
Instalações	666	-	(401)	-	265	-	-	410	675
Máquinas e Equipamentos	9.243	1.777	(161)	-	10.859	300	(23)	420	11.556
Móveis e Utensílios	4.421	60	(1)	-	4.480	161	(3)	379	5.017
Veículos	152	-	-	-	152	-	-	-	152
	15.934	1.866	(563)	-	17.237	635	(26)	1.664	19.510
Imobilizado - Não Hospitalares									
Benfeitorias em Terceiros	1.679	-	(1.636)	-	43	-	(43)	-	-
Equipamentos de Informática	14.790	1.694	(397)	766	16.853	1.660	(275)	(446)	17.792
Instalações	3.365	148	(4)	-	3.509	416	(26)	1.651	5.550
Máquinas e Equipamentos	3.041	151	(109)	-	3.083	22	(51)	(420)	2.634
Móveis e Utensílios	4.760	179	(36)	(14)	4.889	160	(324)	(87)	4.638
Veículos	1.527	144	(291)	-	1.380	-	(549)	-	831
	29.162	2.316	(2.473)	752	29.757	2.258	(1.268)	698	31.445
Imobilizações em Curso									
Imob. em andamento	2.608	2.999	-	(1.444)	4.163	16.986	-	(2.521)	18.628
	2.608	2.999	-	(1.444)	4.163	16.986	-	(2.521)	18.628
Outras Imobilizações									
Benfeitorias em Terceiros	42.581	155	-	66	42.802	157	(9)	97	43.047
Outros	6	-	-	-	6	-	-	-	6
	42.587	155	-	66	42.808	157	(9)	97	43.053
Total Custo	113.896	7.336	(3.036)	(626)	117.570	20.036	(1.399)	(62)	136.145

As imobilizações em curso estão substancialmente relacionadas com benfeitorias hospitalares e custos relativos ao desenvolvimento do software interno (RES) e a aquisição do terreno para a expansão do centro de oncologia no montante de R$15.350.

Depreciação	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Imóveis - Não Hospitalares									
Edifícios	(12.228)	(625)	-	-	(12.853)	(624)	80	-	(13.397)
	(12.228)	(625)	-	-	(12.853)	(624)	80	-	(13.397)
Imobilizado - Hospitalares									
Equipamentos de Informática	(1.009)	(198)	-	-	(1.207)	(216)	-	(425)	(1.848)
Instalações	(141)	(56)	90	-	(107)	(42)	-	(249)	(398)
Máquinas e Equipamentos	(3.159)	(985)	40	-	(4.104)	(1.076)	9	(268)	(5.439)
Móveis e Utensílios	(1.949)	(427)	1	-	(2.375)	(383)	2	(253)	(3.009)
Veículos	(40)	(30)	-	-	(70)	(31)	-	-	(101)
	(6.298)	(1.696)	131	-	(7.863)	(1.748)	11	(1.195)	(10.795)
Imobilizado - Não Hospitalares									
Benfeitorias em Terceiros	(1.631)	(29)	1.617	-	(43)	-	43	-	-
Equipamentos de Informática	(11.980)	(1.274)	396	-	(12.858)	(1.548)	269	424	(13.713)
Instalações	(2.182)	(220)	4	-	(2.398)	(220)	26	249	(2.343)
Máquinas e Equipamentos	(2.201)	(184)	87	-	(2.298)	(151)	39	268	(2.142)
Móveis e Utensílios	(3.806)	(211)	35	-	(3.981)	(202)	283	253	(3.647)
Veículos	(1.112)	(112)	209	-	(1.015)	(117)	549	-	(583)
	(22.911)	(2.030)	2.348	-	(22.593)	(2.238)	1.209	1.194	(22.426)
Outras Imobilizações									
Benfeitorias em Terceiros	(12.339)	(2.954)	-	-	(15.293)	(2.806)	9	-	(18.090)
	(12.339)	(2.954)	-	-	(15.293)	(2.806)	9	-	(18.090)
Total Depreciação	(53.776)	(7.305)	2.479	-	(58.602)	(7.416)	1.309	(1)	(64.710)
Total Geral Imobilizado	60.120				58.968				71.435
Intangível									
Custo									
Outros	28	-	-	-	28	-	(14)	-	14
Software	15.674	2.771	(2)	625	19.068	948	(35)	62	20.043
Total Custo	15.702	2.771	(2)	625	19.096	948	(49)	62	20.057
Amortização									
Software	(12.757)	(1.225)	2	-	(13.980)	(1.742)	35	1	(15.686)
Total Amortização	(12.757)	(1.225)	2	-	(13.980)	(1.742)	35	1	(15.686)
Total Geral Intangível	2.945				5.116				4.371

O montante de R$7.416 (2021 - R$7.305) referente à despesa de depreciação, foi reconhecido no resultado em "Despesas administrativas", no montante de R$3.149 (2021 - R$2.677) e em "Eventos/Sinistros Conhecidos ou avisados, o montante de R$4.266 (2021 -R$4.628). Durante a pandemia da Covid-19, a telemedicina se tornou produto do portfólio da Unimed Campinas, proporcionando aos usuários atendimentos por meio digital. A tecnologia utilizada para a telemedicina foi desenvolvida dentro do RES - Registro Eletrônico de Saúde, que é a plataforma de gestão de saúde utilizada pela Unimed Campinas. Dentro da telemedicina, são oferecidos os serviços de consulta e de pronto atendimento virtual. Para que esse sistema pudesse estar apto a atender toda a demanda existente face a situação pandêmica foi necessário um desenvolvimento técnico adicional, cujos custos relativos a esse desenvolvimento foram atribuídos a rubrica Imobilizações em curso, no montante de R$2.469 em 31 de dezembro de 2022 (2021 - R$1.677), o projeto foi concluído e terá seu início de amortização em Janeiro/2023. **i) Direito de Uso e Passivo de Arrendamento** - Conforme nota 4.18 as operações de Arrendamento mercantil, tiveram início em janeiro de 2022, a Cooperativa após a análise dos seus contratos vigentes, realizou a adequação aos registros contábeis relacionados aos contratos de imóveis assistências/administrativos que aderiram à referida norma. As operações de arrendamento da Cooperativa vigentes em 31 de dezembro de 2022 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos. Composição e movimentação dos Direito de uso de ativos e Passivos de arrendamentos:

Direito de uso de ativos	01/01/2022	Remensuração	Adições	Amortização	31/12/2022
Aluguel de Imóveis Administrativos e Assistenciais	32.106	2.954	2.065	(6.820)	30.305
Total no ativo	32.106	2.954	2.065	(6.820)	30.305

Passivos de arrendamento	01/01/2022	Remensuração	Adições	Juros	Pagamentos	31/12/2022
Passivo	32.106	2.954	2.065	1.723	(6.792)	32.056
Total no Passivo	32.106	2.954	2.065	1.723	(6.792)	32.056

Modalidade	Taxa de juros incremental	Vencimento
Contratos de aluguel de imóvel Assistencial (5 contratos)	Taxa de juros de 11,70% a.a.	Vencimentos variam de nov/23 a set/31
Contratos de aluguel de imóvel Administrativa (3 contratos)	Taxa de juros de 11,70% a.a.	Até 2026

Os saldos estimados de passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2022 a pagar registrados tem a seguinte composição de vencimento por ano:

	Valor Presente	Valor Nominal
2023	6.160	6.881
2024	5.515	6.881
2025	4.945	6.891
2026	4.320	6.725
2027	3.389	5.893
2028	2.918	5.668
2029	2.518	5.462
2030	1.321	3.201
2031	971	2.401
	32.056	50.003

12. Provisões técnicas	2022	2021
Provisão para eventos a liquidar (a)	135.051	144.799
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (b)	116.740	98.911
Provisão para benefícios concedidos (remissão) circulante e não circulante	12.677	12.910
Eventos/sinistros a liquidar para SUS- circulante	2.367	2.954
Provisão para ressarcimento ao SUS e SUS - GRU circulante	-	68
	266.835	259.642
Passivo circulante	259.770	252.372
Passivo não circulante	7.065	7.270
	266.835	259.642

a) Provisões para eventos a liquidar - Os eventos a liquidar são assim segregados:

	2022	2021
Hospitais e pronto-socorro	48.700	54.247
Médicos cooperados	43.061	45.289
Intercâmbios UNIMED	14.053	15.585
Clínicas	7.435	6.897
Pessoas jurídicas cooperadas	7.248	6.996
Laboratórios	6.468	6.839
Clínicas de imagem	6.320	7.380
Day Hospital	1.203	1.050
Pessoas físicas credenciadas	563	516
	135.051	144.799

b) Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) - A PEONA - Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados é constituída para cobrir os eventos que já tenham ocorrido para os quais a Cooperativa não recebeu o aviso de ocorrência de sua rede de atendimento. O cálculo é efetuado conforme metodologia definida por atuário legalmente habilitado, em Nota Técnica Atuarial da Cooperativa - NTA P devidamente aprovada pela DIOPE. A PEONA é estimada com base em triângulos de run-off mensais, partindo do pressuposto de que os avisos referentes a eventos ocorridos nos últimos 12 meses ocorrerão de forma similar àquela observada em períodos de ocorrência anteriores. A operadora possui nota técnica atuarial para a PEONA, a qual foi aprovada pela ANS por meio do ofício nº 1950/2014/GGAME(GEHAE)/DIOPE/ANS, de outubro de 2014.

13. Débitos de operações de assistência à saúde e conta corrente de cooperados

a) Débitos de operações de assistência à saúde	2022	2021
Contraprestação de co-responsabilidade transferida	32.757	19.369
Comercialização sobre operações de assistência médica	442	337
Contraprestação pecuniária a restituir	414	2.785
Outros débitos de operações com planos de assistência	69	165
	33.682	22.656

b) Conta corrente de cooperados - Refere-se a valores complementares a pagar aos cooperados e que será liquidado no mês subsequente no montante de R$5.086 (R$7.690 - 2021) e antecipação de sobras a ser paga aos cooperados no montante de R$22.294 (R$28.348 - 2021).

14. Débitos de operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora - Intercâmbio eventual: trata-se dos valores a pagar aos prestadores de serviços dos atendimentos realizados aos usuários de outras operadoras do sistema Unimed Brasil, no montante de R$11.952 (2021 - R$9.168).

15. Provisões e Tributos e encargos sociais a recolher e Débitos diversos

a) Tributos e encargos sociais a recolher	2022	2021
Tributos e contribuições		
PIS /Cofins e demais tributos a pagar	9.808	6.248
INSS a pagar	3.647	3.428
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	1.157	1.061
	14.612	10.737
Retenções de tributos e contribuições		
Imposto de Renda Retido na Fonte	43.323	50.600
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.162	-
INSS	4.386	4.069
Cofins a pagar	2.657	2.659
ISSQN	1.858	2.050
Contribuição Social a pagar e PIS a pagar	1.458	1.460
	56.844	60.838
	71.456	71.575

b) Débitos diversos	2022	2021
Arrendamento Mercantil(i) - nota 11 (b)	32.056	-
Fornecedores	37.806	26.349
Salários e encargos	23.313	21.539
Outros	5.943	7.412
Honorários jurídicos	7.217	7.212
Empréstimos a coligadas	35	9
	106.371	62.521
Passivo circulante	64.420	55.309
Passivo não circulante	41.951	7.212
	106.371	62.521

(i) Valor contabilizado conforme mensuração inicial explicado nota 4.18 para adequação ao CPC 06 , a divulgações detalhadas do saldos estão na nota 11(b) junto ao saldo de direito de uso.

16. Provisões para ações judiciais e correspondentes depósitos judiciais e débitos diversos correlatos - A Cooperativa é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial os quais, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. Tendo em vista a complexidade da legislação fiscal vigente, que inclui inúmeros aspectos subjetivos e/ou sujeitos a contestações judiciais e fiscais acerca da tributação nas sociedades cooperativas, vem sendo constituída provisão para fazer face às obrigações legais ou as perdas prováveis com essas questões, devendo ser mantida até que haja decisão judicial final da qual não caiba mais nenhum recurso. As provisões para perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparadas pela opinião de seus consultores legais. As movimentações dos saldos das provisões e depósitos judiciais, estão demonstrados a seguir:

a) Movimentação das provisões (passivo não circulante)

	Cíveis (i)	Trabalhistas	Fiscais (ii)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	75.797	7.649	337.776	421.222
Provisões (reversões), líquidas	20.768	(3.312)	(79.432)	(61.976)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	96.565	4.337	258.344	359.246
Provisões (reversões), líquidas	(38.259)	3.747	(134.882)	(169.394)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	58.306	8.084	123.462	189.852

(i) A Cooperativa vem constantemente monitorando e reavaliando seus processos judiciais de natureza cível, bem como os respectivos prognósticos de riscos de perda correlacionados, para refletir a melhor estimativa corrente quanto a probabilidade de saída de recursos para liquidar tais processos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 houve uma mudança de estimativa de perda para determinados processos de natureza cíveis, os quais ainda encontram-se em fase inicial/conhecimento, tais alterações são decorrentes da alteração do prognóstico de perda dos nossos consultores jurídicos, que diante de informações adicionais, melhor conhecimento sobre a natureza do assunto em discussão e, principalmente experiência em casos similares, determinados processos tiveram o seu prognóstico de perda revisado de perda provável para possível em 2022, ocasionando assim uma reversão da provisão que foram refletidas prospectivamente dentro do exercício de 2022. Nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa realizou a reversão de determinados processos tributários que foram encerrados, os quais mantinha tanto a provisão para contingência quanto o depósito judicial, sem impacto no resultado. Vide 16b(i).

b) Movimentação dos depósitos judiciais (ativo não circulante)

	Cíveis (i)	Trabalhistas	Fiscais (ii)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020 - ativo não circulante	9.241	469	389.939	399.649
Novos depósitos	2.194	107	1.158	3.459
Depósitos resgatados	(688)	(96)	-	(784)
Reversões (i)	-	-	(100.334)	(100.334)
Atualização monetária / juros	-	-	2.793	2.793
Saldo em 31 de dezembro de 2021	10.747	480	293.556	304.783
Novos depósitos	3.968	-	5.058	9.026
Depósitos resgatados	(303)	(373)	-	(676)
Reversões (i)	-	-	(141.143)	(141.143)
Atualização monetária / juros	-	-	7.142	7.142
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14.412	107	164.613	179.132

(i) Adicionalmente ao item (a)(i) houve em 2021 a reversão de depósito judicial no montante de R$35.546 referente ao processo tributário Finsocial nº 2006.61.05.012769-2, onde a Cooperativa obteve uma decisão desfavorável, e para esse processo, conforme a Instrução Normativa nº 421/2004 que regulamenta o depósito judicial, determinou a transformação de depósito judicial em pagamento definitivo, o mesmo aconteceu em 2022 para o processo 1999.61.05.014145-1 de Cofins que também obteve uma decisão desfavorável, e foi revertido o depósito contra a provisão no montante R$145.391.

c) Natureza das principais provisões - c.1) Fiscais - Tributos e encargos federais em 31 de dezembro de 2022 de R$123.461 (2021 - R$258.344) correspondem a: (i) Discussão judicial quanto à tributação pelo Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos atos cooperativos auxiliares e rendimentos das aplicações financeiras, referente ao ano calendário de 2003, no montante de R$3.380 (2021 - R$3.269). (ii) Refere-se à:(i) cobrança do Finsocial sobre o faturamento de atos cooperativos auxiliares; (ii) cobrança da Cofins sobre o faturamento de atos cooperativos auxiliares; (iii) majoração da base de cálculo da Cofins (inclusão das receitas financeiras e outras receitas operacionais). O saldo provisionado totaliza em 2022 R$10.053 (2021- R$150.347), reversão conforme nota 16.b(i). (iii) Discussão quanto à incidência do PIS sobre o faturamento de atos cooperativos auxiliares e sobre a majoração da base de cálculo do PIS (inclusão das receitas financeiras e outras receitas operacionais), no montante de R$47.438 (2021- R$43.790). (iv) Ação judicial impetrada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), referente à cobrança desse tributo sobre a produção médica e autônomos, referente aos períodos de 1996 a 1999, no montante de R$51.859 (2021 -R$49.682). A Cooperativa possui ainda outros processos fiscais provisionados no montante de R$10.731 (2021 - R$11.256). **c.2) Trabalhistas** - A Cooperativa constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como ré, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas extras pela diminuição do intervalo para almoço; (ii) insalubridade/periculosidade; (iii) estabilidade pré-aposentadoria; (vi) indenizações por acidente de trabalho/doença ocupacional; e (v) responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas, dentre outros. **c.3) Cíveis** - Referem-se, principalmente, a pedidos judiciais de revisões contratuais e indenizações de clientes. Não é esperado nenhum outro passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados. **d) Passivos contingentes, não reconhecidos no balanço** - A Cooperativa está se defendendo de ações de natureza fiscal e cíveis, sob as quais ainda há de ser confirmado se terá ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos, portanto com chance de perda classificada como possível. As principais ações em 31 de dezembro de 2022 e 2021, se referem a: (i) A Cooperativa não efetuou o recolhimento do ISSQN sobre o faturamento para a municipalidade de Campinas entre 2003 a 03.2017, em decorrência de decisões passadas favoráveis (transitadas em julgados a favor da Cooperativa). Em 2017, o Supremo Tribunal Federal apreciou novamente a matéria declarando constitucionalidade da incidência do referido imposto. O processo ainda está em andamento e a assessoria jurídica, baseada em diversas decisões do STF, considera o prognóstico de risco de perda como possível. Os valores referentes ao período de 1990 a 2005 no valor de R$301.648 (2021 R$189.652), possuem garantias e carta/seguros fiança no montante de R$145.852. Para o período de 2013 a 03.2017 o valor dos autos soma R$513.971 (2021 R$674.825) e sem garantias. Autos de infração e imposição de multa lavrados pela municipalidade de Indaiatuba (2006 a 2007, 2009 a 2012 e 2016 a 2017) relativos ao não pagamento do ISSQN sobre as contraprestações emitidas de operações de assistência à saúde, no montante em discussão de R$49.904 (2021 R$43.164) e garantias e seguros fiança no montante de R$41.741 (2021 R$35.995). (ii) Compensações de 2003 a 2021 de Impostos de Renda Retidos na Fonte (IRRF), IRPJ/CSLL e PIS/COFINS , totalizando R$40.783 (2021 R$37.862), R$3.952 (2021 R$7.521) e R$5.555 (2021 R$6.029), respectivamente. Os processos em referência não possuem garantias. (iii) Referem-se, principalmente, a pedidos judiciais de revisões contratuais e indenizações de clientes, no montante de R$163.498 (2021 R$130.260). Em face da avaliação dos consultores jurídicos não indicar que as chances de perdas nesses processos sejam prováveis, nenhuma provisão vem sendo registradas nas demonstrações financeiras.

17. Patrimônio líquido - a) Capital social - O capital social é ilimitado quanto ao máximo de quotas, variando conforme o número de quotas subscritas, não podendo, entretanto, ser inferior a 2.810 quotas. A quota-parte é individual e intransferível a não cooperados e não pode ser negociada de nenhum modo nem dada em garantia. Entretanto, depois de integralizada, poderá ser transferida entre os cooperados, mediante autorização da Assembleia Geral e pagamento da taxa de 5% sobre o seu valor, respeitando o limite máximo de um terço do valor do capital subscrito para cada cooperado. O cooperado obriga-se a subscrever quotas-partes, quando de sua admissão, com pagamento à vista ou parcelado. Foi aprovado em Assembleia Geral realizada em março de 2022, o aumento de capital no montante de R$15.000, por meio das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve aumento de capital por subscrição relativo a ingresso de novos cooperados, deduzido das devoluções, totalizando o montante de R$7.957 e apresenta o saldo acumulado de R$376.194 (2021 R$355.261). O capital social integralizado pode ser remunerado com juros de até 12% a.a., conforme determina o estatuto social da Cooperativa. **Juros sobre o capital social** - Diferentemente das Sociedades Anônimas em relação aos Juros Sobre o Capital Próprio, previstos no art. 9° da Lei nº 9.249/95, calculados sobre o patrimônio líquido e que possui característica de dividendos, em que a CVM orienta a reversão do valor na última rubrica do resultado conforme deliberação CVM nº 207, de 13 de dezembro de 1996, não há previsão para reversão dos juros sobre o capital social das cooperativas, que por sua vez não têm a característica de pagamento de dividendos, uma vez que as sociedades cooperativas apenas são autorizadas a atualizarem o valor do capital social até o limite de 12% ao ano, mas não podem, de forma alguma, distribuir dividendos. Se, porventura, vierem a ter sobras, de acordo com o art. 4°, inciso VII da Lei nº 5.764/71, as sobras líquidas do exercício deverão retornar, proporcionalmente, às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral. Em 2022 não foram distribuídos juros sobre o capital (2021 - 8,5%). **b) Reservas de sobras** - São constituídas anualmente pelos seguintes fundos, em conformidade com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei Cooperativista nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. **b.1) Fundo de reserva** - É constituído pela apropriação de 10% da sobra líquida dos atos cooperativos apurada em cada exercício social e destina-se a reparar eventuais perdas de qualquer natureza que a Cooperativa venha a sofrer. É indivisível entre os cooperados, mesmo no caso de dissolução e liquidação da Cooperativa. Em 31 de dezembro de 2022, o montante das sobras destinado ao Fundo de reserva é de R$2.826 (2021 - R$3.172) e apresenta saldo acumulado de R$73.597 (2021- R$70.771). Adicionalmente, conforme prevê o estatuto social, além do percentual de 10%, reverte em fundo de reserva os valores não reclamados pelos cooperados decorridos cinco anos, montante de R$120 no exercício de 2021, para 2022 não tivemos reversão. **b.2) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES)** - Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES) é constituído através da destinação de 5% das sobras líquidas do exercício dos atos cooperativos principais e pelo resultado apurado nos atos cooperativos auxiliares e não cooperativos. O Fundo é indivisível e destina-se à prestação de assistência aos cooperados e seus dependentes legais e aos empregados da Cooperativa. No caso de liquidação e dissolução da Cooperativa, o referido Fundo terá destinação que for aprovada em Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2022, o montante das sobras destinadas ao FATES corresponde a R$136.357 (2021 - R$11.475) e apresenta saldo acumulado de R$192.795 (2021 - R$70.774). **c) Reservas estatutárias - c.1) Reserva AGE - FINSOCIAL e Cofins** - Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de agosto de 2001, foi deliberado que o montante de R$4.012, que estava registrado como contas a receber de cooperados, fosse integralmente compensado com a reserva de sobras inflacionárias, e o reembolso por essas perdas foi recebido dos cooperados em até 24 parcelas, a partir do mês de agosto de 2001. Os valores das parcelas recebidas estão registrados nessa reserva e sua utilização é restrita ao (i) pagamento, caso seja exigido, das contribuições ao Finsocial e Cofins do período de janeiro de 1990 a outubro de 1995, que foram objeto de autos de infração e estão em discussão judicial; (ii) aumento do capital social; ou (iii) outra destinação mediante aprovação em Assembleia Geral de Cooperados. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R$3.856. **c.2) Reserva AGO - Riscos fiscais** - Corresponde à apropriação de sobras de exercícios anteriores, conforme determinado em Assembleias Gerais Ordinárias de cooperados, as quais foram retidas para fazer face a eventuais desembolsos decorrentes de efeitos adversos das discussões das contingências fiscais envolvendo a Cooperativa. Conforme Nota 20 b. a Cooperativa realizou a adesão ao refis para o pagamento do ISS mencionado, e a reserva foi atualizada para R$14.942 (2021 - R$20.404). **c.3) Outras reservas** - Corresponde à constituição de reserva relacionada com as sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no montante R$11.400, a qual foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 10 de março de 2014, bem como o montante de R$1.736, referente ao saldo da distribuição deliberada na Assembleia Geral Ordinária de 29 de março de 2011. O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2022 é R$12.002 (2021 - R$12.282). **Reservas inflacionárias** - Estão representadas pelo montante acumulado remanescente das transferências do saldo da correção monetária do balanço, nos termos da Resolução Conselho Nacional do Cooperativismo nº 27, a qual foi extinto em 1991, com a revogação do decreto que constitui esse conselho, pelo Decreto do Poder Executivo, sem número, de 5 de setembro de 1991. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R$1.885. **d) Recomposição do Resultado** - Os efeitos dos gastos relativos ao FATES e as Reservas Estatutárias, estão registrados em despesas administrativas conforme Nota Explicativa nº 20, em atendimento ao ITG2004. As anulações dos efeitos destes registros transitando por resultado, mas tendo como origem os recursos dos fundos, estão sendo apresentados conforme quadro abaixo, em atendimento à Lei nº 5.764/71 que define a política nacional de Cooperativismo.

2022	Principais	Auxiliares	Atos não cooperativo	Total
Sobra Líquida do Exercício	10.767	59.349	73.014	143.130
(+/-) Ajustes no Resultado				
(+) Reversão do Fates	13.786	544	6	14.336
(+) Reversão Reserva Fiscal	3.578	3.856	(1.971)	5.463
(+) Reversão Reserva AGE	134	145	1	280
Saldo a Destinar	28.265	63.894	71.050	163.209
(-) Fundo de Reserva 10%	(2.826)	-	-	(2.826)
(-) FATES estatutário 5%	(1.413)	-	-	(1.413)
(-) Fates Resultado com não associados	-	(63.894)	(71.050)	(134.944)
Sobras e Perdas a Disposição da AGO	24.026	-	-	24.026

Conforme previsto na Lei N° 5.764, os resultados das operações das cooperativas com não associados, que abrange os atos auxiliares e não cooperados, serão levados à conta do "Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social" e serão contabilizados em separado, de molde a permitir cálculo para incidência de tributos.

18. Receita operacional, líquida - Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde

	Total 2022	Total 2021
Contraprestações líquidas	2.648.348	2.757.961
Variação das provisões técnicas	232	(3.804)
Total de receita bruta	2.648.580	2.754.157
Menos:		
Tributos sobre vendas	(68.329)	(68.897)
Total de receita operacional	2.580.251	2.685.260

19. Eventos indenizáveis, líquidos / sinistros retidos

	Total 2022	Total 2021
Internações	(783.040)	(830.827)
Terapias	(523.580)	(477.725)
Exames	(485.944)	(499.370)
Consultas médicas	(274.866)	(320.520)
Outros atendimentos ambulatoriais	(153.277)	(162.474)
Demais despesas médicas-hospitalares	(31.922)	(31.013)
Total eventos/sinistros conhecidos ou avisados	(2.252.629)	(2.321.929)
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(17.828)	(12.566)
Eventos Indenizáveis Líquidos/ Sinistros Retidos	(2.270.457)	(2.334.495)

20. Despesas administrativas

	Total 2022	Total 2021
Despesas com pessoal (a)	(138.438)	(109.855)
Despesas diversas (i)	(22.974)	(20.909)
Despesas com serviços de terceiros	(20.103)	(29.947)
Despesas com localização e funcionamento	(30.473)	(21.071)
Despesas com publicidade e propaganda	(21.573)	(17.603)
Despesas com multas administrativas	(178)	(908)
Despesas com tributos (b)	(13.901)	(41.314)
	(247.640)	(241.607)

(i) Refere-se substancialmente a gastos relativos a à utilização do FATES, no montante de R$14.336 conforme Nota 17 (d).

a) Despesas com pessoal

	Total 2022	Total 2021
Despesas com empregados	(84.807)	(65.505)
Despesas com encargos sociais	(29.457)	(25.430)
Despesas com administração	(11.034)	(10.091)
Despesas com programa de alimentação	(7.618)	(6.601)
Outras despesas	(1.447)	(1.240)
Despesas com transporte	(965)	(725)
Despesas com indenizações	(3.053)	(174)
Despesas com formação profissional	(57)	(89)
	(138.438)	(109.855)

b) Despesas com tributos

	Total 2022	Total 2021
Execução Fiscal (i)	(7.480)	(13.696)
Contribuições	(4.930)	(4.528)
Pis Folha Pagamentos	(778)	(669)
Demais despesas com tributos	(713)	(627)
Cofins sobre Outras Receitas Operacionais	-	(207)
Pis sobre Outras Receitas Operacionais	-	(33)
Refis ISS (ii)	-	(21.554)
	(13.901)	(41.314)

(i) Para o exercício de 2022, vide nota 8 (ii) exercício de 2021 Execução fiscal conforme Nota 16.b (i). (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Prefeitura do Município de Campinas lançou o programa do Refis - Programa de Regularização Fiscal de Campinas o qual a Cooperativa fez a adesão para o processo nº AIIM 3440/2019, referente aos processos fiscais de ISS do período de Abril a Dezembro de 2017, conforme forma prevista na legislação do Município. A adesão foi realizada por se tratar de competências posteriores ao entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal acerca da incidência do ISSQN sobre a atividade das operadoras de planos de saúde, entendimento esse que teria condão de relativizar a coisa julgada dessa cooperativa. Adicionalmente, houve o desmembramento dos processos relativos ao tema, a parte incontroversa passou a ter a numeração 3440I/2019, enquanto a parte controversa permanece 3440/2019 e irá ter o seu prosseguimento normal. Os montantes pagos, acrescido da atualização monetária do período, foi descontado da Reserva de Riscos Fiscais, conforme notas 17 (c.2 e d).

21. Outras receitas (despesas) operacionais de planos de assistência à saúde

	Total 2022	Total 2021
Outras	9.692	5.306
Comissões e Agenciamentos	3.998	3.644
Benefício Família	3.319	3.464
Provisão Contratos Custo Operacional	2.871	1.032
Inscrições e confecção carteiras	533	514
Recuperação Perdas de Clientes	298	390
Déficit - Apuração Contratos PJ	(1.816)	(2.505)
	18.895	11.845

22. Receitas com Operações de Assistência Médico Hospitalar, Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionada com planos da operadora, Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde - Referem-se às receitas e despesas de atendimentos de intercâmbios realizados pela Unimed Campinas aos usuários de outras operadoras de saúde do sistema Unimed conforme a seguir:

a) Receitas com Operações de Assistência Médico Hospitalar e Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionada com planos da operadora:

	Total 2022	Total 2021
Intercambio Eventual	45.010	38.976
Receitas de atendimento de intercâmbio realizados pela Unimed Campinas aos usuários de outras operadoras de saúde do sistema Unimed	44.975	53.232
Receitas Serviços Próprios - PCMSO	5.611	5.240
Outros	123	375
Tributos	(2.149)	(2.098)
	93.570	95.725

Continua.. ➡

Novo marco para os fundos traz segurança e mais diversificação

Resolução 175 da CVM entra em vigor em 3 de abril, mas mercado pleiteia extensão do prazo para outubro

FOLHAINVEST

Lucas Bombana

SÃO PAULO O novo marco regulatório dos fundos de investimento, publicado pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) em dezembro e previsto para entrar em vigor em 3 de abril, deve contribuir para o desenvolvimento da indústria no país e para o empoderamento do investidor pessoa física de varejo.

O conjunto de medidas, na avaliação de especialistas, aumenta a segurança e a transparência para atrair os investidores ao mercado de capitais em um momento de juros altos, além de ampliar o leque de possibilidades à disposição do público em geral.

Vice-presidente da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), Pedro Rudge afirma que muitas das mudanças trazidas pelo marco dos fundos derivam da lei da Liberdade Econômica, de 2019, que trouxe avanços importantes para o mercado, mas que ainda careciam de uma regulamentação pela CVM para entrar em vigor.

Entre as principais alterações, Rudge aponta a limitação da responsabilidade de cada investidor ao valor das cotas subscritas. Pela legislação anterior, os cotistas dos fundos podiam ser obrigados a depositar valores adicionais, em caso de prejuízo como resultado da estratégia adotada pelo gestor.

Com o novo marco, o investidor passa a ser responsável apenas pelo volume aportado, e não mais pelo patrimônio consolidado do fundo.

Segundo o vice-presidente da Anbima, a responsabilidade limitada pode contribuir para o desenvolvimento de fundos com estratégias mais arrojadas, envolvendo, por exemplo, ativos estressados como carteiras de crédito inadimplentes, uma vez que o investidor pode se sentir mais confortável para colocar dinheiro em um fundo do tipo. Rudge acrescenta que o novo marco prevê ainda a possibilidade de os fundos contarem com classes de cotas distintas dentro de um mesmo veículo.

Ele explica que a medida tende a trazer ganhos de eficiência ao mercado, com possível redução de custos ao investidor, por permitir que uma série de fundos que apenas replicam estratégias parecidas entre si seja eliminada, permitindo que um único fundo abarque opções para diferentes perfis de investidores via classes distintas.

Ainda no tema dos custos dos fundos, Luiz Felippo, sócio e analista de fundos da Nord Research, destaca o aumento na transparência relativa às taxas cobradas dos investidores. Pelo modelo atual, a taxa de gestão, administração e distribuição é consolidada em uma única cobrança, o que impede o investidor de saber o quanto está pagando para cada uma das partes envolvidas no negócio. Com o novo marco, a taxa cobrada por cada um terá de ser divulgada separadamente.

"Isso trará mais transparência para a indústria, principalmente nessa parte de custos, o que hoje é muito obscuro para o investidor", afirma Felippo.

"De maneira geral, a nova resolução empoderou muito os investidores", afirma Rudge.

Ainda entre os principais pontos de destaque do marco de fundos, está a ampliação do leque de alternativas de investimento à disposição do investidor pessoa física de varejo. Fundos que alocam em ativos globais destinados ao investidor comum, por exemplo, poderão ter uma exposição de até 100% da carteira no exterior.

No formato atual, os fundos ao varejo são limitados a uma alocação de apenas 20%. Somente os fundos voltados aos investidores tidos como profissionais pela legislação de mercado, que são aqueles com R$ 10 milhões em aplicações financeiras, podem acessar fundos que alocam toda a carteira no exterior.

Sócio do escritório VBSO Advogados, Erik Oioli diz que outra novidade é a possibilidade de os fundos investirem em "ativos ambientais", como os créditos de carbono, o que é um passo importante para que sejam direcionados recursos para a economia verde.

Oioli acrescenta que a norma também passa a permitir que os fundos invistam diretamente em criptoativos, o que até então só era permitido para fundos de investimento no exterior e de forma indireta. "Este é outro passo importante para o desenvolvimento e consolidação dessa indústria no país."

O marco prevê ainda a possibilidade de investidores de varejo alocarem recursos nos FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios), fundos de investimento restritos até o momento aos investidores qualificados (com ao menos R$ 1 milhão em aplicações) que investem em títulos de crédito lastreados em dívidas a serem pagas.

Os FIDCs são estruturados com diferentes cotas, sendo as mais comuns as seniores e as subordinadas. As subordinadas, que costumam corresponder a uma parcela entre 20% e 30% do valor total do fundo, são as que primeiro são afetadas em caso de inadimplência. Somente se a inadimplência ultrapassar o percentual destinado às subordinadas é que ela passa a afetar também as cotas seniores.

De modo a proteger os investidores de varejo, a regra imposta pela CVM permite que esse público invista somente nas cotas sêniores. "A cota sênior tem uma estrutura de risco versus retorno mais apropriada ao perfil do público em geral", diz Nathalie Vidual, gerente de supervisão de securitização da CVM.

Segundo ela, um dos objetivos na agenda da CVM é o empoderamento do varejo. "Faz parte desse propósito disponibilizar mais produtos ao investidor comum, especialmente aqueles que podem gerar maior diversificação de seus investimentos, como os fundos estruturados alternativos", diz Nathalie.

O novo marco passa a valer a partir de 3 de abril apenas para os fundos que forem criados a partir dessa data. Os fundos já existentes deverão ser adaptados até 31 de dezembro de 2024, com exceção dos FIDCs, que têm prazo limite até o final deste ano.

O mercado pleiteia junto à CVM uma extensão do prazo para o início da vigência da norma para os fundos ainda a serem criados, de modo a preparar as estruturas para as novas regras. A solicitação é para que o novo marco passe a valer somente a partir de outubro. "A CVM confirma o recebimento do pleito mencionado e informa que o assunto será analisado oportunamente", disse a autarquia em nota.

Principais mudanças

- Limita responsabilidade do cotista ao valor investido, na hipótese de aportes adicionais por conta de prejuízos
- Fundos podem contar com classes de cotas distintas em um mesmo veículo, com redução de custos
- Maior transparência sobre taxas cobradas
- Alocação de até 100% dos recursos de fundos a pessoa física de varejo de investimento no exterior
- Possibilidade de investir em ativos ambientais
- Permissão para que invistam diretamente em criptoativos
- Ofertas de FIDCs destinadas ao público geral

Fonte: CVM

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230388

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230388 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material odontológico, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3882023, até o dia 11/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Março de 2023. JANES VALTER NOBRE RABELO - PREGOEIRO

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

DATA: 1º Público Leilão: 03/04/2023, às 10h00 | 2º Público Leilão: 05/04/2023, às 10h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **JJO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, CNPJ/RFB nº 02.680.280/0001-51, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos arts. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, **EM LOTE ÚNICO**, os **IMÓVEIS DO "CONDOMÍNIO RESIDENCIAL DUE"**, situados à Rua Antonieta, nº 280, Picanço, Guarulhos/SP: **1) APARTAMENTO Nº 2318, TIPO "1", 23º ANDAR OU 28º PAVIMENTO DO BLOCO Nº 03 - EDIFÍCIO FIRENZE**, Áreas: Privativa: 58,4375m²; Comum de Divisão Não Proporcional: 25,9450m² da área bruta de garagem, destinado a 01 vaga indeterminada, localizada no 1º, 2º, 3º ou 4º subsolos da garagem coletiva; Comum de Divisão Proporcional: 17,8802m², sendo 10,6873m² de Área Padrão de Construção Comum do Condomínio e 7,1929m² de Área Real de Infraestrutura Comunitária e de Lazer; Total: 95,0699m² de Área Padrão de Construção; 102,2627m² de Área Real ou Bruta; FIT: 14,2982m² ou 0,2118% na totalidade do terreno, bem como uma participação nas despesas gerais do condomínio de 0,2118% e de 0,2212% nas despesas específicas do bloco. Matrícula Imobiliária nº 150.354 do 2º CRI de Guarulhos/SP. Inscrição Cadastral nº 083.64.38.0418.03.138. **2) VAGA DE GARAGEM Nº 469, TIPO "1", 2º SUBSOLO**, Áreas: Privativa: 9,9000m²; Comum de Divisão Não Proporcional: 15,4656m² da área bruta de garagem; Total: 25,3656m² de Área Padrão de Construção; 25,3656m² de Área Real ou Bruta; FIT: 4,2981% ou 0,0637% na totalidade do terreno, bem como uma participação nas despesas gerais do condomínio de 0,0637%. Matrícula Imobiliária nº 150.378 do 2º CRI de Guarulhos/SP. Inscrição Cadastral nº 083.64.38.0418.04.019. Consolidação das Propriedades: 07/03/2023. **Valores: 1º Leilão: R$ 502.584,91. 2º Leilão: R$ 577.604,63. Encargos do Arrematante: i)** Pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** Custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; **iii)** Todas as despesas que vencerem a partir das datas dos leilões; **iv)** Verificação dos imóveis, de sua situação jurídica e eventuais ações judiciais em andamento; **v)** Venda *AD CORPUS*. Imóvel entregue no estado em que se encontram; **vi) IMÓVEIS OCUPADOS**. Desocupação a cargo do arrematante. Fica o Devedor Fiduciante **ANTONIO CARLOS DE SOUZA**, CPF: 160.391.508-74, comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital Completo de Leilão, disponível no portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR**. Maiores informações pelo e-mail contato@pecinileiloes.com.br; WhatsApp (11) 97577-0485; Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 – Jd. das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

ABIMDE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAIS DE DEFESA E SEGURANÇA

Av. Brig. Luís Antônio, 2367 – 12º andar – Conj. 1211 – Edifício Barão de Ouro Branco
Jardim Paulista – São Paulo/SP – CEP: 01.401-000 - Fone: (11) 3170-1860

Consultamos as possíveis empresas nacionais fabricantes do produto ou similares e prestadores dos serviços: 1.Viatura militar blindada 4x4 modelo "IVECO DEFENCE VEHICLES - IDV LMV-BR 4x4", para o transporte de pessoal e de materiais diversos em vias pavimentadas e terrenos irregulares, com peso bruto de 7.500 kg e as seguintes dimensões: Altura total 2.100 mm; Comprimento do eixo 1.710 mm; Largura Total 2.200 mm; Comprimento total da viatura 5.112 mm; Distância entre eixos 3.230 mm. Capacidade para até 5 ocupantes e/ou materiais, proteções e sistemas de armas até a sua saturação de carga. Viatura equipada com motor IVECO F1C E0489 (conformidade com EURO 3) Ciclo Diesel, compatível com combustível Diesel F-54 ou querosene de aviação F 34, turboalimentado, 4 cilindros, injeção de combustível "common rail", com gerador elétrico alternador monofásico de 260 A, 28 V e filtro de ar tipo seco, imersível com cartucho substituível. Velocidade máxima de 90 km/h (limitada eletronicamente), inclinação longitudinal máxima de 60% e inclinação transversal máxima de 30%. Caixa de câmbio automática eletrônica ZF 6HP260 com 6 marchas à frente e uma a ré. Caixa de Transferência IVECO/STEYR modelo D51B22, composta por uma caixa de transferência mecânica com redução, 4x4 permanente, e equipada com diferencial bloqueável com atuação eletropneumática, e por um diferencial traseiro eletropneumático bloqueável. Chassi com duas longarinas de aço prensado e travessas de chapa de aço, com olhais dianteiros e traseiros para reboque para a fixação da viatura durante transporte aéreo ou ferroviário. Cabine tipo "cockpit" (célula de sobrevivência), fabricada em aço balístico com estrutura soldada, com blindagem contra tiro direto e minas terrestres conforme norma STANAG 4569, 4 portas com proteção cerâmica e dobradiça adicional para melhorar a resistência contra artefatos explosivos improvisados (IED). Proteção antimina nos suportes da cabine. Maçanetas externas de emergência nas quatro portas. Suspensão independente com amortecedores hidráulicos e molas coaxiais externas. Capô do motor com blindagem EMC (compatibilidade eletromagnética) e preparação para a instalação de 2 antenas. Janelas balísticas predispostas para instalação de kit antimotim e indicador térmico contra delaminação por temperatura. Predisposição para instalação de torre de armas (manual ou automatizada). Assentos suspensos antimina e tecido antidesgaste. Tubo esnórquel para transposição de vau. Para-choque tubular de alumínio com elementos de proteção para os faróis inferiores, combinado com um quebra-mato de alumínio. Pneus equipados com anel toroidal (Run-Flat) e sistema CTIS. Sistema elétrico de 24-12 V com redutor de tensão DC/DC, do tipo submersível para travessia a vau até 800 mm de profundidade, equipado com rede de dados CAN BUS. Tomadas auxiliar e de emergência e para fonte externa de alimentação conforme STANAG 4074. Pintura Policromática de acordo com STANAG 4422 para as peças visíveis externamente. Capacidade de reboque de uma viatura da mesma categoria. 2.Reparo, restauração, conservação, revisão, atualização, modernização ou manutenção dos produtos/sistemas acima listados, com aplicação de peças genuínas IDV. a se manifestarem com a devida comprovação e em até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação deste informe, nos termos de nossa Norma de Emissão de Declaração de Não similaridade. Caso não haja qualquer manifestação em contrário até o fim deste prazo, será expedida a Declaração de Não similaridade. São Paulo, 27 de março de 2023.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de bem imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10160728805, firmado em 02/07/2021, no qual figura como Fiduciante **SILVANA DE ANDRADE**, brasileira, auxiliar de limpeza, separada judicialmente, RG nº 226771647 SSP/SP, CPF/MF nº 261.648.478-18, residente e domiciliada em Campinas/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 06 de abril de 2023, às 15h30min, à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 204.290,31** (Duzentos e Quatro mil duzentos e noventa reais e trinta e um centavos), **o imóvel objeto da matrícula nº 250.307 do 3º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas/SP**, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário constituído por: Unidade autônoma designada por apartamento nº 004, localizado no térreo da Torre 01 do Condomínio Reserva Family, com entrada pela Rua José Martins Lourenço, nº 300, em Campinas/SP, com as seguintes áreas: privativa principal de 42,34m²; de uso comum de 16,944m²; real total de 59,284m² e fração ideal de 0,0038462. **Obs. Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 17 de abril de 2023, às 15h30min**, no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 169.000,02** (Cento e sessenta e nove mil e dois centavos). Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.FrazaoLeiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.FrazaoLeiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. (PDTEC - 2134-07)

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos Cédula de Crédito Bancário de nº 10147019708, firmado em 28/11/2019, no qual figure como **Fiduciante DENILSON DE SOUZA NARDIN**, brasileiro, solteiro, maior, empresário, RG nº 33.044.296-X SSP/SP, CPF/MF nº 219.921.248-33, residente e domiciliado em Suzano/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 06 de abril de 2023, às 15h30min, à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 439.172,52** (Quatrocentos e trinta e nove reais cento e setenta e dois mil e cinquenta e dois centavos), **o imóvel objeto da matrícula nº 77.840 do Cartório de Registro de Imóveis de Suzano/SP**, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário constituído por: Sala comercial sob nº 104, localizado no 1º andar, do Condomínio Orion Office, situado na Rua Paraná, nº 217 (Av.03), do loteamento denominado jardim Paulista, perímetro urbano deste Município e Comarca de Suzano/SP, assim descrito e caracterizado: confronta pela frente com o sanitário de pessoas de necessidades especiais e área de circulação, pela lateral esquerda com a divisa da construção, pela lateral direita com a Sal de final 05 do andar, pelos fundos com o recuo dos fundos, contém área real privativa de 37,51m², área comum de 12,84m², área real total de 50,35m² e fração ideal no solo de 0,009531. **Obs. Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 17de abril de 2023, às 15h30min**, no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 239.605,71** (Duzentos e trinta e nove mil seiscentos e cinco reais e setenta e um centavos). Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.FrazaoLeiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.FrazaoLeiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. (PDTEC 2134-03)

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, o **Sindicato dos Motoristas, Trabalhadores Nas Empresas de Transportes de Passageiros Urbanos, Metropolitano, Rodoviários, Transportes de Cargas Secas, Liquidas Em Geral, Limpeza Urbana Pública E Privada e das Categorias Diferenciadas Do Litoral Norte De São Paulo**, inscrito no **CNPJ: 67.658.443/0001-45** por seu presidente, e com estrita observação do previsto no Estatuto Social da Entidade (no **parágrafo 5º do art.13**), convoca todos os motoristas empregados, nas empresas de Transportes Rodoviários de **Cargas Secas e Molhados**, inclusive os ajudantes e arrumadores de Cargas, todos, empregados na função de motorista nas empresas do setor do **Setor de Distribuição e Vendas de Bebidas (TRANSPORTE FAGA LTDA, CERVEJARIA PETRÓPOLIS SA e IMARUI LESTE DISTRIBUIÇÃO E LOGISTICA LTDA)**, todos os Trabalhadores nas empresas nos setores de: **TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS, INTERMUNICIPAIS, INTERESTADUAIS, INTERNACIONAIS E METROPOLITANOS** nos municípios de **Caraguatatuba, São Sebastião, Ilhabela e Ubatuba,** todos os trabalhadores empregados nas empresas no setores de: **TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR FRETAMENTO, TURISMO, LOCAÇÃO DE VEÍCULOS COM MOTORISTAS E DE TRANSPORTE ESCOLAR, nos municípios de Caraguatatuba, São Sebastião, Ilhabela e Ubatuba,** representados por esta entidade para participarem das Assembleias Gerais Extraordinárias, a serem realizadas nos próximos dias **11 e 12 de abril de 2023**, em duas sessões, em primeira convocação e se não atingido o quórum estatutário uma hora após, em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, para discutir a seguinte ordem do dia na forma do **parágrafo 4º item A e D do estatuto social: As Assembleias Gerais observarão o calendário seguinte para sua realização: Dia 11/04/2023** - Para os trabalhadores das empresas do **Transporte de Cargas Secas e Molhadas** às **07h00min** e às **08h00min**; para os trabalhadores das empresas do **Setor de Distribuição e Vendas de Bebidas** às **05h30min** e às **06h30min**; **para os trabalhadores do setor de Transportes Rodoviários de Passageiros, Intermunicipais, Interestaduais, Internacionais e Metropolitanos** às **09h30min** e às **10h30min**; **Dia 12/04/2023** - Para os trabalhadores das empresas de **Transportes de Passageiros dos Setores** de **Turismo, Fretamento e de Transportes Escolar e Locação de Veiculos com Motoristas** às **07h00min** e às **08h00min**: Todas as Assembleias serão realizadas na Sede do Sindicato em Caraguatatuba na Av. Goiás, 574, JD. Indaiá, Caraguatatuba – SP, com as seguintes ordens do dia, na forma do **parágrafo 4º item A e D do estatuto social: a)** Discussão e votação das Pautas de Reivindicações a serem entregues às empresas, Sindicatos Patronais das respectivas categorias com data base **1º de maio**; **b)** Autorização para a diretoria do Sindicato, encetar negociações, formalizar acordos ou convenções coletivas de trabalho e Termos Aditivos com as empresas ou Sindicatos Patronais, e na impossibilidade de Acordo, interpor Dissídio Coletivo e decretação de greve; **c)** Decretação de Assembleia permanente enquanto perdurarem as negociações salariais. **d)** Discussão e votação sobre a cobrança de Custeio Sindical, Contribuição Solidária, Contribuição Sindical. **e)** Discussão e votação para tomar os benefícios dos acordos e convenções coletivas a serem firmados, aplicáveis somente aos trabalhadores contribuintes ao Sindicato. **f)** Declarar o Sindicato dos Motoristas, Trabalhadores Nas Empresas de Transportes de Passageiros Urbanos, Metropolitano, Rodoviários, Transportes de Cargas Secas, Liquidas Em Geral, Limpeza Urbana Pública E Privada e das Categorias Diferenciadas Do Litoral Norte De São Paulo com o único representante das categorias mencionada do escopo deste edital; **g)** Demais assuntos pertinentes às negociações coletivas. Caraguatatuba, 27 de maço de 2023. **Francisco Israel - Presidente**

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DOS MUNICÍPIOS DE SANTO ANDRÉ, MAUÁ, RIBEIRÃO PIRES E RIO GRANDE DA SERRA. EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Pelo presente edital, cumprindo as disposições estatutárias, faço saber que nos dias 12 e 13 de abril de 2023, serão realizadas as eleições para composição da Diretoria Executiva e Suplentes; Conselho Fiscal Efetivos e Suplentes, Delegado da Federação Titular e Suplente, da ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DOS MUNICÍPIOS DE SANTO ANDRÉ, MAUÁ, RIBEIRÃO PIRES E RIO GRANDE DA SERRA, para o Quadriênio 2023/2027, na sede social da entidade, sito à Rua Gertrudes de Lima, 202, Centro, Santo André, SP. Assim, ficam abertas as inscrições de chapas, conforme regras e prazos determinados pelo Estatuto da Associação, que deverão ser feitas diretamente na Secretaria da mesma. Santo André, 27 de março de 2023. **CÍCERO FIRMINO DA SILVA-Presidente**

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230070

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230070, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 702023, até o dia 11/04/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 22 de Março de 2023. MARCOS ALEXANDRINO ALVES GONDIM - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230361

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230361 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Equipamento Médico Hospitalar com equipamento em comodato, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3612023, até o dia 11/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Março de 2023. AURÉLIA FIGUEIREDO GURGEL - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230002

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230002, de interesse da Secretaria da Proteção Social – SPS, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais contratações de serviços de administração de benefício de Cartão Alimentação por meio de cartão eletrônico com chip e tarja magnética para pagamento na aquisição de gêneros alimentícios junto à rede de alimentação: hipermercados, supermercados, mercados, açougues, mercearias, padarias, cooperativas de agricultores familiares e similares a serem disponibilizados aos beneficiários indicados pela Contratante, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3762023, até o dia 11/04/2023, às 8h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 22 de Março de 2023. ROBINSON DE BORBA E VELOSO - PREGOEIRO

BIASI leilões

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 03/04/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 13/04/2023 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10140965105, firmado em 16/04/2018, no qual figuram como Fiduciantes **ANDRÉ LUIZ GARCIA MEIRELES**, CI RG nº 000796332-SSP/MS, CPF nº 009.890.301-21, brasileiro, solteiro, vendedor autônomo, convivendo em união estável com **STEFANI GONÇALVES MILANDRI**, CI RG nº 001.570.743-SSP/MS, CPF nº 048.786.191-47, brasileira, solteira, maior, estudante, residentes e domiciliados na cidade do Rio de Janeiro/RJ, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia **03 de abril de 2023, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 696.760,56 (Seiscentos e noventa e seis mil, setecentos e sessenta reais e cinquenta e seis centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pela **Unidade autônoma designada CASA 02, do "CONDOMÍNIO RESIDENCIAL RITA VIEIRA", quadra 29, Lote 18, situada na Rua João Vieira de Menezes, nº 364, térrea, composta por garagem com vaga de estacionamento parcialmente coberta, sala, jardim de inverno, salas, circulação, banheiro social, 02 dormitórios, cozinha, área de serviço coberta, lavabo e varanda churrasco, com área privativa construída de 141,74 m², 141,649 m² de área de uso privativo exclusivo descoberta e 1,611 m² de uso comum, totalizando a área construída de 285,00 m², do terreno, o que corresponde a fração ideal de 50,00% do terreno, confrontando-se: frente, 7,50m com a Rua João Vieira de Menezes; fundo, 7,50m com parte do lote 10; lado direito, 38,00m com a unidade 01; e lado esquerdo, 38,00m com o lote 17. Matrícula nº 256.437 do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de Campo Grande/MS**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 13 de abril de 2023, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 348.380,28 (Trezentos e quarenta e oito mil, trezentos e oitenta reais e vinte e oito centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

3ª Audiência Pública Semipresencial do ano de 2023

A Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher da Câmara Municipal de São Paulo convida o público interessado a participar de audiência pública semipresencial da Comissão que terá como pauta o seguinte projeto:

Projeto de Lei 703/2020, de autoria dos Vereadores Aurélio Nomura (PSDB), Daniel Annenberg (PSB) e Bombeiro Major Palumbo (PP), que "Assegura a todas as crianças nascidas nos hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes da rede pública de saúde do Município de São Paulo o direito ao teste de triagem neonatal, na sua modalidade ampliada".

Data: 29/03/2023 – (quarta-feira)
Horário: 13h30
Local: Salão Nobre Presidente João Brasil Vita – 8º Andar e Auditório Virtual

Para assistir: Será permitido o acesso do público até o limite de capacidade de auditório, considerando o protocolo de segurança sanitária vigente. O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online [www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online], e pelo canal da Câmara Municipal no Youtube [www.youtube.com/camarasaopaulo].

Para participar: encaminhe sua manifestação por escrito ou inscreva-se para participar ao vivo por videoconferência através do Portal da CMSP na internet, em http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/inscricoes/. Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório.

Para maiores informações: saude@saopaulo.sp.leg.br

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos da Cédula de Crédito Bancário com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10168047208, firmado em 01/10/21, e com Aditivo datado de 24/11/2021, no qual figura como Fiduciantes/Garantidores **JEFERSON DIAS ALMEIDA**, brasileiro, empresário, portador do RG nº 64.515.421-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 042.275.546-08, casado pelo regime da comunhão parcial de bens com **CRISTIANE BRAGA PEREIRA DA MOTA ALMEIDA**, brasileira, empresária, portadora do RG nº 30.215.674-4 SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 279.831.138-11, residentes e domiciliados em Itapecerica da Serra/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 06 de abril de 2023, às 15h30min, à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.018.731,64** (Um milhão dezoito mil setecentos e trinta e um reais e sessenta e quatro centavos), **o imóvel objeto da matrícula nº 29.821 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itapecerica da Serra/SP**, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário constituído por: Residência unifamiliar, a qual recebeu o nº 159 da Rua Concórdia(Av.02), sendo área construída computável de 359,23m², área não computável garagem 70,00m², varanda 43,33m²; totalizando a área construída de 472,56m² (Av.13), e seu respectivo lote de terreno situado a Rua Concórdia (Av.02), lugar denominado bairro do Embu-mirim, do jardim Embu-mirim, em zona urbana, do distrito, município e comarca de Itapecerica da Serra, que assim se descreve: mede 12,40m de frente para a Rua Concórdia (Av.02), à uma distância de mais ou menos 168,00m², do eixo central da Estrada Estadual São Paulo-Itapecerica da Serra, do lado esquerdo de quem desta estrada segue em direção ao terreno pela Rua Concórdia (Av.02), de quem da rua olha para o imóvel mede 28,80m do lado esquerdo, e 29,00m do lado direito da frente aos fundos, confrontando do lado direito com a viela e do lado esquerdo com propriedade dos proprietários, e nos fundos com Galliano Calliera onde mede 12,40m, encerrando uma área total de 358,40m². **Obs. Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 17 de abril de 2023, às 15h30min,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 509.365,82** (Quinhentos e nove mil trezentos e sessenta e cinco reais e oitenta e dois centavos). Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.FrazaoLeiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.FrazaoLeiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. (HP 2134-06)

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230407

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230407 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Equipamento Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 4072023, até o dia 11/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Março de 2023. VALDA FARIAS MAGALHÃES - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230424

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230424, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Equipamento Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 4242023, até o dia 11/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Março de 2023. MURILO LOBO DE QUEIROZ - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230387

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230387, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3872023, até o dia 11/04/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Março de 2023. FRANCISCO CLÁUDIO REIS DA SILVA - PREGOEIRO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - O **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE SANTO ANDRÉ, MAUÁ, RIBEIRÃO PIRES E RIO GRANDE DA SERRA,** inscrito no **CNPJ/MF sob nº 57.518.276/0001-83,** com sede Siqueira Campos, 33 - Centro - Santo André/SP, através de seu Presidente **LUIZ CARLOS BIAZI**, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os trabalhadores das **Indústrias da Construção Civil em Geral, Montagem Industrial, Ladrilhos Hidráulicos, Pintura, Decorações, Estuques e Ornatos, Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias, Construção de Estradas, Pavimentação, Obras de Terraplenagem em Geral, pertencentes ao 3º Grupo da CLT, ASSOCIADOS OU NÃO,** todos com direito a voto, para participarem da **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a realizar-se no dia **31 de março de 2023, às 17h00min, em primeira convocação** em nossa sede social na Rua Siqueira Campos, 33 - Centro - Santo André/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do dia: **1º)** Leitura, Discussão e Aprovação da Ata da Assembleia anterior; **2º)** Apresentação, discussão e aprovação do Rol de Reivindicação dos trabalhadores, referente data-base de **01/05/2023**, a serem apresentadas às entidades patronais, das categorias acima citadas; **3º)** Deliberar sobre a Concessão de Poderes a Diretoria do Sindicato para que, dê início ao processo de negociação para a renovação das cláusulas coletivas vigentes até **30/04/2023**, em conjunto e/ou separadamente com os demais Sindicatos Profissionais representativos da categoria, de forma direta ou não com Sindicatos Patronais e/ou através de mediação ou solução arbitral; **4º)** Decidir sobre o calendário da negociação, bem como, seus rumos, inclusive sobre a deflagração estado de greve e greve; **5º)** Autorizar e conceder poderes a Diretoria do Sindicato, para agir na esfera, administrativa e judicial, a fim de firmar acordo ou convenção coletiva de trabalho, suscitar, havendo necessidade o competente Dissídio Coletivo Econômico perante o Tribunal do Trabalho, bem como, instaurar o Dissídio de Greve; **6º)** Deliberar a mantença da Assembleia em caráter permanente até o final do processo negocial, para deliberações que se fizerem necessárias; **7º)** Fixar o percentual a ser descontado a título de Contribuição Confederativa e/ou Assistencial - sendo o percentual de 1,2% (um vírgula dois por cento) - para o custeio da organização sindical, descontada de todos os trabalhadores das categorias, associados ou não associados nos termos da lei, beneficiados pelas cláusulas normativas à serem firmadas . Decidir pela manutenção da assembleia em caráter permanente até final do processo de negociação, mediante convocação quando se fizer necessário. Se na hora acima aprazada não houver "quorum", a Assembleia realizar-se-á em segunda convocação 01 (uma) hora após, às 18:00 horas, com os presentes, cujas deliberações terão plena validade, relativamente aos assuntos em pauta, para toda a categoria. **Santo André, 27 de março de 2023 - Luiz Carlos Biazi - Presidente**

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, o **Sindicato dos Motoristas, Trabalhadores Nas Empresas de Transportes de Passageiros Urbanos, Metropolitano, Rodoviários, Transportes de Cargas Secas, Liquidas Em Geral, Limpeza Urbana Pública E Privada e das Categorias Diferenciadas Do Litoral Norte De São Paulo**, inscrito no **CNPJ: 67.658.443/0001-45** por seu presidente, e com estrita observação do previsto no Estatuto Social da Entidade (no **parágrafo 5º do art.13**), convoca todos os Trabalhadores empregados, nas empresas do setor de **LIMPEZA URBANA PÚBLICA E PRIVADA, COLETA DE LIXO RESIDENCIAL E INDUSTRIAIS** na função de motorista, representadas pelo Sindicato patronal (**SELUR** - **Sindicato Das Empresas De Limpeza Urbana No Estado de São Paulo** nos municípios de **Caraguatatuba, São Sebastião, Ilhabela e Ubatuba**), representados por esta entidade para participarem das Assembleias Gerais Extraordinárias, a serem realizadas nas seguintes datas, locais e horários:

Data	Empresa	Horário	Endereço
05/04	SS Ambiental	05h00min	Av. Eng. Remo Correa da Silva, 1745, Anexo 1, Topolandia, São Sebastião/SP
05/04	Peralta Ambiental	07h30min	Av. Coronel Jose Vicente de Faria, 44 Ilhabela/SP
07/04	Fortnorte	05h00min	R. Armando Mossabein, 268, Jaraguazinho, Caraguatatuba/SP
08/04	Sanepav S. Amb.	05h00min	Rod. Oswaldo Cruz 1222, Ubatuba/SP

As Assembleias serão realizadas, com as seguintes ordens do dia, na forma do **parágrafo 4º item A e D** do estatuto social: **a)** Discussão e votação das Pautas de Reivindicações a serem entregues às empresas e ao Sindicato Patronal, com data base **1º de maio**; **b)** Autorização para a diretoria do Sindicato, encetar negociações, formalizar acordos ou convenções coletivas de trabalho e Termos Aditivos com as empresas ou Sindicato Patronal, e na impossibilidade de Acordo, interpor Dissídio Coletivo e decretação de greve; **c)** Decretação de Assembleia permanente enquanto perdurarem as negociações salariais; **d)** Discussão e votação sobre a cobrança de Custeio Sindical, Contribuição Solidária, Contribuição Sindical. **e)** Discussão e votação para tornar os benefícios dos acordos e convenções coletivas a serem firmados, aplicáveis somente aos trabalhadores contribuintes ao Sindicato. **f)** Declarar o Sindicato dos Motoristas, Trabalhadores Nas Empresas de Transportes de Passageiros Urbanos, Metropolitano, Rodoviários, Transportes de Cargas Secas, Liquidas Em Geral, Limpeza Urbana Pública E Privada e das Categorias Diferenciadas Do Litoral Norte De São Paulo com o único representante das categorias mencionada do escopo deste edital; **g)** Demais assuntos pertinentes às negociações coletivas. Caraguatatuba, 27 de maço de 2023. **Francisco Israel - Presidente**

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.

CNPJ/MF nº 03.014.553/0001-91 – NIRE 35.300.159.845

Proposta da Administração – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – 2023

Aos **Acionistas da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.** Prezados Senhores, A Administração da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Companhia"), submete à apreciação de seus acionistas, para aprovação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em **27 de abril de 2023, às 10h00**, as propostas descritas a seguir: **Assembleia Geral Ordinária:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas na Companhia, acompanhadas do Relatório da Auditoria Externa Independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) Deliberar sobre a Destinação do Resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) Deliberar a proposta de Orçamento de Capital para o ano de 2023, para fins do Artigo 196 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."); (iv) Reeleger os membros do Conselho de Administração da Companhia para o biênio 2023/2025; e (v) Deliberar a manutenção do funcionamento do Conselho Fiscal da Companhia e reeleger seus membros para o exercício de 2023 e fixar sua remuneração. **Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Fixar a Remuneração Global dos administradores da Companhia para o exercício de 2023; e (ii) Deliberar sobre o grupamento de ações da Companhia e a consequente alteração e consolidação do Estatuto Social para refletir a quantidade total de ações ordinária da Companhia. **Informações Gerais:** • Poderá participar da Assembleia o acionista da Companhia, diretamente ou por meio de seus procuradores devidamente constituídos, desde que as ações detidas estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Banco Itaú S.A., consoante dispõe o Artigo 126 da Lei das S.A.. • Os acionistas, por si ou por seus representantes, deverão se apresentar no local de realização da Assembleia com antecedência ao horário de início indicado no Edital de Convocação, portando comprovante atualizado da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia no período de 5 (cinco) dias corridos antecedentes à realização da Assembleia, bem como, os seguintes documentos: **(i) Pessoas Físicas:** documento de identificação com foto; **(ii) Pessoas Jurídicas:** cópia autenticada do último Estatuto ou Contrato Social consolidado, da documentação societária que outorgue poderes de representação (ata de eleição dos diretores/procuração) e documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); **(iii) Fundos de Investimento:** cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do Estatuto ou Contrato Social do seu administrador/gestor, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração) e documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). • No caso de representação do acionista por procurador, este deverá apresentar-se no local de realização da Assembleia com antecedência ao horário de início indicado no Edital de Convocação, portando documento de identificação com foto e instrumento de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia, outorgados nos termos do art. 126 da Lei das S.A., devendo referido instrumento de mandato ter o reconhecimento de firma do acionista. • Os acionistas encontrarão ainda as instruções para outorga de procuração na Proposta da Administração, no Formulário de Referência e no Manual para Participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 2023, que está disponível na página de Relações com Investidores da Companhia (www.triunfo.com/ri), na página da CVM (www.cvm.gov.br) e na página da B3 (www.b3.com.br). • Solicita-se que os documentos necessários à participação dos acionistas na Assembleia, mencionados acima, sejam preferencialmente depositados na sede da Companhia, localizada na Rua Olimpíadas, 205, cj. 143, Vila Olímpia, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 04551-000, aos cuidados do Departamento Jurídico, com antecedência mínima de 03 (três) dias corridos, nos termos do Art. 24 do Estatuto Social da Companhia. • O acionista que desejar poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação a distância, nos termos da Instrução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("ICVM 81"), enviando o correspondente boletim de voto a distância conforme as orientações constantes no Manual para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. • Permanecem à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na página de Relações com Investidores da Companhia (www.triunfo.com/ri); na página da CVM (www.cvm.gov.br) e na página da B3 (www.b3.com.br) toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, incluindo o Boletim de Voto a Distância e as orientações para seu preenchimento e envio, nos termos do Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e Artigo 7º da ICVM 81, e demais disposições da legislação aplicável. São Paulo, 27 de março de 2023. **João Villar Garcia** – *Presidente do Conselho de Administração.* (27, 28 e 29/03/2023)

Juros reais caem, mas dão pouco alívio para atividade econômica

Taxa descontada a inflação recuou de 7,7% no fim de 2022 para cerca de 7% ao ano nesta semana

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO A taxa real de juros, que é a diferença entre as expectativas para a taxa básica e as projeções de inflação, caiu nos últimos meses, mas continua em níveis historicamente elevados e exercendo forte pressão sobre a atividade econômica.

O juro real recuou do patamar de 7,7% ao ano no final de 2022 para cerca de 7% nesta semana, segundo o economista Sérgio Goldenstein, estrategista-chefe da administradora, corretora e gestora Warren Rena. Patamar bem superior à taxa considerada "neutra" pelo Banco Central (4% ao ano), aquela que em tese não estimula nem contrai a demanda.

O movimento reflete, principalmente, a queda na expectativa para os juros no prazo de 12 meses. Em dezembro, as taxas negociadas no mercado embutiam a possibilidade de aumento da taxa básica para além dos atuais 13,75% ao ano. Agora, a expectativa é de queda para algo próximo de 12% até o final deste ano.

Um cálculo do Santander que considera a diferença entre as taxas de juros real e neutra para um período de 18 meses à frente, que abrange o efeito máximo do impacto na economia dos juros definidos pelo BC, mostra um recuo de 4,6% em outubro de 2022—maior valor da série iniciada em 2000—para 4% em março de 2023, menor valor em oito meses, mas ainda próximo das máximas históricas.

Valores acima desse patamar só foram alcançados anteriormente nos momentos de forte aperto monetário de 2003, no primeiro governo Lula, e em 2016, nos governos Dilma Rousseff e Michel Temer.

A taxa para o período de 18 meses à frente em termos reais chegou a 9,1% em outubro e está em 8,8% agora. Ela chegou a 18% em 2005, no primeiro governo Lula, quando o BC ainda não tinha autonomia formal. "O juro real continua em patamar significativamente contracionista. Essa queda é algo que não colabora muito em termos de efeito sobre a atividade", afirma Goldenstein, da Warren Rena.

"E a gente está olhando só a taxa de curto prazo. Quando se olha o restante da curva [de juros], as condições financeiras continuam muito apertadas. Há um prêmio muito elevado que decorre de uma combinação de fatores: incerteza fiscal, risco de alteração na meta de inflação, medo de um Banco Central mais leniente a partir de 2025", diz o economista, se referindo ao fim do mandato de Roberto Campos Neto à frente do BC.

Goldenstein afirma que os mercados de capitais e de crédito sofreram com o evento que levou à recuperação judicial das Americanas, o que também tornou mais caro a tomada de crédito para as empresas. Ele espera uma redução da Selic para 11% até o final do ano, projeção mais otimista que a média do mercado. Esse cenário considera a apresentação de uma nova regra fiscal que seja rigoroso no controle das despesas e a redução da pressão sobre o BC por um corte de juros.

Carla Argenta, economista-chefe da CM Capital, também afirma que a taxa real continua em níveis extremamente elevados, mas diz que uma queda mais rápida dos juros depende de uma queda da inflação mais consistente e duradoura no Brasil e do cenário internacional.

Para ela, os juros elevados já contribuem para frear a inflação, principalmente de produtos industrializados de alto valor, como automóveis e eletrodomésticos, que dependem de crédito. Há dúvidas, no entanto, sobre o efeito dos gastos do governo sobre a demanda nos próximos anos.

"Os próximos dados que vão ser divulgados em termos de inflação tendem a ser mais positivos, porque o processo de desinflação está em curso. Mas é um processo que acontece a passos lentos e às vezes tem repiques", afirma Argenta.

Para medir o efeito da política monetária sobre a economia, os economistas utilizam a taxa real de juros ex-ante, "olhando para a frente", o que reflete melhor o custo de tomar um crédito, por exemplo. Outra forma de calcular a taxa real é "olhando para trás" (ex-post), pela diferença dos juros e da inflação nos últimos meses, dado que é mais utilizado na avaliação de investimentos já realizados.

Levantamento do Portal MoneYou e da Infinity Asset Management, divulgado no dia da reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central da última quarta (22), mostrou queda na taxa real de juros, considerando o período de 12 meses à frente, de 8,16% em dezembro para 6,94% em março.

Ainda assim, o país continua com a maior taxa real do mundo, acima dos 6,05% do México, segundo colocado no ranking com 40 economias. De acordo com os responsáveis pelo ranking, desde a reunião do Copom do final de janeiro, 55% desses países elevaram suas taxas de juros, 42,5% mantiveram e 2,5% cortaram.

Taxa que mede efeito do juro na economia segue elevada

Em % ao ano

Fonte: Santander

GLOSSÁRIO

Taxa real ex-ante Calculada com base nas projeções para juros e inflação. É a mais relevante para a política monetária, pois influencia decisões de investimento e consumo

Taxa real ex-post Calculada com base nos juros e inflação nos últimos 12 meses, por exemplo. Serve para avaliar um investimento já realizado

Taxa neutra Aquela que mantém a inflação na meta e o crescimento do PIB igual ao seu potencial

Taxa real efetiva Diferença entre a taxa real e a taxa neutra. Quando a taxa de juros real efetiva está positiva (acima da neutra), a política monetária contém a atividade econômica e contribui para a redução da inflação

CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 73.178.600/0001-18 - NIRE 35.300.137.728 | Código CVM n.º 14460

AVISO AOS ACIONISTAS

CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES ("Companhia"), em atendimento ao disposto no art. 133 da Lei 6.404/76, comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada, em primeira convocação, no dia 27 de abril de 2023, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital, encontram-se à disposição na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rócio, 109 – 2º andar – Sala 01 – Parte – CEP: 04552-000, bem como no site da Companhia (https://ri.cyrela.com.br/), e foram enviados à Comissão de Valores Mobiliários – CVM (https://www.gov.br/cvm) e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), na forma da legislação aplicável. Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia. São Paulo, 27 de março de 2023.

Elie Horn - Rogério Frota Melzi - Copresidentes do Conselho de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230401

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230401 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Equipamento Médico Hospitalar, conforme especificações contidos no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 4012023, até o dia 12/04/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Março de 2023. MARCOS ANTÔNIO FROTA RIBEIRO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230375

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230375 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3752023, até o dia 12/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Março de 2023. MARCOS ANTÔNIO FROTA RIBEIRO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230132

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230132 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 1322023, até o dia 12/04/2023, às 8h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Março de 2023. RAIMUNDO LIMA DE SOUZA - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220924

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20220924, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais Serviços horas/ano de médico psiquiatra. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 9242022, até o dia 11/04/2023, às 9h30min (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 22 de Março de 2023. ROBINSON DE BORBA E VELOSO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230257

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230257 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material Médico Hospitalar com equipamento em comodato, conforme especificações contidos no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2572023, até o dia 11/04/2023, às 8h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 22 de Março de 2023. FRANCISCO CLÁUDIO REIS DA SILVA - PREGOEIRO

ROSSI RESIDENCIAL S.A. – Em Recuperação Judicial

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 61.065.751/0001-80 - NIRE 35.300.108.078 - Código CVM nº 01630-6

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 27 de abril de 2023

O Conselho de Administração da Rossi Residencial S.A. – Em Recuperação Judicial, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Henri Dunant, 873, 6º andar, conjuntos 601 a 605 – Santo Amaro, CEP 04709-111, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.108.078, inscrita no CNPJ sob nº 61.065.751/0001-80 ("Companhia"), vem pelo presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e dos artigos 4º, 5º e 6º da Resolução CVM nº 81/2022 ("Resolução 81"), convocar os senhores Acionistas para reunirem-se em **Assembleia Geral Ordinária** ("Assembleia Geral") **a ser realizada às 15h do dia 27 de abril de 2023, de modo exclusivamente digital, por meio da Plataforma Digital a ser disponibilizada pela Companhia**, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **a.** deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório anual dos auditores independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro 2022; **b.** tomar as contas dos administradores consubstanciadas no relatório da administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; **c.** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2022; **d.** deliberar sobre a fixação do número de membros do conselho de administração da Companhia; **e.** deliberar sobre a eleição dos membros do conselho de administração da Companhia; **f.** deliberar sobre a qualificação dos membros independentes do conselho de administração, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3; **g.** deliberar sobre a fixação do número de membros do conselho fiscal da Companhia; **h.** deliberar sobre a eleição dos membros do conselho fiscal da Companhia; e **i.** deliberar sobre a fixação da remuneração global a ser paga aos administradores da Companhia no exercício de 2023. Nos termos do art. 126, da Lei das S.A., para participar da Assembleia Geral os acionistas deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos: (a) documento de identidade (RG, CNH, passaporte ou expedidas por conselhos de classe), desde que contenham foto de seu titular; (b) comprovante atualizado da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia; (c) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato expedido pela Central Depositária de Ativos da B3, ou pelos agentes de custódia, contendo a respectiva participação acionária; e (d) na hipótese de representação do acionista, original ou cópia autenticada de procuração com firma reconhecida, ou assinada digitalmente, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, devidamente regularizada na forma da lei. O representante da acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia autenticada ou certidão emitida pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso, dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) do contrato ou estatuto social; e (b) do ato societário de eleição do administrador que (b.i) participar da Assembleia Geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia Geral caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos referidos documentos societários acima mencionados, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem ter reconhecimento das assinaturas por Tabelião ou Notário Público, legalizados em Consulado Brasileiro, caso o país no qual o documento foi firmado seja signatário da Convenção de Viena, apostilados, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. Para fins de melhor organização da Assembleia Geral, a Companhia, nos termos do § 3.º do artigo 11 do estatuto social, recomenda o depósito na sede social, via correio ou endereço eletrônico com solicitação de confirmação de recebimento, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas contadas da data da realização da Assembleia Geral, dos documentos acima referidos. Ressalta-se que **é facultado aos Acionistas participar da Assembleia Geral via boletim de voto a distância**. Neste caso, até o dia 20 de abril de 2023 (inclusive), o acionista deverá transmitir instruções de preenchimento, enviando o respectivo boletim de voto a distância: (a) ao escriturador das ações de emissão da Companhia; (b) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou (c) diretamente à Companhia. Para informações adicionais, o acionista deve observar as regras previstas na Resolução 81/2022 e os procedimentos descritos no boletim de voto à distância disponibilizado pela Companhia. A **participação dos Acionistas se dará via Plataforma Digital**, por si ou por procurador devidamente constituído, ainda que não realizem o depósito prévio dos documentos, bastando apresentarem tais documentos na abertura da Assembleia Geral, conforme o disposto no § 2.º do artigo 6º da Resolução 81/2022. Neste caso, o Acionista poderá simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o boletim de voto à distância, observando-se que, caso já tenha enviado o Boletim e deseje votar na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. Os Acionistas deverão enviar a solicitação do link para o e-mail ri@rossiresidencial.com.br, com aviso de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 3 dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 24 de abril de 2023. Nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução 81/2022, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral e sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação na Assembleia, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital, encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia e nas páginas eletrônicas da Companhia (http://ri.rossiresidencial.com.br), da B3 (http://www.b3.com.br) e da CVM (http://www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores, em conformidade com as disposições da Lei das S.A. e da regulamentação aplicável. São Paulo, 27 de março de 2023.

João Paulo Franco Rossi Cuppoloni - Presidente do Conselho de Administração.

EDITAL

CONFORME ESTABELECE O ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO METRÔ DE SÃO PAULO-AAPM, INFORMAMOS QUE ESTÃO ABERTAS AS INSCRIÇÕES DE CHAPAS (LEMBRAMOS A TODOS QUE É DE CARÁTER VOLUNTÁRIO OS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS PELOS ELEITOS), PARA CONCORRER ÀS ELEIÇÕES DA NOVA DIRETORIA EXECUTIVA E DO CONSELHO FISCAL DA ENTIDADE PARA O TRIÊNIO 2024/2026. O PRAZO PARA AS INCRIÇÕES DAS CHAPAS SERÁ DE 05 DE ABRIL A 25 DE ABRIL DE 2023. AS INSCRIÇÕES DAS CHAPAS DEVERÃO SER FEITAS NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO, SITA NA RUA CEL. PEDRO DIAS DE CAMPOS, N.1105, VILA MATILDE, SÃO PAULO, SP, DAS 09:00 ÀS 12:00 E DAS 13:00 ÀS 17:00 HORAS, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA. INFORMAMOS QUE AS ELEIÇÕES SERÃO REALIZADAS VIA CORRESPONDÊNCIA E URNA FIXA NA SEDE DA AAPM. DARCIO FERREIRA PEREZ, PRESIDENTE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E NOTIFICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DE IMÓVEL NA COMARCA DE OLÍMPIA ESTADO DE SÃO PAULO

LM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇOES S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 07.778.268/0001-06, sediada na Rua 82, nº52, Sala 03, Edifício Wanderley Feres, Setor Central, Goiânia, Goiás, CEP. 74.015-095, CONVOCA todos os proprietários de unidades existentes no Condomínio Thermas de Olímpia Resorts, situado à Al. dos Maracas, 7, Olímpia/SP, para comparecerem aos CARTÓRIOS de OFÍCIO DE NOTAS da COMARCA DE OLÍMPIA – SP, situado na Rua 9 de Julho, nº 1053 - Centro Olímpia/SP, ficando NOTIFICADOS de que já estão habilitados a receberem as escrituras dos respectivos imóveis relacionados ao Condomínio Thermas de Olímpia Resort, apresentando na oportunidade dos documentos pessoais, contrato e quitação do contrato, ou cessão de direitos com anuência da incorporadora, todos relacionados nos termos da Lei de Registros Públicos, Lei nº 6.015/1973. Ficam ainda NOTIFICADOS de que todos os impostos taxas e emolumentos relativos à escritura correm por conta dos adquirentes.

Olímpia, SP, 27 de janeiro de 2023.

LM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇOES S/A.

Academia Brasileira de Ciências Sociais e Políticas

CNPJ/MF sob o nº 43.810.142/0001-27

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

A **Academia Brasileira de Ciências Sociais e Políticas,** convoca todos os membros, Associados e Público interessado para participarem da Assembleia Geral Extraordinária para **Deliberação da Extinção e do Encerramento das Atividades**, **que se realizará no dia 18/04/2023, às 18h em primeira convocação e às 18h30 em Segunda Convocação**, nos termos do estatuto em vigor a ser realizado de forma híbrida, na modalidade presencial no seguinte endereço: Avenida Senador Casemiro da Rocha, 739, Mirandópolis, São Paulo/SP e na modalidade videoconferência, conforme autorização legal prevista no artigo 5º da Lei 14.010/2020 no seguinte link: meet.google.com/tbg-ksaw-kqq. Eventual dificuldade de conexão no momento da Assembleia entrar em contato pelo Tel/Whatsapp: (11) 3042-3322. São Paulo, 27 de Março de 2023. **Tarcisio D'Aquino e Baroni Santos - Presidente.**

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230306

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20230306 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Insumos de Laboratório. MOTIVO: Falha na Publicação do Aviso de Licitação no DOU. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3062023, até o dia 11/04/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 22 de Março de 2023. MARCOS ANTÔNIO FROTA RIBEIRO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230385

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230385 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Equipamento hospitalar, conforme especificações contidos no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3852023, até o dia 11/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 22 de Março de 2023. DORISLEIDE CANDIDO DE SOUSA - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230044

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20230044, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Medicamentos (Mandado Judicial). MOTIVO: Falha na Publicação do Aviso de Licitação no DOU. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 442023, até o dia 12/04/2023, às 9h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Março de 2023. RAIMUNDO LIMA DE SOUZA - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220575

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20220575, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais Serviços de em horas/ano, na Áreas de Terapeuta Ocupacional. MOTIVO: Falha na Publicação do Aviso de Licitação no DOU. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 5752022, até o dia 11/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 21 de Março de 2023. MARCOS ANTÔNIO FROTA RIBEIRO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230390

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230390 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Equipamento Hospitalar, conforme especificações contidos no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3902023, até o dia 11/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 22 de Março de 2023. MARCOS ALEXANDRINO ALVES GONDIM - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220673

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220673, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuros e eventuais serviços em horas/ano de profissionais de saúde na categoria médico endoscopia digestiva, para atender as necessidades da Rede SESA, conforme especificações contidos no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 6732022, até o dia 11/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Março de 2023. ALEXANDRE FONTENELE BIZERRIL - PREGOEIRO

mercado

UE flexibiliza proibição de motores a combustão após pressão alemã

Daniel Aronssohn

BRUXELAS | AFP A Comissão Europeia e a Alemanha anunciaram no sábado (25) um acordo para desbloquear um texto-chave do plano climático europeu sobre emissões de CO_2, graças à flexibilização da proibição de motores à combustão a partir de 2035.

A Alemanha surpreendeu seus parceiros europeus no início de março ao bloquear, no último minuto, um texto que determinava a redução a zero das emissões de CO_2 dos veículos novos.

O texto, aprovado pelo Parlamento Europeu em fevereiro, impunha a motorização 100% elétrica para carros novos vendidos a partir de 2035 no bloco.

Após travar a medida, Berlim pediu à Comissão uma proposta para abrir caminho para veículos movidos a combustíveis sintéticos. Essa tecnologia, ainda em desenvolvimento, consistiria na produção de combustível a partir do CO_2 procedente de atividades industriais utilizando eletricidade de baixo carbono.

Os combustíveis sintéticos são questionados por ONGs ambientalistas que os consideram caros, grandes consumidores de energia elétrica para sua produção e poluentes, por não eliminarem as emissões de óxido de nitrogênio (NOx).

Muitos especialistas duvidam que essa solução possa prevalecer no mercado frente aos carros elétricos, cujo preço deve cair nos anos seguintes. O setor investe maciçamente na transição para os motores movidos a energia elétrica.

A virada de Berlim deveu-se a uma iniciativa dos liberais do FDP, um pequeno partido que perdeu cinco eleições regionais consecutivas. O FDP busca confrontar os ambientalistas, apresentando-se como o defensor do automóvel.

A presidência sueca da UE indicou que o novo regulamento sobre as emissões de CO_2 dos automóveis será submetido aos embaixadores dos 27 países do bloco nesta segunda-feira, em Bruxelas, para que o texto seja aprovado em definitivo numa reunião de ministros da Energia na terça-feira.

AVISO DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Pregão Eletrônico nº 1321127-08/2023
Processo SEI 1320.01.0119023/2021-84.
A Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, por intermédio da Superintendência de Gestão/Diretoria de Compras, torna pública a Licitação do Pregão Eletrônico nº 1321127-08/2023, que tem por objeto a prestação de serviços de instalação, manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar-condicionado e climatizadores evaporativos industriais, incluindo a substituição de peças. A sessão pública terá início no dia 12/4/2023, às 10h30. A cópia do Edital poderá ser obtida no site **www.compras.mg.gov.br**. Belo Horizonte, 23 de março de 2023. Laise Sofia de Macedo Rodrigues -

MINAS GERAIS

Casa da Cultura Francesa – Aliança Francesa

CNPJ 61.340.865/0001-91

Edital de Convocação de Assembléia Geral Extraordinária

São convocados os Senhores membros a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 11 de abril de 2023, terça-feira, às 18h00 em primeira convocação, na rua General Jardim, nº 182, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia :

1. Eleição de três membros do Conselho Deliberativo com mandato até o final do mandato do antecessor em 15 de abril de 2024

No caso de não haver presença de um quarto dos membros, a Assembleia será instalada com qualquer número, às 18h30, em conformidade com o artigo 17 dos estatutos.

São Paulo, 27 de março de 2023

Renato Janine Ribeiro – Presidente do Conselho Deliberativo

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL - RJ

AVISO

PROCESSO SEI-270057/001032/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/23
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS MEDICO CIRURGICO Etapa:3.2
DATA DE ABERTURA: 10/04/2023, às 09h
DATA ETAPA DE LANCES: 10/04/2023, às 09h30min

O Edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites: **www.compras.rj.gov.br** ou **www.cbmerj.rj.gov.br/licitacoes**, podendo ser retirados, de forma impressa, na Coordenação de Licitações e Contratos/DGAF/SEDEC, sito à Praça da República, 45 – Centro – RJ, de 2ª a 5ª feira, das 08:00 às 17:00 horas, e 6ª feira, das 08:00 às 12:00 horas. Informações pelos Tels. (21) 2333-3085 ou pelo e-mails: **pregaoeletronico@cbmerj.rj.gov.br** ou **licita.sedec@gmail.com**.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, o diretor da FEDERAÇÃO DOS TRAB NA MOV DE MERC EM GERAL, AUX NA ADM DO COM DE C. EM G E AUX NA ADM DE ARM G. DO EST. DE SÃO PAULO, inscrita no CNPJ nº 66.051.202/0001-70, com Registro Sindical nº 24000003876/91, em conjunto com o SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS, CARGAS SECAS E MOLHADAS E PRODUTOS EM GERAL DE SOROCABA E REGIÃO, registrado no MTE, processo nº 46000000184/96, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo estatuto social e legislação vigente, com o objetivo de dar cumprimento ao art. 8º, III e VI da CF/88 e Art. 612 da CLT, convoca todos os empregados e trabalhadores integrantes da categoria, sindicalizados ou não, das cidades de Alumínio, Angatuba, Apiaí, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Barão de Antonina, Barra do Turvo, Buri, Cabreúva, Cajati, Capão Bonito, Capela do Alto, Coronel Macedo, Eldorado, Fartura, Guapiara, Guareí, Ibiúna, Iperó, Iporanga, Itaberá, Itaí, Itapetininga, Itapeva, Itaporanga, Itararé, Itu, Jacupiranga, Juquiá, Mairinque, Miracatu, Paranapanema, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Piedade, Pilar do Sul, Registro, Ribeira, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Riversul, Salto, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, São Roque, Sarapuí, Sarutaiá, Sete Barras, Sorocaba, Taguaí, Tapiraí, Taquarituba, Taquarivaí, Tatuí, Tejupá, Timburi e Votorantim. Para assembleia que será realizada no dia 3 de Abril de 2023, de forma itinerante nas empresas, e presencial na sede e subsedes do Sindicato nos seguintes endereços: R Humberto Notari, 364, J. Gonçalves, Sorocaba/SP; R. Thomaz Natali, 239, centro, Mairinque/SP; R. Ver. Elias Sallum, 330, Jd. Palmira, Tatuí/SP. Com início às 8hr00min em primeira convocação, ou às 9hr00min em segunda e última convocação, com encerramento às 15hrs. Para votarem os seguintes itens da ordem do dia: **A)** Dar ciência à categoria da proposta da entidade patronal das empresas de logística interna de reajuste salarial e manutenção das cláusulas da CCT anterior. Analisar as propostas das empresas Toyota, Bunge Alimentos, Comnan, Dsm e Ceagesp, armazéns gerais e outras setenta e quatro empresas. **B)** Outorga de poderes para a diretoria do Sindicato em conjunto com a Federação para negociação coletiva com os Sindicatos Patronais e com as Empresas; celebrar Convenção Coletiva ou Acordo Coletivo de Trabalho com os sindicatos patronais e as Empresas em Mov. de Merc.; **C)** Elaboração e aprovação da pauta de reivindicação a ser encaminhada ao setor Patronal para a Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2024; **D)** Autorização da categoria para ajuizar Dissídio Coletivo de Natureza Econômica e Jurídica, requerer a extensão da Convenção Coletiva com as entidades patronais, nos termos da legislação, propor Ação Civil Pública e demais ações que se fizerem necessárias, em relação às entidades patronais que se recusarem a negociação coletiva, firmar Acordo judicial ou extrajudicial; **E)** Deliberar sobre a instituição da cota de custeio da negociação coletiva, a ser descontada em folha de pagamento ou não, dos trabalhadores; **F)** Dar ciência aos trabalhadores sobre o posicionamento dos sindicatos do comércio atacadista e varejista de gêneros alimentícios em relação ao piso salarial e reajuste. Não poderão participar da AGE pessoas que não sejam integrantes da categoria em cumprimento ao Art. 525 da CLT e Art. 18 do CPC. Sorocaba, 24 de Março 2.023. **Alfredo Ferreira de Souza** - Diretor Presidente.

AVISO DE VENDA

Edital de Leilão Público nº 3051/0223-CPA/RE - 1º Leilão e nº 3052/0223-CPA/RE - 2º Leilão

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (is) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 20/03/2023 até 23/04/2023, no primeiro leilão, e de 03/05/2023 até 08/05/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório do leiloeiro Sr. FABIO GONCALVES BARBOSA, Rua Duque de Caxias, 280, Centro, Araruna/PR - CEP 87260-000, Fones 0800-707-9339/0800-707-9272 e atendimento de segunda a sexta das 8h às 18h, site: www.fabiobarbosaleiloes.com.br. O Edital estará disponível também no site: www.caixa.gov.br/imoveiscaixa. O 1º Leilão realizar-se-á no dia 24/04/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2º Leilão no dia 09/05/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro www.fabiobarbosaleiloes.com.br.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

O medo das Inteligências Artificiais

Historiador propõe que instituições evoluam para frear e depois governar IAs

Ronaldo Lemos

Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro

No universo ficcional dos livros Duna, é curioso notar que não existe inteligência artificial. Apesar do enredo se passar em um futuro muito distante, em que a humanidade ocupou todo o universo, nenhuma inteligência artificial está em vista. No futuro longínquo de Duna, a humanidade já criou sim inteligências artificiais. Mas elas foram tão perigosas e destrutivas que foram totalmente banidas nesse tempo distante.

Na última semana, o historiador Yuval Harari e o designer Tristan Harris publicaram um artigo sobre inteligência artificial que evoca sentimentos parecidos com o da saga Duna. Na visão deles, a inteligência artificial que está sendo massificada agora, na forma de produtos como o ChatGPT, MidJourney e outros, é uma força "alienígena" que está sendo invocada, sem que sejamos sequer capazes de entender como ela funciona.

A habilidade principal dessas inteligências artificiais é nada menos do que hackear o pilar da civilização: a linguagem. É pela linguagem que nos relacionamos uns com os outros, que construímos instituições, desenvolvemos leis e cultura, declaramos e encerramos guerras, e coordenamos a ação de indivíduos e de grupos. Pois bem, agora existe entre nós uma máquina com potencial de dominar a linguagem melhor do que qualquer pessoa jamais poderia ambicionar.

Na visão de Harari, ao permitir que as inteligências artificiais conversem e aprendam conosco, estamos entregando a chave do processo civilizacional para a máquina. Vale notar que a definição mais aceita de inteligência artificial é de que elas são "agentes inteligentes, que percebem seu meio-ambiente e tomam decisões que maximizam sua chance de sucesso". A palavra mais importante na definição é o termo "agentes", isto é, ferramentas que deveriam agir no nosso interesse.

Mas e se esses agentes começarem a agir em detrimento dos nossos interesses? Nas palavras de Harari: "a democracia, por exemplo, é uma conversa. Conversas são feitas por linguagem. Quando a linguagem é em si hackeada, a conversa desaba, a democracia se torna insustentável. Se esperarmos pelo caos para a agir, será tarde demais para remediar".

É fato que estamos permitindo que as inteligências artificiais capazes de conversar conosco se tornem acessíveis para centenas de milhões de pessoas sem uma reflexão mais profunda sobre seu impacto. E mais importante, sem a construção de salvaguardas que possam mitigar seus efeitos, muitos deles imprevisíveis.

O texto de Harari está circulando rápido por conta do seu alarmismo. Mas há um outro texto mais interessante e analítico que vale a pena ser lido. Seu autor é o matemático e cientista da computação Stephen Wolfram. Seu título pergunta: "As IAs tomarão todos nossos trabalhos e encerrarão a história da humanidade?". Wolfram dá a seguinte resposta: "É complicado". No texto ele mostra que não dá mais para achar que haverá atividades humanas que não poderão ser replicadas ou substituídas por uma inteligência artificial.

Em face disso, Harari propõe que as instituições evoluam rapidamente para frear e depois governar as inteligências artificiais. Wolfram propõe que nosso desafio é disseminar o pensamento computacional, para que possamos compreendê-las e atuar sobre elas. A verdade é que temos um problema novo, que ainda está em busca de resposta.

READER

Já era – não haver leis sobre internet

Já é – a onda de propostas legais para regular as plataformas da internet

Já vem – a onda de propostas legais para tentar regular a inteligência artificial

Fintech N26 começa a chamar clientes na fila

Proposta é ser uma segunda geração de fintechs, que visa a saúde financeira dos usuários, diz CEO no Brasil

Lucas Bombana

SÃO PAULO Cerca de quatro anos após anunciar o início das operações no Brasil, a fintech de origem alemã N26 finalmente começou a convocar as pessoas que se cadastraram na fila de espera para utilizar os serviços da plataforma digital.

Com cerca de 8 milhões de clientes nos 24 mercados em que atua e com uma avaliação de mercado de aproximadamente US$ 9 bilhões, a N26 traz como proposta para se diferenciar da concorrência o conceito de "fincare", que significa o cuidado com as finanças da sua base de usuários.

CEO da N26 no Brasil, Eduardo Prota afirma que a fintech iniciou as operações no país com duas vertentes principais. Uma é a prestação de serviços bancários tradicionais gratuitos para o dia a dia, como cartão de crédito, débito, Pix e boleto. A outra frente é o apoio à tomada de decisão dos clientes, que têm hoje como principal ferramenta os "spaces", subcontas em que é possível separar o dinheiro depositado, a depender dos diversos objetivos, como pagar contas, planejar uma viagem ou comprar um carro ou uma casa.

O cliente pode criar até 26 subcontas, com os recursos rendendo 100% do CDI independentemente do prazo em que são mantidos. Além disso, a cada R$ 100 gastos com o cartão de crédito, o cliente ganha mais 1% de retorno, com o rendimento podendo chegar a até 200% do índice de referência.

A N26 passou a oferecer também no início do ano um serviço de planejamento financeiro, em que o cliente pode agendar uma conversa de 30 minutos com um especialista da consultoria Serafin.

"As fintechs e os bancos digitais ajudaram muito a melhorar o acesso aos produtos bancários, mas o serviço que te ajuda a tomar as melhores decisões, saber como que faz para organizar o seu mês, não tem muito para o meio da pirâmide. Foi esse o lugar que resolvemos focar", afirma Prota.

"Estamos criando uma segunda geração de fintechs, que tenta construir saúde financeira, que é o que chamamos de fincare, com o 'fin' de finanças e o 'care' de cuidado em inglês", acrescenta o executivo. A fila de espera de interessados em se tornar clientes soma cerca de 400 mil pessoas. Hoje já são algumas centenas de milhares de usuários. A demora entre o anúncio do início das operações no país e a convocação dos primeiros clientes se deveu a mudanças de estratégia.

Os planos são de fazer o negócio no Brasil começar a dar lucro em alguns poucos anos, estratégia que passa pelo início da concessão de empréstimo pessoal.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Guarulhos - Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - Alteração Estatutária - O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Guarulhos - SITIAG, portador do CNPJ/MF nº 49.088.800/0001-03, código sindical nº 915.016.130.86640-8, representante da categoria profissional dos trabalhadores, das indústrias de carnes e derivados; das indústrias de massas alimentícias, biscoitos, cacau, chocolate e balas, doces e conservas alimentícias, congelados, supercongelados, sorvetes concentrados e liofilizados, salgados, temperos, condimentos e especiarias; das indústrias de bebidas em geral, cervejas, refrigerantes, sucos, águas minerais, águas gaseificadas, vinhos, bebidas fermentadas e destiladas, bebidas alcoólicas e não alcoólicas; das indústrias de laticínios e produtos derivados do leite, manteiga, margarina, iogurte, creme de leite, leite em pó, queijo, leite desnatado, soro de leite e gorduras lácteas; das indústrias do trigo, milho, soja, mandioca, aveia, arroz, refinação de sal, azeite e óleos alimentícios e rações balanceadas, imunização e tratamento de frutas; das indústrias de produtos embutidos, enlatados, do frio, resfriados e frigoríficados de origem animal bovina, charque, suína, ave, peixes, crustáceos, coelho, ovos e subprodutos do abate; das indústrias do fumo; das indústrias de alimentos preparados ou semipreparados; das indústrias de torrefação e moagem de café, EXCETO no Município de Mogi das Cruzes, onde representará somente os trabalhadores nas indústrias de carnes e derivados, massas alimentícias, biscoitos, cacau, chocolate e balas, doces e conservas alimentícias, congelados, supercongelados, sorvetes concentrados e liofilizados, salgados, temperos, condimentos e especiarias, cervejas, refrigerantes, sucos, águas minerais, águas gaseificadas, vinhos, bebidas fermentadas e destiladas, bebidas alcoólicas e não alcoólicas, bebidas em geral, laticínios e produtos derivados do leite, manteiga, margarina, iogurte, creme de leite, leite em pó, queijo, leite desnatado, soro de leite e gorduras lácteas, do trigo, milho, soja, mandioca, aveia, arroz, refinação de sal, azeite e óleos alimentícios e rações balanceadas, produtos embutidos, enlatados, do frio, resfriados e frigoríficados de origem animal bovina, charque, suína, ave peixes, crustáceos, coelho, ovos e subprodutos do abate, do fumo e das Indústrias de matéria prima destinada a fabricação de alimentos e nas Agroindústrias e nas Agropecuárias da alimentação; das indústrias de panificação e confeitaria onde SOMENTE, representará os Municípios de Arujá, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mairiporã, Piracaia e Santa Isabel; das indústrias de matéria prima destinada a fabricação de alimentos; e nas Agroindústrias e nas Agropecuárias da alimentação, nos municípios de Arujá, Ferraz de Vasconcelos, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mairiporã, Mogi das Cruzes, Piracaia, Poá, Santa Isabel e Suzano do Estado de São Paulo, vêm através de seu Subscritor, nos termos do art. 236°, da Portaria 671/2021, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, **CONVOCAR**, os trabalhadores associados e não associados, que exercem suas funções nas indústrias de carnes e derivados; nas indústrias de massas alimentícias, biscoitos, cacau, chocolate e balas, doces e conservas alimentícias, congelados, supercongelados, sorvetes concentrados e liofilizados, salgados, temperos, condimentos e especiarias; nas indústrias de bebidas em geral, cervejas, refrigerantes, sucos, águas minerais, águas gaseificadas, vinhos, bebidas fermentadas e destiladas, bebidas alcoólicas e não alcoólicas; nas indústrias de laticínios e produtos derivados do leite, manteiga, margarina, iogurte, creme de leite, leite em pó, queijo, leite desnatado, soro de leite e gorduras lácteas; nas indústrias do trigo, milho, soja, mandioca, aveia, arroz, refinação de sal, azeite e óleos alimentícios e rações balanceadas, imunização e tratamento de frutas; nas indústrias de produtos embutidos, enlatados, do frio, resfriados e frigoríficados de origem animal bovina, charque, suína, ave, peixes, crustáceos, coelho, ovos e subprodutos do abate; os trabalhadores que exerçam as funções de promotoras, demonstradoras, repositoras, não comissionistas, operadores em microcomputadores de informática que trabalhem nas indústrias da alimentação; nas indústrias do fumo; nas indústrias de alimentos preparados ou semipreparados; nas indústrias de torrefação e moagem de café, EXCETO no Município de Mogi das Cruzes; nas indústrias de panificação e confeitaria SOMENTE dos Municípios de Arujá, Bertioga, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mairiporã, Piracaia e Santa Isabel; nas indústrias de matéria prima destinada a fabricação de alimentos; nas Agroindústrias e nas Agropecuárias da alimentação dos Municípios de Arujá, Bertioga, Ferraz de Vasconcelos, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mairiporã, Mogi das Cruzes, Piracaia, Poá, Santa Isabel e Suzano, do Estado de São Paulo; os trabalhadores que exerçam as funções de promotoras, demonstradoras, repositoras, não comissionistas, operadores em microcomputadores de informática que trabalhem nas indústrias da alimentação nos Municípios de Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Itatiba, Jarinu, Joanópolis, Morungaba, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Pinhalzinho, Tuiuti e Vargem, no Estado de São Paulo; os trabalhadores que exercem suas funções nas indústrias de massas alimentícias e biscoitos dos municípios de Borda da Mata, Bom Repouso, Brazópolis, Cachoeira de Minas, Caldas, Camanducaia, Cambuí, Careaçu, Conceição dos Ouros, Congonhal, Córrego do Bom Jesus, Espírito Santo do Dourado, Estiva, Extrema, Heliodora, Ibitiúra de Minas, Inconfidentes, Ipuiúna, Itajubá, Itapeva, Jacutinga, Monte Sião, Munhoz, Natércia, Ouro Fino, Paraisópolis, Poço Fundo, Santa Rita do Sapucaí, São Gonçalo do Sapucaí, São João da Mata, São Sebastião da Bela Vista, Senador Amaral, Senador José Bento e Silvianópolis e Toledo no Estado de Minas Gerais, a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária de Alteração Estatutária, **a realizar-se nos dias 25 e 26 de abril de 2023, conforme cronograma a seguir: no dia 25 de abril de 2023 às 8:00 horas em primeira convocação, na Avenida Presidente Tancredo de Almeida Neves, 108 – Camanducaia/MG** e em segunda e última convocação às 08:30 horas; **no dia 26 de abril de 2023 às 08:00 horas em primeira convocação e as 08:30 e segunda e última convocação, na Rua Arminda de Lima nº 304 – Centro - Guarulhos/SP**, observando o quórum estatutário, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Discussão e deliberação acerca da Alteração Estatutária de extensão da base interestadual e da categoria para representar os trabalhadores da categoria profissional; I - das Indústrias de carnes e derivados; II - das Indústrias de massas Alimentícias, Biscoitos, Cacau, Chocolate e Balas, Doces e Conservas Alimentícias, Congelados, Supercongelados, Sorvetes Concentrados e Liofilizados, salgados, temperos, condimentos e especiarias; III - das Indústrias de bebidas em geral, cervejas, refrigerantes, sucos, águas minerais, águas gaseificadas, vinhos, bebidas fermentadas e destiladas, bebidas alcoólicas e não alcoólicas; IV - das Indústrias de laticínios e produtos derivados do leite, manteiga, margarina, iogurte, creme de leite, leite em pó, queijo, leite desnatado, soro de leite e gorduras lácteas; V - das Indústrias do trigo, milho, soja, mandioca, aveia, arroz, refinação de sal, azeite e óleos alimentícios e rações balanceadas, imunização e tratamento de frutas; VI - das Indústrias de Produtos Embutidos, Enlatados, do Frio, Resfriados e Frigoríficados de Origem Animal Bovina, Charque, Suína, Ave, peixes, crustáceos, coelho, ovos e subprodutos do abate; VII - das indústrias do fumo; VIII – das Indústrias de alimentos preparados ou semipreparados; IX– das Indústrias de torrefação e moagem de café, EXCETO no Município de Mogi das Cruzes, onde representará somente os trabalhadores nas indústrias de carnes e derivados, massas Alimentícias, Biscoitos, Cacau, Chocolate e Balas, Doces e Conservas Alimentícias, Congelados, Supercongelados, Sorvetes Concentrados e Liofilizados, salgados, temperos, condimentos e especiarias, cervejas, refrigerantes, sucos, águas minerais, águas gaseificadas, vinhos, bebidas fermentadas e destiladas, bebidas alcoólicas e não alcoólicas, bebidas em geral, laticínios e produtos derivados do leite, manteiga, margarina, iogurte, creme de leite, leite em pó, queijo, leite desnatado, soro de leite e gorduras lácteas, do trigo, milho, soja, mandioca, aveia, arroz, refinação de sal, azeite e óleos alimentícios e rações balanceadas, Produtos Embutidos, Enlatados, do Frio, Resfriados e Frigoríficados de Origem Animal Bovina, Charque, Suína, Ave peixes, crustáceos, coelho, ovos e subprodutos do abate, do fumo e das Indústrias de matéria prima destinada a fabricação de alimentos e nas Agroindústrias e nas Agropecuárias da alimentação; X – das Indústrias de panificação e confeitaria onde SOMENTE, representará os Municípios de Arujá, Bertioga, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mairiporã, Piracaia e Santa Isabel; XI – das Indústrias de matéria prima destinada a fabricação de alimentos; XII - Nas Agroindústrias e nas Agropecuárias da alimentação; XIII - Os trabalhadores que exerçam as funções de promotoras, demonstradoras, repositoras, não comissionistas, operadores em microcomputadores de informática que trabalhem nas indústrias da alimentação nos Municípios de Atibaia, Arujá, Bertioga, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Ferraz de Vasconcelos, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Itatiba, Jarinu, Joanópolis, Mairiporã, Mogi das Cruzes, Morungaba, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Piracaia, Pinhalzinho, Poá, Santa Isabel, Suzano, Tuiuti e Vargem do Estado de São Paulo; XIV- das indústrias de massas e biscoitos dos municípios de Borda da Mata, Bom Repouso, Brazópolis, Cachoeira de Minas, Caldas, Camanducaia, Cambuí, Careaçu, Conceição dos Ouros, Congonhal, Córrego do Bom Jesus, Espírito Santo do Dourado, Estiva, Extrema, Heliodora, Ibitiúra de Minas, Inconfidentes, Ipuiúna, Itajubá, Itapeva, Jacutinga, Monte Sião, Munhoz, Natércia, Ouro Fino, Paraisópolis, Poço Fundo, Santa Rita do Sapucaí, São Gonçalo do Sapucaí, São João da Mata, São Sebastião da Bela Vista, Senador Amaral, Senador José Bento e Silvianópolis e Toledo no Estado de Minas Gerais, com base territorial interestadual nos Municípios de Atibaia, Arujá, Bertioga, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Ferraz de Vasconcelos, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Itatiba, Jarinu, Joanópolis, Mairiporã, Mogi das Cruzes, Morungaba, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Piracaia, Pinhalzinho, Poá, Santa Isabel, Suzano, Tuiuti e Vargem do Estado de São Paulo e nos Municípios de Borda da Mata, Bom Repouso, Brazópolis, Cachoeira de Minas, Caldas, Camanducaia, Cambuí, Careaçu, Conceição dos Ouros, Congonhal, Córrego do Bom Jesus, Espírito Santo do Dourado, Estiva, Extrema, Heliodora, Ibitiúra de Minas, Inconfidentes, Ipuiúna, Itajubá, Itapeva, Jacutinga, Monte Sião, Munhoz, Natércia, Ouro Fino, Paraisópolis, Poço Fundo, Santa Rita do Sapucaí, São Gonçalo do Sapucaí, São João da Mata, São Sebastião da Bela Vista, Senador Amaral, Senador José Bento e Silvianópolis e Toledo no Estado de Minas Gerais. b) Discussão e Deliberação acerca da alteração do Estatuto Social com a inclusão da extensão da base e da categoria pretendida. Guarulhos/SP, 24 de março de 2023. **Paulo Francisco de Almeida - 066.982.978-10 - Presidente.**

Unimed Guarulhos

A UNIMED GUARULHOS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, situada na Av. Paulo Faccini, 900, com fundos para a Rua Tapajós, n°269 - Jardim Barbosa CEP . 07.111-000- Cidade de Guarulhos, no Estado de São Paulo inscrita no CNPJ sob o n° 74.466.137/0001-72, nos termos do art. 13, parágrafo único, inciso II da Lei n° . 9.656/1998 e da Súmula 28/2015 da ANS, e atendida as recomendações do Código de Defesa do Consumidor, considerando as tentativas frustradas de notificação pessoal, vem por meio desde Edital notificar os benefícios contratantes abaixo identificados pelo número do seu CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) e CNPJ (Cadastro de Pessoa Jurídica), com omissão dos dígitos de verificação, acompanhado do seu número de inscrição como beneficiário desta operadora, para no prazo de 10(dez) dias, a contar desta publicação, para que ligue no telefone(011) 2463-8000, a fim de regularizar as pendências financeiras de seu plano de plano de saúde consequentemente, garantir a manutenção dos serviços contratados. Ressaltamos que após o prazo de 10 dias a contar da publicação deste edital não houver contato dos beneficiários abaixo relacionados, bem como não ocorrer a quitação das pendências financeiras o mesmo acarretará na rescisão contratual, medida prevista na legislação ora referenciada. A Unimed Guarulhos aproveita o ensejo para ressaltar o prazer em tê-lo como cliente, desejando que esta relação permaneça firme e duradoura.

CDCLIENTE	CNPJ_CPF_CONTRATANTE	CIDADE	CV_NRO	CV_CONTRATO_COMERC_PAC
3100000154	06.981.766/0001-XX	ARUJA		400682
3100000154	06.981.766/0001-XX	ARUJA		400682
3000014922	41.231.084/0001-XX	BARUERI		401859
0284.2000.022329-00	433.303.498-XX	GUARULHOS	2000022329	373409
0284.2000.024558-00	495.653.488-XX	GUARULHOS	2000024558	685236
0284.2000.024559-00	000.969.433-XX	GUARULHOS	2000024559	685241
0284.2000.024740-00	500.512.908-XX	GUARULHOS	2000024740	685485
0284.2000.016788-00	284.524.278-XX	GUARULHOS	2000016788	366080
0284.2000.024648-00	414.862.208-XX	GUARULHOS	2000024648	685386
0284.2000.028188-00	287.754.408-XX	GUARULHOS	2000028188	364849
0284.2000.024648-00	414.862.208-XX	GUARULHOS	2000024648	685386
0284.2000.024067-00	318.420.648-XX	GUARULHOS	2000024067	684621
0284.7001.023355-00	433.172.488-XX	GUARULHOS	3000066697	288810
0284.2000.003754-00	230.972.698-XX	GUARULHOS	2000003754	332884
0284.2000.023491-00	377.725.348-XX	GUARULHOS	2000023491	683908
0284.2012.279153-00	123.090.908-XX	GUARULHOS	2000016827	279153
0284.2000.022329-00	433.303.498-XX	GUARULHOS	2000022329	373409
0284.2000.016788-00	284.524.278-XX	GUARULHOS	2000016788	366080
0284.2000.024243-00	030.528.308-XX	GUARULHOS	2000024243	684812
0284.2000.028040-00	467.760.588-XX	GUARULHOS	2000028040	684272
0284.2000.022329-00	433.303.498-XX	GUARULHOS	2000022329	373409
0284.2000.023621-00	341.331.578-XX	GUARULHOS	2000023621	684020
0284.2000.024138-00	354.849.068-XX	GUARULHOS	2000024138	684706
0284.2000.024558-00	495.653.488-XX	GUARULHOS	2000024558	685236
0284.2000.024559-00	000.969.433-XX	GUARULHOS	2000024559	685241
0284.2000.024740-00	500.512.908-XX	GUARULHOS	2000024740	685485
0284.2001.257540-00	488.152.918-XX	GUARULHOS	2000000443	257540
0284.2004.017360-00	139.132.138-XX	GUARULHOS	2000019363	17360
0284.2000.024861-00	912.312.993-XX	GUARULHOS	2000024861	685615
0284.2000.016788-00	284.524.278-XX	GUARULHOS	2000016788	366080
0284.2003.304605-00	095.255.588-XX	GUARULHOS	2000019345	304605
0284.2004.017360-00	139.132.138-XX	GUARULHOS	2000019363	17360
0284.2000.014326-00	284.141.588-XX	GUARULHOS	2000014326	355284
0284.2000.014328-00	284.141.588-XX	GUARULHOS	2000014328	355282
0284.2000.014331-00	284.141.588-XX	GUARULHOS	2000014331	355283
0284.2000.023588-00	090.969.108-XX	GUARULHOS	2000023588	376845
0284.2000.024067-00	318.420.648-XX	GUARULHOS	2000024067	684621
0284.2000.028044-00	487.406.188-XX	GUARULHOS	2000028044	684322
0284.2003.272352-00	139.159.138-XX	GUARULHOS	2000003874	272352
0284.2008.006238-00	400.817.288-XX	GUARULHOS	2000019485	6238
0284.2010.011680-00	196.102.368-XX	GUARULHOS	2000013041	11680
0284.2010.267312-00	066.913.488-XX	GUARULHOS	2000014012	267312
0284.2000.023139-00	390.713.198-XX	GUARULHOS	2000023139	386621
0284.7002.155637-00	184.979.178-XX	GUARULHOS	4000003584	88011
0284.2000.013482-00	061.545.166-XX	GUARULHOS	2000013482	363374
0284.7002.027843-00	458.193.238-XX	GUARULHOS	4000003606	288820
0284.2000.018671-00	710.517.325-XX	GUARULHOS	2000018671	373986
0284.2001.264686-00	009.746.408-XX	GUARULHOS	2000000940	264686
3000008334	24.241.634/0001-XX	GUARULHOS		286463
3000006236	22.020.856/0001-XX	GUARULHOS		79933
3000006327	25.365.846/0001-XX	GUARULHOS		79658
3000010866	19.810.093/0001-XX	GUARULHOS		78069
3100001283	20.181.813/0001-XX	GUARULHOS		402296
3100001326	41.009.165/0001-XX	GUARULHOS		402348
3000010866	19.810.093/0001-XX	GUARULHOS		78069
3000014578	33.137.978/0001-XX	GUARULHOS		189193
3000011582	11.990.621/0001-XX	GUARULHOS		86339
3100002362	32.818.392/0001-XX	GUARULHOS		403767
3100000452	42.017.979/0001-XX	GUARULHOS		401109
3000003291	00.871.538/0001-XX	GUARULHOS		55187
3000006073	24.831.739/0001-XX	GUARULHOS		77130
3000012981	23.323.376/0001-XX	GUARULHOS		92756
3100000761	33.791.239/0001-XX	GUARULHOS		401554
3100000775	35.492.987/0001-XX	GUARULHOS		401547
3100001090	43.075.473/0001-XX	GUARULHOS		402041
3100001120	31.440.356/0001-XX	GUARULHOS		402087
3000003895	07.560.795/0001-XX	GUARULHOS		10000511
3000005720	02.396.116/0001-XX	GUARULHOS		5720
3000006327	25.365.846/0001-XX	GUARULHOS		79658
3000006732	26.439.065/0001-XX	GUARULHOS		77728
3000010729	26.196.567/0001-XX	GUARULHOS		87841
3000010866	19.810.093/0001-XX	GUARULHOS		78069
3000011510	29.934.779/0001-XX	GUARULHOS		77363
3000013152	24.808.692/0001-XX	GUARULHOS		85243
3000013447	33.724.355/0001-XX	GUARULHOS		90295
3000014400	35.970.533/0001-XX	GUARULHOS		190750
3100000579	27.975.707/0001-XX	GUARULHOS		401325
3100001283	20.181.813/0001-XX	GUARULHOS		402296
3100001326	41.009.165/0001-XX	GUARULHOS		402348
3100001545	39.291.849/0001-XX	GUARULHOS		402638
3100002127	34.309.319/0001-XX	GUARULHOS		403402
3100002222	45.362.986/0001-XX	GUARULHOS		403580
3000006073	24.831.739/0001-XX	GUARULHOS		77130
3000006732	26.439.065/0001-XX	GUARULHOS		77728
3000013152	24.808.692/0001-XX	GUARULHOS		85243
3100000273	42.019.461/0001-XX	GUARULHOS		400867
3100002127	34.309.319/0001-XX	GUARULHOS		403402
3000013632	26.382.448/0001-XX	GUARULHOS		187856
3100000222	13.327.147/0001-XX	GUARULHOS		400796
3100000223	39.982.102/0001-XX	GUARULHOS		400799
3100001597	35.346.076/0001-XX	GUARULHOS		402721
0284.2000.021056-00	152.102.128-XX	SAO PAULO	2000021056	374061
3100000146	29.877.162/0001-XX	SAO PAULO		400702
3000013916	05.915.569/0001-XX	SAO PAULO		186996

O historiador e escritor Flávio Gomes Eduardo Anizelli/Folhapress

Flávio Gomes, 59

Doutor em História, é professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e autor de livros como "Histórias Quilombolas"; "A Hidra e os Pântanos"; "Experiências Atlânticas", "Mocambos e Quilombos"; "Negros e Política". Coorganizador do livro "Dicionário da Escravidão e Liberdade" e vencedor do Prêmio Jabuti de não ficção de 2022.

Flávio Gomes

Quilombos precisam ser vistos como questão agrária mais ampla

Para o historiador, reconhecimento dessas comunidades significa sair da dimensão folclórica e repensar a estrutura fundiária do país

COTIDIANO

Tayguara Ribeiro

SÃO PAULO "A questão agrária é um tema do Brasil, concorda? Por que o quilombo não seria um tema do país?" O argumento é levantado pelo historiador Flávio Gomes, professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Segundo ele, o quilombo é tratado, muitas vezes, como se fosse um tema apenas das pessoas negras.

"Talvez o grande desafio seja entender essas formações camponesas quilombolas do interior como uma questão agrária mais ampla, que não é só uma questão dos quilombolas, é uma questão da sociedade brasileira como um todo."

Vencedor do Prêmio Jabuti de não ficção de 2022, Flávio Gomes é um dos principais pesquisadores sobre as comunidades quilombolas do país.

Ele é autor de livros como "Histórias Quilombolas", "Experiências Atlânticas", "Mocambos e Quilombos" e "Negros e Política". Organizou ainda "Dicionário da Escravidão e Liberdade", em parceria com a também historiadora Lilia Moritz Schwarcz.

"O Estado tem dificuldade de reconhecer as questões que atravessam as dimensões raciais. Os quilombolas não são só descendentes de ex-escravizados. Os quilombolas são negros. Eles não são só sem-terra, são negros. Isso gera uma certa dificuldade do Estado, dos governos e da sociedade brasileira."

Há ainda, segundo Gomes, uma ideia naturalizada de que o quilombo é um resto do passado escondido no rincão, onde se professa uma religião folclórica e se bate tambor.

"O reconhecimento dessas comunidades significaria um repensar sobre a estrutura fundiária", diz.

*

Os quilombolas enfrentam dificuldades para obter titulação de terra. Esse é um legado ainda do período escravocrata do Brasil ou há outras questões? É importante, para entender o passado e o presente também, [entender] que o quilombo é uma formação camponesa. Uma coisa em relação ao reconhecimento é identificar o quanto os movimentos sociais foram importantes nessa ampliação do número de comunidades negras rurais quilombolas.

Você tem uma pressão do mundo agrário brasileiro, grandes fazendeiros. Mas não é só do agronegócio. Inclusive, tem partes dos quilombos hoje que estão em terras públicas. O Estado brasileiro teria que ter uma compreensão. O reconhecimento dessas comunidades significaria um repensar sobre a estrutura fundiária.

Então, mesmo o governo Lula lá no início teve dificuldade [para conceder titulação]. A coisa ampliou muito mais no segundo mandato. O Estado tem dificuldade de reconhecer as questões que atravessam as dimensões raciais. Os quilombolas não são só descendentes de ex-escravizados. Os quilombolas são negros. Eles não são só sem-terra, são negros. Isso gera certa dificuldade do Estado, dos governos, e da sociedade brasileira. Há ainda, infelizmente, uma ideia naturalizada de que o quilombo é um resto do passado escondido no rincão, onde se professa uma religião folclórica, bate tambor. Não é isso.

O Brasil nos últimos anos implementou algumas políticas afirmativas visando a população negra. Seria importante pensar ações do gênero especificamente para os quilombolas? Na verdade, existe dificuldade de estabelecer uma política pública que seja universal e, ao mesmo tempo, reconheça as diferenças raciais. É uma dificuldade da sociedade brasileira reconhecer isso.

Existem políticas públicas para comunidades camponesas no Brasil —você tem políticas públicas para crédito agrícola—, mas é fundamental reconhecer que dentro dessa dimensão camponesa, rural, há uma dimensão específica que são as comunidades remanescentes.

> “O som cultural do quilombo não é o som do Olodum. É o som do Pena Branca e Xavantinho. São dois cantores do interior de Minas Gerais, negros [...], de áreas agrárias, rurais
>
> A existência dos quilombos ameaçava a escravidão, como eu avalio que a existência das comunidades hoje rurais coloca em xeque um modelo de capitalismo

Quilombos se formaram apenas a partir de pessoas fugindo da escravidão ou existiu a formação posterior a esse período? É uma definição ampliada [formação dos quilombos pós-período colonial]. A base camponesa significa a capacidade de interação dessas comunidades com o ecossistema. Mesmo durante o tempo da escravidão, os quilombos não eram isolados.

Qual é a imagem do passado e do presente? O quilombo como um lugar muito distante para chegar, escondido, com uma cultura toda própria. Isso, de alguma maneira, folcloriza, estigmatiza essas comunidades. Estudos têm demonstrado que o quilombo e a senzala se conectavam o tempo todo. Qual é a imagem um tanto quanto clássica e estigmatizante? Ou a pessoa fica na senzala ou foge para o quilombo.

A dieta entre quilombolas e pessoas nas senzalas era complementar. Sal se conseguia na senzala. Os quilombolas caçavam. Eles poderiam trocar carne por sal, por exemplo.

Isso é interessante porque, quando acaba a escravidão, essas formações camponesas ampliadas se deslocam. Então, você pode falar de comunidades que se desdobram, repercutem já no período da abolição. Elas são em parte aqueles quilombos históricos do passado e, ao mesmo tempo, uma ampliação dessas trocas camponesas.

A influência que a população negra teve na formação do Brasil é evidente, mas qual o papel específico das comunidades quilombolas? É meio paradoxal. Essas comunidades eram originais do ponto de vista da cultura étnica, cultura religiosa, o trato com território. Ao mesmo tempo elas são comuns. Às vezes, é visto como espécie de uma armadilha para o reconhecimento. É que, talvez, hoje você não conseguisse distinguir em comunidades negras rurais qual é remanescente de quilombo. Isso tem sido usado pelos inimigos do quilombo.

Essas comunidades têm suas identidades que são territoriais, comunitárias, com base no parentesco, em uma base cultural das mais diversas. Você não pode achar que todo quilombola é uma pessoa que fugiu da escravidão. Tem gente que nasceu no próprio quilombo. E teve uma experiência de liberdade, já no período colonial. Existem muitas especificidades, mas é importante não ficar restrito a uma dimensão folclórica.

Eu faço até uma brincadeira. O som cultural do quilombo [no geral] não é o som do Olodum. É o som do Pena Branca e Xavantinho. São dois cantores do interior de Minas Gerais, negros, que faziam uma música completamente original, tal qual a música do Olodum, que é de Salvador. É o som do quilombo. São dois caras do interior, de áreas agrárias, rurais.

Qual papel a formação dos quilombos teve no processo de deterioração do sistema escravocrata no Brasil? Existem quilombos no Brasil desde os primeiros tempos de escravidão. Estamos falando de meados do século 16. As primeiras notícias sobre quilombos no Brasil ou na experiência colonial datam de 1570. Antes de Palmares.

Onde havia quilombo, como comunidade fugitiva, havia ameaça à escravidão. Não que os quilombos tivessem um projeto de acabar com a escravidão. Na medida em que fugiam escravizados, formavam comunidades, ameaçavam fazendeiros, eram influência para mais fugas.

Na verdade, a existência dos quilombos ameaçava a escravidão, como eu avalio que a existência das comunidades hoje rurais coloca em cheque um modelo de capitalismo, na medida que você tem comunidades negras, com acesso à terra, com economia extrativista, com manejo.

Como eram os quilombos no período colonial? As informações produzidas sobre quilombos foram feitas por quem queria destruí-los. Nós sabemos pouco sobre os quilombolas a partir dos próprios quilombolas. Nós não sabemos como eles próprios se viam.

Os maiores quilombos do Brasil foram Palmares, alguns grandes em Minas Gerais, como o do Ambrósio, e alguns também em Mato Grosso, como do Qualitere ou o da Carlota. Foram locais que chegaram a ter milhares de habitantes. Mas via de regra essas comunidades foram menores, de 40, 50 famílias. É como são hoje as comunidades rurais.

Qual é a melhor forma de definirmos o que é um quilombo? Quilombo é uma experiência camponesa negra da diáspora, da escravidão. Essa presença negra está vinculada à experiência da escravidão atlântica africana.

Há indicações de índios presentes em quilombos. Havia uma tensão colonial. Quando se avançava para destruir um quilombo, se avançava em territórios ocupados por indígenas. Não foi um mar de harmonia no passado entre indígenas e quilombolas. Hoje é diferente.

Muitos quilombos viram a formação de cidades no seu entorno. Como o sr. vê a experiência desses quilombos urbanos? Existe uma dimensão histórica interessante. Os quilombolas ficavam nas periferias. No caso dos cariocas, é uma cidade cercada de morro. Não é que os quilombolas estivessem só nos morros —essa é uma visão equivocada—, mas estavam nas periferias.

As principais cidades do Brasil na época da escravidão eram Rio, Salvador e Recife. Os quilombos se formavam ali. Mas tem um outro fenômeno que é a migração de populações rurais para áreas urbanas, vinculada a uma experiência da pós-abolição.

Eu poderia dizer que a experiência de juventude da [escritora] Carolina de Jesus foi uma experiência negra, em uma grande cidade como São Paulo, do pós-abolição. Carolina mesma era uma migrante das regiões de Minas Gerais, neta de escravizados, convivendo com pessoas que poderiam ser netas de quilombolas. O que era a comunidade do Canindé onde ela morava?

Como avalia a forma que o tema dos quilombos é ensinado no Brasil? Houve um movimento muito importante, que coincide com os dois primeiros mandatos do Lula, que é a criação da Lei 10.639 para o ensino de história da África e dos descendentes de africanos no Brasil.

Depois o Conselho Federal de Educação faz um plano para educação quilombola. Hoje o Estado brasileiro tem uma regulamentação para educação quilombola. Eu vejo como avanço, embora a gente saiba que mesmo em grandes cidades não tem educação para todo mundo.

A questão agrária é um tema do Brasil, concorda? Por que que o quilombo não seria um tema do país? O quilombo é tratado como um tema dos negros apenas. Talvez o grande desafio seja entender essas formações camponesas quilombolas do interior como uma questão agrária mais ampla, que não é só uma questão dos quilombolas, é uma questão da sociedade brasileira como um todo.

O projeto Quilombos do Brasil é uma parceria com a Fundação Ford

Ambulância no município de Sítio do Quinto, no sertão baiano Adriano Vizoni - 27.nov.2018/Folhapress

Mais Médicos deve diminuir déficit, mas mantém desafio de fixar pessoal

Governo Lula diz ver maior chance de atrair brasileiros com ações como incentivo a egressos do Fies

SAÚDE PÚBLICA

Natália Cancian

BELO HORIZONTE Alvo de embates políticos e deixado em segundo plano nos últimos anos, o Mais Médicos volta a ganhar impulso com novos editais previstos para os próximos meses e aposta em incentivos financeiros para atrair profissionais.

Para especialistas e gestores ouvidos pela **Folha**, a medida ajuda a atenuar o "apagão" de vagas registrado no programa, mas ainda deve exigir novas ações para resolver o problema da fixação de médicos a longo prazo em áreas mais distantes ou tidas como mais vulneráveis.

Anunciada no último dia 20, a nova versão do programa prevê abertura de 15 mil vagas, sendo 5.000 em abril, financiadas pelo Ministério da Saúde, e 10 mil até o fim do ano, custeadas pelos municípios.

Atualmente, o Mais Médicos tem 8.366 vagas preenchidas —menos de metade das 18.240 previstas nos últimos anos. A taxa menor reflete parte da trajetória do programa na última década.

Criado em 2013 sob protesto de entidades, o programa ficou marcado inicialmente por episódios de xenofobia contra cubanos e se tornou alvo frequente de embates políticos. Aos poucos, também registrou melhoria de indicadores e passou a ser defendido sobretudo por prefeitos.

Já nos anos mais recentes, teve idas e vindas: passou a ser reduzido, depois ganhou sobrevida na pandemia e, por fim, acabou relegado a segundo plano em meio à estruturação do Médicos pelo Brasil. Hoje, 5.648 médicos atuam neste outro programa, que chegou a ser anunciado como substituto do Mais Médicos na gestão de Jair Bolsonaro ainda em 2019, mas teve editais apenas em 2022.

Agora, o governo atual justifica a aposta no Mais Médicos diante do que aponta como dificuldade do Médicos pelo Brasil em manter médicos em áreas mais vulneráveis.

Um desafio que se volta novamente ao Mais Médicos.

Na nova roupagem, o programa deve manter a prioridade de adesão a brasileiros, diz a Saúde. Caso as vagas não sejam ocupadas, devem ser direcionadas a brasileiros formados no exterior e estrangeiros. Não haverá, porém, a cooperação com a Opas (Organização Pan-Americana de Saúde) para vinda de médicos cubanos.

Para estimular a adesão, o governo aposta em novas medidas, como pagamento de incentivos a médicos que permanecerem no programa por mais de três anos (o prazo será de quatro anos, prorrogáveis), aos que atuarem em áreas mais carentes e aos formados com auxílio do Fies (financiamento estudantil).

Na prática, a medida aponta para incentivos que podem chegar a R$ 118 mil para médicos que ficarem quatro anos em áreas mais vulneráveis ou até R$ 475 mil no caso de médicos formados no Fies atuando nestes locais. Questionada, porém, a Saúde não detalhou quais e quantas cidades estariam no critério de maior vulnerabilidade.

Lígia Bahia, professora da UFRJ, diz que o fato de o Mais Médicos ter se mantido como principal iniciativa de provimento de médicos nos últimos anos mostra que ele "veio para ficar". "Isso mostra a importância dessa política. Mas a pergunta é: veio para ficar de maneira precária? Será sempre assim, com bolsistas e intercambistas?", diz. "Com a precarização do vínculo trabalhista, corremos o risco de ter uma precarização na qualidade do atendimento."

Para ela, o programa precisa de um "segundo passo". "Nele, seria importante vincular esse processo com universidades públicas de excelência para garantir que não haja essa precarização", sugere.

Preocupação semelhante tem Fernando Aith, professor da Faculdade de Saúde Pública da USP. Para ele, a retomada é positiva e a oferta de incentivos pode ajudar a atrair profissionais, mas não resolve a fixação a longo prazo ou de forma definitiva, fator que é influenciado pelas condições de trabalho e estrutura.

"O salário que estão oferecendo e as indenizações podem parecer altos para o salário médio no Brasil, mas há médico que se forma e faz plantões e consegue R$ 30 mil por mês. Por que então iria para a Amazônia? Temos que ver como isso vai funcionar no mercado médico."

Nos últimos anos, a alta taxa de desistências em algumas regiões era uma das principais dificuldades do Mais Médicos.

Dados obtidos pela **Folha** via Lei de Acesso à Informação, e atualizados em janeiro, mostram que o tempo médio de permanência no programa é de 1 ano e 8 meses para médicos com registro no Brasil e de 2 anos e 7 meses para brasileiros formados no exterior. Entre 2013 e 2017, cerca de 20% dos brasileiros que ingressavam no programa desistiam em até um ano.

Felipe Proenço, secretário-adjunto de atenção primária do Ministério da Saúde, diz que, em estudo para retomada do programa, a pasta identificou três motivos principais que levavam médicos a não permanecerem. O principal era busca por formação, como residência —motivo que levava à saída de 40% deles.

Outros eram questões familiares e ofertas no mercado de trabalho.

Segundo ele, diante desse cenário, a nova versão do Mais Médicos deve ampliar ofertas de formação, incluindo a possibilidade de mestrado, entre outras. A pasta ainda não detalhou a medida. Em outra frente, a busca foi por ampliar a cobertura de licença-maternidade e paternidade.

Para Lígia Giovanella, coordenadora da rede de pesquisa em atenção primária da Abrasco, a oferta de novos incentivos mostra preocupação em garantir a presença de profissionais. "É certo que a fixação em áreas remotas é um desafio em todo o mundo. Às vezes, não consegue fixar, mas consegue ter continuidade do cuidado."

A retomada do programa, porém, gerou críticas nas redes sociais por alguns médicos, que questionam o vínculo precário e o valor da bolsa frente à do Médicos pelo Brasil (de R$ 15.750, contra R$ 12.386 no Mais Médicos), que previa contrato CLT após dois anos.

Além disso, entidades médicas voltaram a questionar a abertura de vagas para médicos sem revalidação do diploma e prometeram recorrer ao Congresso para mudanças na medida provisória que traz as regras do programa.

A possibilidade de entrada de médicos brasileiros formados no exterior, porém, foi celebrada por gestores de saúde.

Para Franmartony Firmo, presidente do Cosems-AM, que reúne secretários municipais de saúde do Amazonas, a retomada do programa pode ajudar a diminuir o déficit de profissionais. "Médico com CRM não conseguimos colocar em todas as regiões do estado, mas os brasileiros formados no exterior, sim. Por isso acredito que agora teremos médicos como já teve no primeiro Mais Médicos."

Estimativa do conselho aponta falta de 400 médicos no estado. Maués, onde é secretário, aguarda a reposição de três médicos. "Muitos até se inscrevem, mas não se apresentam, ou desistem em alguns meses pelas condições de cidade de interior."

Segundo ele, parte das últimas vagas abertas era de médicos cubanos que passaram no Revalida. "Passaram e foram embora. Até brinquei que passaram e viraram brasileiros, e riram. Ninguém queria ficar no município", relata.

O que muda no Mais Médicos

	COMO É	COMO FICA
Editais	Embora ainda fosse o principal programa de provimento, o Mais Médicos vinha sendo deixado em segundo plano em meio a substituição para Médicos pelo Brasil	Volta a ter editais. Ideia é que seja lançado edital com 5.000 vagas até abril, e outras 10 mil vagas até o fim deste ano. Valor da bolsa será de R$ 12,4 mil, com previsão de incentivos financeiros
Tempo de participação no programa	Três anos, prorrogável por igual período	Quatro anos, prorrogável por igual período
Oferta de incentivos financeiros	Programa dava auxílio-deslocamento, entre outros	Mantém auxílios e passa a trazer outros incentivos financeiros, como adicional para quem fez o Fies
Oferta de incentivos educacionais	Especialização	Especialização, mestrado ou aperfeiçoamento
Licença-maternidade	Médica deixava de receber a bolsa durante o período da licença, passando a receber auxílio do INSS	Receberá a bolsa para completar o valor do auxílio do INSS durante o período de até seis meses
Licença-paternidade	Sem previsão de afastamento nesse período	Receberá a bolsa durante o período de até 20 dias
Contrapartida de municípios	Seleção e vagas eram financiadas pelo Ministério da Saúde	Municípios serão responsáveis pelo pagamento das bolsas aos médicos contratados nas demais 10 mil vagas, enquanto o processo de seleção fica por conta do Ministério da Saúde

Ministério planeja cirurgias noturnas e migração para Norte

Raquel Lopes

BRASÍLIA O governo federal promete levar profissionais de saúde para o Norte do país e realizar procedimentos à noite e aos finais de semana para tentar zerar a fila de cirurgias eletivas do SUS (Sistema Único de Saúde), uma das prioridades dos primeiros cem dias do governo do presidente Lula (PT).

A pasta anunciou em janeiro que o Programa Nacional para Redução das Filas fará o repasse de R$ 600 milhões a estados e municípios para a realização desses procedimentos. A primeira parcela, de R$ 200 milhões, será entregue com a aprovação do diagnóstico enviado pelos estados.

Em entrevista à **Folha**, o secretário de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde, Helvécio Miranda Magalhães Júnior, faltam informações, mas estima haver de 2 a 3 milhões de cirurgias represadas no país.

Os estados e municípios ficaram responsáveis por enviar informações dos procedimentos represados e as prioridades. Dessa forma, a pasta terá um diagnóstico preciso da situação no Brasil.

"Estamos aproveitando para entender qual o mecanismo de cada estado para saber sua fila. Tem fila que os estados organizam, que os municípios organizam, tem fila dentro do hospital. Os pacientes transitam de uma fila para outra e nem todas [as filas] tem a informação com CPF", disse o secretário.

O secretário disse que haverá estratégias diferenciadas com o intuito de atender as especificidades de cada estado. Haverá parceria com hospitais públicos, filantrópicos e até particulares, entre elas com os hospitais federais da Ebserh (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), que conta atualmente com 41 unidades.

O secretário disse que uma das estratégias deve ser a migração de equipes completas de médicos do Sul e Sudeste para o Norte, região com maior déficit de profissionais de saúde do país.

"Os gestores preparam os pacientes, marcam a cirurgia e nós levamos equipes para a região. O pessoal da USP, da Unifesp e da Unicamp topam fazer isso", afirmou.

Na sua visão, os gestores estaduais podem fazer parceria com hospitais privados para a realização de cirurgias à noite e aos finais de semana.

cotidiano

O direito à água e o dever de preservá-la

No Brasil, 35 milhões não têm acesso à água tratada e 100 milhões à coleta de esgoto

Marcia Castro

Professora de demografia e chefe do Departamento de Saúde Global e População da Escola de Saúde Pública de Harvard.

O último dia 22 marcou o Dia Mundial da Água, e a abertura da Conferência da Água, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU). A conferência acontece na metade da Década Internacional de Ação pela Água (2018-2028), um compromisso da ONU para mobilizar ações de sustentabilidade. A conferência terminou na última sexta (24) com a adoção de uma agenda ambiciosa com mais de 700 itens para promover a preservação.

O acesso à água potável e ao saneamento foi declarado direito humano pela ONU em 2010 e 2015. Ainda assim, em 2020 cerca de 2 bilhões de pessoas no mundo (25% da população) não tinham acesso a água e 3,6 bilhões (46% da população) não tinham saneamento adequado.

No Brasil, segundo o Ranking do Saneamento, 35 milhões de pessoas não têm acesso à água e cerca de 100 milhões não possuem acesso à coleta de esgoto. Apenas 51% do esgoto gerado é tratado e cerca de 37% da água produzida é perdida na distribuição. Cada um desses indicadores apresenta desigualdades regionais. Por exemplo, dentre as capitais, Porto Velho apresenta os piores indicadores: apenas 26% e 6% da população têm acesso a água e coleta de esgoto, respectivamente.

O consumo global de água tem crescido cerca de 1% ao ano nos últimos 40 anos, e é esperado que esse crescimento se mantenha até 2050 devido ao aumento populacional, desenvolvimento econômico e padrões de consumo. Entretanto, esse crescimento enfrenta o desafio da escassez devido à poluição e ao desperdício. Além disso, eventos climáticos extremos podem causar seca em algumas áreas e alagamento em outras.

A poluição da água ocorre devido à eliminação do esgoto não tratado, de produtos químicos e resíduos industriais e domésticos, uso de fertilizantes na agricultura e uso de mercúrio no garimpo. No Brasil, a urbanização desordenada, as práticas agrícolas e o garimpo ilegal na Amazônia contribuem para a poluição da água.

Além de comprometer as reservas de água potável, a poluição acarreta várias doenças, como diarreia, disenteria e cólera, dentre outras. Segundo o Atlas do Saneamento, somente essas três doenças representaram 85% das internações e 41% dos óbitos por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado entre 2008 e 2019, desproporcionalmente concentradas no Norte e Nordeste.

Quanto aos eventos climáticos extremos, o Brasil já observa intensificação de períodos de escassez e excesso sazonal de água. Neste momento, famílias em várias cidades do Acre e Maranhão estão desabrigadas por causa das chuvas, enquanto parte do Rio Grande do Sul enfrenta uma seca excepcional, a categoria mais intensa segundo o Monitor de Secas.

Aqui destaco a importância da floresta amazônica nessa discussão. O desmatamento afeta o padrão de chuvas e a emissão e armazenamento de carbono. Em 2021, o Brasil observou o maior aumento de emissões em duas décadas, principalmente devido ao desmatamento, e foi estimado que a Amazônia emitiu mais carbono do que retirou da atmosfera. Além disso, áreas desmatadas recebem menos chuva e a duração da estação seca na Amazônia já é mais longa do que a média histórica.

Os efeitos não se restringem à Amazônia. São globais!

A água é essencial para a vida e o desenvolvimento sustentável. Ela representa cerca de 70% do nosso planeta. Parece muito, mas apenas 3% da água do planeta é doce, cerca de dois terços, está congelada ou indisponível para uso e parte está poluída. A visão de um planeta sustentável em que habitantes vivam de forma saudável não existe sem água e sem a floresta.

Se o acesso à água é um direito, a preservação é um dever de cada um de nós.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | **TER. Vera Iaconelli** | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Chuva no Norte e no Nordeste arrasta casas e provoca danos

Ministros Waldez Goés e Marina Silva visitam locais atingidos no AC e AM

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO As fortes chuvas que caíram durante a semana causam transtornos a moradores de estados das regiões Norte e Nordeste. Em Manaus, atingida fortemente no sábado (25), casas chegaram a ser arrastadas por uma enxurrada em um igarapé.

Os ministros da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Goés, e do Meio Ambiente, Marina Silva, estiveram no Acre e no Amazonas neste domingo (26) para visitar locais atingidos e articular medidas de apoio à população.

O governo federal reconheceu situação de emergência em Rio Branco, que foi atingido por fortes chuvas na sexta (24).

O secretário nacional de Defesa Civil, Wolnei Wolff, anunciou a liberação de R$ 1,4 milhão para a compra de produtos de higiene básica e colchões, por exemplo.

"Nosso objetivo é dar intensidade aos planos de trabalho, principalmente a ajuda humanitária, com fornecimento de água, alimentação e higiene pessoal para os desabrigados", afirmou o ministro Góes.

Marina disse que o governo federal pretende criar um sistema de emergência climática para colocar em observação 1.038 municípios com riscos de ocorrência de desastres ambientais.

Em boletim divulgado na tarde deste domingo, o governo do Acre diz que 1.771 ocorrências foram atendidas. Na capital, 48 bairros foram atingidos pelas águas.

Equipes trabalham para auxiliar famílias afetas pelas chuvas em Rio Branco (AC) Neto Lucena/Secom

O nível dos rios na região permanece alto, informa o governo do estado. Às 12h deste domingo, o nível de medição do Rio Acre esteve em 16,47 metros, acima das cotas de alerta (13,50 metros) e de transbordamento (14 metros).

No sábado, o governo estadual chegou a falar em 23 mil atingidos. Neste domingo, diz que "o número de pessoas atingidas está sendo atualizado pelas equipes da Defesa Civil e da Casa Civil".

Em Manaus, que foi atingida por fortes chuvas neste sábado, casas foram arrastadas por um igarapé.

A prefeitura contabilizou mais de 135 ocorrências até as 18h sábado, sendo 62 de alagamentos, 25 de desabamentos e 22 de deslizamentos.

A Secretaria Municipal de Educação (Semed) disponibilizou duas escolas para abrigar 172 famílias que perderam as moradias. Neste domingo, a cidade amanheceu com tempo estável, segundo a prefeitura.

O governo do estado ainda não divulgou um balanço dos impactos, mas disse em redes sociais que irá acelerar os reassentamentos de famílias moradoras das comunidades mais atingidas.

No sábado, o governo do Maranhão decretou situação de emergência em mais 21 municípios, ampliando para 49 o número de cidades nessa situação.

Ao todo, são cerca de 31 mil famílias afetadas direta e indiretamente e 5.843 desabrigados no estado, segundo o último boletim sobre a situação divulgado pelo governo maranhense.

A situação de emergência, disse o governo, "tem o objetivo de preservar o bem-estar da população, assim como os serviços e demais atividades socioeconômicas nas regiões prejudicadas". Até o momento, foram enviadas às vítimas 5.450 cestas básicas; 900 garrafões de água e 600 colchões.

No Pará, a situação é mais delicada na região de Marabá, a 560 quilômetros de Belém. Segundo o governo do estado, são cerca de 1.600 famílias atingidas. Aquelas que possuem renda mensal de até três salários mínimos serão beneficiadas com ajuda de um salário mínimo.

Embora tenham acendido um alerta aos governos locais e autoridades das defesas civis, a quantidade de água prevista nas últimas semanas não foge do padrão médio para a época do ano, dizem especialistas.

Porém, a conjunção da precipitação elevada com um aumento do nível dos rios e alterações das marés provocam o fenômeno chamado "águas grandes" ou "águas de março" que, em locais de maior risco, com terrenos baixos e próximos às margens dos rios, podem provocar enchentes, explica o meteorologista Olívio Bahia, do Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia).

Colaborou Ana Bottallo

O balconista Ramon Passinho, 43, na rodoviária do Tietê, no dia em que embarcou para Salvador (BA) com passagem emitida pela prefeitura paulistana Gabriel Cabral/Folhapress

Busca de viagens para pessoas vulneráveis deixarem SP triplica

Prefeitura da capital ampliou número de postos para agilizar o tempo de atendimento após pedido de pastoral

VIDA PÚBLICA

Tatiana Cavalcanti

SÃO PAULO Triplicou o número de pessoas em situação de vulnerabilidade que pediram ajuda à Prefeitura de São Paulo para retornar às suas cidades natais. São solicitações de quem mora na rua, é vítima de violência doméstica ou perdeu a casa nas chuvas, por exemplo.

O programa Benefício Eventual de Passagem emitiu 623 bilhetes de ônibus a cidadãos que pleitearam essa assistência na capital paulista em 2021. No ano seguinte, foram 1.954 viagens. Os destinos mais requisitados são o interior de São Paulo e várias cidades na Bahia. O pedido só pode ser feito uma vez.

Uma das explicações para a alta é a pandemia, de acordo com Luiz Fernando Francisquini, coordenador de gestão de benefícios da Smads (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social). Outra razão, segundo ele, foi o desenvolvimento de um novo modelo de gestão do auxílio, consolidado a partir de agosto de 2021.

"[A alta nos pedidos] tem relação com os efeitos socioeconômicos da pandemia, que deixou muitos desamparados. Algumas pessoas se sentiram sozinhas e sem apoio. Então decidiram voltar para suas famílias. Mas também há relação com a reorganização e maior transparência do benefício, que ficou mais ágil e acessível."

A verba anual do programa é de R$ 650 mil, segundo Francisquini. O tempo de emissão de passagens pode variar, ele diz, já que a prefeitura faz análise da situação do beneficiário, liga para parentes no destino para saber se a pessoa tem uma rede de apoio, se terá onde ficar e outros critérios. Em seguida, o bilhete pode ser emitido. Neste ano, até 8 de março, foram 89 bilhetes.

"É um benefício numa situação eventual, que está disponível a qualquer época do ano para as famílias e cidadãos que estão em situação temporária de vulnerabilidade ou risco. Não é um auxílio voltado para um segmento específico, está disponível para toda a população", afirma o coordenador.

O número de passagens emitidas pelo serviço da prefeitura também aumentou, diz Francisquini, porque antes de 2021 quem necessitasse do benefício deveria se dirigir ao Cras (Centro de Referência de Assistência Social) Rodoviária, no terminal Tietê, na zona norte da cidade.

No novo modelo, os 54 Cras, além dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social e Centros Pop, viraram postos para abrir o processo de solicitação da passagem.

O balconista Ramon Nascimento Passinho, 43, solicitou sua passagem na primeira semana de fevereiro no Centro Pop Rua Mooca (zona leste de SP), onde foi acolhido. Ele embarcou no dia 28 daquele mês na rodoviária do Tietê (zona norte), rumo a Salvador (BA), onde mora sua família.

A jornada do soteropolitano começou sete meses antes, quando ele iniciou um relacionamento com uma carioca que passava férias na cidade e se mudou com ela para o Rio com a promessa de trabalhar ao lado do cunhado. Com o término do namoro, ele decidiu voltar à capital baiana, mas não tinha dinheiro e passou a morar em casas de acolhida.

Sem apoio para uma passagem de ônibus, Passinho arrecadou R$ 100 e foi para São Paulo, onde ouviu falar do programa municipal que concedia esse benefício. Mas quando ele chegou, foi assaltado na praça da Sé, região central, e até sem celular ficou.

"Mas fui muito bem acolhido em São Paulo nesses 21 dias, pensei em ficar e arrumar um emprego, mas não me adaptei. Decidi ir embora quando falei com minha mãe e retomar minha vida onde tenho minha história. A prefeitura me conseguiu a passagem em 15 dias. Fiquei feliz com a ajuda rápida."

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), reconhece que as mudanças aconteceram após um pedido do padre Julio Lancellotti, da Pastoral do Povo da Rua, para agilizar o processo da emissão das passagens.

"A gente já tinha esse benefício, mas ele era centralizado, difícil para muitas pessoas irem até o posto da rodoviária. O padre cobrou mais agilidade, disse que, às vezes, as pessoas vêm para cá atrás de um sonho e não conseguem realizar e, assim, querem voltar para sua cidade, para seu estado", afirma Nunes.

Padre Julio lembra do caso de dois rapazes que estavam tristes e sofrendo porque a espera para a emissão de passagens do programa da prefeitura era longa, segundo ele, de mais de 30 dias, e que eles não estavam acostumados a viver em situação de rua.

"É muito mais custoso e danoso humanamente ele ficar numa cidade esperando um ou dois meses [por uma passagem da prefeitura]. A gente reclamou muito do programa porque ele era burocratizado. Quando acabou o contrato com a entidade, a gente pressionou muito", afirma o padre Julio.

Segundo ele, no entanto, esses números de emissão de passagens ainda estão muito abaixo da necessidade. Outra questão a avaliação, para ele, não é humanizada.

"Muitas vezes o indivíduo foi roubado e perde o contato dos parentes. O que precisa é ter uma relação humana, inclusive na hora da avaliação, que não deve ser burocrática porque, do contrário, as soluções serão burocráticas."

O prefeito diz que agora, com as mudanças no programa, os cidadãos que necessitam do bilhete de ônibus rodoviário podem fazer a solicitação onde já passam por acompanhamento do serviço assistencial.

"Se for um pedido dele, um desejo dele, o processo começa já na hora. Quanto mais humanizado, mais próximo da necessidade de cada um."

Francisquini afirma que 15% dos beneficiários não embarcam e há várias razões, inclusive pessoas que não aceitam deixar seus animais para trás. Ele lembra do caso de um homem que solicitou o benefício, mas se recusava a viajar sem seu cachorro.

"A equipe técnica falou que não dava para levar o cão, mas insisti. Às vezes o serviço [público] é muito duro, mas fomos atrás e conseguimos que o animal embarcasse."

Para Nunes, não dá para ver todos os casos com uma única visão, cada um tem sua necessidade. "Então se ele tiver cachorro, passarinho, temos procedimentos para os animais viajarem com seus donos. A questão de escutar é importante. Se eu não escutar o padre Julio, que está no dia a dia e tem uma sensibilidade maior, não faz sentido."

> **"** Muitas vezes o indivíduo foi roubado e perde o contato dos parentes. O que precisa é ter uma relação humana, inclusive na hora da avaliação, que não deve ser burocrática porque, do contrário, as soluções serão burocráticas
>
> **Padre Julio Lancellotti**
> coordenador da Pastoral do Povo da Rua

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Sociólogo, apaixonou-se pela cidade de Petrolina

CELSO FRANCA (1956 - 2023)

Bruno Lucca

SÃO PAULO Deixar sua marca na história de um local já é tarefa árdua, mas o sociólogo baiano Celso Franca fez isso em três. Ele foi docente de destaque na Universidade do Estado da Bahia, na Universidade de Pernambuco e na Faculdade de Petrolina, no mesmo estado.

Falando em Petrolina, Celso, nascido na cidade de Salvador (BA) em 1956, dizia ter entregado seu coração à cidade pernambucana assim que pisou nela pela primeira vez, em uma manhã de fevereiro, em 1999.

Em princípio, a ideia não era estabelecer residência na cidade. Lecionaria durante algum tempo e partiria dali para novas aventuras nordeste afora. Não deu. Rapidamente constituiu vínculos profundos com o município e seus habitantes.

Por mais de duas décadas, Celso foi um dos pensadores de maior influência em Petrolina, ainda mais quando o tema era meio ambiente. Eloquente, pregava a união do povo contra o que chamada de tirania ambiental e o levante de uma economia verde que, segundo ele, levaria à prosperidade social.

Seus ensinamentos não ficaram só no meio acadêmico. Ele era figura recorrente como comentarista político em programas televisivos da região do Vale do São Francisco.

Celso foi também exímio produtor de textos. Publicava periodicamente artigos em sites de conteúdo acadêmico de relevância nacional.

Para seus alunos, foi um professor exemplar. Toda a aula era uma viagem na história social do Brasil. Toda história os levava para aquela sala de aula, em que cada um podia se enxergar na realidade do outro e trabalhar a empatia. Essa era a principal lição do professor.

Celso Franca morreu no último dia 22 de fevereiro, aos 67 anos. Ele estava em Recife, onde fazia tratamento de um câncer no fígado e havia meses aguardava por um transplante. O sociólogo deixa a esposa, Solange, e cinco filhos.

"Que seu estado de espírito jovem e feliz, histórias, aventuras e desventuras passem para as próximas gerações e que nos inspirem a sermos gratos e melhores", diz seu sobrinho, Ricardo Franca.

"Perdemos um grande amigo, colega de ensino na instituição e companheiro de lutas em prol da boa educação. Competente, inquieto e lutador", declara Márcio Araújo, professor na universidade pernambucana.

3º ANO

JOAO BAPTISTA MONTEIRO DA SILVA FILHO Segunda (27/3) às 18h30, Igreja São Gabriel, Jardim Paulista, São Paulo (SP)

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo:
tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

equilíbrio

Preparação de injeção de Ozempic, que tem sido usada contra obesidade Myskin/Adobe Stock

Semaglutida com outros remédios para emagrecer demanda cuidado

Orlistate, bupropriona e naltrexona são alguns dos medicamentos utilizados; médicos tem feito alertas para os perigos da automedicação

Livia Inácio

CURITIBA A semaglutida é a grande promessa do momento contra a obesidade. E os remédios à base do composto, como o Ozempic, nem sempre são usados sozinhos por quem quer emagrecer.

Jeniffer Damásio Coelho, 28, por exemplo, aliou o medicamento ao Orlistat, capaz de inibir a absorção de gordura pelo intestino. Em seis meses a produtora rural perdeu 16kg, sem efeitos colaterais, de acordo com ela. Mas até que ponto essas combinações são seguras?

A combinação da semaglutida com outras medicações para emagrecer pode ser bem-vinda quando associada as suas duas vias de ação, apontam especialistas. A primeira inclui o sistema nervoso central por meio da sensação de saciedade, e a segunda diz respeito ao sistema digestivo, uma vez que a substância faz com que a comida fique parada no estômago por mais tempo, segundo a endocrinologista Luiza Esteves, docente da PUC-PR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná)

O Orlistat age nos órgãos gastrointestinais. Outros aliados podem trabalhar no cérebro, como a sibutramina, que altera a liberação de neurotransmissores e retarda a fome, afirma a especialista.

> **Existe uma gama imensa de associações indicadas ou não para cada pessoa. Tudo precisa ser visto caso a caso**
>
> **Gustavo Lenci Marques**
> Professor da UFPR

Uma terceira interação vista como segura é a associação da bupropriona com a naltrexona, que também age no sistema nervoso ajudando a regular o apetite.

Vendida sob o nome comercial de Contrave, o medicamento está previsto para chegar ao Brasil em maio deste ano e, enquanto esperam, pacientes têm cometido erros.

Um deles é consumir bupropiona e naltrexona separadamente. "O Contrave possui doses específicas para tratamento da obesidade. É ineficaz e perigoso usar os dois componentes separados", afirma a médica Andressa Heimbecher Soares, doutora em Endocrinologia pela USP (Universidade de São Paulo).

Outra saída usual tem sido manipular a fórmula original. A médica indicar ser necessário conhecer a farmácia de manipulação escolhida. "O remédio original foi testado em condições que não necessariamente o produto manipulado terá", diz Soares.

Especialistas destacam ainda os riscos de utilizar a semaglutida com outros da mesma ordem. Ela pertence a um grupo de medicamentos conhecidos como análogos do GLP-1, que imitam um hormônio que age no intestino.

Uma das substâncias do mesmo tipo liberada para o tratamento da obesidade no Brasil é a liraglutida. Estudos científicos, porém, comprovaram eficácia maior da semaglutida no tratamento de sobrepeso e, assim, a substância ganhou espaço na medicina e virou sensação nas redes sociais.

A associação das duas, porém, oferece riscos, reforça a professora da PUC.

Mas o principal alerta dos médicos diz respeito à automedicação. Como a compra do Ozempic não demanda receita médica, ele tem sido amplamente usado sem o acompanhamento de profissionais especializados e combinado com outras substâncias de forma arriscada pelos próprios pacientes.

"Existe uma gama imensa de associações indicadas ou não para cada pessoa. Tudo precisa ser visto caso a caso", argumenta o médico Gustavo Lenci Marques, professor da UFPR (Universidade Federal do Paraná).

A sibutramina, por exemplo, embora possa ser aliada de forma segura ao Ozempic, é contraindicada para pacientes com risco cardiovascular.

Os componentes do Contrave, por sua vez, não devem ser usados por aqueles que possuem distúrbio convulsivo; vivam interrupção abrupta de álcool, benzodiazepínicos, barbitúricos e fármacos antiepilépticos ou tenha diagnóstico atual ou pregresso de anorexia nervosa ou bulimia, salienta a endocrinologista Maria Augusta Kara Zellas, professora da Fempar (Faculdade Evangélica Mackenzie do Paraná).

Dietas flexíveis com hambúrguer e chocolate se tornam estratégia de combate à obesidade

Danielle Castro

RIBEIRÃO PRETO Tendência nas redes sociais e nos consultórios de nutrição, as dietas flexíveis estão se tornando uma importante estratégia no combate à epidemia de sobrepeso e obesidade no Brasil e nos Estados Unidos.

Para reduzir o abandono da reeducação alimentar, vale colocar no cardápio do paciente alimentos que pareciam distantes do emagrecimento, como hambúrguer, macarronada, brigadeiro e até refrigerante normal. Em vídeos nas redes sociais como o Tiktok, usuários contam sua rotina alimentar e mostram o consumo diário de chocolate e outras guloseimas. O que soa como pouco convencional, entretanto, tem sido cada vez mais corroborado pela ciência.

> **Dietas restritivas realmente levam a uma compensação e a pessoa acaba tendo muitas vezes comportamento compulsivo, ingerindo uma quantidade muito maior do que consumiria normalmente**
>
> **Renata Cintra**
> Professora da Unesp

Estudo clínico dos EUA conduzido de 2015 a 2019 com 271 adultos que apresentavam sobrepeso ou obesidade, mas não tinham comorbidades, mostrou que dietas menos restritivas causam maior perda de peso a longo prazo e e diminuem as chances de reganho. Os dados foram divulgados em 2022 na publicação JAMA Network Open.

O trabalho afirma que chamados "alimentos saborosos", que normalmente têm muito açúcar, gordura, sal ou aromatizantes em sua composição, tendem a estimular o sistema de recompensa do cérebro, tornando a contagem de calorias e mudanças comportamentais ineficiente para muitos que precisam emagrecer.

A docente Renata Cintra, do Departamento de Ciências Humanas e Ciências da Nutrição e Alimentação do Instituto de Biociências da Unesp, afirma que cardápios com grandes restrições alimentares têm se mostrado pouco eficazes.

"Dietas restritivas realmente levam a uma compensação e a pessoa acaba tendo muitas vezes comportamento compulsivo, ingerindo uma quantidade muito maior do que consumiria normalmente", diz Cintra. A professora afirma que as dietas com mais chances de sucesso são aquelas que levam em conta as características e necessidades de cada indivíduo.

esporte

PRANCHETA DO PVC

Paulo Vinicius Coelho
pranchetadopvc@gmail.com

O grande erro do jogo com o Marrocos

Ramon Menezes montou um time agressivo contra o Marrocos. Marcou pressão na saída da adversária e fez oito de suas 17 recuperações de bola no campo de ataque. Criou oportunidades, teve gol anulado de Vinicius Júnior, escalado como atacante, ao lado de Rodrygo. "Eles têm transição muito rápida, principalmente pelo lado direito", explicou Ramon. Em outras palavras, escalou Paquetá para marcar Hakimi e liberou Vinicius para criar.

Um minuto após o gol anulado de Vini, o Marrocos fez 1 x 0. Erro de Émerson Royal. Até ali, o Brasil jogava bem. Oito minutos após o empate de Casemiro, Sabiri fez 2 x 1. Falha de Militão.

Ramon Menezes não é responsável pela derrota para o Marrocos. A CBF é.

Desde dezembro, escuta-se que a data Fifa de março é sem sentido e que, por isso, o Brasil poderia ter um treinador interino. Acontece que, pela primeira vez na história, a seleção perdeu duas vezes seguidas contra países da África.

No Qatar, sofreu a primeira derrota em Copas para um time que não fosse sul-americano nem europeu —0 x 1 Camarões. Agora, para Marrocos.

Não é correto expor a marca da seleção brasileira. É cada vez mais evidente a espera de Ednaldo Rodrigues por Carlo Ancelotti. Não há nenhuma certeza de que o italiano aceite dirigir o Brasil. A próxima data Fifa é em junho, poucos dias após a final da Liga dos Campeões.

Improvável que o técnico do Real Madrid esteja no banco de reservas, especialmente se seu time chegar a mais uma final europeia. E aí? Vai se improvisar outra vez?

O Mundial sub-20 termina em 11 de junho. Se a seleção ganhar seu sexto título, pode até ser premiado outra vez. Seu prestígio estará perto de zero se o Brasil for eliminado precocemente.

Pecado mortal é tudo se resumir à opinião pública. Muita gente adorou a seleção de jogadores que atuam no Brasil, misturada a campeões sul-americanos de juniores, com poucos veteranos e sem Neymar, por lesão. Culto ao improviso.

A nova seleção precisa de um treinador experiente, preparado para a pressão das competições, disposto a recuperar a imagem da seleção no mundo. É importante a transição da geração de Neymar para a de Rodrygo e Vinicius Júnior. Não deve mais haver rupturas, como quando Ronaldinho Gaúcho desistiu, Kaká teve lesão e a passagem para a geração Neymar se deu sem um parceiro experiente no ataque.

Foi diferente quando o bastão passou de Romário a Ronaldo. Muito menos traumas.

Tudo neste momento lembra a saída da Copa de 1990, quando se pretendia o rompimento com o passado. Não há como olhar para o futuro sem carregar os erros recentes. O Brasil vem do 6º lugar na Rússia, em 2018, e 7º no Qatar, em 2022. São as piores classificações depois do 9º, em 1990, e do 11º, em 1966.

Se Ancelotti vier, será ótimo. A CBF não está preparada para a resposta negativa. Em conversas com jogadores que treina e já treinou, o italiano disse ter gostado muito da sondagem da seleção, adora a ideia, mas só sairá do Real Madrid se for demitido. "Io sono anzianotto", disse em entrevista à rádio RAI, afirmando que está quase ancião.

Quem parece velhinho é o futebol do Brasil. Não em campo, mas fora dele, com decisões para agradar a opinião pública e que expõem a seleção ao improviso.

Brasil com Vinicius no ataque e pressão na saída de bola

Marrocos no 4-1-4-1, com dez titulares da Copa do Mundo

SOLITÁRIO

São cada vez mais frequentes os comentários de que Ednaldo Rodrigues toma decisões isoladamente. A saída de Fernando Sarney do cargo que ocupava junto à Fifa é um destes sinais. Não que precise das velhas raposas, mas não dá para gerir um futebol tão gigante com uma única cabeça.

A MELHOR

O exemplo a seguir no Brasileiro é o inglês. Entre as seleções, a da França. Esqueça a Argentina, de lindo episódio no Qatar. A mais sólida estrutura de formação e consolidação de um time nacional está em Paris. A goleada sobre a Holanda mostrou outra vez a melhor seleção do planeta.

ESPORTE AO VIVO

15h45 **Irlanda x França**
Eliminatórias Euro, SPORTV

15h45 **Montenegro x Sérvia**
Eliminatórias Euro, SPORTV 2

15h45 **Polônia x Albânia**
Eliminatórias Euro, SPORTV 3

Andres Rueda, presidente do Santos Futebol Clube, no Centro de Treinamento Rei Pelé, no litoral paulista Karime Xavier/Folhapress

Não contrato ninguém sem ter certeza de que vou pagar, afirma Rueda

Presidente do Santos contesta críticas ao time e à gestão, mas reconhece resultados ruins em campo e fala de 'pane' no Paulista

Alex Sabino

SÃO PAULO Ao ouvir falar sobre reforços para o elenco, Andres Rueda abre o notebook e justifica o apelido recebido de um conselheiro da oposição: Zé Planilha.

O presidente do Santos desafia: "Nós temos R$ 900 mil em caixa. Indica um jogador de qualidade para a gente contratar por esse valor."

As dificuldades financeiras na Vila Belmiro não são novas, mas a torcida se acostumou a compensar isso com títulos em campo. Isso acabou. O time não é campeão desde o Paulista de 2016. A crise técnica se aprofundou sob a administração de Rueda. Em 2021 e 2022, o Santos escapou do rebaixamento no estadual apenas na última rodada.

Precisava apenas de um empate contra o Ituano para ir às quartas de final neste ano. Perdeu por 3 a 0 em uma atuação que o presidente não encontra resposta. "Deu pane em todo mundo", não se conforma.

> **Eu não trago ninguém, eu não faço acordo com ninguém sem ter certeza que vou pagar. Você acha que eu não estou pressionado? Eu adoro a torcida, mas meu compromisso é com o Santos Futebol Clube**
>
> **Andres Rueda**
> presidente do Santos

No Brasileiro, ficou em 10º (2021) e 12º (2022). Passou parte dos dois campeonatos a flertar com a zona de degola. Rueda já foi alvo de protestos de torcidas organizadas. Associados iniciaram um movimento chamado "Renuncia Rueda". Ele não cogita sair.

O que nem sequer passa pela sua cabeça também é utilizar um termo consagrado no futebol: o "esforço financeiro" para fazer contratações. Significa quebrar o cofre para trazer um jogador que vai satisfazer os torcedores. É o contratar hoje para ver depois como paga.

"Eu não trago ninguém, eu não faço acordo com ninguém sem ter certeza que vou pagar. O problema é que às vezes o dirigente se sente pressionado e fala 'foda-se, vou fazer isso para ter tranquilidade.' Você acha que eu não estou pressionado? Eu adoro a torcida, mas meu compromisso é com o Santos Futebol Clube."

Há, entre ex-presidentes e conselheiros do clube, quem veja falta de experiência e arrogância de não ouvir opiniões diferentes. Como sugestões de contratações e de mudanças de gestão ignoradas por Rueda e seu Comitê de Gestão, órgão que, pelo estatuto, comanda a agremiação.

Uma das maiores críticas é o suposto viés errado da administração, que se preocuparia apenas em cortar gastos e não em aumentar receitas. E isso apenas aconteceria com bons resultados em campo.

> **A torcida não tem de se preocupar com a dívida. Ela quer resultado. Mas os seres pensantes do clube, o pessoal que está envolvido no dia a dia precisam entender que o campo não foi esquecido. O clube se reforçou com as possibilidades que tinha**

A equipe pode ficar fora da Copa do Brasil de 2024, o torneio nacional mais rentável. A má fase também interfere em outros fatores de arrecadação, como venda de camisas e valores de patrocínio. A colocação final no Brasileiro também influi na distribuição do dinheiro das receitas de TV.

O Santos vive o maior jejum de títulos desde a conquista do Nacional de 2002, quando acabou com fila de 18 anos.

Rueda define o Santos como "uma caixinha de surpresas". Tem sempre uma notícia inesperada e ruim à espreita.

"Em 2023 estava tudo montado para ter uma situação mais confortável, que permitiria a gente ser agressivo no mercado. Contávamos com o dinheiro do Kaiky, mas fomos apanhados de surpresa", diz.

Ele se refere à negociação do zagueiro com o Almería, da Espanha, por US$ 7 milhões (R$ 36,8 milhões pela cotação atual). O dinheiro foi retido pelo fisco do país por causa de impostos não pagos em 2013, quando Neymar foi comprado pelo Barcelona.

Rueda fala que administra o Santos há dois anos e três meses, sendo uma temporada comprometida pela Covid-19. Lembra ter feito oito contratações para este ano, mesmo que a qualidade das aquisições seja questionada em reuniões do Conselho Deliberativo. Sobre Lucas Lima, diz que era o meia que o elenco precisava "e está aí."

Dispensado pelo Fortaleza quase sem jogar em 2022, o armador chegou à Baixada com um contrato de produtividade. Quando estava no Palmeiras, ele chamou os santistas de "sardinhas" no Twitter, disse ter deixado a Vila Belmiro para jogar em "estádio cheio" e, em outra entrevista, agradeceu que Deus o havia tirado "do nada" para colocá-lo no time alviverde.

Ele vê a aquisição de Lima como uma de baixo risco, assim como foi outra, a mais contestada de sua gestão: a do meia-atacante Luan. Emprestado de graça pelo Corinthians, foi um fracasso.

Rueda se sente injustiçado e cita memória curta dos seus opositores. Afirma ter assumido o Santos em situação falimentar e a preocupação maior era manter o clube aberto. É fantasia, assegura, separar as finanças do campo, porque um fator está ligado ao outro. No primeiro dia de administração, recebeu notícia de que o Santos estava fora do Profut, o programa de refinanciamento das dívidas com o governo federal.

Nesta semana, foi informado de que terá de pagar cerca de R$ 13 milhões a um escritório de advocacia por ter, segundo a Justiça, agido de má-fé e alterado um contrato. O caso ocorreu na administração de José Carlos Peres, seu antecessor.

"A torcida não tem de se preocupar com a dívida. Não foi ela quem fez, não tem de entender se há dinheiro bloqueado. Ela quer resultado. Mas os seres pensantes do clube, o pessoal que está envolvido no dia a dia precisam entender que o campo não foi esquecido. O clube se reforçou com as possibilidades que tinha."

O Santos estreia no Campeonato Brasileiro, em 15 de abril, como candidato ao rebaixamento. Visita o Grêmio na primeira rodada. Andres Rueda garante não ter nenhum receio de ser o primeiro presidente rebaixado da história da agremiação. Afirma que isso não vai acontecer.

O dirigente havia dito, em 2021, que 2022 seria melhor para o Santos em termos de qualidade do elenco. Repetiu a promessa no ano passado, referindo-se a 2023. A equipe em nenhum torneio passou perto de ser campeã. O presidente agora garante que seu sucessor vai assumir o cargo, em janeiro de 2024, em uma situação bem mais tranquila financeiramente. O futuro do clube não está mais comprometido, jura.

Rueda abre o notebook de novo e mostra acordos sobre dívidas feitas por gestões anteriores e que teve de fazer por estarem em fase de execução. Como um contrato de R$ 4 milhões por ano para patrocinar uma equipe de basquete. O Santos é deficitário e fica no vermelho cerca de R$ 8 milhões todos os anos.

É uma arma para quem o critica e reclama que o segredo, na verdade, é aumentar a receita. Afirmação que Rueda contesta porque as dívidas estavam impedindo o Santos de existir e precisavam ser pagas.

É um risco. Se o seu discurso for correto e o seu sucessor puder montar um time vencedor, o atual presidente não vai colher os louros do seu trabalho. E se o eleito for perdulário e jogar por terra tudo o que foi feito entre 2021-2023, este será esquecido. O Santos tem a palavra "futebol" antes de "clube", e sem resultados em campo, pouco mais importa.

"Não tenho vaidade disso", diz Rueda, que se vangloria apenas de ter pegado uma empresa do zero e tê-la vendido, anos depois, por R$ 600 milhões.

Multiplicar dinheiro no setor privado não significa acerto no futebol e Rueda sabe disso. Ele confessa que um dos grandes arrependimentos de sua gestão foi ter demitido Fabio Carille no início do ano passado, três meses após ele ter assumido um time limitado tecnicamente e com risco de rebaixamento, ao 10º lugar no Brasileiro. Por isso, diz que vai até o fim da sua gestão com Odair Hellman, o 9º treinador diferente de sua gestão.

"Se tiver uma sugestão de bom jogador por R$ 900 mil, pode mandar para mim", reforçou, para a reportagem da **Folha**, antes de se despedir.

O que se esperava da seleção?

Um time renovado, treinador interino, diante de equipe forte. Era para vencer?

Juca Kfouri

Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

Há mais mistérios entre o meio de campo e as traves do que a vã filosofia dos críticos possa imaginar.

A remoçada seleção brasileira viajou até o Marrocos para enfrentar a quarta colocada na última Copa do Mundo e 65 mil torcedores enlouquecidos com a possibilidade de derrotar os pentacampeões mundiais.

Sim, os pentacampeões mundiais!

Boa parte do mundo ainda trata assim o futebol brasileiro, quase como nossos especialistas que parecem ainda não ter entendido as glórias do passado como são as glórias do passado: do passado.

Porque o presente e os últimos tempos recentes são de uma seleção que não passa das quartas de final em Copas do Mundo e quando passa leva de sete na semifinal.

Que perde a Copa América no Maracanã e vira escada para a epopeia argentina e a santificação de Lionel Messi, enquanto o ídolo nacional tem talento de ouro, mas cabeça, tronco e membros de barro.

Todos os críticos foram capazes de, antes do enfrentamento com os marroquinos, friamente considerá-los favoritos.

Bastou a bola começar a rolar para, consciente ou inconscientemente, se exigir a vitória diante do adversário de menos status, porque, afinal, a camisa amarela é pentacampeã mundial. Pentacampeã!

Ora, Vinicius Júnior, a maior estrela entre os convocados pelo técnico interino Ramon Menezes, não havia completado dois anos quando o Brasil dos Ronaldos e Rivaldo derrotou os alemães no Japão e levantou a taça pela quinta vez.

Alguns nem tinham nascido, como Arthur, Robert Renan, André, Andrey, Vítor Roque e Mycael.

O mais velho deles, o goleiro Weverton, era adolescente, tinha 14 anos, provavelmente já sonhava em ser Marcos, mas só sonhava.

Daí acontece o placar esperado, Marrocos vence por 2 a 1 ao fazer dois gols quando os brasileiros até jogavam melhor e a decepção se veste com ares de surpresa.

Quanto tempo mais vamos levar para digerir a singela realidade de estarmos hoje no bloco intermediário do futebol mundial? Que a Croácia se saiu melhor nas últimas duas Copas, vice-campeã em 2018 e terceira colocada em 22?

Quantas vezes teremos de lembrar que nosso derradeiro clube campeão mundial comemorou o título faz mais de dez anos, exatamente 11 para ser preciso? E que nesse período com frequência nenhum brasileiro nem sequer chegou à decisão e houve até quem amargasse o quarto lugar?

Senhoras e senhores, raras leitoras e raros leitores, faz tempo que deixamos de ser os reis da cocada preta em matéria de futebol.

Porque viramos exportadores de pé de obra, porque a especulação imobiliária acabou com a várzea, porque o futebol de praia passou a ter horário, porque o progresso e a globalização sucatearam nosso modelo de gestão e só agora estamos acordando para isso, porque até hoje não temos uma liga de clubes, porque nosso futebol enriqueceu um bando de cafajestes e fez da CBF a Casa Bandida do Futebol, até com a complacência dos que hoje reclamam estarmos na fossa existencial em que estamos.

Por favor, a culpa não é de Rony, capaz de abnegação comovente, desculpe a heresia, o paraense que lembra a bravura do pernambucano Vavá, bicampeão mundial nos gramados da Suécia e do Chile.

Flávio Costa, famigerado técnico da Copa de 1950, disse que "o futebol brasileiro só evoluiu da boca do túnel para dentro do campo".

Setenta anos depois pode-se dizer que parou no tempo.

FOLHA POR FOLHA

‘As falhas que levaram a mortes maternas ficaram cristalinas’

Cláudia Collucci

SÃO PAULO Acompanho a situação da mortalidade materna no Brasil há muitos anos e, na pandemia de Covid-19, quando os números dispararam, senti que havia histórias, iniquidades e falhas na rede de atenção maternoinfantil que mereciam um olhar mais acurado.

Os números apontavam que o epicentro dessas mortes estava na região Norte, especialmente em Roraima. Em parceria com o Pulitzer Center, uma organização sem fins lucrativos de apoio ao jornalismo, a empreitada começou no fim de janeiro.

Antes, eu já havia tentado, sem muito sucesso, entrevistar familiares de mulheres mortas na gestação ou após o parto, e já sabia que não seria uma tarefa fácil. A morte materna é um tema tão dolorido que as próprias famílias fogem dele.

Depois de várias tentativas infrutíferas, uma fonte da área da saúde me entregou uma lista com nomes e endereços de gestantes mortas por Covid. Sem telefones, o jeito seria bater de porta em porta.

Eu e meu colega videojornalista Henrique Santana seguimos primeiro para Belém, pois o Pará é um estado que também registrou elevada taxa de mortes maternas. Vários dos endereços da lista eram em áreas vulneráveis e estavam incompletos. Havia o nome da rua, por exemplo, mas não o número.

O desespero já estava batendo quando duas moradoras, em endereços diferentes, nos receberam. Eram a sogra de Dienne Santos e a cunhada de Áurea Monteiro, duas mulheres que haviam contraído Covid e morrido logo após o parto. As mortes ocorreram no mesmo dia, em 31 de março de 2021.

Em poucos minutos de conversa, elas deram vazão ao choro contido por meses. “Ela saiu daqui andando, conversando, e dias depois estava em um caixão lacrado, sendo enterrada sem velório, sem nada. Como pode?”, indaga Antônia Santos, sogra de Dienne.

Eu já tinha algumas respostas dos motivos que levaram a esse aumento de mortes, mas, nas entrevistas tête-à-tête, com familiares e profissionais de saúde, as falhas assistenciais ficaram cristalinas.

Além da falta de pré-natal, muitas mulheres foram submetidas a cesáreas no auge da infecção por Covid, situação que eleva o risco de morte. Quase um quarto delas não teve acesso à UTI.

Em Roraima, a maternidade estadual, em Boa Vista, funciona de maneira improvisada, em tendas de lona. É a única referência de parto de alto risco no estado, mas não tem UTI obstétrica.

Tentamos entrar, mas fomos impedidos por seguranças. Familiares de pacientes se recusaram a falar.

Localizei a tia de uma jovem de 22 anos que havia morrido duas semanas antes de infecção generalizada, após agonizar dias na maternidade, com o bebê morto no útero. A tia concordou em conversar só por telefone.

Também busquei familiares de gestantes mortas pela Covid em Boa Vista, mas a maioria não mora na capital. Em dois casos, os maridos aceitaram conversar, mas depois desistiram. O enfermeiro Gracione Santos, que hoje cuida dos cinco filhos, foi a exceção e a salvação do nosso vídeo.

Em Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, a situação era muito pior. No dia que lá chegamos, uma quarta-feira, não havia médico na unidade básica de saúde. O município tinha ficado quatro semanas sem nenhum na atenção primária. Naquela semana, era para ter iniciado um rodízio com cinco profissionais. Mas, naquele dia, um deles não apareceu.

Fomos ao hospital, que fica ao lado. Uma médica nos contou que teve que aprender a lidar com pacientes que chegam da Venezuela desfalecidos de fome. Ela topou gravar entrevista, mas depois se arrependeu e desautoriza a publicação.

Acompanhamos também o trabalho de agentes comunitários de saúde, em visitas a gestantes que vivem áreas vulneráveis, com esgoto a céu aberto. As queixas de saúde são generalizadas, além de relatos de fome.

Na viagem de volta, percorremos os 213 km que separam Pacaraima de Boa Vista em uma lotação. O trecho, que poderia ser feito uma hora e meia, levou quatro horas. Carros, motos e ônibus trafegam na contramão disputando os raros espaços sem buracos.

Em alguns momentos, tive a impressão que não chegaria inteira dessa viagem. Cheguei de corpo, mas não de alma. Nunca vi tanto desamparo.

MORADORES TENTAM RECUPERAR O QUE RESTOU APÓS DESTRUIÇÃO DEIXADA POR TORNADO NOS ESTADOS UNIDOS
Pessoas que vivem em Rolling Fork, no Mississippi, procuram por bens e objetos pessoais em suas casas, que ficaram destruídas após a passagem de um tornado na sexta-feira (24); pelo menos 26 pessoas morreram e dezenas ficaram feridas após as violentas tempestades que atingiram o sul do país Scott Olson/Getty Images

MENSAGEIRO SIDERAL

Salvador Nogueira
folha.com/mensageirosideral

Foguete sul-coreano abre caminho para 1º voo orbital de Alcântara

Após mais de três meses, e problemas técnicos que impediram um lançamento no fim do ano passado, a empresa sul-coreana Innospace realizou, em parceria com a Força Aérea Brasileira, o primeiro voo de um foguete privado a partir do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no Maranhão. Originalmente agendado para voar em dezembro, ele acabou decolando no domingo passado (19), às 14h52, num marco importante para a exploração comercial da instalação.

O Hanbit-TLV é um veículo de teste suborbital, ou seja, incapaz de colocar alguma carga útil para dar voltas em torno da Terra. Em vez disso, ele apenas sobe ao espaço e cai em seguida _como muitos foguetes de sondagem brasileiros lançados antes de Alcântara.

Com seus 16,3 metros, e um único estágio, ele é movido por propulsão híbrida (parafina e oxigênio líquido), o que é uma novidade para o Brasil. A queima do motor durou 106 segundos, e o voo total, incluindo a queda, durou quatro minutos e meio. A carga útil veio de cá, com o Sisnav, um sistema de navegação inercial desenvolvido pelo IAE (Instituto de Aeronáutica e Espaço) para futuros veículos brasileiros. É um equipamento que permite a guiagem do foguete em sua trajetória.

A altitude atingida não foi divulgada, segundo a companhia, por imposição da FAB, que opera o CLA, mas a meta declarada antes do voo era de alcançar 80 km. O lançamento em si também não foi transmitido ao vivo por determinação dos militares, justificados por um misto de segurança, paranoia e falta de infraestrutura. Apesar disso, vídeos (lindos, por sinal) foram gravados pela companhia sul-coreana, que assinou no ano passado um acordo com o governo brasileiro para usar o centro por cinco anos.

O Hanbit-TLV é um precursor tecnológico para um futuro lançador de satélites, o Hanbit-Nano, que terá dois estágios e poderá levar satélites de pequeno porte (até 50 kg) a uma órbita de 500 km de altitude, síncrona com o Sol (em que o satélite mantém seus painéis fotovoltaicos sempre expostos à luz solar). A expectativa da empresa é realizar o primeiro voo desse lançador de pequeno porte em 2024.

Com isso, Alcântara se aproxima de ter o seu primeiro lançamento orbital bem-sucedido—algo que o Brasil não conseguiu promover com seu próprio projeto de lançador, iniciado em 1980. O nacional VLS-1 (Veículo Lançador de Satélites) protagonizou três tentativas de lançamento, em 1997, 1999 e 2003, todas malogradas e a terceira causando um acidente que matou 21 pessoas.

Atrair empresas de pequeno porte para a exploração do centro se tornou uma meta importante da gestão Bolsonaro. Antes de assinar com a Innospace, o governo havia “loteado” em 2021 os sítios do CLA entre quatro companhias: Virgin Orbit, Hyperion e Orion AST, dos EUA, e C6 Launch, do Canadá. Dessas, apenas a primeira tem um lançador funcional, mas vai mal das pernas, em vias de falir; a segunda já faliu; as duas últimas ainda estão em pé.

Com o desenvolvimento, os sul-coreanos saltam para a frente da fila como os proprietários do primeiro lançamento orbital comercial a ser realizado a partir do solo brasileiro. Mas, claro, ainda há muito trabalho pela frente.

Esta coluna é publicada às segundas-feiras na versão impressa, na Folha Corrida.

Siga o Mensageiro Sideral no Facebook, Twitter, Instagram e YouTube

ACERVO FOLHA
Há 100 anos **27.mar.1923**

Governistas no RS tentam impedir ação rebelde em Pinheiro Machado

No Rio Grande do Sul, um esquadrão do 3º Corpo Provisório da cidade de Bagé foi enviado para ajudar a guarnecer o município de Pinheiro Machado contra ações do movimento revolucionário que tenta derrubar o governador Borges de Medeiros.

No trem, os soldados deram vivas ao Partido Republicano (que está no poder no estado).

Todos os homens do esquadrão estavam armados de mosquetão e com muitas munições. Também foram transportados cavalos, em dois vagões.

Apesar da possibilidade de combate em Pinheiro Machado, continua, por enquanto, a reinar a calma na cidade.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Folha da Noite

O "CORNER" DO ALGODÃO

DA FRANÇA

São Paulo e seus homens de letras

ilustrada

FOLHA DE S.PAULO ★★★

SEGUNDA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2023

Com altura

Após cancelamento de Drake, Lollapalooza consagra Rosalía como headliner de honra em meio a atrações substitutas e esvaziadas

SÃO PAULO Ao som de xingamentos para Drake e "olê, olê, Skrillex", o DJ americano Skrillex subiu ao palco Budweiser do Lollapalooza na noite deste domingo com a tarefa ingrata de substituir de última hora o headliner da noite.

Drake, o rapper canadense que faria sua segunda passagem pelo Brasil e a primeira por São Paulo, avisou sobre o cancelamento da apresentação na manhã do mesmo dia. O anúncio oficial citava apenas circunstâncias imprevistas do músico, que foi visto saindo de uma boate em Miami na noite de sábado.

Antes de a apresentação começar, quando palcos principais costumam ficar cheios de fãs plantados em busca de um bom lugar para a grande atração do dia, a frente do palco Budweiser estava praticamente vazia para os padrões de um festival desse nível.

O show começou com "Carinhoso", na voz de Marisa Monte e Paulinho da Viola — o DJ desceu e saudou a plateia.

Antes de Skrillex enfrentar um público que talvez não estivesse ali originalmente para ver o DJ, a espanhola Rosalía pareceu estender em seu show o impacto da primeira vez em que pisou no Brasil, há sete meses, quando cantou para uma casa de shows paulistana abarrotada — mas com espaço para apenas 8.000 pessoas.

Continua na pág. C2

A cantora Rosalía, no palco Chevrolet na décima edição do Lollapalooza, no Autódromo de Interlagos, na zona sul da cidade de São Paulo, neste domingo Leco Viana/TheNews2/Folhapress

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

LISTA VIP

O presidente Lula (PT) está na lista de convidados para a Marcha para Jesus. O evento, o maior do calendário evangélico brasileiro, foi marcado para 8 de junho, feriado de Corpus Christi, em São Paulo.

VIP 2 Segundo o apóstolo Estevam Hernandes, idealizador da Marcha, os convites ainda estão sendo impressos e não foram disparados oficialmente, mas o petista receberá o seu. É praxe convidar os chefes do Executivo municipal, estadual e federal. Neste ano serão chamados, portanto, o prefeito Ricardo Nunes (MDB), o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e Lula. Todos se declaram católicos.

PRESENÇA NOTADA Já na reta final do seu segundo mandato, em 2009, o petista sancionou a lei que instituiu o Dia Nacional da Marcha para Jesus. Nunca deu as caras numa edição, contudo. Jair Bolsonaro (PL) foi o primeiro presidente a ir, em 2019. Ele recebeu apoio de Hernandes nas campanhas de 2018 e 2022.

NÃO SEI, NÃO Um correligionário próximo ao presidente Lula avalia como remota a chance de ele comparecer.

PONTE AÉREA E a Marcha para Jesus deste ano terá duas atrações internacionais: Lakewood Music, grupo de louvor da Lakewood Church, uma congregação evangélica gigante dos Estados Unidos, e o pastor americano Brandin Reed.

A DEDO O apresentador José Luiz Datena, que pretende disputar a Prefeitura de São Paulo em 2024, já está em busca de um vice para a sua chapa. Recém-filiado ao PDT, ele iniciou conversas com o deputado Delegado Palumbo (MDB-SP).

FOGO AMIGO Palumbo é ex-vereador de São Paulo e se elegeu para a Câmara dos Deputados no pleito do ano passado, com 254.898 votos. Embora seja do mesmo partido do atual prefeito da capital paulista, Ricardo Nunes, o parlamentar já teceu críticas à gestão da cidade.

INDECISÃO Se confirmada a candidatura de Datena para a prefeitura, essa será a quinta vez que o apresentador do Brasil Urgente, da TV Bandeirantes, ensaia entrar na política.

EXPECTATIVA... O Tribunal de Contas do Município de São Paulo e o Ministério Público paulista foram acionados contra o aumento dos preços de serviços funerários básicos para a população da capital paulista, ocorrido após a concessão dos cemitérios municipais. As representações são do vereador Toninho Vespoli (PSOL).

... E REALIDADE "A promessa da prefeitura é que o serviço ficaria mais barato e melhor. Ocorre que não tem sido assim que está acontecendo. A realidade é outra", afirma o parlamentar aos órgãos. Como mostrou a **Folha**, o velório mais simples disponível para quem não tem direito a benefícios, que poderia ser realizado por R$ 299,85 até a concessão, agora sai por R$ 1.443,74 —um salto de cerca de 400%.

TUDO CERTO Procurada, a gestão Ricardo Nunes diz que gratuidades previstas na lei estão garantidas e que houve redução de 25% no valor do funeral social (de R$ 755 para R$ 566).

DEBUTE

Fotos Mathilde Missioneiro/Folhapress

O sociólogo, professor e escritor José Henrique Bortoluci 1 recebeu convidados durante o lançamento do livro "O que É Meu", realizado na Livraria Megafauna, na capital paulista, na noite de quarta (22). Durante o evento, o autor participou de um bate-papo com a jornalista e escritora Bianca Santana 2. O compositor Arthur Nestrovski e a editora e tradutora Claudia Cavalcanti 3 estiveram lá

FENÔMENO O novo livro de Itamar Vieira Junior, "Salvar o Fogo", só será lançado em abril, mas já soma 35 mil exemplares garantidos na pré-venda, número bastante expressivo no mercado literário. Para efeito de comparação, a maior vendagem antecipada até hoje da Todavia, editora de Vieira, havia sido de "Confinada": 8.000 livros reservados antes da estreia nas livrarias.

DE CARTEIRINHA O sucesso do escritor de "Torto Arado", também colunista da **Folha**, é atribuído em parte aos "tortoaraders", comunidade de fãs que, no Instagram, reúne cerca de 7.200 seguidores.

RASCUNHO Mais de uma centena de desenhos feitos ao longo da vida de Tarsila do Amaral (1886-1973) estarão em exposição em São Paulo a partir de abril. Raramente expostos à visitação pública, eles serviram de base para algumas das mais conhecidas obras do modernismo brasileiro.

RASCUNHO 2 A mostra "Tarsila: Estudos e Anotações" levará 110 rascunhos de suas pinturas à Fundação Maria Luisa e Oscar Americano, a partir do próximo sábado (1º). Será possível conferir, por exemplo, o início dos trabalhos de duas de suas mais icônicas pinturas: "Abaporu" e "A Negra".

VELOZ A exposição de Paulo Pasta na galeria Millan, em São Paulo, vendeu 70 das 90 obras expostas em menos de uma semana. "Pintura de Bolso" poderá ser vista até 29 de abril.

TELA O festival É Tudo Verdade sediará a estreia brasileira do longa "Still: A Michael J. Fox Film". O documentário conta a história do ator que alcançou o estrelato nos anos 1980 e foi diagnosticado com mal de Parkinson aos 29 anos. O festival ocorre de 13 a 23 de abril.

com Cleo Guimarães (interina), Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith; colaborou Anna Virginia Balloussier

Os reis da noite

Continuação da pág. C1

Na frente do palco Chevrolet, onde Rosalía se apresentou, pessoas berraram "Motomami" durante dez minutos (de atraso), e levantaram os celulares quando as luzes começaram a piscar ao som de motores de moto.

Rosalía e seus dançarinos entraram no palco com capacetes brilhantes de motoqueiro. "Estou muito feliz de voltar aqui. Muito, muito, muito obrigada por me dar a oportunidade de voltar", disse, recebendo novos gritos de "Motomami" como resposta.

O público, fiel, cantou cada linha de suas músicas em espanhol e a transformou na headliner por mérito —o rapper Drake foi xingado também por essa plateia indignada com o cancelamento.

Embora sem banda e em palco simples, o trunfo de Rosalía aparece em seus vocais consistentes. Também é louvável a destreza de seu trabalho de câmera e telões e na performance ao lado de seus dançarinos.

Essa união de balé e câmera talvez seja o que mais revela o potencial criativo da cantora, e como ele extrapola os limites de sua música ao mesmo tempo em que a deixa ainda maior ao vivo.

A maior parte da gravação é feita por uma pessoa, com cortes para imagens registradas com celulares pelos próprios dançarinos e de outros aparelhos na beirada do palco.

É como se o telão transformasse o show também em um clipe, que muda inclusive a experiência de quem vê em casa —a transmissão no Multishow foi feita usando as imagens cedidas pela artista.

Antes disso, perto das 16h30, uma plateia de alguns milhares de pessoas se reuniu para ver The Rose, a primeira banda sul-coreana a tocar no festival. Para abrir a apresentação, foi escolhida "Cure", música que fala sobre recuperação e restabelecimento do planeta Terra.

Antes deles, o Paralamas do Sucesso subiu ao palco Chevrolet em show que teve o vocalista Herbert Vianna apresentando as músicas enquanto comentava que eram "de quando vocês eram crianças".

Depois, mudou o discurso —este, mais apropriado— para dizer que eram "de quando vocês nem eram nascidos".

Mesmo criadas majoritariamente entre os anos 1980 e 1990, as músicas da banda ressoaram no autódromo, provando que estão incrustadas no cancioneiro nacional.

Uma das cantoras mais populares do Brasil, Pabllo Vittar virou elemento surpresa de artistas gringos e arroz de palco do Lollapalooza. A artista entrou na metade do show da cantora Tove Lo, por exemplo, para fazer dueto em "Disco Tits" —lambeu a barriga da sueca, beijou sua bunda e rebolou com a colega no palco.

O DJ Pedro Sampaio também recebeu Pabllo por menos de um minuto no palco, quando tocou a parceria entre os dois, "Sal", na sexta-feira.

Ainda na sexta, o destaque ficou por conta de Billie Eilish, que transformou o autódromo em seu quarto, com vocais no estilo ASMR, que são sua marca. Na mesma noite, Lil Nas X dividiu o palco com uma cobra metalizada e articulada, carregada ao palco pelos dançarinos—Pabllo Vittar também estava lá.

Já o sábado teve momentos desafiadores para o Twenty One Pilots, que tiveram a missão ingrata de agradar aos fãs órfãos de Blink-182, que substituíram. Eles se esforçaram, mas os show de Tame Impala e The 1975, à noite, e Ludmilla e Pitty, no período da tarde, fizeram o dia valer para fãs de todos os gêneros. **Bárbara Blum, Guilherme Luis, Lucas Brêda, Laura Lewer, Marcella Franco e Pedro Martins**

1 Billie Eilish, 2 Lil Nas X, 3 e Kevin Parker, do Tame Impala

Bruno Motta/Photopress/Folhapress, Bruno Santos/Folhapress e Adriano Vizoni/Folhapress

ROLOU

NOVINHOS QUERIDOS Um dos trunfos foi a escalada de artistas jovens e inéditos —caso de Billie Eilish, Lil Nas X e Kali Uchis

MAIS ACESSÍVEL Aos passos do Rock in Rio e do Primavera Sound, o festival teve intérpretes de Libras nos telões

Ô, SOL Um sol incômodo cobriu boa parte dos shows que aconteceram à tarde. Mas foi melhor que a chuva

BONS PALCOS Os dois palcos principais ganharam pontos por estarem em campos com elevações —dava para ver os artistas de qualquer canto

PABLLO-PALOOZA A drag queen roubou a cena fazendo pontas em vários shows, como nos de Lil Nas X e Tove Lo

NÃO ROLOU

A ONDA DO NO SHOW O Blink-182 deixou fãs órfãos quando desmarcou seu show em março. A rasteira só não foi maior que a de Drake, que desmarcou no domingo

SUBSTITUTOS Twenty One Pilots e Skrillex, que entraram no lugar de Blink-182 e Drake, fizeram o público torcer o nariz

REEMBOLSO Quem comprou o pacote para os três dias não pôde pedir reembolso, só liberado para o ingresso diário

BEBIDAS MAIS CARAS As bebidas alcoólicas encareceram. Um copo de Red Bull com Black Label foi vendido por R$ 45, ante os R$ 30 que custava em 2022

DIREITOS TRABALHISTAS Pelo quarto ano seguido, o festival recebeu denúncias de que mantém trabalhadores em condições análogas à escravidão. O festival culpa a empresa que presta serviço para eles

O cantor e humorista Juca Chaves, em fotografia dos anos 1970 Folhapress

Juca Chaves foi crítico sarcástico da política e um trovador romântico

Cantor e humorista morto neste sábado não poupou críticas a todos os presidentes e foi preso e censurado

ANÁLISE

Rodrigo Faour
É jornalista e autor do livro 'História da Música Popular Brasileira Sem Preconceitos'

RIO DE JANEIRO Certa noite, durante um dos inúmeros shows de humor e música de Juca Chaves, o Brasil estava saindo do malfadado Plano Collor, em que a ex-ministra Zélia Cardoso de Mello confiscou a poupança de todos os brasileiros, logo depois se casando com Chico Anysio.

Chaves, morto neste sábado, aos 84 anos, vítima de problemas cardiorrespiratórios, não perdoou. "O Chico é pai de todos os humoristas, que todos nós tanto admiramos. O problema é que ele acabou se casando com a própria piada." Assim era o humor de Chaves. Sem apelação, sarcástico, certeiro.

Brincava até consigo próprio. Com o tamanho de seu nariz —um de seus álbuns se chamava "Ninguém Segura Este Nariz", brincando com o slogan da ditadura— ou com o próprio ordenado. "Vá a meu show e ajude o Juquinha a comprar seu caviar." De família abastada, chegou a ter 38 carros esportivos.

A carreira de Chaves começou pela música, em 1958, pouco antes dos 20 anos. Ele já estudava harmonia e composição com o maestro Guerra Peixe e, inspirado em Dorival Caymmi, que considerava junto com Luiz Gonzaga e Lamartine Babo a santíssima trindade de nossa música, começou com canções praieiras.

Sua mãe, amiga de Leny Eversong, fez a ponte com a cantora, que decidiu gravar "Águas de Saquarema". Como intérprete, em 1959, já viria seu primeiro 78 RPM, e em 1960, o LP de estreia, satirizando Juscelino Kubitschek e Brasília, com o sucesso "Presidente Bossa Nova" —de cara proibida pela censura.

Com a situação política mais complicada, entre 1963 e 1969, ele se exilou em Portugal e na Itália, onde também teve grande êxito. Seu LP "Pequena Marcha para um Grande Amor", gravado em italiano, passou de 1 milhão de cópias por lá. Na volta, satirizou o sucesso de Wilson Simonal em "Paris Tropical", de 1970, dois anos depois, o de Paulo Diniz em "Take Me Back to Piauí".

Dando uma trégua no humor, influenciado por poetas como Álvares de Azevedo, Olavo Bilac, Paula Ney e os parnasianos, criou modinhas românticas, que entoava descalço, acompanhado de seu alaúde, como "Por Quem Sonha Ana Maria?", de 1960, e "A Cúmplice", de 1974.

"Eu quero uma mulher que seja diferente/ de todas que eu já tive/ de todas tão iguais/ que seja minha amiga, amante e confidente/ a cúmplice de tudo que eu fizer a mais", dizem os versos. Um de seus sucessos foi "Sentir-se Jovem", sobre o homem ao envelhecer.

Nos anos 1970, fez shows como "O Pequeno Notável", em que se comparava a Carmen Miranda, já que também era baixinho. Nem a crítica negativa ao espetáculo escapava de seu humor, estampada ao lado da bilheteria. "Sucesso total. Toda a crítica contra."

Chaves sempre dizia que foi muito censurado não só pela política (foi preso várias vezes), como pela própria mídia nativa. "Havia um quadro na TV Bandeirantes chamado 'Nós na Cama', e a produção me disse que não dava para continuar por causa dos custos. Então criei a expressão 'censura econômica'."

Até na contracapa do programa do show "Socorro!", de 1998, o sarcasmo prevalecia. "Patrocínio cultural? Não. Patrocínio financeiro. Cultura eu já tenho."

O menestrel maldito, epíteto dado por Vinicius de Moraes, sempre satirizou os costumes, o imperialismo americano e os presidentes —o ataque ao general João Figueiredo era uma joia. "Upa, upa, upa cavalinho sem medo/ leva pra Brasília o presidente Figueiredo." Sem música, também era imbatível nesse mote. "Sabe como se mede um burro? Médici, dos pés à cabeça."

"Falo mal do rei enquanto todo o povo se diverte. Os reis se sucedem, mas o menestrel fica, e sempre amigo do rei, atuante em todas as épocas, as sátiras e as baladas de amor divertiram a corte", disse o artista. "Eu divirto a nossa, que é tão ridícula quanto todas as outras. Mas, enfim, cada bobo tem a corte que merece."

Skank encerra turnê de despedida com Milton Nascimento em Mineirão lotado

Susana Terao

BELO HORIZONTE No último show da sua turnê de despedida, neste domingo, o Skank cantou ao lado de Milton Nascimento para um estádio do Mineirão lotado. O convidado de honra chegou nos momentos finais de apresentação, após uma sequência de hits entoados pelos 50 mil fãs presentes.

Depois de duas horas de show, ao fim da eletrizante "Vamos Fugir", a banda saiu do palco. Diante dos gritos da plateia, Bituca entrou abraçado a todos os integrantes. O cantor se despediu dos palcos em novembro, no mesmo estádio. Milton estava emocionado quando cantou "Resposta".

Além da combinação de frenesi e satisfação que todo show proporciona para o público, a despedida da banda mineira deixa saudade.

Com meia hora de atraso, Samuel Rosa, Henrique Portugal, Lelo Zaneti e Haroldo Ferretti abriram o show cantando "Dois Rios", do sexto álbum do Skank, o "Cosmotron". O público ecoou cada palavra.

O grupo deu adeus, por ora, aos eventos num célebre palco da cidade em que nasceu, há três décadas. O estádio foi cenário do videoclipe de "É uma Partida de Futebol", segunda música do repertório da noite.

Durante "Esmola", faixa do segundo álbum, "Calango", o publico gritou em uníssono quando a letra cita o Mineirão. "No sinal, no Morumbi/ no Mário Filho, no Mineirão".

O show ocorre três anos após o anúncio do término da banda, em novembro de 2019. O que era a "Turnê de Despedida" foi paralisada pela pandemia, virou "Os Últimos Shows", e culminou nesse "O Último Show". Mais de meio milhão de fãs encheram a última leva de apresentações em 12 cidades.

Foi só no final de "Pacato Cidadão" que o vocalista interagiu com o público dessa noite. Todos os integrantes observaram o público, atônitos. "Assim a gente não aguenta", afirmou o vocalista, emocionado.

Após "Uma Canção É para Isso", foi a vez de "É Proibido Fumar" —música de Erasmo Carlos e Roberto Carlos, com a licença poética do público, que respondia entusiasmado ao final do refrão com "maconha". "Saideira" também fez o público pular e gritar o refrão.

"A gente percebeu nos shows que essa música tinha ganhado um gás", disse Samuel Rosa antes de começar "Ainda Gosto Dela". "Ganhamos um remix dessa música, o que nos deixou muito satisfeitos", em referência à versão da dupla Dubdogz.

Foi então o momento do "Cosmotron", representado por "Amores Imperfeitos" e "Formato Mínimo", sobre um casal que vive um romance de apenas uma noite.

A fase reggae do show começou com "Ela me Deixou", do álbum "Velocia", de 2014. Em seguida, Samuel Rosa deixou o violão de lado e assoviou a melodia de "Jackie Tequila". "Te Ver", o primeiro grande sucesso da banda, de 1994, alegrou o público, mas foi em "Acima do Sol" que o Mineirão entoou a melodia de uma vogal só que permeia a música e seu refrão.

"Quem aqui tem uma camiseta para girar? Quem não tem, tira [a que está usando]", ordenou Samuel Rosa. Dessa forma, "Três Lados" foi acompanhada de um conjunto de peças girando freneticamente.

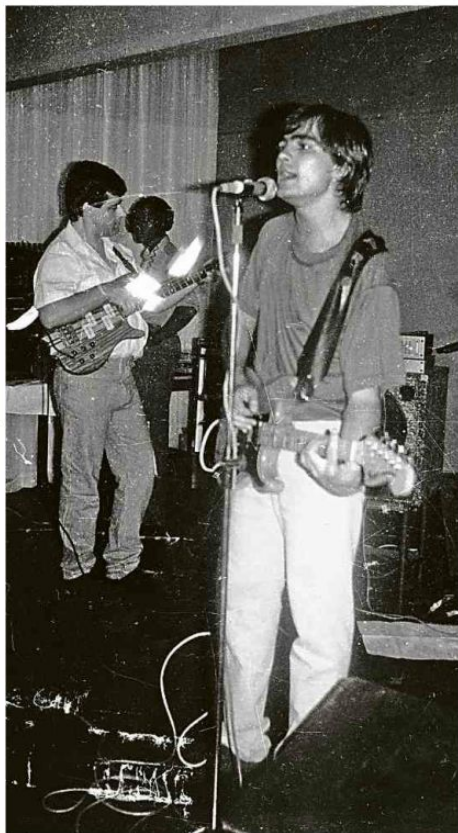
O ápice da noite foi "Vou Deixar", que transportou o público para o verão de 2004. O hit "Garota Nacional" também trouxe um potente coro da multidão. Obedecendo ao pedido de fãs da primeira fila, o Skank homenageou o público fluminense com "Baixada News", sobre uma pescadora de caranguejos.

A partir do trio "Esquecimento", "Sutilmente" e "Algo Parecido", a melancolia se acentuou. Casais ganharam espaço no telão e trocaram selinhos, enquanto outros fãs eram flagrados chorando.

"A gente segue com você e vocês seguem com a gente para sempre porque aquilo que eu sinto por você parece ser maior", brincou o vocalista, antes de cantar "Vamos Fugir". "Tanto", interpretação de "I Want You", de Bob Dylan, também foi prestigiada.

Nessa noite intensa, por três horas, o Skank encantou gerações de fãs de todo o Brasil. Foi a celebração máxima das três decadas dessa banda tão querida. Os integrantes já falaram que poderão voltar para shows pontuais no futuro. O público que sai saudoso dessa apresentação certamente aceitará todos os convites.

Leia mais na pág. C4

Samuel Rosa, do Skank, com o cantor Milton Nascimento, no último show da banda, no Mineirão Alexandre Rezende/Folhapress

FOTOS INÉDITAS DE 1989 MOSTRAM O NASCIMENTO DO SKANK EM UM ANIVERSÁRIO DE 15 ANOS DA PRIMA DE SAMUEL ROSA, VOCALISTA DA BANDA
O cantor tocava com Henrique Portugal no grupo Pouso Alto e convidou, então, Haroldo Ferretti e Lelo Zaneti. Os quatro formariam a banda oficialmente em 1991 Ivan Chagas/Sion Produções/Folhapress

Discos dos anos 1990 são 'era de ouro' do Skank em seus shows

Músicas mais frequentes da banda em apresentações da última década vêm de 'Calango' e 'O Samba Poconé'

Daniel Mariani, Diana Yukari e Paula Soprana

SÃO PAULO A década de 1990 representa a era de ouro do Skank nos palcos. É desse período que surgiram os sucessos mais tocados nos mais de 30 anos de história da banda, que fez seu último show da turnê de despedida em Belo Horizonte no domingo.

Apesar da sequência de hits que embalaram festas e novelas nos anos 2000, as músicas mais recorrentes em apresentações da última década vêm do início da carreira — de "Calango", disco de 1994, o segundo da banda, e de "O Samba Poconé", de 1996.

É de se esperar que os sucessos antigos sejam mais tocados do que os recentes no acumulado de shows de uma banda longeva. Só que, no caso do Skank, as músicas do início da carreira predominam mesmo em setlists de turnês feitas em anos de lançamento de discos, que poderiam priorizar as novidades.

Considerando apresentações feitas depois de 2014, ano do último álbum de estúdio, as músicas de "Calango", lançado duas décadas antes, são as mais frequentes no palco. Foram tocadas 483 vezes, o dobro de ocasiões das músicas de "Velocia", último disco.

Já as faixas de "O Samba Poconé", terceiro álbum da banda, foram tocadas 317 vezes em apresentações. Na lista de popularidade, "Cosmotron", de 2003, vem em terceiro lugar, com 248 músicas tocadas na última década, e, em quarto, está "Maquinarama", de 2000, com 245.

"Calango", com influência de ska e pinceladas de crítica social —é o disco de "Pacato Cidadão" e "Esmola"—, foi o responsável por projetar a banda mineira no Brasil. São dele os sucessos "Jackie Tequila", "É Proibido Fumar" e "Te Ver".

Já "O Samba Poconé" é o que levou o Skank à fama internacional. É o álbum de "Garota Nacional" e "É uma Partida de Futebol" —a música mais tocada da história da banda.

A reportagem produziu a análise a partir de setlists de 157 shows no Setlist.fm. O site é alimentado com informações fornecidas pelos fãs e dá um panorama das principais apresentações feitas, em especial nas duas últimas décadas.

Analisando apenas os shows pós-2014, as músicas mais recorrentes do repertório são "Saideira", do álbum "Siderado", de 1998, tocada 97 vezes, seguida de "É Uma Partida de Futebol", "Jackie Tequila", "Vou Deixar" e "Garota Nacional".

Músicas dos primeiros discos do Skank são as mais frequentes em shows

"Calango"
Segundo disco do Skank, tem as músicas mais recorrentes em shows como "Jackie Tequila" e "Te Ver"

"Cosmotron"
De uma segunda fase, disco lança um dos hits mais tocados no palco: "Vou Deixar"

"Carrossel"
Disco de ouro, é melódico e tem "Uma Canção É pra Isso" e "Mil Acasos", mas não está entre os populares nas apresentações ao vivo

"Velocia"
Último álbum de estúdio do quarteto. A música "Ela me Deixou" foi a mais tocada do disco em shows da última década

Fonte: Setlist.fm

Logo depois, aparecem os hits dos anos 2000. "Vamos Fugir", de Gilberto Gil, gravada pelo Skank em 2004 e tocada 92 vezes, seguida de "Ainda Gosto Dela", de 2008, "Ela me Deixou", de 2014, "Três Lados", de 2000, e "Acima do Sol", de 2001. A romântica "Te Ver", de "Calango", também entra na lista.

Os álbuns de estúdio menos contemplados nesse recorte são "Carrossel", de 2006, e "Radiola", de 2004 —de "Uma Canção É pra Isso" e "Vamos Fugir", respectivamente.

Em mais de três décadas de shows, a líder absoluta em shows do quarteto é "Partida de Futebol" (tocada 137 vezes), seguida de "Jackie Tequila" (137), "Garota Nacional" (134), "Vou Deixar" (130) e "Saideira" (127).

Das 50 canções mais frequentes desde 2014, metade vem da primeira década. O resto é distribuído entre os outros 14 anos de gravações.

Fãs atentos podem pontuar que os anos 1990 encabeçam entre as favoritas devido à turnê "Os Três Primeiros", na qual o grupo percorreu o Brasil tocando apenas os três primeiros discos, em 2018 e 2019. Mesmo excluindo esse período, no entanto, o padrão é o mesmo e elas concentram boa parte dos setlists.

A iniciativa de tocar apenas esses álbuns reforça o reconhecimento dado pela própria banda ao seu trabalho inicial, que rendeu um disco ao vivo gravado no Circo Voador, no Rio de Janeiro, em 2018.

Foi justamente no fim dos anos 1990, com "Siderado", de 1998, que lançou "Resposta" —escrita por Nando Reis para ilustrar o fim de um romance passado com Marisa Monte—, que o Skank migrou para uma segunda fase. Passou do "Calango", deixando o sopro de lado, e migrou para o pop rock melódico, com mais violão.

À reportagem o vocalista Samuel Rosa afirmou que a decisão de parar significa a proteção ao legado do Skank —a banda não quer virar cover de si mesma, em suas palavras.

Rua Saturnino de Brito, 74

'A' de amor, 'B' de baixinho, mas sobretudo um 'X' marcado num coração blasé

Bia Braune

Jornalista e roteirista, é autora do livro 'Almanaque da TV'. Escreve para a TV Globo

Sessenta anos da Xuxa. Momento ideal para bater os calcanhares de minhas botinhas brancas enquanto expressão sincera de júbilo —contudo, nunca as tive. Nem o desejo de ser paquita. O mais perto que cheguei do universo afetivo da Rainha dos Baixinhos foi ser quase vizinha do edifício de "Lua de Cristal".

Ou pelo menos eu achava.

Trabalhei com ex-pituxas que viraram competentes diretoras. Tenho um colega que tatuou a apresentadora no braço, emoldurada por um televisorzinho.

Estava de plantão numa redação próxima ao incêndio do Xuxa Park. Mas nada disso alterou minha visão distanciada, estritamente profissional, do que a loura representa. Sem tietagem.

Por um período, integrei a criação do seu programa. O suficiente para ouvir: "Xuxa topa tudo, mas não é chegada a games. Odeia ver gente perdendo. Tem como criar um jogo em que todo mundo ganhe?". Das perguntas mais difíceis da minha carreira.

Quando soube da reprise do "Xou da Xuxa" no streaming, temi pelos novos tempos. Éramos crianças sem filtro. Havia comerciais de cigarro nos intervalos dos desenhos, sem qualquer questionamento parental. Lembro ter medo dos personagens Praga e Dengue. Que injustiça, aliás. Pavor eu tinha que ter tido da assistente de palco e do cantor gato que, décadas depois, foram picados pelo bichinho do bolsonarismo colérico. Baita sorvetão na testa.

Não tive a boneca da Xuxa nem usei maria-chiquinha. Minha lombar dói só de pensar em reproduzir o meme da capa do LP. De tão pragmática, lancei um livro sobre TV e fiz um diagrama com as marcas registradas das musas infantis: formato de microfone, veículo (espacial ou não) com que chegavam ao palco e demais beijinhos, beijinhos, tchau, tchau.

Um dia, dobrando a esquina numa hora de almoço, deparei com um endereço icônico —rua Saturnino de Brito, 74, Jardim Botânico— e me emocionei.

Era para lá que o país inteiro enviava seus alôs. Ao lado do boneco Moderninho, sentada numa montanha de cartas, Xuxa sorteava prêmios e fazia chover envelopes. Cada um deles contendo uma esperança mirim.

Os que escorregavam de volta ao oceano de papéis não frustravam, pelo contrário. Geravam uma fé hipnotizante na felicidade possível. A seu jeito, Xuxa inventou um novo conceito de perder, ganhando. Ela estava certa.

Quem viveu a época pode ter escapado do "A" de amor, do "B" de baixinho, mas não de algum "X" marcado no coração mais blasé. Tá de parabéns, Xuxa.

Marcelo Martinez

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | **TER. Manuela Cantuária** | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes

tonygoes@uol.com.br

Kiefer Sutherland estrela nova série de espionagem no streaming

Rabbit Hole: Jogo de Mentiras

Paramount+, 16 anos

Depois das nove temporadas de "24 Horas", encerradas em 2010, o ator Kiefer Sutherland volta ao mundo da espionagem com esta nova série. O ator encarna o agente James Wier, acusado de um crime que não cometeu. Ele então precisa provar a própria inocência, enquanto luta contra os inimigos da democracia.

Amar a Morte

Viva, 20h30, 14 anos

Depois de morrer, três homens reencarnam, um no corpo do outro. Uma das novelas mais premiadas da televisão mexicana, com Angelique Boyer e Michel Brown. A obra está disponível na íntegra no Globoplay.

Cris pelo Mundo: Uma Grande Mudança

Travel Box Brazil, 20h10, livre

Antes da chegada de um novo bebê, a blogueira de turismo Cris Stilben viaja com o marido e o filho pela Suíça e reflete se está na hora de sossegar.

Trato Feito: Pé na Estrada

History, 20h35, 14 anos

Neste derivado do célebre reality Trato Feito, os donos de uma loja de penhores percorrem os Estados Unidos em busca de bons negócios. A parada desta segunda-feira é em San Francisco.

Roda Viva

Cultura, 22h, livre

A entrevistada da semana é Carla Madeira, uma das escritoras mais lidas do Brasil e autora de títulos como "Tudo É Rio" e "Véspera".

Bosch

A&E, 22h05, 16 anos

Na terceira temporada da série, o investigador Harry Bosch enfrenta um novo desafio —viver com sua filha adolescente. Os episódios também estão disponíveis no Amazon Prime Video.

Café com Farani

Canal Empreender, 23h, livre

A influenciadora Camila Farani, que participou de seis temporadas de Shark Tank, conversa sobre empreendedorismo com Babu Santana, Flávia Alessandra, Nath Finanças e muitos outros.

O Último Suspiro

Globo, 23h45, 14 anos

Neste longa francês, uma névoa misteriosa invade Paris e mata quase toda a população.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

Vida Besta *Galvão Bertazzi*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

FÁCIL

3					1			
	7			2		5		
	9	5					3	7
8		4	3					
			6		5			
					7	3		8
5	6					4	8	
		9		1			5	
			7					3

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

3	4	2	5	7	1	8	9	6
6	7	8	9	2	3	5	1	4
1	9	5	4	6	8	2	3	7
8	1	4	3	9	2	6	7	5
7	2	3	6	8	5	1	4	9
9	5	6	1	4	7	3	2	8
5	6	7	2	3	9	4	8	1
4	3	9	8	1	6	7	5	2
2	8	1	7	5	4	9	6	3

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Barco aberto de grande porte e boca avantajada **2.** Um cereal muito nutritivo / A atriz gaúcha Lisboa **3.** Pedaço de pão / Droga, porcaria **4.** (de Açúcar) Ponto turístico do Rio de Janeiro / Cravar os olhos em **5.** Pato sem consoantes / Mineral usado como pedra preciosa **6.** De som agradável (fem.) **7.** Movimentar o leque / Rachel de Queirós (1910-2003), escritora cearense, a primeira mulher eleita para a ABL **8.** A meta de Cristóvão Colombo **9.** Parte lateral de algo / Um dado para cadastro pessoal **10.** O período entre a demissão e a nomeação do sucessor **11.** Trezentos, em algarismos romanos / Figura da mitologia, protetora das águas **12.** Capital do Irã / Ferro com propriedade atraente **13.** Sigla do estado das cidades de Batalha e Palestina / Moderado na satisfação das exigências naturais.

VERTICAIS

1. (Piloto) Luz usada para indicar que um equipamento está em operação / Tradicional marca de chocolates **2.** O meio de transporte mais veloz / Beatriz, para os íntimos / Abreviatura do oficial que comanda um regimento **3.** Palavra da bandeira da Paraíba / Debilidade mental associada à idade **4.** Abreviatura de companhia / (Marechal) Grande rodovia paulista / A sigla da única UF que faz fronteira com o Uruguai **5.** Símbolo de hectare / O órgão que cuida da proteção e amparo ao índio / O músico sertanejo Carreiro **6.** Diz-se de cidade como Santos ou Porto Seguro **7.** Deixar de dizer algo propositalmente / Uma maneira de mostrar agrado **8.** Desprender perfume / Cidade da Flórida, nos EUA **9.** O conjunto das plantas de toda a terra ou de uma região / Que pessoa / Sufixo aumentativo masculino.

HORIZONTAIS: 1. Lanchão, **2.** Aveia, Mel, **3.** Miga, Lixo, **4.** Pão, Fitar, **5.** Ao, Rutila, **6.** Sonora, **7.** Abanar, RQ, **8.** Índias, **9.** Lado, Nome, **10.** Interim, **11.** CCC, Iara, **12.** Teerã, Imã, **13.** AL, Sóbrio. **VERTICAIS: 1.** Lâmpada, Lacta, **2.** Avião, Bia, Cel, **3.** Nego, Sandice, **4.** Cia, Rondon, RS, **5.** Ha, Funai, Tião, **6.** Litorânea, **7.** Omitir, Sorrir, **8.** Exalar, Miami, **9.** Flora, Quem, Ão.

Ricardo Cammarota

Capitalismo em pequenas doses

Em grandes doses, esse sistema é insuportável, todos ficam com cara de idiota

Luiz Felipe Pondé
Escritor e ensaísta, autor de 'Dez Mandamentos' e 'Marketing Existencial'. É doutor em filosofia pela Universidade de São Paulo

A humanidade se transforma num enxame de insetos a passos largos. O recente fato ocorrido com os bancos e o mercado financeiro é apenas um exemplo entre tantos outros. A vocação a manada em pânico é estrutural no Homo sapiens.

O capitalismo é um impasse existencial, além de tudo. O capitalismo financista, como dizia o velho Marx, implica a condição de estarmos sempre à beira de um ataque de nervos. Vivendo de crise em crise, e a cada crise o "risco sistêmico" —como no caso do Credit Suisse—, ou seja, o risco de quebra sistêmica do mundo financeiro, se espalha, e a manada corre para as redes a fim de saber como agir.

Não há alternativa ao capitalismo. O que não implica que a degeneração do sistema não ocorra. Mesmo a esquerda contemporânea não passa de um nicho de mercado. Basta ver o carreirismo dos ativistas das identidades, fazendo marketing de si mesmos, buscando espaço de business e de cargos nos departamentos de "diversidade" das empresas. A esquerda hoje só quer "um pedaço da ação" como diziam os gângsteres na época de Al Capone.

Não há alternativas. Entretanto, tampouco os liberais podem cantar vitória porque provavelmente em alguns anos o mundo viverá uma espécie de queda do Império Romano, quando as relações sociais degenerarão, as instituições estarão em erosão contínua —essa loucura para regular as redes já é indício da consciência desse pânico—, a vida afetiva estará em entropia, a natalidade em desaparecimento. Um mundo de velhos sozinhos e pets.

Mas há um detalhe da vida sob o modo de produção capitalista contemporâneo que me causa desgosto em especial. Qual é esse detalhe? Quando somos obrigados a viver o capitalismo para além de pequenas doses. E isso tem se tornado cada vez mais difícil. Você deve se ver sempre como uma startup.

O capitalismo em grandes doses é insuportável. Todo mundo fica com cara de idiota. Claro, a opção por viver o capitalismo em pequenas doses diminuirá suas chances de ganhar muito dinheiro. Para suportar essas grandes doses você precisa cada vez mais fazer e falar o que o mercado pede.

A alma mais pura do capitalismo em grandes doses é o novo rico como paradigma. Estar sempre agindo em networking é uma grande dose de capitalismo no plano comportamental. Estar sempre pensando no que suas relações cotidianas podem abrir portas para você é estar em networking continuamente. No passado, esse comportamento era visto como mau caráter.

Claro que o marketing digital —conhecido como redes sociais— é o grande palco dessas doses gigantescas do capitalismo no plano existencial. Nesse caso, ainda mais, degenera-se rapidamente.

Tudo fica obscenamente evidente: a burrice, a mentira como método, o desespero do envelhecimento, a banalidade dos afetos, o pavor da irrelevância —todo mundo quer ter uma opinião original e com isso aparecer. Quando tudo é business, não há nenhuma esperança. E, hoje, até o chamado humanismo é business.

Engana-se quem acha que está fugindo do capitalismo em grandes doses quando funda uma comunidade sustentável em alguma propriedade cara —alguém sempre deve ter uma grana para manter os aproveitadores.

A vida coletiva só é sustentável sob grandes esquemas de repressão. Tais comunidades sustentáveis alternativas são grupos altamente repressores e hipócritas no seu funcionamento, como todos o foram desde a pré-história.

Mas divago. A questão é: ainda é possível viver o capitalismo em pequenas doses? Creio que ainda sim, mas não por muito tempo. O que viveremos em breve é o capitalismo em degeneração como sustentação da vida social. Para resistir às grandes doses, por exemplo, se faz necessário não querer ter um sucesso retumbante em nada do que você faz.

Baixar as expectativas, não como alguém que se acha salvador do mundo e posta sua fuga no Instagram, mas como um qualquer, um refugiado, que foge com falta de ar.

Aliás, hoje, refugiado, morador de rua, também é business, marketing e branding, até de artistas que levam "les misérables" para assistir a seus shows e fingem amar o mundo. Triste não?

| SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Wilson Gomes | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti